Diário da Justiça Eletrônico

Poder Judiciário de Pernambuco

Ano XVII Edição nº 105/2025 | Recife - PE, sexta-feira, 25 de abril de 2025

Disponibilização: 24/04/2025 | Publicação: 25/04/2025

Presidente:
Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto

Primeiro Vice-Presidente:
Des. Fausto de Castro Campos

Segundo Vice-Presidente:
Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto

Corregedor Geral da Justiça:
Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello



Composição do TJPE

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Des. Adalberto de Oliveira Melo
Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Des. Alberto Nogueira Virgínio
Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello
Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Mauro Alencar de Barros
Des. Fausto de Castro Campos
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Des. José Ivo de Paula Guimarães
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Des. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Des. Itamar Pereira da Silva Júnior
Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Des. Eudes dos Prazeres França
Des. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
Des. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
Des. Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Des. Waldemir Tavares de Albuquerque Filho

Des. José Viana Ulisses Filho
Des. Sílvio Neves Baptista Filho
Des. Demócrito Ramos Reinaldo Filho
Des. Évio Marques da Silva
Des. Honório Gomes do Rego Filho
Des. Ruy Trezena Patu Júnior
Des. Isaías Andrade Lins Neto
Des. Paulo Romero de Sá Araújo
Des. Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
Des. Raimundo Nonato de Souza Braid Filho
Des. Eduardo Guilliod Maranhão
Des. Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
Des. Paulo Augusto de Freitas Oliveira
Des. Alexandre Freire Pimentel
Des. Luciano de Castro Campos
Desa. Valéria Bezerra Pereira Wanderley
Des. Paulo Roberto Alves da Silva
Des. André Vicente Pires Rosa
Des. José Severino Barbosa
Des. Virgínio Marques Carneiro Leão
Des. Airton Mozart Valadares Vieira Pires
Des. Marcelo Russell Wanderley
Desa. Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti
Desa. Andréa Epaminondas Tenório de Brito
Des. Élio Braz Mendes
Des. Marcos Antônio Matos de Carvalho
Des. Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Des. Djalma Andrelino Nogueira Júnior
CARGO VAGO

Palácio da Justiça - Praça da República, s/n
Santo Antônio - Recife - PE
CEP: 50010-040
Telefones: (81) 3182-0100
Site: www.tjpe.jus.br

Dúvidas / Sugestões: diario.eletronico@tjpe.jus.br
Telefones: (81) 3182.0643

Coordenação e Gerenciamento:
Carlos Gonçalves da Silva
Renata Ferraz Gomes

Diretoria de Documentação Judiciária:
Leidiane de Lacerda Silva
Carolina Tiemi de D Ishigami M Pereira
Edilson Ferreira da Silva

Gerência de Jurisprudência e Publicações:
Marcia Maria Ramalho da Silva

Chefia da Unidade de Diário de Justiça Eletrônico:
Natália Barros Costa

Produção e Editoração:
Natália Barros Costa

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA 3
Comissão Permanente de Heteroidentificação 52
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 54
Corregedoria Auxiliar para os Serviços Extrajudiciais 66
ÓRGÃO ESPECIAL 87
DIRETORIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 88
CONSELHO DA MAGISTRATURA 91
SECRETARIA JUDICIÁRIA 92
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 93
Núcleo de Licitações e Contratações Diretas - NLCD 93
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS 95
Diretoria de Gestão Funcional 97
ESCOLA JUDICIAL 105
DIRETORIA CÍVEL 106
2ª Câmara Cível 106
5ª Câmara Cível 110
CÂMARAS REGIONAIS 134
2ª Turma - 1ª Câmara Regional - Sede Caruaru 134
DIRETORIA CRIMINAL 155
1ª Câmara Criminal 155
2ª Câmara Criminal 162
3ª Câmara Criminal 191
4ª Câmara Criminal 197
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC 198
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS 215
Colégio Recursal Cível - Capital 215
INTERIOR 264
Cachoeirinha - Vara Única 264
Capoeiras - Vara Única 265
Carnaíba - Vara Única 266
Caruaru - 2ª Vara Cível 267
Goiana - Vara Criminal 268
Jaboatão dos Guararapes - Central de Mandados 271
Palmares - 1ª Vara Criminal 274
São João - Vara Única 277
Timbaúba - 1ª Vara 279
Vitória de Santo Antão - 3ª Vara Cível 282

PRESIDÊNCIA

ATO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS, RESOLVE:

Nº 346/2025 **-** SEJU – Considerando o retorno do Exmo. Dr. Laiete Jatobá Neto, às atividades no 1º Grau de Jurisdição - **RESOLVE:** Dispensar o Exmo. Dr. **Abérides Nicéas de Albuquerque Filho** , Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância, Matrícula nº 175.862-4, do exercício cumulativo na 3 ª Vara Criminal da Comarca da Capital , a partir de **25.04.2025.**

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

ATO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS,

Nº 345/2025-SEJU – Considerando os termos do SEI 00013214-85.2025-85 .8.17.8017, da lavra da Exma. Dra. Laura Amélia Moreira Brenand Simões, **RESOLVE:** Designar a Exma. Dra. **Maria da Conceição Siqueira e Silva ,** Juíza de Direito Auxiliar de 3ª Entrância, Matrícula nº 176.013-0 , para responder, cumulativamente, pela 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, no período de 12 a 16/05/2025-, durante a ausência autorizada da Magistrada substituída **.**

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

ATO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, RESOLVE:

Nº 1493/25 – SGP – tornar sem efeito o ATO nº 1465/25-SGP, publicado no DJE do dia 23/04/2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1500/2025-SGP

(SEI nº 00013742-69.2025.8.17.8017)

O DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz retornar ao órgão de origem a servidora **MARIA JOSÉ DA COSTA FILHA** , matrícula TJPE **187.714-3** , colocado à disposição deste Poder pelo Município de Toritama, bem como determina sua exclusão do Convênio n.º 065/2023-TJPE, com efeitos a partir de **11/04/2025** . Fica a Secretaria de Gestão de Pessoas responsável por cientificar o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Toritama do teor deste Ato.

Recife, 24 de abril de 2025.

DES. RICARDO PAES BARRETO

PRESIDENTE

ATO Nº 1501/2025-SGP

(SEI nº 00012902-68.2025.8.17.8017)

O DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz retornar ao órgão de origem a servidora **MARIA DAS GRAÇAS TAVARES DE AMORIM OLIVEIRA** , matrícula TJPE **180.418-9** , colocada à disposição deste Poder pelo Município de Altinho, bem como determina sua exclusão do Convênio n.º 057/2021-TJPE, com efeitos a partir de **15/04/2025** . Fica a Secretaria de Gestão de Pessoas responsável por cientificar o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Altinho do teor deste Ato.

Recife, 24 de abril de 2025.

DES. RICARDO PAES BARRETO

PRESIDENTE

ATO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Nº 1502/25-SGP – exonerar, a pedido, EDUARDO LUNA COSTA , matrícula 1850865, do cargo, efetivo, de Técnico Judiciário/TPJ, a partir de 21/11/2024 .

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, RESOLVE:

Nº 1503/25-SGP – nomear ANDRALIA FERNANDES CECILIO para o cargo, em comissão, de Assessor de Magistrado, Símbolo APJC, na 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATO Nº 348/2025, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

Ementa: Decreta luto oficial.

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS ,

R E S O L V E:

I - Decretar luto oficial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, por 05 (cinco) dias, em virtude do falecimento, na data de hoje, do **EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR EMÉRITO IVONALDO PEREIRA DE MIRANDA** , deste e. Tribunal de Justiça, assim como determinar o hasteamento da bandeira a meio-mastro, por igual período.

II - Publique-se

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1504 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00001990-43.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Unidade de Cadastro Funcional e Financeiro da Capital - Diretoria de Gestão Funcional,** relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **parcial** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **parcial, por 2 (dois) dias semanais,** para o(a) servidor(a) **Margaret da Fonte Goggin** , matrícula nº **1749447** , para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1505 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00010660-36.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a)."*

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Unidade de Liquidação das Despesas com Diárias e Suprimentos - Diretoria Financeira** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **prorrogação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **João Vicente Oliveira de Azevêdo Filho** , matrícula nº **1879707** , para exercício de suas atribuições em João Pessoa - PB, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data 02/06/2025.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1506 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00010774-59.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a)."*

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Diretoria Regional do Agreste** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **Ana Carla Viana dos Santos** , matrícula nº **1884301** , para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1507 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00010500-82.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a)."*

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Diretoria das Varas Civeis e das Varas de Execucao de Titulo Extrajudicial Capital** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **parcial** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **parcial, por 3 (três) dias semanais,** para o(a) servidor(a) **Niumízia Suzana de Carvalho Alves** , matrícula nº **1849204** , para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1508 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00011411-25.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **13ª Vara Cível da Capital - Seção B** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **parcial** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **parcial, por 3 (três) dias semanais,** para o(a) servidor(a) **Viviane Vergete Galindo Cruz,** matrícula nº **1787004** , para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1509 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00011625-92.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **4ª Vara do Tribunal do Juri da Capital,** relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **parcial** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **prorrogação** de teletrabalho em regime **parcial, por 2 (dois) dias semanais,** para o(a) servidor(a) **Leonardo Pereira da Silva Neto** , matrícula nº **1844067,** para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data 28/08/2025.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1510 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00011543-21.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Vara Unica da Comarca de Oroco** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **Karina Moraes Franco** , matrícula nº **1885537** , para exercício de suas atribuições em Petrolina - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1511 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00010644-60.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Diretoria Regional do Sertão** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **Larissa Araújo de Nascimento Possídio** , matrícula nº **1873318** , para exercício de suas atribuições em Petrolina - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1512 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00011435-86.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **2ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **Hugo Ayslan dos Santos Silva** , matrícula nº **1865145** , para exercício de suas atribuições em Caruaru - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1513 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00010748-98.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Diretoria Regional da Zona da Mata** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **parcial** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **parcial, por 3 (três) dias semanais,** para o(a) servidor(a) **Cristiana Moreira de Aguiar** , matrícula nº **1827928** , para exercício de suas atribuições em Olinda - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1514 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00002150-94.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Vara de Violencia Domestica e Familiar Contra Mulher da Comarca de Olinda** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) abaixo elencados(as), para exercício de suas atribuições nas cidades mencionadas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

. Lenice Rosaly de Lira Lima, matrícula nº **1843729 - Recife-PE;**

. Tercio Adelino Dantas, matrícula nº **1856111 - Cabedelo-PB.**

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1515 DE 24 DE ABRIL dE 2025

(SEI nº 00008824-74.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Gabinete da Desembargadora Andrea Epaminondas Tenorio de Brito,** relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **parcial** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **parcial, por 3 (três) dias semanais,** para o(a) servidor(a) abaixo elencadas, para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

. Maria Cecilia Dalla Nora, matrícula nº **1871412**

. Manuella Porto de Barros Wanderley Lima, matrícula nº **1823353**

. Mariana Morais Soares, matrícula nº **1866060**

. Rubiane Xavier Costa, matrícula nº **1832085**

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1516 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00011174-90.2022.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 442, de 1º de dezembro de 2020, publicada no DJe de 4 de dezembro de 2020, que dispõe sobre condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco;

Considerando os termos da solicitação do(a) servidor(a) para exercer suas atividades em regime de teletrabalho, nos moldes de que trata a Resolução supracitada;

Considerando que a solicitação do(a) servidor(a) encontra-se embasada no art. 1º da mencionada normativa, bem como instruída com as metas, conforme dispõe o art. 6º, § 6º da Resolução nº 489 de 24 de abril de 2023, publicada no DJe de 26 de abril de 2023;

Considerando os termos da Resolução nº 442/2020, que, em seu art. 4º, §4º, determina que, para fins de manutenção das condições especiais de trabalho, deverá ser apresentado, anualmente, laudo médico que ateste a permanência da situação que deu ensejo à concessão, no caso de acidente ou doença temporária.

RESOLVE :

Art. 1º. AUTORIZAR a **atuação** em regime de teletrabalho **integral** , para o(a) servidor(a) **Guilherme Cavalcanti Marinho,** matrícula nº **1861751,** para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra -se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1517 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00010602-26.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Diretoria Regional do Sertão** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral,**

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **prorrogação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **Anderson Oliveira Magalhaes** , matrícula nº **1866508** , para exercício de suas atribuições em João Pessoa - PB, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data 27/05/2025.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1518 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00004421-83.2022.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **2ª Vara da Comarca de Ouricuri** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **Rivanilda Peixoto Rocha** , matrícula nº **1845411** , para exercício de suas atribuições em Moreilândia - PE, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1519 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00010437-31.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Diretoria Regional do Sertão,** relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **integral** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **integral,** para o(a) servidor(a) **Maria Rosana Nunes Fonseca** , matrícula nº **1833723** , para exercício de suas atribuições em Juazeiro - BA, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO Nº 1520 DE 24 DE ABRIL DE 2025

(SEI nº 00005501-63.2025.8.17.8017)

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais ,

Considerando a Resolução nº 489, de 24 de abril de 2023, publicada no DJe do dia 26 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as), a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

Considerando que o regime de teletrabalho parcial e integral está previsto no art. 1º da norma em comento;

Considerando que, nos termos do art. 5º da Resolução nº 489/2023, " *a realização do teletrabalho é facultativa, a critério dos órgãos do Poder Judiciário e dos(as) gestores(as) das unidades, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do(a) servidor(a).*"

Considerando que a gestão das metas propostas deverá obedecer às diretrizes dispostas no art. 7º da Resolução já mencionada, devendo a unidade judiciária enviar semestralmente relatório à Comissão de Gestão do Teletrabalho;

Considerando que, conforme dispõe o art. 12, da Resolução nº 489/2023, *"são atribuições da chefia imediata, em conjunto com os(as) gestores(as) das unidades, acompanhar o trabalho dos(as) servidores(as) em regime de teletrabalho, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas e avaliar a qualidade do trabalho apresentado."*

Considerando os termos de requerimento oriundo do(a) **Unidade de Servidores Não - Efetivos/DGF** , relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a Resolução supracitada, na modalidade **parcial** ,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a **atuação** de teletrabalho em regime **parcial, por 2 (dois) dias semanais,** para o(a) servidor(a) **Carlos Diego Felix Travassos Fernandes** , matrícula nº **1892193** , para exercício de suas atribuições em Recife - PE, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

ATO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, RESOLVE:

Nº 1562/25-SGP – exonerar, a pedido, VIRGÍLIO DE ALMEIDA IGNÁCIO DE OLIVEIRA, matrícula 189065-4 , do cargo, em comissão, de Assessor Técnico Judiciário, Símbolo PJC-II.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATO Nº 347/2025 – SEJU, DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR 1º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS;

CONSIDERANDO os termos do SEI nº 00014086-38.2025.8.17.8017 de lavra da **Exma. Dra. Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira** ;

RESOLVE:

I - Designar a **Exma. Dra. Raquel Evangelista Feitosa** , **Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, Matrícula nº 187.060-2 ,** para responder, cumulativamente, pela **Diretoria das Varas Cíveis da Região Metropolitana e do Interior,** no período de **05 a 08/05/2025** , em virtude de compensação dos plantões judiciários e licença compensatória da **Exma. Dra. Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira** , nos termos da Resolução TJPE nº 372, de 30 de setembro de 2014, c/c a Resolução 496, de 03 de julho de 2023 .

II - Cópias do presente aos Núcleos de Plantão Judiciário e de Movimentação de Magistrados de 2ª Entrância.

Publique-se e cumpra-se.

Desembargador Fausto de Castro Campos

1º Vice-Presidente em exercício do Tribunal de Justiça de Pernambuco,

no impedimento ocasional do Exmo. Presidente

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, NA DATA DE 24/04/2025, OS SEGUINTES DESPACHOS:

Requerimento – (Processo SEI nº 00013178-42.2025.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Eduardo Costa** – ref. Férias/Conversão: “Defiro nos seguintes termos: de 05 a 14/05/2025 = Conversão e de 15/05 a 03/06/2025 = Férias. Registre-se.”

Requerimento – (Processo SEI nº 00014176-97.2025.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Marcos Antonio Tenório** – ref. Férias/Conversão: “Defiro. Registre-se.”

Requerimento – (Processo SEI nº 00014079-97.2025.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Leon Elias Nogueira Barbosa** – ref. Férias/Conversão: “Defiro. Registre-se.”

Recife, 24 de abril de 2025

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO N º 03 /2025

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA A SELEÇÃO PÚBLICA DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO ANO 2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO , no uso das atribuições legais, torna pública a abertura da Seleção de Estagiários de Graduação para o PROGRAMA DE ESTÁGIO do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, destinado às áreas descritas no Anexo I deste Edital e que se efetivará nos termos deste Edital e das normas aprovadas pela Resolução nº 342 de 16 de outubro de 2012. O Processo de Seleção Pública será realizado sob a coordenação da Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

1 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 A presente Seleção Pública destina-se à seleção de estagiários de Cursos do Ensino Superior e à formação de cadastro de estudantes que, se convocados, serão engajados no programa de estágio por um período inicial de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO , com previsão de vagas e as que surgirem no período de validade do certame, cuja distribuição segue discriminada no Anexo I, observado o percentual de vagas destinadas às cotas, conforme item 5 deste edital.

1.2 A organização e a realização do processo seletivo serão de responsabilidade do Instituto SUSTENTE, nos termos do Contrato nº 077/2024, celebrado com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO .

1.2.1 O Instituto SUSTENTE será responsável pela execução desta seleção até a divulgação do resultado final, conforme calendário Anexo II. As demais etapas do processo serão conduzidas pelo TJPE.

1.3 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital em até 5(cinco) dias úteis de sua publicação, através do e-mail constante no subitem 13.17 deste Edital, após esse período, o prazo estará precluso.

2 DA INSCRIÇÃO

2.1 A inscrição do(a) candidato(a), para os fins deste Processo de Seleção Pública, implicará aceitação irrestrita e cumprimento obrigatório de todas as exigências e condições estabelecidas neste edital e nos demais comunicados a serem publicados, oportunamente, pelo Instituto SUSTENTE, dos quais o(a) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento, assumindo inteira responsabilidade pelas informações constantes, sob as penas da lei.

2.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, através do endereço eletrônico www.sustente .org.br , nos dias e horários previstos no Anexo II deste edital.

2.3 O(A) candidato(a) transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, durante a realização das fases desta seleção, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).

2.3.1 As publicações referentes aos(às) candidatos(as) transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

2.3.2 O resultado definitivo dos candidatos de solicitação de nome social, será divulgada no período indicado no Anexo II deste edital.

2.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(a) candidato(a).

2.5 No momento de sua inscrição, o(a) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, capturar uma foto individual que servirá de referência para reconhecimento facial para realização da prova on-line.

2.6 A foto de que trata o subitem 2.5 terá as seguintes características: colorida, apenas do rosto(frente), padrão para documento, com imagem capturada do tórax para cima, fundo branco, boa Iluminação, sem filtros de edição, boa resolução, que não esteja sorrindo, que não esteja usando óculos, boné, touca, máscara ou qualquer outro acessório que comprometa a identificação de seu rosto, com extensão ".jpg" e tamanho máximo de até 3MB (megabytes).

2.7 Concluído o preenchimento do Formulário de Inscrição via Internet, o(a) candidato(a) deverá imprimir o boleto em favor do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de Pernambuco - FERM/PJPE , para pagamento da taxa de inscrição , devendo ser paga na rede bancária ou lotérica, no valor de R$ 60,00 (sessenta reais). A efetivação da inscrição será realizada pelo Instituto SUSTENTE, após o envio da comprovação de pagamento enviada pela instituição financeira.

2.8 O(a) candidato(a) poderá reimprimir o boleto por meio da página de acompanhamento da seleção até a data limite constante no calendário Anexo II deste edital.

2.9 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

2.10 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros e para outros concursos.

2.11 O(a) candidato(a) deve acompanhar pelo endereço eletrônico www.sustente.org.br o resultado do deferimento da sua inscrição, através da consulta de seu cartão de informação.

2.12 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o Instituto SUSTENTE não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

2.13 O(a) candidato(a) efetivará sua inscrição mediante o pagamento da taxa de inscrição, sendo de sua responsabilidade exclusiva a obtenção do respectivo comprovante devidamente autenticado pelo órgão recebedor.

2.13.1 O pagamento do boleto bancário, emitido no último dia de inscrição, deverá ser efetuado, impreterivelmente, até o dia de vencimento, descrito no documento, sob pena de exclusão automática da solicitação de inscrição do(a) candidato(a) na respectiva seleção.

2.13.2 As inscrições efetuadas somente serão deferidas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição até o limite da data de vencimento no horário bancário oficial.

2.13.3 Não será aceito o pagamento da taxa de inscrição por meio de cheque e mediante depósito em caixa eletrônico "cash".

2.13.4 Não será aceito, como comprovação de pagamento de taxa de inscrição, comprovante de agendamento bancário.

2.14 Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado por um valor menor do que o estabelecido; as que foram pagas e o pagamento tenha sido estornado; por qualquer que seja o motivo; e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o prazo de pagamento, constante no Anexo II deste edital.

2.14.1 Não serão aceitos os pagamentos das inscrições, por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.
2.14.2 O pagamento da taxa de inscrição após o dia constante no Anexo II deste edital, a realização de qualquer modalidade de pagamento que não seja pela quitação do boleto e/ou o pagamento de valor distinto do estipulado neste Edital implicam o cancelamento da inscrição.

2.14.3 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o(a) candidato(a) deverá antecipar o pagamento do boleto ou realizá-lo por outro meio válido, devendo ser respeitado o prazo-limite determinado neste Edital.

2.14.4 Quando do pagamento do boleto, o(a) candidato(a) tem o dever de conferir todos os seus dados cadastrais e da inscrição nele registrados, bem como no comprovante de pagamento. As inscrições e/ou os pagamentos que não forem identificados devido a erro na informação de dados pelo(a) candidato(a) ou terceiros, no pagamento do referido boleto, não serão aceitos, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.

2.15 Não será aceito pedido de devolução do valor da inscrição, ainda que superior, em duplicidade, menor do que o estabelecido ou realizado fora do prazo de pagamento, constante no Anexo II deste edital.

2.16 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.17 O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando, em qualquer época, a eliminação automática do(a) candidato(a), sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após o ingresso do(a) candidato(a), este será imediatamente desligado(a) do Programa de Auxiliares da Justiça do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.

2.18 O(A) candidato(a) será responsável por qualquer erro e/ou omissão detectados na sua Ficha de Inscrição.

2.19 No momento da inscrição, o(a) candidato(a) deverá assinalar a concordância com os termos que constam deste edital e de seus anexos e que preenche as condições exigidas. Aceita ainda que seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados, de forma a possibilitar a efetiva execução do concurso público, com aplicação dos critérios de avaliação e de seleção. Autoriza também, a divulgação do seu nome, número de inscrição, critérios de desempate e das suas notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

2.20 Os dados pessoais coletados e tratados serão armazenados pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades indicadas neste edital.

3 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1 Serão isentos do pagamento da taxa de inscrição, os(as) candidatos(as) comprovadamente hipossuficientes, nos termos da Lei Estadual nº 14.016/10 de 23 de março de 2010, que, no ato da sua inscrição, estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e atenderem aos requisitos deste edital.

3.2 Para solicitar a isenção, o(a) candidato(a) deverá acessar o endereço eletrônico www.sustente.org.br , até a data constante no Anexo II, preenchendo corretamente os respectivos campos solicitados e informar obrigatoriamente, no seu cadastro inicial (ficha de inscrição), o número do seu NIS válido e ainda enviar, obrigatoriamente, os seguintes documentos comprobatórios de sua hipossuficiência financeira:

a) Imagem legível do Requerimento, Anexo IV, devidamente preenchido e assinado de próprio punho;

b) Imagem legível do comprovante de sua inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) para os Programas Sociais do Governo Federal, que poderá ser emitido através do link https://cadunico.dataprev.gov.br/#/home , o qual deverá conter: nome completo e número do NIS (para comprovação junto ao sistema do Governo);

c) Imagem legível do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Imagem legível do Documento de Identidade original, conforme especificado no subitem 8.24 deste Edital, frente e verso em um mesmo arquivo.

3.3 A documentação indicada no subitem 3.2 deverá ser enviada em arquivos com extensão ".pdf" e com tamanho de até 2MB.

3.3.1 Não serão aceitos NIS nas seguintes situações:

a) que não estiverem no nome do (a) candidato (a) à vaga, mesmo que dentro da renda per capita familiar e dentro do perfil;

b) com status inválido e/ou excluído na base de dados do CadÚnico;

c) identificado na base do Cadastro Único com renda per capita familiar fora do perfil;

d) desatualizado há mais de 48 meses, conforme art. 18, § 4º da Portaria MDS n° 177/2011.

3.3.2 Não serão aceitas alterações no NIS digitado erroneamente, após a análise realizada pelo CadÚnico do MDS.

3.3.3 Para que o (a) candidato (a) não tenha problemas com indeferimento da solicitação, é necessário que indique em sua ficha de inscrição os dados cadastrais exatamente como estão no CadÚnico.

3.3.4 Quaisquer inconsistências cadastrais podem interferir no processo de concessão da isenção, portanto, caso o cadastro do (a) candidato (a) esteja com dados incorretos, será necessário realizar, primeiramente, a atualização cadastral, para depois solicitar a isenção de pagamento.

3.4 O(A) candidato(a) que proceder ao requerimento de isenção da taxa de inscrição deverá acompanhar, pelo endereço eletrônico www.sustente.org.br , o resultado do deferimento ou indeferimento de suas petições, conforme calendário constante neste edital, Anexo II, devendo proceder da seguinte forma:

a) Caso seja indeferido, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através do boleto até o limite da data de vencimento no horário bancário oficial;

b) Caso seja deferida a sua petição, estará automaticamente inscrito(a) nesta Seleção.

3.5 A participação, em algum Programa Social do Governo Federal (Prouni, Fies, Bolsa Família etc.), assim como eventual obtenção de isenção em outros certames, não garante ao(a) candidato(a), por si só, a isenção da taxa de inscrição.

3.6 É necessário um prazo mínimo de 45 dias, a partir da data em que foi incluído; para que o nº do NIS seja identificado na base do CadÚnico do MDS.

3.7 As solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição só serão analisadas quando enviadas até a data limite estabelecida no calendário, Anexo II, deste edital. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) verificar se as imagens anexadas, na área de protocolo, estão corretas.

3.8 Não será concedida Isenção da Taxa de Inscrição ao(a) candidato(a) que:

I.Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

II.Fraudar e/ou falsificar documentos;

III. Não observar os prazos e normas estabelecidos no subitem 3.1 e calendário, Anexo II, deste edital;

IV. Não enviar a documentação obrigatória, elencada no subitem 3.2;

V. Enviar as documentações ilegíveis, solicitadas no subitem 3.2;

VI. Não estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico;

VII.Não informar corretamente o número do seu NIS válido.

3.9 O Instituto SUSTENTE consultará o órgão gestor do CadÚnico, para verificar a veracidade das informações prestadas pelo(a) candidato(a). O referido órgão terá decisão terminativa sobre a concessão ou não do benefício. As informações prestadas no Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição serão de inteira responsabilidade do requerente, podendo o mesmo responder, a qualquer momento, por crime contra a fé pública.

3.10 A relação definitiva das solicitações de isenções será divulgada no endereço eletrônico www.sustente.org.br , devendo o(a) candidato(a) verificar, conforme calendário, Anexo II, deste edital.

3.11 Após o envio dos documentos via *upload* , sua solicitação entrará, de forma automática, em análise, não sendo permitido sob nenhuma hipótese, alterar, complementar ou inserir novas informações ou documentos. Não caberá recurso para este item e não será permitida a inclusão de informações complementares, quando do seu indeferimento.

3.12 Não serão aceitas solicitações de isenção da taxa de inscrição por e-mail ou qualquer outro meio que não definido neste edital.

4 DA RETIFICAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE INSCRIÇÃO

4.1 O(A) candidato(a), após efetivação de sua inscrição, poderá retificar os dados apresentados no Formulário de Inscrição, nos limites estabelecidos neste edital, até o último dia de inscrição ou até a data de quitação do seu boleto.

4.2 Poderão ser retificadas as seguintes informações apresentadas no Formulário de Inscrição: sexo, estado civil, data de nascimento, número de identidade, órgão expedidor, UF identidade, data da emissão da identidade, naturalidade, UF naturalidade, nacionalidade, e-mail, DDD e telefone fixo, DDD e telefone celular, nome do pai, nome da mãe, se possui algum tipo de deficiência, CEP, logradouro, número, complemento, bairro, cidade, estado, autorização para envio de SMS.

4.3 Transcorrido o prazo do item 4.1, mesmo sem qualquer manifestação do(a) candidato(a), todas as informações apresentadas no Formulário de Inscrição serão automáticas, irrestrita e tacitamente convalidadas, correspondendo à real intenção do(a) candidato(a), não podendo sofrer alteração.

4.4 Não serão aceitas as retificações das informações que visem à transferência da inscrição para terceiros, ou que pretendam burlar quaisquer normas ou condições previstas neste edital.

4.5 . São nulas ou indeferidas as inscrições:
a) Realizadas via e-mail, Sedex ou postal;
b) Efetuadas fora do período fixado;
c) Cujas fichas estejam preenchidas de forma incompleta ou incorreta;

d) Cujo pagamento tenha sido realizado com um valor menor do que o estabelecido em seu boleto;
e) Estejam em desacordo com qualquer requisito deste Edital.

5 DAS COTAS

5.1 DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

5.1.1 Às pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo § 5º do art. 17, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 é assegurado o direito de inscrição para concorrer às vagas ali instituídas.

5.1.1.1 Das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade da seleção, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) às pessoas com deficiência.

5.1.1.2 O percentual constitucional de vagas para pessoas com deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário e deverá ser elevado ao primeiro número inteiro subsequente.

5.1.2 Serão consideradas pessoas com deficiência, aquelas que se enquadram no art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004; no art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), no art. 1º da Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023 (Deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total), Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021 e na Lei nº 14.789/2012, art. 14-B (acrescido do art. 1º da Lei nº 17.562, de 22 de dezembro de 2021), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009, suas alterações, na Lei Federal 14.768, de 22 de dezembro de 2023 e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

5.1.2.1 Não serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que não se enquadrarem nos requisitos legalmente previstos e com distúrbios passíveis de reversão.

5.1.3 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o(a) candidato(a), que se autodeclare pessoa com deficiência, deverá acessar o endereço eletrônico www.sustente .org.br , até a data constante no Anexo II, conforme especificado, e, cumulativamente:

a) declarar-se nesta condição, especificando sua deficiência de acordo com as instruções contidas no sistema, preenchendo corretamente os respectivos campos solicitados;

b) enviar, via *upload* , Laudo Médico Original ou modelo, contendo todas as informações constante do Anexo VI, assim como identificação do (a) candidato (a) e do emissor (com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina e assinatura), com especialidade relacionada à

deficiência apontada pelo(a) candidato(a) e o diagnóstico com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), caso contrário, o laudo não terá validade. Os Laudos médicos que não atendam ao que dispõe o art. 14-B da Lei nº 14.789/2012 (alterada pela Lei nº 17.562, de 22 de dezembro de 2021), deverão ter a validade máxima de 01 (um) ano anterior à publicação deste Edital;

c) O(A) candidato(a) com deficiência auditiva, além do laudo médico previsto no item anterior, deverá enviar, via *upload* , o exame de audiometria tonal recente, expedido no prazo máximo de 01 (um) ano anterior à publicação deste edital, que indique as frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme previsto no art. 5º, § 1º, I, alínea "b", do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.

5.1.3.1 O(A) candidato(a) que não enviar a documentação por meio do endereço eletrônico www.sustente.org.br , que enviar a documentação incompleta ou ilegível ou com qualquer informação que possa gerar dúvida em sua leitura, ou não possa ser identificado, não terá a solicitação deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência, passando a concorrer somente para as vagas de ampla concorrência.

5.1.3.2 Após o envio dos documentos, via *upload* , sua solicitação entrará de forma automática em análise, não sendo permitido sob nenhuma hipótese, alterar, complementar ou inserir novas informações ou documentos. Não c aberá recurso para este item e não será permitida a inclusão de informações complementares, quando do seu indeferimento.

5.1.3.3 A documentação indicada, no subitem 5.1.3 deverá ser enviada em arquivos com extensão ".pdf" e com tamanho de até 3MB.

5.1.3.4 A solicitação realizada após o prazo constante no subitem 5.1.3 deste edital será indeferida.

5.1.3.5 O(A) candidato(a) deverá manter, aos seus cuidados, a documentação constante do subitem 5.1.3 deste edital.

5.1.3.6 Caso seja solicitado pelo Instituto SUSTENTE, o(a) candidato(a) deverá enviar a referida documentação, por meio de carta registrada, para confirmação da veracidade das informações.

5.1.3.7 O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a), não sendo o Instituto SUSTENTE responsável por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação ou de outros fatores que impossibilitem o envio.

5.1.3.7.1 As imagens dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise da documentação com clareza, sendo de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) verificar se as imagens anexadas, na área de protocolo, estão corretas.

5.1.3.8 O(A) candidato(a) com deficiência poderá requerer atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia da realização das provas, devendo indicar as condições de que necessita para a realização destas, até a data prevista no item 5.1.3, na forma do item 6 deste edital.

5.1.3.8.1 A não solicitação de Recursos Especiais e Atendimentos Especiais, conforme descrito no subitem 5.1.3.8 e item 6 deste edital, no prazo constante do calendário Anexo II, implica a sua não concessão no dia de realização das provas.

5.1.3.9 A concessão de tempo adicional às pessoas com deficiência, amparados pelo § 2º, Art. 4º do Decreto 9.508/2018, para a realização das provas, somente será analisada caso tal recomendação seja obrigatoriamente decorrente de orientação médica específica, contida no laudo médico enviado pelo(a) candidato(a) e solicitado como disposto no item 6 deste edital. Em nome da isonomia entre os(as) candidatos(as), por padrão, será concedida 01(uma) hora adicional a candidatos(as) nessa situação.

5.1.3.10 O não cumprimento do descrito no item 5.1 e seus subitens, acarretará automaticamente seu indeferimento.

5.1.3.11 O laudo médico e exames complementares terão validade somente para esta Seleção Pública e não serão devolvidos , assim como não serão fornecidas ao(a) candidato(a) cópias dessa documentação.

5.1.4 As pessoas com deficiência participarão do processo em igualdade de condições com os demais candidatos(as) no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, notas mínimas exigidas para aprovação, dia, horário, local de realização das provas e demais normas de regência da seleção.

5.1.5 Em caso de aprovação, o(a) candidato(a) deverá, se solicitado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO , apresentar o laudo médico original ou cópia autenticada. A não apresentação da documentação acarretará a perda do direito à vaga.

5.1.6 A pessoa com deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação e, em todas as fases do Processo Seletivo, receberá tratamento igual ao previsto para os(as) candidatos(as) não deficientes.

5.1.7 Aplica-se a situação do item 8.25 a os casos de pessoas com deficiência.

5.2 DAS MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS

5.2.1 E m consonância com o que dispõe a Resolução CNJ nº 336, de 29/09/2020, que dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos órgãos do Poder Judiciário nacional, ficam asseguradas às pessoas pretas ou pardas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas previstas no Anexo I deste Edital ou forem criadas no prazo de validade desta Seleção Pública, por localidade de estágio em que o número de vagas oferecidas seja igual ou superior a 2 (dois).

5.2.1.1 Em consonância com o Art. 1º da Lei Estadual 17.325/2021, f ica reservado aos indígenas brasileiros o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas previstas no Anexo I deste Edital ou forem criadas no prazo de validade desta Seleção Pública, por localidade de estágio em que o número de vagas oferecidas seja igual ou superior a 20 (vinte).

5.2.2 A distribuição das vagas a candidatos(as) na condição estabelecida no subitem 5.2.1 será por opção de curso.

5.2.3 Caso a aplicação do percentual descrito no item 5.2.1, resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior que 0,5 (zero vírgula cinco), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco), nos termos do §1º do art. 2º da Estadual 17.325/2021.

5.2.3.1 Para se tornar habilitado(a) para concorrer a uma das vagas reservadas às pessoas pretas ou pardas, o(a) candidato(a) deverá acessar o endereço eletrônico www.sustente .org.br , até a data constante no Anexo II, conforme especificado, e, cumulativamente:

a) declarar-se nesta condição, optando por concorrer às vagas reservadas para pessoas pretas ou pardas de acordo com as instruções contidas no sistema do Instituto SUSTENTE, preenchendo corretamente os respectivos campos solicitados;

b) enviar, via *upload* , imagem legível do Termo de Adesão ao Sistema de Cotas para Minorias, Anexo VII deste edital, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devidamente preenchido e assinado a próprio punho, devendo a assinatura ser igual à do documento de identidade enviado e com extensão ".pdf";

c) enviar, via *upload* , 1 (uma) foto colorida de Frente, contendo fundo branco, boa iluminação, sem maquiagem, sem filtros de edição, boa resolução, com extensão ".pdf" e com tamanho máximo de até 3MB(megabytes);

d) enviar, via *upload* , 1 (um) vídeo recente de no máximo 40 (quarenta) segundos, constando apenas o(a) candidato(a), o qual deverá informar em voz alta " **HOJE É DIA** ...(Informe a data COMPLETA do dia da gravação)"; " **MEU NOME COMPLETO É...** " (responder com nome completo); " **O MEU NÚMERO DE INSCRIÇÃO NESTA SELEÇÃO É...** " (responder com seu número de inscrição)"; " **EU ME AUTODECLARO PRETO(A)" ou "EU ME AUTODECLARO PARDO(A)** ". Apresentar ainda, no final do vídeo, junto ao seu rosto, o documento de identificação (Identidade ou documento oficial com foto recente), frente e verso. O vídeo deverá ser gravado com boa iluminação, Fundo branco, sem maquiagem, sem filtros de edição e boa resolução, com extensão tipo ".avi", ".mp4" ou ".wmv" e com tamanho de no máximo 50MB(megabytes).

5.2.3.2 As imagens (foto e vídeo), que serão enviadas ao Instituto SUSTENTE, deverão seguir o mesmo padrão da foto do documento oficial, sendo necessária a observância das seguintes recomendações:

I – que o(a) candidato(a) esteja com a postura correta, com a coluna bem alinhada;

II – não esteja com cabeça baixa, nem de cabeça erguida;

III – não esteja sorrindo, usando óculos, boné, touca ou qualquer outro acessório.

5.2.3.3 O(A) candidato(a) que se autodeclarou indígena, deverá acessar o endereço eletrônico www.sustente.org.br , até a data constante no Anexo II, conforme especificado, cumulativamente e:

a) declarar-se obrigatoriamente, nesta condição, optando por concorrer às vagas reservadas para minorias étnico-raciais de acordo com as instruções contidas no sistema, preenchendo corretamente e obrigatoriamente os respectivos campos solicitados;

b) enviar via upload, obrigatoriamente, imagem legível do documento de identidade, original ou cópia autenticada, frente e verso em um mesmo arquivo ;

c) enviar via upload, obrigatoriamente, imagem legível do Termo de Adesão ao Sistema de Cotas para Minorias, Anexo VII deste Edital, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) **,** devidamente preenchido e assinado a próprio punho, devendo ser igual à do documento de identidade enviado;

d) enviar via upload, obrigatoriamente, imagem legível de um dos seguintes documentos:

I) Documento ou declaração emitida por autoridade indígena reconhecida;

II) Cumulativamente, documento que ateste o pertencimento ao povo indígena, dentre os quais o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), ou documento emitido pela Fundação Nacional do Índio ou cartão de vacinação ou documento expedido pelos órgãos de saúde indígena.

5.2.3.4 As documentações indicadas nos subitens 5.2.3.1 e 5.2.3.3 deverão ser enviadas em arquivos com extensão ".pdf" e com tamanho de até 3MB.

5.2.3.5 O(A) candidato(a) deverá manter, aos seus cuidados, a documentação constante dos subitens 5.2.3.1 e 5.2.3.3 deste edital.

5.2.3.6 Caso seja solicitado pelo Instituto SUSTENTE, o(a) candidato(a) deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

5.2.3.7 O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a), não sendo o Instituto SUSTENTE responsável por quaisquer fatores que impossibilitem seu recebimento em tempo hábil.

5.2.3.8 O(A) candidato(a) que não enviar as informações solicitadas nos subitens 5.2.3.1 e 5.2.3.3, ou que enviar incompleta, ilegível, com qualquer informação que possa gerar, dúvida em sua leitura, ou não possa ser identificada, não terá a solicitação habilitada para concorrer nesta categoria.

5.2.3.9 As imagens dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise da documentação com clareza, sendo de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) verificar se as imagens anexadas, na área de protocolo, estão corretas.

5.2.3.10 A solicitação do(a) candidato(a), após o envio dos documentos mencionados no subitem 5.2.3.1. entrará, automaticamente, em análise, não sendo permitido, sob nenhuma hipótese, alteração, complementação ou inserção de novas informações ou documentos.

5.2.3.11 Não caberá recurso para o subitem 5.2.3.1, e não será permitida a inclusão de informações complementares, quando do seu indeferimento.

5.2.4 A autodeclaração terá validade somente para esta Seleção Pública.

5.2.5 As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

5.2.6 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo(a) candidato(a) no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declarações falsas.

5.2.7 A autodeclaração, na condição de pessoa preta, parda ou indígena, poderá ser verificada no Cartão de Informação do(a) candidato(a), em campo específico, ou na relação de candidatos(as) habilitados(as) para concorrer nesta categoria, na data constante no Anexo II.

5.2.8 Para o PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO, o Instituto SUSTENTE instituirá comissão específica que terá como objetivo aferir a veracidade das informações dos(as) candidatos(as) autodeclarados(as) pessoas pretas ou pardas e será composta por até cinco integrantes, distribuídos por gênero e cor.

5.2.8.1 Os membros da comissão farão a análise dos documentos e imagens apresentadas, pelo(a) candidato(a) habilitado(a) e emitirão seus votos de forma individual e motivada. Caso, por maioria simples, a Comissão Especial não reconheça a pessoa como preta ou parda, ela será excluída da lista específica de vagas reservadas e, se obtiver a pontuação ou a classificação necessária para tanto, permanecerá na lista geral.

5.2.8.2 A C omissão Especial terá a prerrogativa de convocar o(a) candidato(a) para entrevista, a qualquer momento, se julgar necessário. O(a) candidato(a) será informado sobre o agendamento da entrevista e local de comparecimento através de e-mail ou contato informado no ato da inscrição.

5.2.8.3 Não serão considerados, para os fins de avaliação, quaisquer registros, documentos ou imagens apresentadas, referentes a procedimentos de heteroidentificação realizados em outros processos seletivos ou concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais, em face do princípio da isonomia formal da seleção.

5.2.8.4 Não é suficiente para o pertencimento à população preta ou parda, a existência de ascendentes, sendo necessária a identificação de um conjunto de características fenotípicas no(a) candidato(a) que torne razoável presumir a identificação externa do(a) candidato(a) como preto(a) ou pardo(a).

5.2.8.5 Serão consideradas as características fenotípicas do(a) candidato(a) no momento da realização do procedimento de heteroidentificação.

5.2.8.6 A Comissão Especial utilizará, única e exclusivamente, o critério fenotípico apresentado pelo(a) candidato(a) preto(a) ou pardo(a) através das informações enviadas conforme subitem 5.2.3.1 para aferição da condição declarada pelo(a) candidato(a).

5.2.8.7 As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para este processo seletivo.

5.2.8.8 O teor do parecer motivado será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei 12.527/2011.

5.2.8.9 Para os(as) candidatos(as) indígenas, a comissão de heteroidentificação utilizará, única e exclusivamente, o critério de análise de documentação comprobatória apresentado pelo candidato(a) através das informações enviadas à comissão para aferição da condição declarada pelo(a) candidato(a)1 conforme subitem 5.2.3.2.

5.2.8.10 Não poderá concorrer para vagas reservadas para pessoas pretas, pardas ou indígenas o(a) candidato(a) que:

a) prestar declaração falsa;

b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

c) fraudar e/ou falsificar documentos;

d) não observar os prazos e normas estabelecidos nos itens 5.2.3.1, 5.2.3.3 e calendário constante do Anexo II deste edital;

e) não for possível sua identificação através dos documentos enviados, por estarem ilegíveis ou com imagens divergentes e, ainda, que não for possível realizar a heteroidentificação com as imagens e vídeos apresentados, conforme solicitadas no subitem 5.2.3.1(“c” e “d”) deste edital.

5.2.8.11 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do processo seletivo e, caso tenha sido convocado, ficará sujeito à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.2.8.12 O Instituto SUSTENTE e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO se reservam o direito de rever, a qualquer tempo, as informações e documentos apresentados pelo(a) candidato(a), considerando a modalidade à qual concorreu e, havendo irregularidades insanáveis, tais como não atendimento às exigências do edital que rege o processo seletivo ou demais normas aplicáveis, eliminar o(a) candidato(a), sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.2.9 A relação preliminar dos(as) homologados(as) no procedimento de heteroidentificação, estará disponível na data descrita no calendário constante do Anexo II deste edital.

5.2.10 O(A) candidato(a), cujo enquadramento na condição de preto(a), pardo(a) ou indígena não seja homologado(a), poderá interpor recurso, na data constante no Anexo II deste edital, por endereço eletrônico www.sustente .org.br , seguindo as instruções ali contidas.

5.2.10.1 Não será permitida a inclusão de informações complementares e envio de documentos.

5.2.10.2 O recurso será analisado por comissão recursal.

5.2.10.3 Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar as documentações, vídeos e imagens enviadas pelo(a) candidato(a) conforme item 5.2.3.1, o parecer emitido pela comissão de heteroidentificação, bem como o conteúdo do recurso elaborado pelo(a) candidato(a).

5.2.10.4 Da decisão recursal não caberá recurso.

5.2.10.5 Ao término da apreciação dos recursos, o Instituto SUSTENTE divulgará, no endereço eletrônico www.sustente .org.br , a listagem, contendo o resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação, na data constante no Anexo II deste edital.

5.2.10.6 Ao(A) candidato(a), na hipótese, da não homo logação, será aplicado o disposto no subitem 5.2.8.1.

5.2.11 O enquadramento ou não do(a) candidato(a), na condição de pessoa preta, parda ou indígena, não se configura em ato discriminatório de qualquer natureza.

5.2.12 Os (As) candidatos(as) pretos(as) ou pardos(as) concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

5.2.13 Além das vagas de que trata este edital, os(as) candidatos(as) pretos(as) ou pardos(as) poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência (PcD), se atenderem a essa condição, conforme subitem 5.1 e de acordo com a sua classificação na seleção.

5.2.14 Caso se enquadre na condição descrita no subitem 5.2.13, o(a) candidato(a) figurará nas duas listas específicas e será convocado(a) para ocupar a primeira vaga reservada a surgir, ocasião em que será, automaticamente, excluído(a) da lista remanescente.

5.2.15 Os (As) candidatos(as) pretos(as) ou pardos(as) aprovados(as) dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados(as) para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos(as) pretos(as) ou pardos(as).

5.2.16 Na hipótese de o(a) candidato(a) ser aprovado(a) tanto na condição de preto(a) ou pardo(a), quanto na de deficiente, a convocação dar-se-á, primeiramente, para o provimento de vaga destinada a candidatos(as) pretos(as) ou pardos(as), sendo facultada a escolha pela vaga de deficiente, garantidos, em ambos os casos, os mesmos direitos e benefícios assegurados ao(a) candidato(a) com deficiência.

5.2.17 Em caso de desistência de candidato(a) preto(a) ou pardo(a), aprovado(a) em vaga reservada, esta será preenchida pelo(a) candidato(a) preto(a) ou pardo(a) posteriormente classificado(a).

5.2.18 Na hipótese de não haver candidatos(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas aprovados(as), em número suficiente, para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação na seleção.

5.2.19 O Instituto SUSTENTE poderá utilizar recursos para gravação e registros nas hipóteses dos procedimentos aos atendimentos de cotas, estando desde já autorizado pelos(as) candidatos(as) para tal prática, com o objetivo de manter a segurança e lisura do certame.

5.3 Para as pessoas com idade igual ou maior que 60 anos, f ica reservado o percentual de 1% (um por cento) em que o número de vagas oferecidas seja igual ou superior a 10 (dez), das vagas previstas no Anexo I deste Edital ou das que forem criadas no prazo de validade desta Seleção Pública, por localidade de estágio , nos termos do Art. 1º da Lei Estadual nº 16.955, de 3 de julho de 2020.

5.3.1 A distribuição das vagas a candidatos(as) na condição estabelecida no subitem 5.3 será por opção de curso.

5.3.2 Caso a aplicação do percentual descrito no item 5.3, resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior que 0,5 (zero vírgula cinco), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

5.3.3 para concorrer deverá acessar o endereço eletrônico www.sustente.org.br , até a data constante no Anexo II, conforme especificado, cumulativamente e declarar-se, obrigatoriamente, que deseja concorrer nesta condição.

5.3.4 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) o preenchimento, de forma correta, do campo “data de nascimento”.

5.3.5 Caso seja identificado erro no preenchimento do campo a que se refere o subitem 5.3.4, que motivou sua classificação para esta cota, será desclassificado e eliminado da seleção, a qualquer tempo.

5.3.6 Conforme art. 2º da Lei Estadual nº 16.955, de 3 de julho de 2020, a s pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos poderão concorrer às vagas desde que estejam regularmente matriculadas e com frequência devidamente comprovada em instituições públicas ou privadas de ensino superior.

5.4 A contratação dos (as) candidatos (as) aprovados (as) respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos (as) com deficiência e a candidatos (as) pretos (as) ou pardos (as) .

5.5 Caso não existam candidatos (as) selecionados (as) com direito à reserva de vagas e em número suficiente para o preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, serão convocados (as) os (as) aprovados (as) da lista geral de ampla concorrência.

6 DO ATENDIMENTO ESPECIAL

6.1 O(A) candidato(a) que se enquadre na condição de pessoa com deficiência ou que não se enquadre nesta condição, mas que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado e/ou adaptação para a realização das provas deverá, obrigatoriamente, solicitá-lo, no ato da inscrição, informando quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.), através do endereço eletrônico www.sustente.org.br , até a data constante no Anexo II , preenchendo corretamente os respectivos campos solicitados e proceder cumulativamente, conforme descrito abaixo:

a) enviar via *upload* , Laudo Médico Original ou modelo, contendo todas as informações constante do Anexo VI, assim como identificação do(a) candidato(a) e do emissor (com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina e assinatura), com especialidade relacionada à deficiência apontada pelo(a) candidato(a) e o diagnóstico com expressa referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), caso contrário, o laudo não terá validade. Os Laudos médicos que não atendam ao que dispõe o art. 14-B da Lei nº 14.789/2012 (alterada pela Lei nº 17.562, de 22 de dezembro de 2021), deverão ter a validade máxima de 01 (um) ano anterior à publicação deste Edital;

b) enviar, via *upload* , o formulário do Anexo III, devidamente preenchido e assinado de próprio punho.

6.1.1 O(A) candidato(a) que não enviar a documentação por meio do endereço eletrônico a que se refere o subitem anterior, documentação incompleta, ilegível, com qualquer informação que possa gerar dúvida em sua leitura ou que não possa ser identificada, não terá a solicitação para concorrer na condição de Atendimento Especial deferida, sendo de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), verificar se as imagens anexadas na área de protocolo estão corretas.

6.1.1.1 A solicitação do(a) candidato(a), após o envio dos documentos mencionados no subitem 6.1, entrará automaticamente em análise, não sendo permitido, sob nenhuma hipótese, alteração, complementação ou inserção de novas informações ou documentos.

6.1.1.2 O laudo médico enviado, em área específica, para atender o subitem 5.1.3, não será considerado para efeito do subitem 6.1 alínea “a”, devendo ser reenviado, em área própria para atender o subitem 6.1 deste edital.

6.1.2 A documentação indicada, no subitem 6.1, deverá ser enviada em arquivos com extensão “.pdf” e com tamanho de até 3MB.

6.1.3 A solicitação realizada após o prazo e sem a documentação exigida no subitem 6.1 deste edital será indeferida.

6.1.4 O(A) candidato(a) deverá manter, aos seus cuidados, a documentação constante da alínea “a” do subitem 6.1 deste edital.

6.1.5 Caso seja solicitado pelo Instituto SUSTENTE, o(a) candidato(a) deverá enviar a referida documentação, por meio de carta registrada, para confirmação da veracidade das informações.

6.1.5.1 Os documentos solicitados, conforme descritos no subitem 6.1 não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

6.1.6 O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a), não sendo o Instituto SUSTENTE responsável por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

6.1.7 Aos (Às) candidatos(as) que, por razões de saúde, façam uso de aparelho auricular, bem como outros, tais como: medidor de glicemia, sondas etc., também se aplica o que está disposto no subitem 6.1, devendo ainda, informar no ato da inscrição.

6.2 O(A) candidato(a) que necessitar do auxílio de um ledor/transcritor, para realizar sua prova, deverá atestar necessidade através de recomendação decorrente de orientação médica específica, contida no laudo médico enviado pelo(a) candidato(a), e solicitar, conforme subitem 6.1 deste edital, procedendo cumulativamente, como descrito abaixo:

a) o ledor/transcritor deverá, também, preencher seus dados e assinar, obrigatoriamente, o requerimento solicitado no subitem 6.1. letra “b”;

b) enviar, via *upload* , cópia legível do documento de identidade original (frente e verso), com foto recente do ledor/transcritor, que deverá estar, em conformidade, com o subitem 8.24 deste edital.

6.2.1 Para este tipo de procedimento, toda a prova será gravada em áudio e imagens, estando desde já, autorizado pelo(a) candidato(a). O ledor/transcritor deverá se limitar apenas, a ler a prova em voz alta e o(a) candidato(a) responder em voz alta, para o ledor/transcritor, transcrever a resposta na prova on-line, assim como, a transcrição da redação, para o formulário on-line, onde o(a) candidato(a) também falará em voz alta, o texto a ser digitado, incluindo toda pontuação (pontos, vírgulas etc.), caso se aplique nessa seleção.

6.2.2 Este procedimento será monitorado de forma on-line, no momento da aplicação da prova, por equipe do Instituto SUSTENTE. Caso seja identificada qualquer irregularidade, o(a) candidato(a) terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado(a) da seleção.

6.3 Aplica-se a situação do subitem 8.25 aos casos de Atendimento Especial.

6.4 As solicitações de Recursos Especiais e Atendimentos Especiais serão atendidas, observando-se os critérios de viabilidade e razoabilidade.

6.5 Não será concedido Atendimento Especial, conforme descrito no item 6, caso a solicitação não seja efetuada no prazo constante do calendário do Anexo II.

6.6 Com o objetivo de manter a segurança e lisura do certame, o Instituto SUSTENTE utilizará recursos para gravação e registros, nas hipóteses dos atendimentos especiais, estando, desde já, autorizado pelo(a) candidato(a) para tal prática.

6.6.1 Esta condição também se aplica, ao ledor/transcritor.

6.7 A concessão de tempo adicional para a realização das provas às pessoas com atendimento especial, amparadas pelo § 2º, Art. 4º do Decreto 9.508/2018, somente será analisada se a recomendação for decorrente de orientação médica específica contida, no laudo médico, enviado pelo(a) candidato(a) e em conformidade com o item 6 deste edital.

6.8 A relação das solicitações de Atendimento Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.sustente .org.br , conforme data constante no Anexo II.

6.9 O não cumprimento do descrito, no item 6 e seus subitens acarretará, automaticamente, seu indeferimento.

6.10 As imagens dos documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise da documentação com clareza, sendo de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) verificar se as imagens, anexadas na área de protocolo, estão corretas.

6.11 Não caberá recurso para os subitens 6.1 e 6.2 e não será permitida a inclusão de informações complementares, quando do seu indeferimento.

7 DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 As provas serão realizadas exclusivamente no formato on-line, com acesso exclusivo através do endereço eletrônico **www.sustente.org.br** .

8 DAS ETAPAS DA AVALIAÇÃO E TESTE DE COMPATIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS

8.1 O Instituto SUSTENTE disponibilizará acesso virtual, em data prevista no calendário, constante do Anexo II, para teste de compatibilidade dos equipamentos a serem utilizados pelo(a) candidato(a) no dia da prova, conforme requisitos descritos no Anexo VIII, deste edital.

8.1.1 O(A) candidato(a) deverá realizar o teste de compatibilidade e a prova on-line no mesmo equipamento.

8.2 A sala virtual de aplicação, com o caderno de provas, estará disponível no Portal do Candidato, na data e horário descrito no calendário do Anexo II.

8.3 A Seleção Pública será composta de uma única etapa de avaliação no formato on-line e terá duração máxima de 3h (três horas).

8.3.1 A avaliação será aplicada na mesma data e horário para todos os(as) candidatos(as), conforme previsto no calendário do Anexo II.

8.3.2 A prova objetiva, será composta por 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, contendo cinco alternativas (“A” a “E”) e uma única resposta, cada uma valendo 2,0 (dois) pontos , perfazendo um total de 100,0 (cem) pontos . Consistirá, na aplicação das avaliações abaixo descritas, obedecendo ao programa disponível no Anexo V deste edital.

PROVAS

PROVA/ TIPO	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES	CARÁTER
Prova Objetiva	- Língua Portuguesa - 20 (vinte); - Conhecimentos Gerais e Atualidades – 10(dez); - Conhecimentos Específicos - 20 (vinte).	50	Eliminatório e classificatório

8.3.3 Será considerado(a) desclassificado(a), e, portanto, eliminados(as) da Seleção Pública, o (a) candidato (a) que obtiver pontuação inferior a 50,0 pontos (50%) da prova objetiva.

8.3.4 O resultado final da prova será o somatório da pontuação alcançada na prova objetiva, limitado a 100,0 (cem) pontos.

8.3.5 Em caso de empate na classificação, serão adotados, sucessivamente, os critérios de desempate:

a) Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), sendo considerada para esse fim, a data limite para correção de dados cadastrais, estabelecido no subitem 4.1 deste Edital;

b) Tiver maior quantidade de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Tiver maior quantidade de acertos na prova de Português ;

d) Tiver maior quantidade de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades;

Ainda persistindo o empate, terá preferência o candidato(a) mais idoso(a), sendo considerada para esse fim, a data limite para correção de dados cadastrais, estabelecido no subitem 4.1 deste Edital .

8.4 As especificações técnicas referentes ao tipo de equipamento, sistema operacional, demais itens a serem utilizados para a prova e outras instruções estão disponíveis no Anexo VIII deste edital.

8.5 O preenchimento das respostas será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na tela do acesso ao ambiente da prova on-line.

8.5.1 As questões já respondidas, não poderão ser alteradas.

8.6 É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a), garantir a conectividade com a internet durante toda a realização da prova e dispor de computador com a infraestrutura e a configuração mínima estipuladas no Anexo VIII deste edital.

8.7 O(A) candidato(a) que, não realizar a prova on-line será automaticamente, eliminado(a) do processo seletivo.

8.8 As provas objetivas on-line poderão ser randômicas e serão realizadas, no período estabelecido, no calendário do Anexo II deste edital.

8.9 Toda a prova será gravada, estando desde já, essa gravação autorizada pelo(a) candidato(a).

8.10 O Gabarito Resposta do(a) candidato(a) será disponibilizado para consulta, conforme data constante no calendário do Anexo II deste edital.

8.11 As condições e a operação dos equipamentos utilizados são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

8.12 Para garantir a confiabilidade e a segurança durante a realização da prova, cada participante será monitorado, em tempo real e a distância, por meio de áudio (microfone), imagens (webcam) e tela de sua prova, para fins de auditoria, através do processo de Índice de Credibilidade, previsto no item 3 do Anexo VIII deste edital. Caso um desses equipamentos esteja desligado, não compartilhado, com falhas de funcionamento, ou que seja identificado qualquer irregularidade, o(a) candidato(a) terá sua prova anulada e será, automaticamente, eliminado(a) da seleção.

8.13 O(A) candidato(a), quando eliminado(a) no processo de Auditoria de Índice de Credibilidade, poderá impetrar recurso contra sua eliminação no período indicado no Anexo II deste edital. Os recursos serão protocolados apenas no endereço eletrônico www.sustente .org.br, na área restrita ao(a) candidato(a), onde estará disponível formulário específico.

8.13.1 As imagens e áudios, dos(as) candidatos(as), capturados durante a realização da prova serão utilizados, exclusivamente, para fins de monitoramento e de fiscalização do cumprimento das regras deste edital e não serão fornecidos aos(às) candidatos(as).

8.14 O horário e duração das provas serão controlados por meio do cronômetro virtual, que encerrará a aplicação quando o tempo limite total da prova for atingido.

8.15 Não será permitido o uso de rascunhos e anotações pessoais do(a) candidato(a), em papel ou qualquer outro meio, durante a realização das provas.

8.16 Caso o(a) candidato(a) identifique quaisquer problemas com relação ao conteúdo de alguma questão e/ou alternativa de resposta, poderá, dentro do período indicado no Anexo II, apresentar recurso devidamente fundamentado, conforme disposto no item 10 deste edital.

8.17 A Comissão de Seleção não se responsabiliza por quaisquer situações de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores externos que impossibilitem a realização da prova.

8.18 As provas serão realizadas conforme data e horário previstos no Anexo II deste edital, sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) acompanhar o calendário no endereço eletrônico www.sustente .org.br.

8.19 Compete, ao(a) candidato(a), acompanhar a divulgação da informação prevista no subitem 8.18 deste edital, assim como todas as datas constantes no calendário do Anexo II.

8.20 É vedada qualquer espécie de consulta, bem como o ingresso na sala on-line de prova, portando ou utilizando quaisquer aparelhos eletrônicos, descritos no subitem 8.25 deste edital.

8.21 O caderno de provas será liberado, no horário estabelecido para seu início, somente aos(as) candidatos(as) presentes na sala virtual.

8.22 Em caso de perda de conexão, o(a) candidato(a) que já havia iniciado sua prova poderá ter a questão que estava em andamento anulada, sendo permitida nova conexão. O tempo de perda de conexão não será acrescido, sob hipótese alguma, no período total destinado à realização das provas. Todas as respostas anteriores à desconexão, estarão salvas.

8.23 Não haverá segunda chamada para a realização das provas, implicando, a não realização destas, a eliminação automática do(a) candidato(a) na seleção.

8.24 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pela Secretaria de Defesa Social ou órgão equivalente, pelo Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valem como documento de identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação.

8.24.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: registro de ocorrência em órgão policial, certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, além de documentos sem foto e/ou sem assinatura.

8.24.2 Será considerado danificado o documento que contiver mancha, rasura, deterioração ou ilegibilidade em qualquer um de seus dados, tais como: datas, número de registro, fotografia, impressão digital, que são aqui citados apenas de modo exemplificativo e não taxativo.

8.24.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

8.25 É terminantemente proibido portar ou deixar no ambiente onde as provas on-line serão realizadas: relógios de qualquer espécie e equipamentos eletrônicos, tais como: telefones celulares, smartphones, tablets, ainda que desligados, agenda eletrônica, tela estendida, outro computador ou notebook, máquina fotográfica, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, gravador ou similar, protetor auricular, fones de ouvido ou similares, sob pena de ser excluído do processo seletivo, além de ficar submetido às demais medidas cabíveis.

8.26 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção, o(a) candidato(a) que:

a) Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

b) For surpreendido(a) dando e/ou recebendo auxílio para a execução da prova on-line;

c) Comunicar-se com outras pessoas, durante a realização das provas, de forma presencial ou remota; utilizar máquinas calculadoras e/ou similares; réguas de cálculo; livros; anotações; impressos; e/ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação;

d) For flagrado(a) no ambiente onde as provas on-line estão sendo realizadas ou estiver utilizando ou portando, quaisquer dos objetos elencados no subitem 8.25;

e) Desviar sua atenção ou olhar constantemente para algum ponto fixo por mais de 03 (três) segundos, que não seja a tela onde sua prova esteja sendo respondida;

f) Fizer anotação, em qualquer outro meio, que não seja na prova on-line;

g) Afastar-se, a qualquer tempo ou desviar a atenção da frente da câmera do equipamento, onde está realizando a prova on-line;

h) Ausentar-se da prova ou sair do ângulo da câmera, não deixando, à mostra, o rosto completo e parte dos ombros;

i) Realizar a prova em dispositivos mobiles (celular ou tablet);

j) Conectar o computador a mais de um monitor, a um projetor ou realizar espelhamento com outro dispositivo;

k) Usar acessórios como: máscara, óculos escuros, quaisquer acessórios de chapelaria (capuz, boné, chapéu, bandana, gorro, touca, etc);

l) Portar, durante a realização da prova, qualquer aparelho eletrônico. Exemplo: celular, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie , *tablet* ou similar, mesmo que desligados;

m) Interromper ou não compartilhar a tela, a câmera e o áudio durante a realização da prova;

n) For detectada a presença de outras pessoas no ambiente; de ruídos ou de qualquer som que interfira na captação do áudio;

o) Ausentar-se do local de realização da prova on-line;

p) Utilizar livros, apostilas ou qualquer material durante a realização da prova;

q) Recarregar ou atualizar sua página;

r) Realizar *Print* da tela no equipamento onde realiza sua prova;

s) Fechar o navegador e abrir outra janela/aba ou programa no navegador;

t) Clicar fora ou sair da página da prova;

u) Realizar a prova ou parte dela com a câmera obstruída ou com imagens de baixa resolução, que venha a prejudicar a análise das imagens;

v) Realizar a prova ou parte dela em um ambiente com excessiva ou baixa luminosidade que venha a prejudicar a análise das imagens;

w) Realizar a prova sem monitoramento ou, parcialmente, sem monitoramento;

x) Descumprir as instruções contidas no ambiente de sua prova on-line;

y) Praticar qualquer outro ato contrário, aos bons costumes, à regular aplicação da fase da seleção, à ordem jurídica vigente ou aos dispositivos e condições estabelecidas neste edital e/ou em qualquer outro instrumento normativo vinculado à presente seleção;

z) Praticar qualquer ato de coação moral, ou ainda agredir verbalmente qualquer membro da equipe da seleção, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais;

aa) Durante a realização da prova, falar em qualquer tom de voz;

bb) Não deixar as orelhas à mostra;

cc) Descumprir as normas e instruções estabelecidas no Anexo VIII deste edital.

dd) Realizar a prova ou parte dela com a câmera que não esteja posicionada na frente do rosto do(a) candidato(a), que venha a prejudicar o seu reconhecimento facial.

8.26.1 Constatando-se que o(a) candidato(a) utilizou processos ilícitos através de meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, sua prova será anulada e automaticamente eliminado(a) da Seleção.

8.27 O(A) candidato(a), quando eliminado(a), pelo descumprimento de qualquer dispositivo do presente edital, poderá ter sua prova on-line finalizada, imediatamente.

8.28 Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, por qualquer motivo alegado pelo(a) candidato(a), com exceção dos deferimentos em conformidade com o subitem 6.7 deste Edital.

8.29 No dia de aplicação da prova on-line, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe do Instituto SUSTENTE, informações referentes ao seu conteúdo.

8.30 Os (As) candidatos(as), com cabelos longos devem apresentar-se com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.

8.31 Acarretará a eliminação do(a) candidato(a) ou anulação da questão, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas mencionadas, para a realização da prova, definidas neste edital, ou em outros relativos ao processo seletivo, nos comunicados, nas instruções ao(a) candidato(a) ou naquelas constantes em cada prova.

9 DAS VAGAS DO CERTAME

9.1 As vagas da Seleção Pública são as constantes do Anexo I, deste edital.

9.2 Será considerado(a) desistente e, portanto, eliminado(a) da Seleção Pública, o(a) candidato(a) que não comparecer nas datas estabelecidas pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, para preenchimento da vaga para a qual foi classificado(a).

9.4 Caso haja desistência das vagas oferecidas, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO promoverá tantas convocações quantas se fizerem necessárias, durante o período de validade da seleção, para preenchimento de vagas, observando-se a ordem rigorosa de classificação da função.

9.4 Os (As) Candidatos(as) aprovados(as) dentro do número de vagas ofertadas neste edital, serão convocados(as) dentro do planejamento administrativo, no período de validade desta Seleção Pública, sendo direito líquido e certo sua convocação neste período. Os (As) demais candidatos(as) classificados(as), fora das vagas ofertadas, ficarão em cadastro reserva, de modo que havendo a necessidade serão convocados(as), seguindo a ordem de classificação, ficando, neste caso, a nomeação condicionada às disposições pertinentes e às novas necessidades do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

9.5 A aprovação nesta seleção não assegura ao(a) candidato(a) o direito de ingresso automático. A convocação é de competência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, dentro do interesse e conveniência da Administração Pública, observando a ordem de classificação dos(as) candidatos(as) e em conformidade com o subitem 9.4.

9.6 Ficam asseguradas as convocações, conforme necessidade de provimento, dos candidatos classificados no PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS, até o término de sua vigência ou pelo esgotamento do cadastro de reserva, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

10 DOS RECURSOS

10.1 Recurso contra Gabarito preliminar da Prova Objetiva admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato(a), relativamente ao gabarito oficial preliminar, à formulação ou ao conteúdo das questões, bem como falhas que comprometam o pronto entendimento da solicitação da questão, desde que, devidamente fundamentado e instruído com material bibliográfico, podendo esse recurso ser interposto somente no prazo constante no calendário Anexo II e, respeitando as respectivas instruções.

10.1.1 O(A) candidato(a) deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

10.1.2 O formulário preenchido de forma incorreta, com campos em branco ou faltando informações será automaticamente desconsiderado, não sendo sequer, encaminhado à Banca Examinadora do Instituto SUSTENTE.

10.1.3 Após a análise dos recursos contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva, a Banca Examinadora do Instituto SUSTENTE poderá manter o gabarito, alterá-lo ou anular a questão.

10.1.4 Se, do exame de recurso, resultar a anulação de questão integrante da Prova Objetiva, a pontuação correspondente a ela, será atribuída a todos(as) os(as) candidatos(as).

10.1.5 Se houver alteração, por força dos recursos, do gabarito oficial preliminar de questão integrante de Prova Objetiva, essa alteração valerá para todos(as) os(as) candidatos(as), independentemente de terem recorrido.

10.1.6 Após a análise dos recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva, a Banca Examinadora do Instituto SUSTENTE poderá manter ou alterar o resultado divulgado.

10.1.7 Todos os recursos serão analisados, e as respostas serão divulgadas no endereço eletrônico www.sustente .org.br .

10.1.8 Não será aceito recurso via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo com este edital e suas alterações.

10.1.9 Os recursos serão protocolados exclusivamente de forma on-line, apenas, na área de recurso disponibilizado no endereço eletrônico www.sustente.org.br , em ambiente restrito ao(a) candidato(a), onde estará disponível formulário específico.

10.2 O gabarito preliminar e a prova objetiva ficarão, para fins de recurso e no prazo deste, disponíveis no endereço eletrônico www.sustente .org.br, conforme calendário do Anexo II.

10.3 Não serão analisados os recursos:

a) interpostos coletivamente;

b) sem a devida fundamentação;

c) intempestivos.

10.4 A Comissão Examinadora é a última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

10.5 Não será aceito pedido de revisão de recurso e/ou recurso de recurso.

11 DA REMUNERAÇÃO

11.1 O estágio será remunerado mediante a concessão de Bolsa Complementar Educacional equivalente ao valor de R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), auxílio transporte, seguro anual múltiplo contra acidentes pessoais com apólice compatível com valores de mercado e período de recesso de trinta dias remunerados, integral ou proporcionalmente ao período de estágio cumprido.

12 DO ESTÁGIO

12.1 O estágio será regido pelas normas e condições estabelecidas no Regulamento de Estágio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO vigente à época da convocação.

12.2 O regime de estágio implica na observância de uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o horário de expediente das Unidades do Poder Judiciário.

12.3 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO reserva-se o direito de formalizar os Termos de Compromisso de Estágio em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira.

12.4 Somente poderá assinar Termo de Compromisso de Estágio com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, o estudante que preencher os seguintes requisitos:

12.4.1 Estiver regularmente matriculado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação, e cursando, exclusivamente:

a) Do 4º (quarto) ao 10º (décimo) período para os cursos com graduação em 11 (onze) períodos.

b) Do 4º (quarto) ao 9º (nono) período para os cursos com graduação em 10 (dez) períodos.

c) Do 3º (terceiro) ao 8º (oitavo) período para os cursos com graduação em 09 (nove) períodos.

d) Do 3º (terceiro) ao 7º (sétimo) período para os cursos com graduação em 08 (oito) períodos.

e) Do 2º (segundo) ao 6º (sexto) período para os cursos com graduação em 07 (sete) períodos.

f) Do 2º (segundo) ao 4º (quarto) período para os cursos com graduação em 05 (cinco) períodos.

g) Do 2º (segundo) ao 3º (terceiro) período para os cursos com graduação em 04 (quatro) períodos.

h) Do 3º (terceiro) ao 4º (quarto) ano se o curso tiver duração de 05 (cinco) anos.

i) Do 2º (segundo) ao 3º (terceiro) ano se o curso tiver duração de 04 (quatro) anos.

12.4.2 Não estiver vinculado a outro programa de estágio.

12.5 É vedado ao(a) estudante figurar como estagiário(a) do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por período superior a 02(dois) anos, mesmo em cursos diversos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (Lei Federal 11.788/08, de 26/09/2008).

12.5.1 É vedado ao(a) estudante solicitar mudança de comarca durante todo o período do estágio.

12.6 A aprovação na presente seleção não confere ao(a) candidato(a) selecionado(a) o direito à contratação.

12.7 O(A) candidato(a) deverá declarar no ato da inscrição, que preenche as condições exigidas na Resolução nº 342, de 16/10/2012 da Corte Especial do TJ/PE, e que está de acordo com as normas deste Edital.

12.8 Somente poderão iniciar o Programa de Estágio do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, os estudantes que, preenchendo os requisitos estabelecidos, estiverem regularmente matriculados até o penúltimo período do curso, ou faltando 06 (seis) meses para encerramento do semestre letivo nos cursos anuais.

12.9 O estagiário não fará jus a outros benefícios ou indenizações que não estejam especificados no subitem 11.1, como auxílio-alimentação, auxílio-saúde, diárias e ajuda de custo, entre outros.

12.10 As convocações serão realizadas, pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, prioritariamente através de e-mail. E divulgadas no Diário de Justiça Eletrônico no endereço: www.tjpe.jus.br .

12.10.1 Em caso de impossibilidade técnica, o(a) candidato(a) poderá ser convocad(a)o por telefone.

12.11 O(A) candidato(a) convocado(a) deverá apresentar conforme edital de convocação para início de estágio, sob pena de ser excluído(a) do processo seletivo, os documentos que comprovem:

a) ser brasileiro (ex.: RG, CNH ou Certidão de Nascimento);

b) estar em dia com as obrigações militares (sexo masculino: Carteira de Reservista - Dispensa);

c) estar no gozo dos direitos políticos (ex.: Comprovante de votação ou Declaração equivalente);

d) estar matriculado(a) em Curso de Graduação para o qual concorreu;

e) aptidão para o exercício do estágio (atestado médico);

f) endereço residencial atual (comprovante de residência);

g) conta corrente no Banco Bradesco ou Santander, em seu nome (cópia do contrato).

h) foto 3x4 (PDF);

i) Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal

12.12 Será considerado(a) desistente do processo seletivo o(a) candidato(a) que, após a convocação:

a) Não apresentar a documentação solicitada no edital de convocação;

b) Não comparecer à Secretaria de Gestão de Pessoas nos prazos determinados;

c) Não devolver o Ofício de Apresentação com assinatura do Supervisor de Estágio e da Instituição de Ensino Superior no prazo estabelecido pela Gerência de Estágio do TJPE, após recebimento do documento. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

12.12.1 O(A) candidato(a) que expressar desinteresse em ingressar no Programa de Estágio assinará um Termo de Renúncia à vaga de estágio.

12.13 O(A) candidato(a) que não comprovar, no ato da convocação, as condições declaradas na inscrição será desclassificado(a).

12.14 O acompanhamento das publicações deste Edital, avisos e comunicados relacionados a esta Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a).

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Todos os horários definidos neste Edital, em seus anexos e em comunicados oficiais, têm como referência o horário oficial de Recife-PE.

13.2 O resultado final será publicado no endereço eletrônico www.sustente .org.br, na data constante no calendário Anexo II deste edital.

13.3 As informações prestadas pelos(as) candidatos(as) são de sua inteira responsabilidade, reservando-se, ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO **,** o direito de afastar do processo o(a) candidato(a) que apresentar documentos e comprovantes inverídicos, falsos, ilegíveis ou incompletos.

13.4 É de única e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar todas as publicações dos atos oficiais desta Seleção Pública, que serão realizadas nos endereços eletrônicos www.sustente .org.br , não podendo sobre estas alegar desconhecimento.

13.5 É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) manter seus dados atualizados, dentro do prazo de validade do certame. Após a publicação do resultado final, o(a) candidato(a) deve informar ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, eventual alteração do número de seu telefone ou do seu e-mail, pelo endereço sgp.dgf.estagio@tjpe.jus.br .

13.6 Cumpridas as exigências para ingresso no Programa de Estágio do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no ato da convocação, o(a) candidato(a) poderá solicitar o adiamento do início do estágio, mediante requerimento entregue no mesmo prazo e local estabelecidos para entrega da documentação.

13.6.1 O(A) candidato(a) que solicitar adiamento para início do estágio no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, caso deferido, será remanejado uma única vez, para a última posição da lista de classificados de sua opção de estágio.

13.7 Os casos omissos serão deliberados pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ouvida a Comissão responsável pelo acompanhamento da execução para o programa de Estágio.

13.8 O(A) servidor(a) efetivo do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que participar do Processo de Seleção para estagiários(as) e for habilitado e convocado para assumir a vaga, deverá cumprir a carga horária do estágio em local e horário diferentes ao de seu cargo efetivo.

13.9 O acompanhamento das publicações deste edital, avisos e comunicados relacionados a essa Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a).

13.10 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o Instituto SUSTENTE não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes ao conteúdo programático das provas deste Processo ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste edital.

13.11 Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos(as) candidatos(as) para a prova, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado.

13.12 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO e o Instituto SUSTENTE não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao(a) candidato(a) decorrentes de: endereço eletrônico errado ou não atualizado; endereço residencial errado ou não atualizado; endereço de difícil acesso; correspondência devolvida pela ECT por razões diversas, decorrentes de informação errônea de endereço por parte do(a) candidato(a); recebimento por terceiros.

13.13 Não serão aceitas outras formas de envio da documentação mencionada diferentes das descritas neste edital.

13.13 O Instituto SUSTENTE e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO poderão enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida ao(a) candidato(a), por e-mail ou pelos correios, sendo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto.

13.14 O Instituto SUSTENTE e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO não emitirão certificado de aprovação nessa seleção, valendo também, para tal, as publicações oficiais.

13.15 A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento das presentes instruções e aceitação das condições da seleção, tais como se acham estabelecidas neste edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais, não poderá alegar desconhecimento.

13.16 Em hipótese alguma será devolvida a importância paga pelo(a) candidato(a) para participar do certame, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

13.16.1 Não será aceito pedido de devolução do valor da inscrição, ainda que superior, em duplicidade ou fora do prazo de pagamento, estabelecido no calendário constante neste Edital.

13.17 Estará disponível, ainda, o Serviço de Atendimento ao(a) Candidato(a) do Instituto SUSTENTE, por meio dos telefones 0800.081.8100 e (81) 3423.9543 no horário das 9h às 17h dias úteis ou e-mail tjpe2025@sustente.org.br .

13.18 A presente Seleção Pública tem validade de 1 ano, podendo a validade ser prorrogada por mais 1 ano, a critério e conveniência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, a partir da data da publicação da homologação do resultado.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

(Republicado por haver saído com incorreção no DJe de 23/04/2025)

ANEXO I
QUADRO DE VAGAS
OPÇÕES DE CURSOS - TURNOS MANHÃ E TARDE

CURSOS	LOCAL ESTÁGIO	AC *	PCD **	PPP ***	Indígena	P=>60anos ****	TOTAL
DIREITO	RECIFE - MANHÃ	110	20	61	10	2	203
DIREITO	RECIFE - TARDE	12	3	8	1	1	25
ADMINISTRAÇÃO	RECIFE - MANHÃ	2	1	2	CR	CR	5
ADMINISTRAÇÃO	RECIFE - TARDE	8	1	4	CR	CR	13
ARQUITETURA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ARQUITETURA	RECIFE - TARDE	2	CR	CR	CR	CR	2
BIBLIOTECONOMIA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
BIBLIOTECONOMIA	RECIFE - TARDE	1	CR	CR	CR	CR	1
CIENCIA DA COMPUTAÇÃO	RECIFE - MANHÃ	1	CR	CR	CR	CR	1
CIENCIA DA COMPUTAÇÃO	RECIFE - TARDE	2	CR	CR	CR	CR	2
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	RECIFE - MANHÃ	1	CR	CR	CR	CR	1
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	RECIFE - TARDE	2	CR	CR	CR	CR	2
DESIGN	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
DESIGN	RECIFE - TARDE						
EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	RECIFE - TARDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ENGENHARIA CIVIL	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ENGENHARIA CIVIL	RECIFE - TARDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ENGENHARIA ELÉTRICA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ENGENHARIA ELÉTRICA	RECIFE - TARDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
FOTOGRAFIA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
FOTOGRAFIA	RECIFE - TARDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
HISTÓRIA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
HISTÓRIA	RECIFE - TARDE	1	CR	CR	CR	CR	1
JORNALISMO	RECIFE - MANHÃ	1	CR	CR	CR	CR	1
JORNALISMO	RECIFE - TARDE	2	CR	CR	CR	CR	2
MUSEOLOGIA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
MUSEOLOGIA	RECIFE - TARDE	1	CR	CR	CR	CR	1
PEDAGOGIA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PEDAGOGIA	RECIFE - TARDE	1	CR	CR	CR	CR	1
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	RECIFE - TARDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	RECIFE - TARDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

RÁDIO, TV E INTERNET	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
RÁDIO, TV E INTERNET	RECIFE - TARDE	1	CR	CR	CR	CR	1
SERVIÇO SOCIAL	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SERVIÇO SOCIAL	RECIFE - TARDE	1	CR	CR	CR	CR	1
SECRETARIADO	RECIFE - MANHÃ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	RECIFE - TARDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

OPÇÕES DE CURSOS - TURNO MANHÃ

CURSOS	LOCAL DE ESTÁGIO	AC *	PCD **	PPP ***	Indígena	P=>60anos ****	TOTAL
DIREITO	ABREU E LIMA	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	ABREU E LIMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ABREU E LIMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	AFOGADOS DA INGAZEIRA	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	AFOGADOS DA INGAZEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	AFOGADOS DA INGAZEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	AFOGADOS DA INGAZEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	AFRÂNIO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	AFRÂNIO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	AFRÂNIO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	AGRESTINA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	AGRESTINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	AGRESTINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ÁGUA PRETA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ÁGUA PRETA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ÁGUA PRETA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ÁGUAS BELAS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ÁGUAS BELAS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ÁGUAS BELAS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ALAGOINHA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ALAGOINHA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ALAGOINHA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ALIANÇA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ALIANÇA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ALIANÇA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ALTINHO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ALTINHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ALTINHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	AMARAJI	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	AMARAJI	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	AMARAJI	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ANGELIM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ANGELIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ANGELIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ARARIPINA	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	ARARIPINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ARARIPINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ARCOVERDE	2	CR	1	CR	CR	3
ADMINISTRAÇÃO	ARCOVERDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	ARCOVERDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ARCOVERDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BARREIROS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BARREIROS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BARREIROS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BELO JARDIM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BELO JARDIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BELO JARDIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BETÂNIA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BETÂNIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BETÂNIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BEZERROS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BEZERROS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BEZERROS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BODOCÓ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BODOCÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BODOCÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BOM CONSELHO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BOM CONSELHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BOM CONSELHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BOM JARDIM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BOM JARDIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BOM JARDIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BONITO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BONITO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BONITO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BREJO DA MADRE DE DEUS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BREJO DA MADRE DE DEUS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BREJO DA MADRE DE DEUS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	BUÍQUE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	BUÍQUE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	BUÍQUE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CABO	5	1	1	CR	CR	7
ADMINISTRAÇÃO	CABO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	CABO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CABO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CABROBÓ	1	CR	CR	CR	CR	1

ADMINISTRAÇÃO	CABROBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CABROBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CACHOEIRINHA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	CACHOEIRINHA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CACHOEIRINHA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CAETÉS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CAETÉS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CAETÉS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CAMARAGIBE	3	CR	1	CR	CR	4
ADMINISTRAÇÃO	CAMARAGIBE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CAMARAGIBE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CANHOTINHO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CANHOTINHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CANHOTINHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CAPOEIRAS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	CAPOEIRAS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CAPOEIRAS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CARNAÍBA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CARNAÍBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CARNAÍBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CARPINA	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	CARPINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CARPINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CARUARU	7	1	4	1	1	14
ADMINISTRAÇÃO	CARUARU	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	CARUARU	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CARUARU	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CATENDE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CATENDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CATENDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CONDADO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CONDADO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CONDADO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CORRENTES	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CORRENTES	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CORRENTES	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CORTÊS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	CORTÊS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CORTÊS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CUMARU	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	CUMARU	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CUMARU	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CUPIRA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CUPIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CUPIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	CUSTÓDIA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	CUSTÓDIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	CUSTÓDIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ESCADA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ESCADA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ESCADA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	EXU	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	EXU	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	EXU	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	FEIRA NOVA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	FEIRA NOVA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	FEIRA NOVA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	FERREIROS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	FERREIROS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	FERREIROS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	FLORES	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	FLORES	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	FLORES	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	FLORESTA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	FLORESTA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	FLORESTA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	GAMELEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	GAMELEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	GAMELEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	GARANHUNS	4	1	2	CR	CR	7
ADMINISTRAÇÃO	GARANHUNS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	GARANHUNS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	GARANHUNS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	GLÓRIA DE GOITÁ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	GLÓRIA DE GOITÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	GLÓRIA DE GOITÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	GOIANA	2	CR	1	CR	CR	3
ADMINISTRAÇÃO	GOIANA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	GOIANA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	GOIANA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	GRAVATÁ	2	CR	1	CR	CR	3
ADMINISTRAÇÃO	GRAVATÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	GRAVATÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	IATI	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	IATI	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	IATI	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	IBIMIRIM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	IBIMIRIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	IBIMIRIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	IGARASSU	2	CR	1	CR	CR	3
ADMINISTRAÇÃO	IGARASSU	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	IGARASSU	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	INAJÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	INAJÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	INAJÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	IPOJUCA	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	IPOJUCA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	IPOJUCA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	IPUBI	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	IPUBI	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	IPUBI	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ITAÍBA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ITAÍBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ITAÍBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ITAMARACÁ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ITAMARACÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ITAMARACÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ITAMBÉ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ITAMBÉ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ITAMBÉ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ITAPETIM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	ITAPETIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ITAPETIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ITAPISSUMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	ITAPISSUMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ITAPISSUMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	ITAQUITINGA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	ITAQUITINGA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	ITAQUITINGA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	JABOATÃO	7	2	5	1	1	16
ADMINISTRAÇÃO	JABOATÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	JABOATÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	JABOATÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SERVIÇO SOCIAL	JABOATÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	JOÃO ALFREDO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	JOÃO ALFREDO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	JOÃO ALFREDO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	JUPI	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	JUPI	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	JUPI	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	JUREMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

ADMINISTRAÇÃO	JUREMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	JUREMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	LAGOA DE ITAENGA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	LAGOA DE ITAENGA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	LAGOA DE ITAENGA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	LAGOA DOS GATOS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	LAGOA DOS GATOS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	LAGOA DOS GATOS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	LAGOA GRANDE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	LAGOA GRANDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	LAGOA GRANDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	LAJEDO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	LAJEDO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	LAJEDO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	LIMOEIRO	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	LIMOEIRO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	LIMOEIRO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	MACAPARANA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	MACAPARANA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	MACAPARANA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	MARAIAL	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	MARAIAL	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	MARAIAL	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	MIRANDIBA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	MIRANDIBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	MIRANDIBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	MORENO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	MORENO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	MORENO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	NAZARÉ DA MATA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	NAZARÉ DA MATA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	NAZARÉ DA MATA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	OLINDA	7	1	5	1	1	15
ADMINISTRAÇÃO	OLINDA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	OLINDA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	OLINDA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SERVIÇO SOCIAL	OLINDA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	OROBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	OROBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	OROBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	OROCÓ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	OROCÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	OROCÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	OURICURI	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	OURICURI	CR	CR	CR	CR	CR	CR

SECRETARIADO	OURICURI	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PALMARES	3	CR	1	CR	CR	4
ADMINISTRAÇÃO	PALMARES	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	PALMARES	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PALMARES	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PANELAS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	PANELAS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PANELAS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PARNAMIRIM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	PARNAMIRIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PARNAMIRIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PASSIRA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	PASSIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PASSIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PAUDALHO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	PAUDALHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PAUDALHO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PAULISTA	5	CR	2	CR	CR	7
ADMINISTRAÇÃO	PAULISTA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	PAULISTA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PAULISTA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PEDRA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	PEDRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PEDRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PESQUEIRA	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	PESQUEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PESQUEIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PETROLANDIA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	PETROLANDIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PETROLANDIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	PETROLINA	4	1	3	1	1	10
ADMINISTRAÇÃO	PETROLINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	PETROLINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	PETROLINA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	POMBOS	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	POMBOS	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	POMBOS	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	QUIPAPÁ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	QUIPAPÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	QUIPAPÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	RIBEIRÃO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	RIBEIRÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	RIBEIRÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	RIO FORMOSO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	RIO FORMOSO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

SECRETARIADO	RIO FORMOSO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SAIRÉ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	SAIRÉ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SAIRÉ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SALGUEIRO	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	SALGUEIRO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SALGUEIRO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SALOÁ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SALOÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SALOÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SANHARÓ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SANHARÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SANHARÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	3	CR	1	CR	CR	4
ADMINISTRAÇÃO	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SANTA MARIA DA BOA VISTA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SANTA MARIA DA BOA VISTA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SANTA MARIA DA BOA VISTA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO BENTO DO UNA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SÃO BENTO DO UNA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SÃO BENTO DO UNA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO CAETANO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SÃO CAETANO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SÃO CAETANO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO JOÃO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SÃO JOÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SÃO JOÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO JOQUIM DO MONTE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SÃO JOQUIM DO MONTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SÃO JOQUIM DO MONTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO JOSE DO BELMONTE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SÃO JOSE DO BELMONTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

SECRETARIADO	SÃO JOSE DO BELMONTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO JOSÉ DO EGITO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SÃO JOSÉ DO EGITO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SÃO JOSÉ DO EGITO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SÃO LOURENÇO DA MATA	2	CR	1	CR	CR	3
ADMINISTRAÇÃO	SÃO LOURENÇO DA MATA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SÃO LOURENÇO DA MATA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SERRA TAHADA	2	CR	1	CR	CR	3
ADMINISTRAÇÃO	SERRA TAHADA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	SERRA TAHADA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SERRA TAHADA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SERRITA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SERRITA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SERRITA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SERTÂNIA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SERTÂNIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SERTÂNIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SIRINHAÉM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	SIRINHAÉM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SIRINHAÉM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	SURUBIM	2	CR	1	CR	CR	3
ADMINISTRAÇÃO	SURUBIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	SURUBIM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TABIRA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TABIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TABIRA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TACAIMBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	TACAIMBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TACAIMBÓ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TACARATU	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TACARATU	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TACARATU	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TAMANDARÉ	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TAMANDARÉ	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TAMANDARÉ	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TAQUARITINGA DO NORTE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TAQUARITINGA DO NORTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TAQUARITINGA DO NORTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TIMBAÚBA	2	CR	CR	CR	CR	2
ADMINISTRAÇÃO	TIMBAÚBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TIMBAÚBA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TORITAMA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TORITAMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TORITAMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TRACUNHAÉM	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TRACUNHAÉM	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TRACUNHAÉM	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TRINDADE	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TRINDADE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TRINDADE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TRIUNFO	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	TRIUNFO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TRIUNFO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	TUPARETAMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	TUPARETAMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	TUPARETAMA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	VENTUROSA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	VENTUROSA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	VENTUROSA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	VERDEJANTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
ADMINISTRAÇÃO	VERDEJANTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	VERDEJANTE	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	VERTENTES	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	VERTENTES	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	VERTENTES	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	VICÊNCIA	1	CR	CR	CR	CR	1
ADMINISTRAÇÃO	VICÊNCIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	VICÊNCIA	CR	CR	CR	CR	CR	CR

DIREITO	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	3	CR	1	CR	CR	4
ADMINISTRAÇÃO	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
PSICOLOGIA	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR
SECRETARIADO	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	CR	CR	CR	CR	CR	CR

ANEXO II

CALENDÁRIO

Etapas	*Datas*	*Local*
Publicação do edital de abertura e período de Inscrição.	23/04/2025 a 13/05/2025	www.sustente.org.br A partir das10h do primeiro dia de inscrição até às 23:59h do último dia de inscrição.
Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição.	23 e 24/04/2025	Conforme item 3
Resultado definitivo dos pedidos de isenção da taxa de inscrição.	Até 30/04/2025	www.sustente.org.br
Último dia para pagamento da taxa de inscrição.	**14/05/2025**	Rede Bancária e Casas Lotéricas
Retificação e Convalidação das Informações de Inscrição.	Até 13/05/2025	Conforme item 4
Envio de documentação para os candidatos às vagas: Pessoa com Deficiência e Atendimento Especial.	23/04/2025 a 13/05/2025	Conforme subitem 5.1.3 e item 6
Resultado definitivo das solicitações às vagas: Pessoa com Deficiência e Atendimento Especial.	Até 21/05/2025	www.sustente.org.br
Envio de documentação para os candidatos às vagas: Minorias étnico-raciais.	23/04/2025 a 13/05/2025	Conforme subitem 5.2.3.1

Resultado definitivo de candidatos HABILITADOS para concorrer às vagas: Minorias étnico-raciais.	Até 21/05/2025	www.sustente.org.br
Resultado definitivo dos candidatos solicitantes de utilização do nome social.	Até 21/05/2025	www.sustente.org.br
Divulgação da Concorrência	Até 21/05/2025	www.sustente.org.br
Liberação do Ambiente virtual de prova on-line para Teste de Compatibilidade dos equipamentos dos candidatos.	28 e 29/05/2025	Conforme subitem 8.1 do Edital e item 2 do ANEXO VIII – Das 09h do dia 28 até às 17h do dia 29/05/2025.
Realização das provas	**30/05/2025 Abertura da Sala Virtual e Início da prova 14h.**	www.sustente.org.br
Divulgação do Caderno de Provas, do Gabarito Preliminar e do espelho do Gabarito dos Candidatos.	Até 03/06/2025	www.sustente.org.br
Prazo para recursos contra o Gabarito Preliminar da prova objetiva.	Iniciando na data e horário da publicação acima ficando disponível até às 23h59 do segundo dia da publicação.	www.sustente.org.br
Respostas dos Recursos contra o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva e divulgação do Gabarito Definitivo da Prova Objetiva.	Até 17/06/2025	www.sustente.org.br
Relação Preliminar dos candidatos eliminados no processo de Auditoria de Índice de Credibilidade.	Até 17/06/2025	Conforme subitem 7.16
Prazo para recursos contra a eliminação da Auditoria de Índice de Credibilidade.	Iniciando na data e horário da publicação acima ficando disponível até às 23h59 do segundo dia da publicação.	www.sustente.org.br
Resultado definitivo dos candidatos eliminados no processo de Auditoria de Índice de Credibilidade.	Até 26/06/2025	www.sustente.org.br
Relação Preliminar de candidatos HOMOLOGADOS no processo de heteroidentificação.	Até 26/06/2025	Conforme subitem 3.2.9
Prazo para recursos contra as análises das homologações no processo de heteroidentificação.	Iniciando na data e horário da publicação acima ficando disponível até às 23h59 do segundo dia da publicação.	www.sustente.org.br
Relação DEFINITIVA de candidatos HOMOLOGADOS no processo de heteroidentificação e r espostas aos Recursos das análises das homologações no processo de heteroidentificação.	Até 04/07/2025	www.sustente.org.br
Divulgação do Resultado Final.	Até 04/07/2025	www.sustente.org.br

ANEXO III

Modelo de formulário para solicitação de condições especiais de realização de prova

REQUISIÇÃO

À Comissão Geral da Seleção,

Eu,_____,Carteira de identidade nº. _____, inscrito nesta seleção sob o número de inscrição_____, solicito as seguintes condições especiais de provas pelo motivo abaixo descrito:

_____

_____

_____, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do(a) Candidato(a)

USO EXCLUSIVO PARA SOLICITAÇÃO DE LEDOR /TRANSCRITOR

Nome Completo do Ledor /transcritor (parente):_____

Assinale com um "[X]" o Grau de Parentesco:

TIPOS DE PARENTESCO			
PARENTES EM LINHA RETA:	**PARENTES EM LINHA COLATERAL:**	**PARENTES POR AFINIDADE:**	
Ascendente: 1º grau: pai e mãe [ ] 2º grau: avô / avó [ ] 3º grau: bisavô/bisavó [ ] **Descendente:** 1º grau: filho / filha [ ] 2º grau: neto / neta [ ] 3º grau: bisneto / bisneta [ ]	2º grau: irmão / irmã [ ] 3º grau: tio e tia, sobrinho e sobrinha [ ]	**Parentes exclusivamente do cônjuge ou companheiro(a) em linha reta:** **Ascendente:** 1º grau: pai / mãe [ ] 2º grau: avô / avó [ ] 3º grau: bisavô / bisavó [ ] **Descendente:** 1º grau: filho / filha [ ] 2º grau: neto / neta [ ] 3º grau: bisneto / bisneta[ ]	**Parentes exclusivamente Do cônjuge ou companheiro (a) em linha colateral:** 2º grau: irmãos / irmãs [ ] 3º grau: tio e tia, sobrinho e sobrinha [ ]

Declaro, sob as penas da lei, que possuo vínculo de parentesco com o(a) candidato(a) acima inscrito(a) nesta seleção, em conformidade com as exigências deste Edital, e que estou de acordo e irei cumprir todas as normativas descritas no referido Edital.

_____

Assinatura do ledor /transcritor (parente)

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE),** requeiro a isenção do pagamento da taxa de inscrição de acordo com o item 3 e seus subitens.

DADOS DO REQUERENTE:

Nome: _____

(Idêntico como impresso no Cartão CadÚnico)

Número de Identificação Social (NIS): _____

No. Inscrição (Nesta Seleção):_____ Data Nascimento: _____ Sexo: _____

Carteira de Identidade _____ Data Exp.: _____ Órgão Emissor:_____

CPF: _____ Nome da Mãe:_____

E-mail:_____

Endereço: _____ No: _____

Bairro:_____ CEP: _____ Tel.: (__)_____

Cidade:_____ UF: _____ CTPS: _____ Série: _____

Declaro sob as penas da Lei que estou ciente e de acordo com todas as exigências especificadas no edital.

_____

Assinatura do Requerente

_____, _____ de _____ de _____ .

ANEXO V

AS EVENTUAIS ALTERAÇÕES DAS LEIS QUE FAZEM PARTE DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS SERÃO CONSIDERADAS, DESDE QUE AS MUDANÇAS TENHAM OCORRIDO ATÉ A DATA DE PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL .

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

COMUM A TODOS OS CURSOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto; implícito e pressuposto; tipos e gêneros textuais; análise do discurso e variedades linguísticas; funções de linguagem; classes gramaticais: morfologia, sintaxe e semântica; regência e concordância nominal e verbal; colocação pronominal e nominal; regras ortográficas e de acentuação gráfica; uso dos sinais de pontuação; verbos: classificação, modos, tempos, vozes e aspectos verbais; conotação e denotação; linguagem figurada: metáfora, antítese, eufemismo, hipérbole, metonímia, silepse.

CONHECIMENTOS GERAIS

Assuntos nacionais e internacionais veiculados pela mídia de circulação nacional ou local (rádio, televisão, jornais, internet); Tópicos relevantes e atuais sobre segurança, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Principais acontecimentos históricos do Brasil e do mundo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

Princípios básicos da Administração Geral; características e evolução da Administração Pública; Taylorismo e modelos clássicos; Planejamento estratégico, tático e operacional; Ciclo PDCA; noções de Benchmarking e Balanced Scorecard; Estrutura organizacional e divisão do trabalho; comunicação organizacional e trabalho em equipe; fundamentos de liderança, chefia e comportamento organizacional; introdução à gestão do conhecimento e competências; noções de treinamento, desenvolvimento e gestão de desempenho; conceitos de poder organizacional (recompensa, coercitivo, legítimo, competência e referência); Administração Direta e Indireta; princípios constitucionais aplicados à Administração Pública; formas de gestão: patrimonialista, burocrática e gerencial; introdução às licitações e noções de orçamento público.

ARQUITETURA

AutoCAD 2D/3D; SketchUp; introdução ao Revit (BIM); NBR 6492 - Representação gráfica de projetos de arquitetura; NBR 9050 - Acessibilidade em edificações, mobiliário e espaços urbanos; noções básicas de NBR 6118 - Estruturas e NBR 9575 - Impermeabilização; fundamentos de conforto ambiental e tecnologia das construções; leitura básica de projetos complementares (elétrica, hidráulica, estrutural, urbanismo e prevenção de incêndios); elaboração de desenhos técnicos em etapas iniciais de projeto (legal e urbanismo); domínio de ferramentas digitais para plotagem em PDF e maquetes eletrônicas.

BIBLIOTECONOMIA

Teoria e princípios de indexação; catalogação (AACR-2); classificação (CDD e CDU); MARC; sistemas de gerenciamento de unidades de informação; redes de bibliotecas, como RVBI e BDJur; serviços de referência: teoria, princípios e serviços aos usuários; fontes de informação jurídica; referência bibliográfica; ISBN e ISSN; noções de repositórios digitais; tipos de bibliotecas.

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Desenvolvimento de software; modelagem orientada a objetos; linguagem de programação Java e noções básicas de Python; tecnologias para desenvolvimento Web: HTML, CSS e JavaScript; arquitetura REST (Representational State Transfer); metodologias ágeis, com foco em SCRUM; bancos de dados relacionais, gerenciadores de banco de dados e linguagem SQL; conceitos básicos de estruturas de dados e programação; fundamentos de sistemas operacionais modernos; arquitetura TCP/IP: conceitos e principais protocolos; noções de interoperação entre sistemas operacionais; redes de comunicação de dados; noções básicas de segurança de redes, incluindo criptografia básica e boas práticas de proteção; introdução à computação em nuvem (o que é e aplicações práticas); noções gerais de DevOps e integração contínua (CI/CD).

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Noções de Serviços Públicos: conceito; Serviço Privativo do Estado; Serviço de Utilidade Pública; Prestação de Serviço Mista; Contabilidade Básica e Aplicada ao Setor Público: conceito, objeto, objetivo, regime contábil, campo de aplicação; Plano de Contas: conceito e estrutura; Orçamento Público: conceito, princípios, ciclo orçamentário; Receita: conceito e estágios; Despesa: conceito e estágios; Despesas de Exercícios Anteriores: conceito; Suprimento de Fundos: conceito e restrições; Restos a Pagar: conceito; Prescrição: conceito e aplicação prática.

DESIGN

História da Arte Universal; História da Arte Brasileira; História do Design; Fotografia básica; Fotografia aplicada ao design gráfico; Produção gráfica; Animação; Tratamento de imagens; Softwares Gráficos: Adobe Photoshop; Adobe InDesign; Adobe Illustrator; Criação, diagramação e finalização de revistas, anúncios, folders, flyers, websites e e-mail marketing; Desenvolvimento de interfaces e layouts para apresentações e documentos; Técnicas e procedimentos para fechamento de arquivos gráficos.

DIREITO

CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, classificação e elementos; Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais; Princípios Fundamentais; Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente; Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; Organização do Estado: organização político-administrativa; União; Estados Federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios; Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais e Juízes dos Estados; Controle de Constitucionalidade: conceito; espécies; momentos de controle; sistemas de controle judicial.

ADMINISTRATIVO: Administração Pública: Conceito, estrutura legal dos Órgãos Públicos, natureza e fins; Princípios básicos da Administração: Legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, publicidade, eficiência; Poderes e deveres do administrador público: Poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia; Agentes da Administração; Atos Administrativos: Conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, validade, formalidade, motivação, revogação, anulação, modificação, extinção; Licitação: Conceito, finalidade, objeto, princípios, casos de dispensa e inexigibilidade, modalidades, fases, tipos; Contrato Administrativo: Características, disposições preliminares, cláusulas necessárias, garantias contratuais, duração, prerrogativas contratuais da Administração, formalização, alteração, execução, inexecução, revisão, rescisão; Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos); Lei de Improbidade Administrativa: Alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL: Direito Penal – Parte Geral: princípios do Direito Penal; aplicação da lei penal; teoria do crime; concurso de pessoas; extinção da punibilidade. Direito Penal – Parte Especial: crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio; crimes contra a administração pública; crimes contra a dignidade sexual; Lei de Drogas. Direito Processual Penal: princípios do processo penal; ação penal; inquérito policial; provas; prisões e medidas cautelares; recursos e execução penal. Legislação Penal e Processual Penal Especial: Lei Maria da Penha; Estatuto da Criança e do Adolescente (parte infracional); Lei de Organização Criminosa; Lei de Abuso de Autoridade; Lei de Execução Penal.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Direito Civil – Parte Geral: princípios do Direito Civil; personalidade e capacidade; bens e direitos reais; obrigações e contratos; responsabilidade civil. Direito Civil – Parte Especial: direito das sucessões; direito de família; posse, propriedade e direitos reais sobre coisas alheias. Direito Processual Civil: princípios do processo civil; jurisdição e competência; petição inicial e resposta do réu; provas; tutela provisória; recursos e execução de sentença. Legislação Complementar: Código de Defesa do Consumidor; Estatuto da Criança e do Adolescente (parte cível); Lei de Registros Públicos; Lei de Locações.

TRIBUTÁRIO: Conceito e espécies de tributo (impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios) e princípios constitucionais tributários. Competência tributária (União, Estados, DF e Municípios), repartição de receitas e limites constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária: fato gerador, sujeitos ativo e passivo e hipóteses de lançamento (por declaração, ofício e homologação). Crédito tributário: constituição, suspensão, exclusão e extinção; garantias e privilégios. Processo administrativo e judicial tributário; execução fiscal e defesa do contribuinte; crimes contra a ordem tributária. Lei 4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal, normas de Direito Financeiro, implicações orçamentárias e disposições tributárias na Constituição (arts. 145 a 169).

EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)

Análise biomecânica dos exercícios; princípios da cinética e cinemática. Fisiologia do Exercício e da Atividade Física: Respostas agudas e adaptações crônicas aos exercícios aeróbicos e resistidos. Prescrição de Exercícios Físicos para Populações Especiais (Idosos, gestantes, obesos, hipertensos, diabéticos e cardiopatas.) Treinamento Funcional e Condicionamento Físico. Planejamento, controle e avaliação do desempenho físico e motor. Avaliação Física e Funcional. Composição corporal, testes cardiorrespiratórios, neuromusculares e posturais. Musculação: Fundamentos e Metodologia de Treinamento. Variáveis do treinamento resistido; periodização; controle de carga. Atividade Física na Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças: Intervenções baseadas em evidências; estratégias comunitárias e individuais. Aspectos Éticos e Legais da Profissão de Educador Físico: Atuação conforme o CREF/CONFEF; sigilo, responsabilidade e limites profissionais. Nutrição Básica Aplicada à Atividade Física: Macronutrientes, hidratação, suplementação e orientação em parceria multiprofissional. Primeiros Socorros e Atendimento em Situações de Emergência: Reconhecimento e condutas iniciais em casos de lesões, síncope, parada cardiorrespiratória. Fundamentos da natação, hidroginástica e ludicidade.

ENGENHARIA CIVIL

Prática nos softwares AutoCAD 2D e Excel; NBR 6492 – Representação de Projetos de Arquitetura; Noções de Estruturas; Técnicas de Construção; Instalações Elétricas Prediais; Instalações Hidrossanitárias Prediais; Materiais de Construção; Noções básicas de cartografia; Introdução à Topografia; Noções de Fundações e Sistemas Estruturais; Sustentabilidade e Tecnologias Sustentáveis na Construção Civil.

ENGENHARIA ELÉTRICA

Geração de energia renovável (solar, eólica e biomassa) e integração em redes de distribuição. Eletrônica de potência e conversores de alta eficiência para aplicações industriais e veiculares. Sistemas inteligentes de distribuição (smart grids, microgrids e digitalização da rede elétrica). Veículos elétricos, eletromobilidade e infraestrutura de recarga. Armazenamento de energia (baterias de lítio, tecnologias de hidrogênio e soluções híbridas). Automação industrial, Indústria 4.0 e Internet das Coisas (IoT) em processos de manufatura. Proteção, controle avançado e gerenciamento de risco em sistemas de potência. Políticas públicas de energia, eficiência energética e sustentabilidade. Integração de telecomunicações (5G, IoT) nos sistemas elétricos e uso de redes de sensores. Sistemas embarcados e microcontroladores para aplicações de controle e supervisão. Regulação do setor elétrico, normatização (ABNT, IEC) e segurança do trabalho. Projetos de alta tensão e estudos de viabilidade para expansão das redes de transmissão. Simulação computacional de sistemas de potência e análise de qualidade de energia.

FOTOGRAFIA

Técnicas avançadas de iluminação e uso criativo de luz artificial e natural em ambientes internos e externos. Composição e linguagem fotográfica, explorando novas tendências estéticas e narrativas visuais. Pós-produção e fluxos de trabalho digitais, incluindo tratamento de imagem, gerenciamento de cores e uso de softwares especializados. Fotografia mobile e uso de dispositivos portáteis, abordando recursos de captura, edição e compartilhamento. Aplicações de inteligência artificial na fotografia, como ferramentas de correção automática, organização de bibliotecas e geração de conteúdo. Técnicas de fotografia em movimento (câmeras de ação, drones e gimbals) para cobertura de eventos, esportes e projetos de vídeo híbrido. Fotografia documental e fotojornalismo em tempos de redes sociais, incluindo ética e veracidade da informação visual. Licenciamento de imagem, direitos autorais e contratos, com enfoque em distribuição e uso comercial das fotografias. Empreendedorismo, branding e marketing digital, envolvendo criação de portfólio online e presença estratégica nas plataformas de mídia social. Fotografia de produtos e e-commerce, abrangendo técnicas de still life e ambientação para vendas virtuais. Fotografia em 360°, realidade virtual (VR) e realidade aumentada (AR), explorando possibilidades de imersão e interação.

HISTÓRIA

Conflitos na América Latina e no Oriente Médio; Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; História africana e indígena: importância e influência na formação da sociedade brasileira; História da América e suas Identidades; História do Brasil e a construção de identidades; História Geral: Processo de humanização, Paleolítico e Neolítico; Idade Moderna; O caráter científico da História; Seleção e organização de conteúdos históricos.

JORNALISMO

Características do texto jornalístico; Funções e estrutura do lide, da pauta e de outras ferramentas jornalísticas; Técnicas de redação para diferentes gêneros jornalísticos; Técnicas de apuração jornalística e condução de entrevistas; Funções, características e técnicas de webwriting; Press release: elaboração e uso estratégico; Técnicas e práticas em Assessoria de Imprensa; Noções de produção e edição de conteúdo audiovisual; Ética no jornalismo e impacto das fake news; Princípios de jornalismo investigativo.

MUSEOLOGIA

Conceitos de museu e museologia. A trajetória dos museus no Brasil. Funções dos museus (preservação, investigação e comunicação). Gestão de acervo: princípios éticos, legislação e política de acervos. Documentação museológica: inventário, catalogação e sistemas de informatização. Projeto, programa e plano museológico. De objeto a acervo museológico: musealização, objeto museológico e acervo museológico. Legislação aplicada a museus: Estatuto Brasileiro de Museus (Lei nº 11.904/2009) e decretos correlatos. Expografia e exposições (tipologias, técnicas e materiais) Ação educativa em museus: conceitos, prática e desafios contemporâneos. Conceitos de preservação, conservação e restauração. Documentação e conservação preventiva: diagnóstico, manuseio, embalagem e transporte.

PEDAGOGIA

Didática: Objeto de estudo da didática e ensino-aprendizagem; Teorias da Educação; Planejamento educacional; Prática pedagógica; A pedagogia de projetos; Interdisciplinaridade e transversalidade; Fundamentos da Educação Inclusiva; Alfabetização e Letramento; Educação Infantil; Avaliação da aprendizagem; Gestão escolar: fundamentos e práticas; Tecnologias educacionais e sua aplicação no ensino. Introdução às principais políticas públicas educacionais no Brasil; Fundamentos da legislação educacional, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e diretrizes curriculares nacionais.

PSICOLOGIA

Fundamentos da Psicologia: abordagens teóricas; principais escolas psicológicas; ética profissional. Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem: desenvolvimento humano; teorias do aprendizado; processos cognitivos. Psicopatologia e Saúde Mental: transtornos mentais; avaliação psicológica; psicoterapias e intervenções. Psicologia Organizacional e do Trabalho: comportamento no ambiente profissional; recrutamento e seleção; saúde mental no trabalho. Psicologia Social e Comunitária: relações sociais e identidade; políticas públicas; atuação na saúde coletiva. Avaliação Psicológica: métodos e técnicas; testes psicológicos e sua aplicação.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Produção e planejamento de campanhas institucionais, Conduta ética do publicitário, Opinião Pública. Linguagem publicitária e estrutura das peças; Conceito e estrutura das campanhas publicitárias; Redação publicitária; Produtos e Serviços. Conhecimento em criação de logomarcas, ícones, sinalizações e ilustrações; Conhecimento de programas de arquivo, Tratamento de imagens.

RÁDIO, TV E INTERNET

Planejamento de programas com foco em pré-produção eficiente: definição de pauta, escolha de cenários e gestão de equipe. Captação de áudio e vídeo em estúdio ou locações, utilizando equipamentos digitais e técnicas de iluminação para otimizar resultados. Produção transmídia e integração de plataformas (TV, rádio, web e redes sociais) para ampliar alcance e fidelizar o público. Pós-produção prática: edição de áudio e vídeo, finalização, correção de cor e mixagem sonora, empregando softwares profissionais. Gestão de transmissões ao vivo (lives e podcasts), com ênfase em planejamento, roteirização e interação em tempo real. Estratégias de marketing e monetização em plataformas digitais, fomentando parcerias, patrocinadores e anúncios segmentados. Edição e distribuição em streaming (VOD, OTT), administrando portais, aplicativos e canais de divulgação. Criação de conteúdo mobile-first, adaptando formatos para telas menores e aplicando técnicas de narrativa curta e imediata. Gerenciamento de comunidade e relacionamento com o público, estimulando participação ativa e feedback constante. Recursos de inteligência artificial, análise de métricas de audiência e automação de processos, visando escalabilidade e inovação.

SECRETARIADO

Fundamentos e teorias da Administração. Noções de contabilidade e finanças. Gestão da qualidade. Liderança. Português e comunicação. Redação oficial/empresarial. Técnicas secretariais: comunicação interpessoal; relacionamento com o público; atendimento telefônico; organização de reuniões e agenda; correspondências; gestão de arquivos e documentação. Eventos. Cerimonial e protocolo. Conhecimentos em informática. Código de ética profissional. Sigilo profissional.

SERVIÇO SOCIAL

Fundamentos Históricos e teóricos do serviço social e a dimensão política da profissão. Defesa e garantia dos direitos do cidadão no processo de inclusão/exclusão social no sistema capitalista. Vulnerabilidade social. Programas e Projetos Sociais. Pesquisa, planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Trabalho em equipe interdisciplinar e multidisciplinar. Instrumentalidade do Serviço Social: estudo de caso, técnicas de entrevista, elaboração de relatório, laudos e pareceres, trabalho com redes sociais; trabalho com a família e com a comunidade. Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto do Idoso. Lei orgânica da Assistência Social – LOAS. A Política de Assistência Social e demais dispositivos que a atualizam; Sistema Único da Assistência Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social.

ANEXO VI

INFORMAÇÕES GERAIS

O(A) candidato(a) deverá enviar o laudo para o Instituto SUSTENTE, na forma prevista especificada neste edital. O laudo médico deverá estar em conformidade com as exigências do Edital e:

a) Ter data de emissão de, no máximo, 01(um) ano antes da publicação deste edital;

b) Conter o nome e a assinatura do médico, carimbo e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina;

c) Descrever a espécie e o grau ou nível da deficiência, bem como a provável causa dessa deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10).

MODELO DO LAUDO MÉDICO

Atesto para fins de participação em concurso/Seleção Pública , que o(a) candidato(a) _____

_____

Portador do documento de Identidade nº: _____, é considerado(a) pessoa com deficiência à luz

da legislação brasileira por apresentar a(s) seguinte(s) condição(ões):

_____

a) DEFICIÊNCIA FÍSICA ( ):

( ) Paraplegia ( ) Triplegia ( ) Paraparesia ( ) Triparesia

( ) Monoplegia ( ) Hemiplegia ( ) Monoparesia ( ) Hemiparesia

( ) Tetraplegia ( ) Tetraparesia ( ) Paralisia Cerebral ( ) _____

( ) Amputação ou Ausência de Membro

b) DEFICIÊNCIA AUDITIVA ( ):

( ) Surdez moderada: apresenta perda auditiva de 41 (quarenta e um) a 55 (cinquenta e cinco) decibéis;

( ) Surdez acentuada: apresenta perda auditiva de 56 (cinquenta e seis) a 70 (setenta) decibéis;

( ) Surdez severa: apresenta perda auditiva de 71 (setenta e um) a 90 (noventa) decibéis;

( ) Surdez profunda: apresenta perda auditiva acima de 90 (noventa) decibéis.

( ) _____

c) DEFICIÊNCIA VISUAL ( ):

( ) Cegueira: quando não há percepção de luz ou quando a acuidade visual central é inferior a 20/400P (0,05WHO),

ou ainda quando o campo visual é igual ou inferior a 10 graus, após a melhor correção, quando possível;

( ) Visão subnormal: quando a acuidade visual é igual ou inferior a 20/70P (0,3 WHO), após a melhor correção;

( ) Visão monocular.

( ) _____

d) DEFICIÊNCIA MENTAL ( ):

A deficiência mental caracteriza-se por apresentar o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação anterior à idade de 18 anos aliado a limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade no que tange a: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, ou independência na locomoção, saúde, segurança, escola e lazer.

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 10) DA PATOLOGIA : _____

Idade do diagnóstico da deficiência: _____ Idade Atual: _____

Grau ou nível da deficiência: _____

Histórico da patologia: _____

Data da emissão deste Laudo: _____

_____

Assinatura do Médico / Especialidade / CRM / Carimbo

ANEXO VII

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE COTAS PARA MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS	
DADOS CADASTRAIS DO(A) CANDIDATO(A)	
Nome do Candidato(a)	Inscrição
Nome do pai	
Nome da mãe	
Naturalidade	Nacionalidade
Carteira Identidade	CPF

DECLARAÇÃO DE AUTORRECONHECIMENTO

DECLARO que me reconheço como **[ ] Preto(a)** / **[ ] Pardo(a)** / **[ ] Indígena** , conforme estabelecido nesse Edital, e nos termos da Resolução do CNJ nº 203/2015, e os motivos que me levaram a optar pelo sistema de cotas para minorias da Seleção Pública de auxiliares da justiça do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO** são:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Local e data:	Assinatura do(a) Candidato(a)
_____, _____ de _____ de ____	

ANEXO VIII

RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ON-LINE

1- Para realizar a prova, será necessário que o(a) candidato(a) certifique-se antecipadamente:

1.1 - Quanto às especificações de hardware e software

- A prova será realizada, exclusivamente, em Computador (desktop ou laptop/notebook).

¿ Windows 7, 8, 8.1, 10 e 11, Linux e MacOS.

¿ Browser Google Chrome e Mozila Firefox.

- Webcam (funcionando perfeitamente), manter a webcam (na posição central do monitor), ligada durante toda a prova, não é permitido o uso da câmera do celular.

- Conexão de internet estável, preferencialmente via cabo, verificar a estabilidade/qualidade de sua operadora de internet, conferir a suficiência de seu plano de dados para o dia da prova, recomendável mínimo de 10mb.

- Na abertura da sala virtual de aplicação da prova, será necessário capturar a imagem do seu rosto através da webcam do dispositivo acessado.

- Fechar todos os programas abertos, inclusive o antivírus, softwares de
edição de vídeos, tipo OBS STUDIO ou similares, mantendo apenas o navegador com uma aba aberta para realizar sua prova.

1.2 - Quanto ao ambiente e posicionamento no dia da prova

a) Certifique-se que não possui objetos ou aparelhos eletrônicos na visão da câmera (como calculadoras, espelhos, quadros, celulares, ar-condicionado, janelas com luminosidade excessiva, entre outros);

b) Realize a prova em um local com parede de fundo liso (para que não seja identificada a presença de objetos que possam prejudicar a leitura da câmera);

c) O ambiente deverá estar devidamente iluminado e silencioso, durante a realização da prova;

d) Não saia da visão da câmera, mantenha seu rosto centralizado na mesma posição que foi capturada sua foto inicial (permaneça concentrado em sua prova, sem desviar o rosto da frente da câmera por mais de 03(três) segundos;

e) É proibida a presença de outras pessoas, durante a realização da prova. Esse caso excetua-se aos(as) candidatos(as) com solicitações deferidas em consonância com o subitem 6.2 deste edital;

f) Não utilize aparelho celular ou outros equipamentos eletrônicos, durante a realização da prova, conforme especificados no subitem 8.25 deste edital;

g) Mantenha-se no mesmo ambiente e na mesma posição que tirou a foto, do início ao fim, para que o ângulo seja mantido;

h) É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) ter instalado, no equipamento em que realizará as provas, câmera habilitada para monitoramento durante todo o período de exame, assim como garantir conexão estável de rede (Internet) e de energia elétrica.

2- Teste de Compatibilidade dos Equipamentos:

a) Procure ter acesso ao ambiente virtual de forma antecipada, para realizar testes em seus equipamentos;

b) Certifique-se que não possui objetos ou aparelhos eletrônicos na visão da câmera (como calculadoras, espelhos, quadros, celulares, ar-condicionado, janelas com luminosidade excessiva, entre outros);

c) Realize seu teste em um local com parede de fundo liso (para que não seja identificada a presença de objetos que possam prejudicar a leitura da câmera);

d) O ambiente deverá estar com boa iluminação e silencioso;

e) Não saia da visão da câmera;

f) Caso o(a) candidato(a) identifique alguma incompatibilidade no equipamento testado, reinicie o procedimento, caso persista, reinicie em outro equipamento ou procure ajuda técnica, até que as incompatibilidades sejam sanadas;

g) As condições, configurações e a operação dos equipamentos utilizados são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a);

h) Recomendamos que feche qualquer outro aplicativo que use a câmera.

3- Processo de Auditoria de Índice de Credibilidade (Análise dos relatórios de Imagens):

a) A prova on-line possui normas/regras e ações de segurança digital, baseadas em ferramentas especializadas, de forma que seja garantida a veracidade das informações, evitando fraude durante sua execução;

b) A prova é protegida por níveis de segurança, utilizando-se de Inteligência Artificial;

c) Todo o período de realização da prova será gravado e passará por uma verificação posterior, processo de auditoria, por meio de relatório de índice de credibilidade através de imagens capturadas e áudios, durante sua execução;

d) Caso seja constatado, durante a análise da gravação do exame ou por meio eletrônico, estatístico ou visual, que um(a) candidato(a) descumpriu qualquer dispositivo deste edital ou se utilizou de meios ou processos ilícitos, sua prova não será validada;

e) A identificação de comportamentos inadequados (infrações) poderá levar a anulação da sua prova, sem que seja concedida outra oportunidade de realização ou compensação de qualquer espécie;

f) Caso seja comprovado o comportamento inadequado (infração), a prova do(a) candidato(a) será anulada com base nos relatórios de índice de credibilidade, gerados pelo sistema de monitoramento remoto e nas imagens/sons gravados durante a prova;

g) As imagens serão usadas, quando necessário, exclusivamente para análise de comportamento durante a aplicação e realização da prova, obedecendo aos critérios da LGPD.

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, NA DATA DE 23/04/2025, A SEGUINTE DECISÃO:

Decisão

SEI Nº 00011831-74.2025.8.17.8017

REQUERENTE: CARLOS NEVES DA FRANCA NETO JUNIOR.

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO ACESSO AO SISTEMA PJE DA CENTRAL DE AGILIZAÇÃO DA CAPITAL PARA MAGISTRADA.

Cuida-se de solicitação formulada pelo juiz Carlos Neves da Franca Neto Junior, Coordenador da Central de Agilização Processual, por meio da qual requer a prorrogação do acesso da magistrada Marília de Lourdes Lima dos Santos ao sistema PJE da Central de Agilização Processual da Capital e Região Metropolitana (ID nº 3084757).

O acúmulo de funções por juízes(as) ajuda a suprir a falta de magistrados(as) em determinadas regiões ou varas judiciais, melhorando a eficiência e diminuindo a sobrecarga de processos, que se evidencia alinhado ao interesse dos(as) jurisdicionados(as), sempre que o interesse público assim exigir, no juízo de oportunidade e conveniência da administração pública. Inclusive, em alguns casos, a adesão ao acúmulo dar-se voluntariamente, mediante Edital.

Neste sentido, acolho o parecer da CGJ (ID nº 3102757) pelos seus próprios fundamentos, para que seja mantida a habilitação da magistrada ao perfil do PJe da Central de Agilização Processual da Capital pelo prazo de 02 (dois) meses ou até impulsionar a totalidade dos feitos que lhe foram distribuídos .

Encaminhe-se à Secretaria Judiciária para a expedição do respectivo ato e dos registros funcionais pertinentes.

Intimações necessárias.

Em seguida, arquive-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, drs

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Comissão Permanente de Heteroidentificação

COMISSÃO RECURSAL DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

EDITAL nº 01/2025 - 1º EXAME NACIONAL DOS CARTÓRIOS - ENAC – 2025.1

O PRESIDENTE DA COMISSÃO RECURSAL DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, Desembargador Eudes dos Prazeres França, instituída conforme Ato Conjunto nº 06, de 14 de fevereiro de 2025 , no uso de suas atribuições legais:

1. Torna pública a conclusão da análise dos recursos apresentados à Comissão Recursal de Heteroidentificação do Poder Judiciário de Pernambuco (CRH/PJPE), referente ao Edital de Abertura CNJ nº 01, de 24 de janeiro de 2024, que regulamenta o 1º Exame Nacional dos Cartórios (ENAC – 2025.1) e o procedimento de heteroidentificação de candidatos(as) inscritos(as) autodeclarados(as) negros(as) , conforme ata da reunião realizada em 15 (quinze) de abril do ano de 2025.

2. Torna pública a relação nominal dos(as) candidatos(as) que tiveram seus recursos **não providos** pela CRH/PJPE.

Ordem	Nome do Candidato	CPF
1	ADRIANO NERI DA SILVA	034.197.414-56
2	ARICLENES BARBOSA DE ARAUJO	097.629.674-88
3	BRUNA ANGELICA BARBOSA CRUZ	087.543.706-04
4	CLIVISON CESAR CELESTINO DA SILVA	014.132.944-05
5	JOSE DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES	014.937.724-06
6	JOSE YURI DOS ANJOS SANTANA	112.313.964-40
7	LUIS OTAVIO PRAZIN BEZERRA	088.400.344-20
8	MARIA JUSCELIA ROCHA	728.568.904-15

3. T orna pública a relação nominal dos(as) candidatos(as) que tiveram seus recursos **não conhecidos** pela CRH/PJPE.

Ordem	Nome do Candidato	CPF
1	Pedro Fernando Vilar Soares da Silva	426.673.724-68

4. Disposições Gerais:

4.1. As deliberações da CRH/PJPE poderão ser acessadas pelo(a) candidato(a) através do endereço eletrônico (https://www.tjpe.jus.br/heteroidentificacao_enac/recurso_candidato) na opção “consulta de dados do candidato”;

4.2. Os certificados emitidos com base nas autodeclarações confirmadas pela CPH/CRH-PJPE terão validade apenas para o Exame Nacional dos Cartórios - ENAC, não servindo para outras finalidades, ressalvado o aproveitamento recíproco perante o Exame Nacional da Magistratura - ENAM, nos termos e prazos disciplinados no art. 11-A da Resolução CNJ nº 541/2023;

4.3. O(a) candidato(a) considerado(a) inapto(a) no procedimento de heteroidentificação participará do Exame Nacional dos Cartórios no regime da ampla concorrência;

4.4. Aplicam-se as demais orientações dispostas na Portaria nº 09, de 14 de fevereiro de 2025, que disciplina o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos(as) candidatos(as) negros(as), para os fins do 1º Exame Nacional dos Cartórios – ENAC – 2025.1.

Publique-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Des. Eudes dos Prazeres França

Presidente da Comissão Recursal de Heteroidentificação

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Processo nº 0000763-28.2025.2.00.0817 – RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR (1301)
REPRESENTANTE: (...)
REPRESENTADO: (...)

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO / OFÍCIO

Cuida-se de **Reclamação Disciplinar** formulada por (...) em face do Juízo da (...) , noticiando suposta morosidade na condução do processo de NPU (...) .

No parecer de ID 5732235, a Exma. Juíza Corregedora Auxiliar da 3ª Entrância, Dra. Roberta Viana Jardim, opinou pelo arquivamento da presente reclamação, nos seguintes termos:

"(...)

Cuida-se de Reclamação Disciplinar apresentada a este órgão censor por (...) em face da (...) , no bojo do qual noticiou suposta morosidade na condução do processo n° (...) (Cumprimento de Sentença).

Em suma, narrou o representante que o processo está concluso para despacho acerca de requerimentos formulados por meio das petições dos Id's 166609696 e 186670997 dos autos, protocoladas nos dias 08.04.2024 e 29.10.2024, respectivamente.

O requerimento destacou que efetuou, junto à unidade reclamada, inúmeras diligências e não conseguiram impulsionar o feito, ante o fato de que os servidores sempre alegam dificuldades internas. Frisou, também, que o processo tem como autores pessoas idosas e que está em vias de completar 20 anos de tramitação.

Diante do alegado na peça inaugural, a (...) foi notificada para apresentar esclarecimentos, colacionando resposta sob o Id 5723067.

A unidade representada, inicialmente, esclareceu que:

'As últimas movimentações nos autos são as seguintes:

Despachos prolatados nos autos em 22/12/2021, id 95711116.

Decisão para fins de bloqueio via sisbajud que restou infrutífera em 21/02/2022, id 99083519;

Despacho prolatado nos autos em 16/08/2022, id 112401725;

Despacho prolatado nos autos em 23/09/2022, id 115568076;

Despacho ordinatório em 20/10/2022, id 117820317;

Despacho determinando expedição mandado de penhora em 16/10/2023, id 147900443;

Despacho determinando novo mandado de penhora em 23/11/2023, id 152303152;

Despacho determinando a reexpedição do mandado de penhora no último dia 25/03/2025, encontrando-se na (...) **para cumprimento; id 198848701.**

Diante do narrado, percebe-se que o feito está tramitando regularmente e se não acontece com velocidade desejada pelo Noticiante, isto não pode ser atribuído a este Juízo, pois depende da localização de bens do executado.

Importante destacar ainda, o que é de conhecimento da Justiça Pernambucana, que no ano de 2024 houve um salto assustador de novas ações de saúde envolvendo Autismo com descumprimentos de tutelas, estando ainda na fase de conhecimento, ensejando bloqueios de valores via Sisbajud, para fazer cumprir a decisão judicial. Tal situação demandou o redirecionamento da concentração de esforços do gabinete num primeiro momento buscando evitar que os menores não tivessem seus tratamentos interrompidos.

Não bastasse isso, destaco ainda que essa unidade possui 05 Recuperações judiciais, processos complexos e que também demandam atenção especial da unidade.

Ainda, com a nova sistemática da (...) , em não atender mais os patronos dos processos, as partes e seus procuradores comparecem diariamente a esta unidade solicitando que essa magistrada entre em contato com a (...) para cumprir os expedientes, transformando os gabinetes em verdadeiro balcão de atendimento desvirtuando sua atividade fim.

Esta magistrada tem o compromisso de buscar incansavelmente o processamento dos feitos de forma célere, mas que em alguns momentos não terá a rapidez que a parte deseja, seja pelas peculiaridades de cada processo, seja pelas questões já pontudas acima.

Por fim, destaco que o compromisso com a prestação jurisdicional pode ser constatado pelo agraciamento da (...) , com o PREMIO GESTÃO, EFICIENCIA E QUALIDADE - selo PRATA nos anos de (...) e (...) '.

Vieram conclusos os autos.

É, no essencial, o relatório. Passo a opinar.

Consoante relatado, a presente Reclamação tem por nascedouro a notícia apresentada a este órgão censor por (...) , o qual narrou suposta morosidade do Juízo da (...) , na condução do processo n° (...) .

Deflagrada a instrução preliminar, foram colhidos os esclarecimentos da unidade representada, no bojo dos quais informou que o feito havia sido impulsionado em 25.03.2025 (Id 198848701), sendo determinada a reexpedição do mandado de penhora e avaliação e o cumprimento, por parte da (...) , de todas as determinações contidas no despacho de Id 147900443.

Pois bem.

Das informações jungidas a este caderno eletrônico, extrai-se que o Juízo reclamado proferiu Despacho determinando a reexpedição do mandado de penhora e avaliação, além do cumprimento de outras determinações.

Desta forma, é de se reconhecer o atingimento do objeto principal desta Reclamação, uma vez que o Juízo normalizou marcha processual, ao proferir despacho impulsionando o feito, situação que se amolda ao preconizado no §1º do artigo 26 do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça [1] , aqui invocado por analogia.

O mencionado dispositivo tem servido de fundamento nos feitos de similar natureza submetidos ao crivo da Corregedoria Nacional de Justiça, *in verbis* :

"RECURSO ADMINISTRATIVO EM REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. PERDA DE OBJETO. NÃO DEMONSTRADO ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA. ART. 26, § 1º, DO REGULAMENTO GERAL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **1. Conforme demonstrado, foram adotadas as medidas necessárias à normalização do curso da demanda reclamada, causando a perda de objeto. 2.** Em âmbito administrativo disciplinar, é necessário que se leve em conta o caso concreto, a situação logística do juízo e o elemento subjetivo da conduta do magistrado para demonstração de excesso de prazo injustificado. **3.** O art. 26, § 1º, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça exige o arquivamento das representações se ficar demonstrado que não decorreu da vontade ou de conduta desidiosa do magistrado. **4.** Não há justa causa ou razoabilidade para instauração de procedimento administrativo disciplinar. **5.** Ausência de infringência aos deveres funcionais ou inércia do magistrado. Recurso administrativo improvido" (CNJ - RA – Recurso Administrativo em REP - Representação por Excesso de Prazo - 0000516-49.2020.2.00.0000 - Rel. HUMBERTO MARTINS - 66ª Sessão Virtual - julgado em 5/6/2020).

Desta forma, à luz dos elementos acima destacados, considerando a satisfação do objeto que ensejou a instauração deste procedimento, bem como não divisar circunstância clara que que indique uma atuação irregular da unidade ora representada, no caso *sub examine* , com fulcro no art. 9º, §2º, da Resolução CNJ nº 135/2011 [2] , e no art. 129, do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco [3] , **OPINO PELO ARQUIVAMENTO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR** , conforme razões já delineadas no corpo do presente opinativo.

(...)". Grifos conforme o original

É o relatório. Decido.

Em consulta ao sistema PJe de 1º grau, verifica-se que o processo de NPU (...) **foi devidamente impulsionado com a prolação de despacho, determinando a reexpedição do mandado de penhora e avaliação e outras determinações, em 25.03.2025, conforme ID 198848701.**

Nesse contexto, considerando o atendimento do pedido da exordial e a inexistência de indícios de eventual falta funcional cometida pelo magistrado ou servidores da unidade judiciária, **adoto como razões de decidir os fundamentos do parecer apresentado pela Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância, pelo que determino o arquivamento do presente procedimento.**

Encaminhe-se à Corregedoria Nacional de Justiça cópia da presente decisão.

Publique-se, com supressão do nome e Juízo de atuação dos envolvidos, dando-se ciência aos interessados acerca do teor desta decisão. Em seguida, arquive-se.

Cópia desta serve como ofício.

Recife, 22 de abril de 2025.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

Processo nº 0000481-87.2025.2.00.0817 – RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR (1301)
RECLAMANTE: (...)
RECLAMADO: (...)

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO / OFÍCIO

Cuida-se de **Reclamação Disciplinar** formulada pelo **Dr.** (...), advogado (OAB/PE (...)), em face do **Juízo de Direito da** (...), serventia judicial sob responsabilidade do Exmo. Dr. (...), alegando morosidade na expedição de alvará judicial referente ao processo de NPU (...).

Após regular notificação pela Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância, o Juízo de Direito da Vara (...) apresentou esclarecimentos de ID 5643323, comunicando acerca da expedição do alvará no sistema SisconDJ, bem como de sua regular assinatura pelo magistrado.

Ato contínuo, a fim de esclarecer aparente dissonância entre a informação fornecida nos esclarecimentos de ID 5643323 e o conteúdo dos autos do processo ora em comento, a Corregedoria Auxiliar da 1ª Entrância determinou nova notificação ao gerente da unidade judicial sobredita, o qual informou o efetivo cumprimento da providência judicial ora solicitada (ID 5667660).

As informações foram apresentadas ao conhecimento do reclamante para que apresentasse manifestação no prazo de 03 (três) dias. Contudo, consoante certidão de ID 5742101, não houve qualquer manifestação dentro do prazo estabelecido.

O Juiz Corregedor Auxiliar da 1ª Entrância, Exmo. Dr. André Carneiro de Albuquerque Santana, exarou parecer de ID 5776219, opinando pelo arquivamento da presente reclamação.

É o relatório, no essencial. Decido.

Analisando a movimentação processual do feito de origem na plataforma do PJE de 1º grau, observo que o objeto deste procedimento foi atendido, **porquanto fora providenciada a expedição do alvará referente ao processo em questão, o qual se encontra devidamente assinado pelo magistrado reclamado, consoante ID 200654734.**

Dessa forma, verifico que não há qualquer ilícito administrativo disciplinar a ser imputado ao magistrado, pois não houve desídia ou justa causa apta a ensejar a abertura de processo administrativo disciplinar.

Nesse panorama, a circunstância atrai a incidência do art. 24, § 1º, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça, segundo o qual *"a prática do ato, a normalização do andamento ou a solução do processo poderão ensejar a perda de objeto da representação"* , notadamente quando não se verificar conduta dolosa ou gravemente desidiosa na condução do feito (ou sequer alegação), como ocorre no presente caso.

Nesse sentido, confira-se a orientação prevalecente no Conselho Nacional de Justiça:

"RECURSO ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. NORMALIZAÇÃO DO ANDAMENTO PROCESSUAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 24, § 1º, DO REGULAMENTO GERAL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE CONDUTA DOLOSA OU GRAVEMENTE DESIDIOSA DO MAGISTRADO. RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO PROVIDO.

1. "A prática do ato, a normalização do andamento do processo ou a solução do processo poderão ensejar a perda de objeto da representação". Inteligência do artigo 24, § 1º, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

2. Ausência de conduta dolosa ou gravemente desidiosa por parte do magistrado, ora recorrido.

3. Recurso administrativo não provido."

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em REP - Representação por Excesso de Prazo - 0001467-72.2022.2.00.0000 - Rel. LUIS FELIPE SALOMÃO - 117ª Sessão Virtual - julgado em 16/12/2022).

Ante o exposto, **determino o arquivamento deste procedimento** , nos moldes do art. 24, § 1º, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça.

Publique-se , com supressão de nome e juízo de atuação dos envolvidos, dando ciência aos interessados acerca do conteúdo da presente decisão.

Após, **encaminhe-se** à Corregedoria Nacional de Justiça cópia do presente procedimento, em atenção ao disposto no Art. 9º, §3º, da Resolução nº 135/2011 [1] do CNJ.

Cópia desta serve como ofício.

Recife, 22 de abril de 2025.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

[1] Resolução 135/2011 – CNJ - Art. 9º *(omissis)*

§3 º - Os Corregedores locais, nos casos de magistrado de primeiro grau, e os presidentes de Tribunais, nos casos de magistrados de segundo grau, comunicarão à Corregedoria Nacional de Justiça, no prazo de quinze dias da decisão, o arquivamento dos procedimentos prévios de apuração contra magistrados.

Processo nº 0000582-27.2025.2.00.0817 – PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)
REQUERENTE: (...)
REQUERIDO: (...)

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO / OFÍCIO

Cuida-se de **pedido de providências** autuado nesta Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, tendo em vista denúncia encaminhada por *e-mails* , na qual o remetente relata possível " *(...)* " e suposta distribuição direcionada/por dependência de ações, mencionando processos específicos e correspondentes unidades judiciais de primeiro grau de jurisdição.

No que que diz respeito ao Juízo de Direito da (...), infere-se tratar-se da Ação nº (...).

Diante desse cenário, determinei a notificação do magistrado titular responsável pela unidade judicial de primeiro grau de jurisdição ora requerida, a fim de que apresentasse informações sobre o procedimento em epígrafe.

Em atendimento à mencionada notificação, o Exmo. Dr. (...), magistrado responsável pela unidade em comento, informou, em essência, que (Id 5602262): (**i**) na ação judicial de que se trata, indeferiu o pedido de liminar; (**ii**) em agravo de instrumento, o Tribunal de Justiça concedeu a tutela provisória de urgência; (**iii**) "C *om a regular marcha processual, este Juízo identificou que se trata de demanda predatória, razão porque foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução do mérito (ID 188298074), condenando-se a parte autora em litigância de má-fé, e determinando a expedição de diversos ofícios, inclusive para a* (...) *e* (...) *(para investigação), e órgão* ad quem *(para comunicar a perda do objeto do agravo interposto)* "; (**iv**) " *A parte autora buscou, junto ao órgão* ad quem *, a manutenção dos efeitos da decisão de tutela de urgência,*

tendo sido deferido o efeito suspensivo ativo para sustar os efeitos imediatos da sentença "; (**v**) " *Foi interposta apelação, e apresentadas contrarrazões, com remessa ao Tribunal de Justiça* ".

É o breve **relatório** . Decido.

De início, anoto que a ausência de regular identificação da pessoa responsável pela denúncia não impede, só por si, a apuração dos fatos.

Com efeito, na esteira do art. 8º, *caput* , da Resolução CNJ nº 135/2011, " ***O Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau*** *, o Presidente ou outro membro competente do Tribunal, nos demais casos,* ***quando tiver ciência de irregularidade, é obrigado a promover a apuração imediata dos fatos*** *, observados os termos desta Resolução e, no que não conflitar com esta, do Regimento Interno respectivo* " (destaquei em negrito).

É certo também que, " *Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração* " (Súmula nº 611/STJ).

Por outro lado, " *Nos termos do entendimento do Conselho Nacional de Justiça, é inadmissível a instauração de procedimento disciplinar quando inexistentes indícios ou fatos que demonstrem que o Magistrado tenha descumprido deveres funcionais ou incorrido em desobediência às normas éticas da magistratura* " (CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0004709-39.2022.2.00.0000 - Rel. Luis Felipe Salomão - 4ª Sessão Virtual de 2024 - julgado em 26/03/2024).

É o que ocorre em relação à denúncia ora em apreço.

Não há indícios, tampouco provas, que apontem para a prática de eventual infração disciplinar a reclamar a atuação desta Corregedoria local.

A denúncia está apoiada em ilações, referências genéricas e conjecturas e remete a supostas irregularidades cometidas no curso da Ação nº (...), mas não individualiza, em bases concretas, nenhum comportamento do magistrado responsável pela condução do feito em primeiro grau de jurisdição que pudesse configurar infração disciplinar por violação de dever funcional.

Nesse quadro, não demonstrada justa causa, requisito essencial para a instauração de processo administrativo disciplinar, impõe-se o arquivamento do presente procedimento prévio de apuração.

É a orientação prevalecente no Conselho Nacional de Justiça:

"RECURSO ADMINISTRATIVO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ALAGOAS. ALEGAÇÃO DE MANOBRAS ENTRE AUTORIDADES DO JUDICIÁRIO ALAGOANO. TRAMITAÇÃO REGULAR DOS AUTOS JUDICIAIS. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE O MAGISTRADO TENHA DESCUMPRIDO DEVERES FUNCIONAIS OU INCORRIDO EM DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS ÉTICAS DA MAGISTRATURA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO PROVIDO.

1. A independência funcional do magistrado reverbera em garantia de prestação jurisdicional imparcial, em favor da sociedade, expressamente prevista no art. 41 da LOMAN, somente podendo ser questionada administrativamente quando demonstrado que o órgão judicial atuou com parcialidade decorrente de má-fé, o que não se verificou no caso.

2. **Os fatos como postos na petição inicial e no recurso administrativo, apresentados de forma genérica pelo requerente, com ilações subjetivas, sem provas ou indícios de provas da veracidade das conclusões, não revelam a prática de infração disciplinar por membro do Poder Judiciário, apta a ensejar a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça** .

3. **Não demonstrada justa causa, requisito essencial para a instauração de PAD, impõe-se o arquivamento da reclamação disciplinar** .

4. Recurso administrativo não provido."

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0002810-69.2023.2.00.0000 - Rel. Luis Felipe Salomão - 13ª Sessão Virtual de 2023 - julgado em 15/09/2023). (destaquei em negrito)

"RECURSO ADMINISTRATIVO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. DESEMBARGADOR ESTADUAL. ALEGADO COMPARTILHAMENTO DE MENSAGEM COM CONTEÚDO OFENSIVO A AUTORIDADES. NÃO COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS QUE DEMONSTREM QUE O MAGISTRADO TENHA DESCUMPRIDO DEVERES FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1 - É inadmissível a instauração de procedimento disciplinar quando inexistentes indícios ou fatos que demonstrem que o magistrado tenha descumprido deveres funcionais ou incorrido em desobediência às normas éticas da magistratura.

2 - **Os procedimentos disciplinares não podem ter prosseguimento em hipóteses circunscritas a simples ilações, referências genéricas, conjecturas pessoais, pois a instauração de PAD pressupõe que as imputações tenham sido respaldadas por provas ou indícios que evidenciem a prática de condutas ilícitas por parte do magistrado** .

3 - Hipótese em que o reclamante não juntou aos autos a publicação original com o texto integral no sítio eletrônico da rede social, ou qualquer outro documento que comprovasse o alegado, limitando-se a juntar, nas próprias petições, colagens de fotos ou prints com trechos recortados de imagens do que teria sido postado na página pessoal da reclamada, insuficientes para a deflagração de procedimento disciplinar.

4 - A existência de denúncia ofertada e ainda não recebida contra a reclamada não impede a manutenção do arquivamento da presente reclamação disciplinar tendo em vista a independência das instâncias, mormente porque novo procedimento administrativo de natureza disciplinar poderá, sempre, ser instaurado no âmbito deste Conselho Nacional de Justiça, caso sobrevenha fato novo relevante ou seja apresentado documento capaz de comprovar o alegado.

5 - Recurso administrativo a que se nega provimento."

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0000009-54.2021.2.00.0000 - Rel. Maria Thereza de Assis Moura - 110ª Sessão Virtual - julgado em 26/08/2022). (destaquei em negrito)

No ensejo, acrescento que, em consulta ao sistema do PJe de 2º Grau, a relatoria do Agravo de Instrumento nº (...) (derivado da Ação nº (...)) reconheceu, em 24/02/2025, a perda superveniente de objeto do recurso (ante a prolação de sentença na ação principal), explicitando a revogação da tutela recursal concedida.

Por igual, ainda em 24/02/2025, sobreveio a prolação de decisão terminativa no Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação nº (...) (também derivado da Ação nº (...)), por meio da qual a mesma relatoria houve por bem revogar anterior decisão concessiva de efeito suspensivo, pontuando a ilegitimidade ativa *ad causam* da Associação ali peticionante.

Registro, por derradeiro, que esta Corregedoria local recebeu intimação, via sistema do PJeCNJ, de decisão proferida pelo (...), por intermédio da qual S. Exa. reputou satisfatória a apuração deflagrada pela douta Presidência do TJPE, à vista dos mesmos *e-mails* subjacentes a este procedimento, em face do magistrado de segundo grau relator do recurso acima referenciado (cf. PP (...)– PJeCOR).

Ante o exposto, inexistindo justa causa para seguir adiante na investigação, **determino o arquivamento deste procedimento** , nos moldes do art. 9º, § 2º, da Resolução nº 135/2011 do CNJ [1] .

Publique-se, com supressão de nome e Juízo de atuação dos envolvidos, dando-se conhecimento aos interessados acerca do conteúdo da presente decisão.

Após, encaminhe-se cópia desta decisão à Corregedoria Nacional de Justiça, a teor do que disciplina o art. 9º, § 3º, da Resolução nº 135/2011 do CNJ [2] .

Cópia desta decisão servirá como ofício .

Recife, 22 de abril de 2025.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

[1] " *Art. 9º A notícia de irregularidade praticada por magistrados poderá ser feita por toda e qualquer pessoa, exigindo-se formulação por escrito, com confirmação da autenticidade, a identificação e o endereço do denunciante.*

(...)

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, o procedimento será arquivado de plano pelo Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau, ou pelo Presidente do Tribunal, nos demais casos ou, ainda, pelo Corregedor Nacional de Justiça, nos casos levados ao seu exame. "

[2] " *Art. 9º* (...) *§ 3º - Os Corregedores locais, nos casos de magistrado de primeiro grau, e os presidentes de Tribunais, nos casos de magistrados de segundo grau, comunicarão à Corregedoria Nacional de Justiça, no prazo de quinze dias da decisão, o arquivamento dos procedimentos prévios de apuração contra magistrados.* "

Processo nº 0000583-12.2025.2.00.0817 – PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)
REQUERENTE: (...)
REQUERIDO: (...)

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO / OFÍCIO

Cuida-se de **pedido de providências** autuado nesta Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, tendo em vista denúncia encaminhada por *e-mails* , na qual o remetente relata possível " *(...)* " e suposta distribuição direcionada/por dependência de ações, mencionando processos específicos e correspondentes unidades judiciais de primeiro grau de jurisdição.

No que diz respeito ao Juízo de Direito da (...), infere-se tratar-se da Ação nº (...) (número grafado incorretamente na denúncia: "(...)").

Diante desse cenário, determinei a notificação do magistrado titular responsável pela unidade judicial de primeiro grau de jurisdição ora requerida, a fim de que apresentasse informações sobre o procedimento em epígrafe.

Em atendimento à mencionada notificação, a Exma. Dra. (...), magistrada responsável pela unidade em comento, informou, em essência, que (Id 5641972): (**i**) quanto à ação judicial de que se trata, a petição inicial foi despachada em 22/10/2024 e, " *dada a natureza da pretensão autoral e os termos em que fora formulada,* ad cautelam *, limitou-se a postergar o exame da tutela de urgência para momento ulterior à manifestação dos réus a respeito, ouvindo o Órgão Ministerial, outrossim, acerca da caracterização de direitos individuais homogêneos dos representados, para o efeito de conferir legitimação ativa à associação autora* "; (**ii**) " *em momento algum dos autos, emiti qualquer juízo de valor sobre o mérito da pretensão exordial aduzida a título de urgência ou a qualquer título, aliás* "; (**iii**) " *A respaldar o entendimento, acuso que, recentemente conclusos os autos, após o pronunciamento das partes ex adversas e do MP, pela não concessão da tutela, prolatei, na data de hoje, sentença, promovendo a extinção do feito sem resolução do mérito* ", nos termos do art. 330, inciso II, c/c art. 485, inciso VI, do CPC.

É o breve **relatório** . Decido.

De início, anoto que a ausência de regular identificação da pessoa responsável pela denúncia não impede, só por si, a apuração dos fatos.

Com efeito, na esteira do art. 8º, *caput* , da Resolução CNJ nº 135/2011, " ***O Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau*** *, o Presidente ou outro membro competente do Tribunal, nos demais casos,* ***quando tiver ciência de irregularidade, é obrigado a promover a apuração imediata dos fatos*** *, observados os termos desta Resolução e, no que não conflitar com esta, do Regimento Interno respectivo* " (destaquei em negrito).

É certo também que, " *Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração* " (Súmula nº 611/STJ).

Por outro lado, " *Nos termos do entendimento do Conselho Nacional de Justiça, é inadmissível a instauração de procedimento disciplinar quando inexistentes indícios ou fatos que demonstrem que o Magistrado tenha descumprido deveres funcionais ou incorrido em desobediência às normas éticas da magistratura* " (CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0004709-39.2022.2.00.0000 - Rel. Luís Felipe Salomão - 4ª Sessão Virtual de 2024 - julgado em 26/03/2024).

É o que ocorre em relação à denúncia ora em apreço.

Não há indícios, tampouco provas, que apontem para a prática de eventual infração disciplinar a reclamar a atuação desta Corregedoria local.

A denúncia está apoiada em ilações, referências genéricas e conjecturas e remete a supostas irregularidades cometidas no curso da Ação nº (...), mas não individualiza, em bases concretas, nenhum comportamento da magistrada responsável pela condução do feito em primeiro grau de jurisdição que pudesse configurar infração disciplinar por violação de dever funcional.

Nesse quadro, não demonstrada justa causa, requisito essencial para a instauração de processo administrativo disciplinar, impõe-se o arquivamento do presente procedimento prévio de apuração.

É a orientação prevalecente no Conselho Nacional de Justiça:

"RECURSO ADMINISTRATIVO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ALAGOAS. ALEGAÇÃO DE MANOBRAS ENTRE AUTORIDADES DO JUDICIÁRIO ALAGOANO. TRAMITAÇÃO REGULAR DOS AUTOS JUDICIAIS. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE O MAGISTRADO TENHA DESCUMPRIDO DEVERES FUNCIONAIS OU INCORRIDO EM DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS ÉTICAS DA MAGISTRATURA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO PROVIDO.

1. A independência funcional do magistrado reverbera em garantia de prestação jurisdicional imparcial, em favor da sociedade, expressamente prevista no art. 41 da LOMAN, somente podendo ser questionada administrativamente quando demonstrado que o órgão judicial atuou com parcialidade decorrente de má-fé, o que não se verificou no caso.

2. **Os fatos como postos na petição inicial e no recurso administrativo, apresentados de forma genérica pelo requerente, com ilações subjetivas, sem provas ou indícios de provas da veracidade das conclusões, não revelam a prática de infração disciplinar por membro do Poder Judiciário, apta a ensejar a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça** .

3. **Não demonstrada justa causa, requisito essencial para a instauração de PAD, impõe-se o arquivamento da reclamação disciplinar** .

4. Recurso administrativo não provido."

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0002810-69.2023.2.00.0000 - Rel. Luis Felipe Salomão - 13ª Sessão Virtual de 2023 - julgado em 15/09/2023). (destaquei em negrito)

"RECURSO ADMINISTRATIVO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. DESEMBARGADOR ESTADUAL. ALEGADO COMPARTILHAMENTO DE MENSAGEM COM CONTEÚDO OFENSIVO A AUTORIDADES. NÃO COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS QUE DEMONSTREM QUE O MAGISTRADO TENHA DESCUMPRIDO DEVERES FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1 - É inadmissível a instauração de procedimento disciplinar quando inexistentes indícios ou fatos que demonstrem que o magistrado tenha descumprido deveres funcionais ou incorrido em desobediência às normas éticas da magistratura.

2 - **Os procedimentos disciplinares não podem ter prosseguimento em hipóteses circunscritas a simples ilações, referências genéricas, conjecturas pessoais, pois a instauração de PAD pressupõe que as imputações tenham sido respaldadas por provas ou indícios que evidenciem a prática de condutas ilícitas por parte do magistrado** .

3 - Hipótese em que o reclamante não juntou aos autos a publicação original com o texto integral no sítio eletrônico da rede social, ou qualquer outro documento que comprovasse o alegado, limitando-se a juntar, nas próprias petições, colagens de fotos ou prints com trechos recortados de imagens do que teria sido postado na página pessoal da reclamada, insuficientes para a deflagração de procedimento disciplinar.

4 - A existência de denúncia ofertada e ainda não recebida contra a reclamada não impede a manutenção do arquivamento da presente reclamação disciplinar tendo em vista a independência das instâncias, mormente porque novo procedimento administrativo de natureza disciplinar poderá, sempre, ser instaurado no âmbito deste Conselho Nacional de Justiça, caso sobrevenha fato novo relevante ou seja apresentado documento capaz de comprovar o alegado.

5 - Recurso administrativo a que se nega provimento."

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0000009-54.2021.2.00.0000 - Rel. Maria Thereza de Assis Moura - 110ª Sessão Virtual - julgado em 26/08/2022). (destaquei em negrito)

Ante o exposto, inexistindo justa causa para seguir adiante na investigação, **determino o arquivamento deste procedimento** , nos moldes do art. 9º, § 2º, da Resolução nº 135/2011 do CNJ [1] .

Publique-se, com supressão de nome e Juízo de atuação dos envolvidos, dando-se conhecimento aos interessados acerca do conteúdo da presente decisão.

Após, encaminhe-se cópia desta decisão à Corregedoria Nacional de Justiça, a teor do que disciplina o art. 9º, § 3º, da Resolução nº 135/2011 do CNJ [2] .

Cópia desta decisão servirá como ofício .

Recife, 22 de abril de 2025.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

[1] " *Art. 9º A notícia de irregularidade praticada por magistrados poderá ser feita por toda e qualquer pessoa, exigindo-se formulação por escrito, com confirmação da autenticidade, a identificação e o endereço do denunciante.*

(...)

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, o procedimento será arquivado de plano pelo Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau, ou pelo Presidente do Tribunal, nos demais casos ou, ainda, pelo Corregedor Nacional de Justiça, nos casos levados ao seu exame. "

[2] " *Art. 9º* (...) *§ 3º - Os Corregedores locais, nos casos de magistrado de primeiro grau, e os presidentes de Tribunais, nos casos de magistrados de segundo grau, comunicarão à Corregedoria Nacional de Justiça, no prazo de quinze dias da decisão, o arquivamento dos procedimentos prévios de apuração contra magistrados.* "

Processo nº 0000584-94.2025.2.00.0817 – PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)
REQUERENTE: (...)
REQUERIDO: (...)

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO / OFÍCIO

Cuida-se de **pedido de providências** autuado nesta Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, tendo em vista denúncia encaminhada por *e-mails* , na qual o remetente relata possível " *(...)* " e suposta distribuição direcionada/por dependência de ações, mencionando processos específicos e correspondentes unidades judiciais de primeiro grau de jurisdição.

No que diz respeito ao Juízo de Direito da (...), infere-se tratar-se da Ação nº (...).

Diante desse cenário, determinei a notificação do magistrado titular responsável pela unidade judicial de primeiro grau de jurisdição ora requerida, a fim de que apresentasse informações sobre o procedimento em epígrafe.

Em atendimento à mencionada notificação, o Exmo. Dr. (...), magistrado responsável pela unidade em comento, informou, em essência, que (Id 5627552): (**i**) na ação judicial de que se trata, " *foi deferido o pedido de gratuidade da justiça, imposto o segredo de justiça e, não estando este Juiz seguro quanto ao bom direito da requerente, negado o pedido de tutela de urgência sem a ouvida das partes contrárias* "; (**ii**) em agravo de instrumento, o Tribunal de Justiça (em decisão monocrática) " *deferiu o efeito suspensivo recursal determinando providências, inclusive a exclusão provisória dos nomes dos representados pela autora listados no processo* "; (**iii**) mais adiante, revogou-se a tutela recursal concedida; (**iv**) " *Em despacho desta data* [27/02/2025] *, determinei que a parte autora se pronuncie em réplica no prazo de 15 dias, com a conclusão do processo após esse prazo para decisão* ".

É o breve **relatório** . Decido.

De início, anoto que a ausência de regular identificação da pessoa responsável pela denúncia não impede, só por si, a apuração dos fatos.

Com efeito, na esteira do art. 8º, *caput* , da Resolução CNJ nº 135/2011, " ***O Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau*** *, o Presidente ou outro membro competente do Tribunal, nos demais casos,* ***quando tiver ciência de irregularidade, é obrigado a promover a apuração imediata dos fatos*** *, observados os termos desta Resolução e, no que não conflitar com esta, do Regimento Interno respectivo* " (destaquei em negrito).

É certo também que, " *Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração* " (Súmula nº 611/STJ).

Por outro lado, " *Nos termos do entendimento do Conselho Nacional de Justiça, é inadmissível a instauração de procedimento disciplinar quando inexistentes indícios ou fatos que demonstrem que o Magistrado tenha descumprido deveres funcionais ou incorrido em desobediência às normas éticas da magistratura* " (CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0004709-39.2022.2.00.0000 - Rel. Luis Felipe Salomão - 4ª Sessão Virtual de 2024 - julgado em 26/03/2024).

É o que ocorre em relação à denúncia ora em apreço.

Não há indícios, tampouco provas, que apontem para a prática de eventual infração disciplinar a reclamar a atuação desta Corregedoria local.

A denúncia está apoiada em ilações, referências genéricas e conjecturas e remete a supostas irregularidades cometidas no curso da Ação nº (...), mas não individualiza, em bases concretas, nenhum comportamento do magistrado responsável pela condução do feito em primeiro grau de jurisdição que pudesse configurar infração disciplinar por violação de dever funcional.

Nesse quadro, não demonstrada justa causa, requisito essencial para a instauração de processo administrativo disciplinar, impõe-se o arquivamento do presente procedimento prévio de apuração.

É a orientação prevalecente no Conselho Nacional de Justiça:

"RECURSO ADMINISTRATIVO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ALAGOAS. ALEGAÇÃO DE MANOBRAS ENTRE AUTORIDADES DO JUDICIÁRIO ALAGOANO. TRAMITAÇÃO REGULAR DOS AUTOS JUDICIAIS. INEXISTÊNCIA DE

INDÍCIOS DE QUE O MAGISTRADO TENHA DESCUMPRIDO DEVERES FUNCIONAIS OU INCORRIDO EM DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS ÉTICAS DA MAGISTRATURA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO PROVIDO.

1. A independência funcional do magistrado reverbera em garantia de prestação jurisdicional imparcial, em favor da sociedade, expressamente prevista no art. 41 da LOMAN, somente podendo ser questionada administrativamente quando demonstrado que o órgão judicial atuou com parcialidade decorrente de má-fé, o que não se verificou no caso.

2. **Os fatos como postos na petição inicial e no recurso administrativo, apresentados de forma genérica pelo requerente, com ilações subjetivas, sem provas ou indícios de provas da veracidade das conclusões, não revelam a prática de infração disciplinar por membro do Poder Judiciário, apta a ensejar a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça** .

3. **Não demonstrada justa causa, requisito essencial para a instauração de PAD, impõe-se o arquivamento da reclamação disciplinar** .

4. Recurso administrativo não provido."

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0002810-69.2023.2.00.0000 - Rel. Luis Felipe Salomão - 13ª Sessão Virtual de 2023 - julgado em 15/09/2023). (destaquei em negrito)

"RECURSO ADMINISTRATIVO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. DESEMBARGADOR ESTADUAL. ALEGADO COMPARTILHAMENTO DE MENSAGEM COM CONTEÚDO OFENSIVO A AUTORIDADES. NÃO COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS QUE DEMONSTREM QUE O MAGISTRADO TENHA DESCUMPRIDO DEVERES FUNCIONAIS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1 - É inadmissível a instauração de procedimento disciplinar quando inexistentes indícios ou fatos que demonstrem que o magistrado tenha descumprido deveres funcionais ou incorrido em desobediência às normas éticas da magistratura.

2 - **Os procedimentos disciplinares não podem ter prosseguimento em hipóteses circunscritas a simples ilações, referências genéricas, conjecturas pessoais, pois a instauração de PAD pressupõe que as imputações tenham sido respaldadas por provas ou indícios que evidenciem a prática de condutas ilícitas por parte do magistrado** .

3 - Hipótese em que o reclamante não juntou aos autos a publicação original com o texto integral no sítio eletrônico da rede social, ou qualquer outro documento que comprovasse o alegado, limitando-se a juntar, nas próprias petições, colagens de fotos ou prints com trechos recortados de imagens do que teria sido postado na página pessoal da reclamada, insuficientes para a deflagração de procedimento disciplinar.

4 - A existência de denúncia ofertada e ainda não recebida contra a reclamada não impede a manutenção do arquivamento da presente reclamação disciplinar tendo em vista a independência das instâncias, mormente porque novo procedimento administrativo de natureza disciplinar poderá, sempre, ser instaurado no âmbito deste Conselho Nacional de Justiça, caso sobrevenha fato novo relevante ou seja apresentado documento capaz de comprovar o alegado.

5 - Recurso administrativo a que se nega provimento."

(CNJ - RA – Recurso Administrativo em RD - Reclamação Disciplinar - 0000009-54.2021.2.00.0000 - Rel. Maria Thereza de Assis Moura - 110ª Sessão Virtual - julgado em 26/08/2022). (destaquei em negrito)

No ensejo, acrescento que, em consulta ao sistema do PJe de 2º Grau, a relatoria do Agravo de Instrumento nº (...) (derivado da Ação nº (...)) houve por bem revogar, em 24/02/2025, anterior decisão concessiva de efeito suspensivo ativo, pontuando a ilegitimidade ativa *ad causam* da Associação ali agravante.

Registro, por derradeiro, que esta Corregedoria local recebeu intimação, via sistema do PJeCNJ, de decisão proferida pelo (...), por intermédio da qual S. Exa. reputou satisfatória a apuração deflagrada pela douta Presidência do TJPE, à vista dos mesmos *e-mails* subjacentes a este procedimento, em face do magistrado de segundo grau relator do recurso acima referenciado (cf. PP (...) – PJeCOR).

Ante o exposto, inexistindo justa causa para seguir adiante na investigação, **determino o arquivamento deste procedimento** , nos moldes do art. 9º, § 2º, da Resolução nº 135/2011 do CNJ [1] .

Publique-se, com supressão de nome e Juízo de atuação dos envolvidos, dando-se conhecimento aos interessados acerca do conteúdo da presente decisão.

Após, encaminhe-se cópia desta decisão à Corregedoria Nacional de Justiça, a teor do que disciplina o art. 9º, § 3º, da Resolução nº 135/2011 do CNJ [2] .

Cópia desta decisão servirá como ofício .

Recife, 22 de abril de 2025.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

[1] " *Art. 9º A notícia de irregularidade praticada por magistrados poderá ser feita por toda e qualquer pessoa, exigindo-se formulação por escrito, com confirmação da autenticidade, a identificação e o endereço do denunciante.*

(...)

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, o procedimento será arquivado de plano pelo Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau, ou pelo Presidente do Tribunal, nos demais casos ou, ainda, pelo Corregedor Nacional de Justiça, nos casos levados ao seu exame. "

[2] " *Art. 9º* (...) *§ 3º - Os Corregedores locais, nos casos de magistrado de primeiro grau, e os presidentes de Tribunais, nos casos de magistrados de segundo grau, comunicarão à Corregedoria Nacional de Justiça, no prazo de quinze dias da decisão, o arquivamento dos procedimentos prévios de apuração contra magistrados.* "

Processo nº 0000816-09.2025.2.00.0817 – RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR (1301)
RECLAMANTE: (...)
RECLAMADO: (...)

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO / OFÍCIO

Cuida-se de **Reclamação Disciplinar** , autuada a partir do Ofício nº 03/2025, encaminhado a este Órgão Correcional pela (...), comunicando suposta conduta omissiva por parte do Exmo. Dr. (...), que, em 15/02/2025, atuando em regime de plantão do polo de (...), deixou de realizar audiência de custódia da pessoa de (...).

Os (...) subscritores do expediente relataram, em síntese, que: " *em virtude da indisponibilidade/instabilidade do PJE, que vinha sendo relatada por diversas autoridades policiais, desde a sexta-feira, o procedimento não pode ser distribuído no PJe, sendo então encaminhado para o e-mail do juízo plantonista e informado no grupo de WhatsApp do Plantão Judiciário – Polo* (...) *, inclusive com a gravação da tela comprovando o erro no protocolo no PJE* ".

Regularmente notificado, o magistrado reclamado apresentou sua resposta (ID nº **5760842**), negando que tenha praticado qualquer irregularidade no plantão judicial do Polo de (...) do dia 15/02/2025, conforme trecho em destaque:

"(...) Ademais, durante o plantão do dia 14/02/2025 a 15/02/2025 o sistema PJE apresentou instabilidade por um curto período de 4min, conforme registro anexo. ***Esclareço que durante o plantão do dia 15/02/2025 foram distribuídos 22 processos e todos foram devidamente distribuídos e apreciados por este Juiz, conforme ata de plantão anexa. Causa estranheza que o sistema estivesse indisponível, sendo que durante o plantão foram protocolados pelas Delegacias um total de 22 procedimentos.***

Importante esclarecer que durante o plantão do dia 14 a 15 de fevereiro de 2025, todos os procedimentos foram devidamente protocolados, contudo, o delegado plantonista Dr. (...) *informou que não iria realizar o protocolo do procedimento no PJE em virtude de ter ultrapassado o seu horário de trabalho, visto que o expediente foi finalizado as 17h do dia 14/02/2025.*

Contudo, era dever do delegado encaminhar o preso juntamente com o procedimento para o Delegado Plantonista para que procedesse com o respectivo protocolo. No entanto, não ocorreu nenhuma tentativa por parte da Delegacia de protocolar o procedimento em tempo hábil para realização da audiência de custódia.

Afirma, ainda, a (...) *que "ao longo do dia, as delegacias conseguiram distribuir os procedimentos –* ***muito depois do horário do plantão*** *, inclusive - permanecendo, porém, o problema para a Delegacia de* (...) *, onde se encontra o custodiado", esclareço que essa informação não procede e nem restou comprovado pela nobre* (...) *, visto que* ***TODOS OS PROCEDIMENTOS FORAM DISTRIBUÍDOS E ANALISADOS*** *no plantão do dia 15.02.2025, com exceção do ora procedimento que é objeto de reclamação. É de se estranhar que o erro tenha sido geral e que todas as delegacias conseguiram protocolar o procedimento, com exceção do procedimento em discussão.*

Assim, falta com a verdade a (...) *ao afirmar que as delegacias conseguiram protocolar após o horário do plantão, sem elencar sequer um único procedimento que tenha ficado para o dia seguinte, com exceção do procedimento em discussão.*

Esclareço que, ao longo do dia foi informado no grupo, pela assessoria, que o erro deveria ser informado a SETIC e deveria ser realizada a abertura de chamado, possibilitando assim o reconhecimento pelo serviço do plantão da SETIC a eventual falha, autorizando este Juízo a receber o procedimento por e-mail, contudo, nenhuma providência foi tomada por parte da autoridade policial e pela (...) *para solucionar o problema, não houve sequer a abertura de um chamado.*

Para comprovar o alegado segue os procedimentos que foram distribuídos no dia 14/02/2025 pelas Delegacias, quais sejam, (...) *e* (...) *, além dos outros 20 procedimentos que foram distribuídos dentro do horário do plantão e apreciados por este Juízo.*

Informo que a (...) *impetrou habeas corpus perante o Plantão Judiciário de 2º grau (* (...) *), sendo indeferido o pedido liminar e reconhecida a ausência de desídia deste Juiz, vejamos:*

"Ademais, ***não consta informação de indisponibilidade registrada no sítio deste TJPE tampouco de comprovação inequívoca de não observância das medidas a serem adotadas pelo juízo plantonista em caso de indisponibilidade do PJE, a exemplo de realização dos atos e protocolamento posterior no citado sistema em até 24 (vinte e quatro horas) úteis após o retorno do sistema*** *, nos moldes da Resolução nº 267/2009 e Instruções Normativas Conjuntas nº 10 e 12/2021, que regulam o procedimento a ser adotado nessa hipótese.*

Não restou igualmente caraterizada, ao menos neste momento, a recusa ou desídia do magistrado plantonista, aqui indicado como autoridade coatora, na realização da audiência de custódia do paciente *." (grifos meus)*

Por fim, esclareço que a prisão foi devidamente homologada pelo Juiz Plantonista do dia 16/02/2025 não sendo reconhecida qualquer ilegalidade, conforme decisão anexa.

Eventual apuração de conduta ilegal deve ser averiguada com relação ao delegado responsável pela lavratura do auto de prisão em flagrante, o Sr. (...) *, visto que ficou evidente a recusa em tentar protocolar o procedimento no PJE, embora a assessoria tenha insistido e orientado por diversas vezes como deveria proceder, o delegado manteve-se firme na alegação de que seu horário de trabalho findou-se as 17h do dia 14/02/2025, sem, contudo, empreender as diligências necessárias para que o delegado plantonista da região apresentasse o preso e protocolasse o procedimento.*

Todas essas alegações podem ser comprovadas mediante consulta ao aparelho celular do plantão, sendo que este Juízo não possui acesso em tempo hábil para instruir a presente informação, tendo em vista o prazo exíguo de 5 (cinco) dias para apresentação de resposta e a necessidade de deslocamento para a Cidade de (...) *para ter acesso ao referido aparelho".*

Em seguida, a Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância exarou parecer (ID nº 5793258), opinando pelo arquivamento deste procedimento, do qual destaco o seguinte excerto:

"No contexto apresentado, não encontrei indícios ou comprovação da prática de infração disciplinar ou ilícito penal pelo magistrado reclamado, tendo em vista não haver comprovação de indisponibilidade do sistema PJe após às 13h41min do dia 14/02/2025 e o que preconiza o ***artigo 12, § 2º, da Instrução Normativa Conjunta nº 10, de 12 de agosto de 2021*** *:*

Art. 12. Após a implantação do sistema PJe nos plantões judiciários ***é vedado o recebimento de qualquer expediente, petição ou processo fora do Sistema PJe*** *, salvo, em caráter excepcional, nas seguintes hipóteses:*

(...)

§2º ***A indisponibilidade do sistema PJe que autoriza o recebimento de petições, expedientes e processos fora do sistema consiste tão somente naquela constante do Registro de Indisponibilidade (https://www.tjpe.jus.br/web/processojudicial-eletronico/registro-de-indisponibilidade) ou reconhecida pelo serviço de plantão da SETIC.***

Destarte, entendo não haver subsídios para prosseguir com o aprofundamento das apurações por meio de processo administrativo disciplinar, em razão da ausência de justa causa, que é requisito essencial para a instauração de processo administrativo disciplinar, conforme jurisprudência construída no âmbito do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Confira-se:

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. APURAÇÃO SATISFATÓRIA PELA CORREGEDORIA LOCAL. FATO QUE NÃO CONSTITUI INFRAÇÃO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO PROVIDO. 1. Não há indícios que demonstrem que a magistrada tenha descumprido seus deveres funcionais ou incorrido em desobediência às exigências éticas da magistratura, motivo pelo qual não há subsídios para prosseguir com o aprofundamento das apurações por meio de processo administrativo disciplinar, em razão da ausência de justa causa. 2. Recurso Administrativo não provido. ***(CNJ - RA – Recurso Administrativo em PP - Pedido de Providências - Corregedoria - 0000728-02.2022.2.00.0000 – relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura - 110ª Sessão Virtual - julgado em 26/08/2022.)***

Nesse contexto, considerando todas as informações e documentos contidos nestes autos, não vislumbro infração disciplinar e/ou ilícito penal praticado pelo magistrado (...) *, em razão do que* ***OPINO PELO ARQUIVAMENTO*** *destes autos com fundamento no* ***artigo 9º, § 2º, da Resolução CNJ n.º 135, de 13/07/2011*** *".*

Vieram-me os autos conclusos.

É, no essencial, **o relatório** . Decido.

Analisando o parecer elaborado pela Corregedoria Auxiliar da 2ª Entrância e cotejando os fatos e fundamentos apresentados pelas partes, verifico que não houve registro de indisponibilidade do sistema PJe no dia **14/02/2025** , de modo a impedir a utilização regular da plataforma e embaraçar a realização do plantão judicial do dia subsequente. Já no dia **15/02/2025** , há um registro de indisponibilidade do sistema por apenas **4 minutos** .

Na verdade, é possível constatar que houve a distribuição de 22 (vinte e dois) procedimentos, **todos** eles apreciados no plantão do dia 15/02/2025, à exceção do procedimento relacionado ao custodiado (...).

Isto ocorreu porque a Autoridade Policial da Delegacia de (...) **deixou de promover** o protocolamento das peças policiais referente ao custodiado (...) no sistema PJe, que, repiso, não apresentava qualquer problema de funcionamento.

Assim, não há qualquer indício de que o magistrado tenha descumprido seus deveres funcionais ou incorrido em desobediência às exigências éticas da magistratura, motivo pelo qual não existem elementos que justifiquem o aprofundamento das apurações por meio de processo administrativo disciplinar, dada a ausência de justa causa.

Destaque-se que a demonstração de justa causa é requisito essencial para a instauração de processo administrativo disciplinar, conforme jurisprudência construída no âmbito do Conselho Nacional de Justiça **-** CNJ. Confira-se:

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. APURAÇÃO SATISFATÓRIA PELA CORREGEDORIA LOCAL. FATO QUE NÃO CONSTITUI INFRAÇÃO DISCIPLINAR. **AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.** RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO PROVIDO. 1. Não há indícios que demonstrem que a magistrada tenha descumprido seus deveres funcionais ou incorrido em desobediência às exigências éticas da magistratura, motivo pelo qual não há subsídios para prosseguir com o aprofundamento das apurações por meio de processo administrativo disciplinar, em razão da ausência de justa causa. 2. Recurso Administrativo não provido. (CNJ - RA – Recurso Administrativo em PP - Pedido de Providências - Corregedoria - 0000728-02.2022.2.00.0000 – relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura - 110ª Sessão Virtual - julgado em 26/08/2022.)

Ressalto, por oportuno, que Auto de Prisão em Flagrante foi distribuído, pela autoridade policial, no PJe 1º Grau no dia 15/02/2025, sob o NPU (...), com decisão do juiz plantonista do dia 16/02/2025 homologando a prisão.

Na mesma toada, em decisão interlocutória nos autos do *Habeas Corpus* de NPU (...), o Exmo. Desembargador Plantonista do dia (...), Des. (...), proferiu decisão, indeferindo a liminar requerida pelo impetrante, da qual cabe fazer o seguinte destaque:

"(...) Ademais, não consta informação de indisponibilidade registrada no sítio deste TJPE tampouco de comprovação inequívoca de não observância das medidas a serem adotadas pelo juízo plantonista em caso de indisponibilidade do PJE, a exemplo de realização dos atos e protocolamento posterior no citado sistema em até 24 (vinte e quatro horas) úteis após o retorno do sistema, nos moldes da Resolução nº 267/2009 e Instruções Normativas Conjuntas nº 10 e 12/2021, que regulam o procedimento a ser adotado nessa hipótese.

Não restou igualmente caraterizada, ao menos neste momento, a recusa ou desídia do magistrado plantonista, aqui indicado como autoridade coatora, na realização da audiência de custódia do paciente. (...)"

Portanto, diante da ausência de indícios de conduta desidiosa ou de cometimento de falta funcional pelo magistrado reclamado, **acolho o parecer** do Juiz Corregedor Auxiliar da 2ª Entrância, Dr. Janduhy Finizola da Cunha Filho, pelos seus próprios fundamentos **e determino o arquivamento** deste procedimento, nos termos do art. 9º, §2º, da Resolução nº 135/2011 do Conselho Nacional de Justiça [1] c/c art. 67, § 2º, do Regimento Interno do CNJ [2] .

Publique-se, com supressão do nome e Juízo de atuação dos envolvidos, dando-se conhecimento aos interessados do conteúdo da presente decisão.

Após, **encaminhe-se à Corregedoria Nacional de Justiça** cópia do presente procedimento, em atenção ao disposto no art. 9º, §3º, da Resolução nº 135/2011 [3] do CNJ.

Cópia desta decisão servirá como ofício.

Recife, 22 de abril de 2025.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

[1] Resolução 135/2011 – CNJ - Art. 9º A notícia de irregularidade praticada por magistrados poderá ser feita por toda e qualquer pessoa, exigindo-se formulação por escrito, com confirmação da autenticidade, a identificação e o endereço do denunciante. *(omissis)*

§2º - Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal , o procedimento será arquivado de plano pelo Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau, ou pelo Presidente do Tribunal, nos demais casos ou, ainda, pelo Corregedor Nacional de Justiça, nos casos levados ao seu exame. (destaquei)

[2] Regimento Interno do CNJ - Art. 67. A reclamação disciplinar poderá ser proposta contra membros do Poder Judiciário e contra titulares de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.(...)

§ 2º Quando não atendidos os requisitos ou o fato narrado não configurar infração disciplinar, a reclamação será arquivada.

[3] Resolução 135/2011 – CNJ - Art. 9º *(omissis)*

§3 º - Os Corregedores locais, nos casos de magistrado de primeiro grau, e os presidentes de Tribunais, nos casos de magistrados de segundo grau, comunicarão à Corregedoria Nacional de Justiça, no prazo de quinze dias da decisão, o arquivamento dos procedimentos prévios de apuração contra magistrados.

Corregedoria Auxiliar para os Serviços Extrajudiciais

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00014243-13.2023.8.17.8017

Reclamante: Larissa Panadés - OAB/PE 52.906

Reclamado (a): 4ª SERVENTIA REGISTRAL - RECIFE (CNS Nº 07.374-2)

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Tendo em vista a especialidade da matéria, notifique-se a **Associação dos Registradores de Imóveis de Pernambuco (ARIPE)** para, querendo, emitir parecer opinativo sobre o tema abordado na presente demanda em **prazo não superior a 10 (dez) dias, indicando, ainda, no bojo do documento, o número do processo identificado em epígrafe.**

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.

Os documentos que instruem este processo devem acompanhar a notificação.

Decorrido o prazo delineado, com ou sem manifestação da entidade mencionada, voltem-me conclusos os autos para nova deliberação.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Juiz Corregedor Auxiliar
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00014243-13.2023.8.17.8017

Reclamante: Larissa Panadés - OAB/PE 52.906

Reclamado (a): 4ª SERVENTIA REGISTRAL - RECIFE (CNS Nº 07.374-2)

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Considerando o teor do art. 198 da Lei de Registros Públicos [1] , **NOTIFIQUE-SE** o Titular do **4ª SERVENTIA REGISTRAL - RECIFE (CNS Nº 07.374-2),** qual seja, o Sr. Paulo Roberto Olegário de Sousa, para esclarecer se emitiu ou não nota devolutiva sobre o requerimento formulado pela reclamante.

Caso negativo, a nota deverá ser expedida.

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.

Os documentos que instruem este processo devem acompanhar a notificação. Decorrido o prazo delineado, com ou sem manifestação da entidade mencionada, voltem-me conclusos os autos para nova deliberação.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Juiz Corregedor Auxiliar
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

---

[1] Art. 198. Se houver exigência a ser satisfeita, ela será indicada pelo oficial por escrito, dentro do prazo previsto no art. 188 desta Lei e de uma só vez, articuladamente, de forma clara e objetiva, com data, identificação e assinatura do oficial ou preposto responsável, para que: (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

(...)

V - o interessado possa satisfazê-la; ou (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

VI - caso não se conforme ou não seja possível cumprir a exigência, o interessado requeira que o título e a declaração de dúvida sejam remetidos ao juízo competente para dirimi-la.

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00007595-91.2023.8.17.8017

Interessada: Serventia Notarial – Vitória de Santo Antão (CNS nº 07.365-0)

DESPACHO

A interina da **Serventia Notarial do município de Vitória de Santo Antão (CNS nº 07.365-0)** , **Sra. Raíssa da Fonte Dias Beltrão** , enviou expediente a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial comunicando a ocorrência de suposta nulidade em escritura pública de compra e venda.

No expediente pontua que: ***"*** *ao consultar o ato em questão (anexo 2), percebe-se que o referido ato (lavrado em 08.06.1999) é nulo, uma vez que não foi assinado por todas as partes* (...) *Importante destacar que o ato também contém entrelinhas, conforme se verifica da fotocópia do ato (em anexo)"* .

Anexou a respectiva escritura pública.

Posto isso, providencie a Secretaria da CAE, **através do malote digital,** **e com urgência** , **o encaminhamento do expediente (Id nº 1976730) para todas as Serventias do Estado de Pernambuco e para as Corregedorias-Gerais de Justiça dos demais Estados da Federação e do Distrito Federal.**

Cumprida a diligência acima, encerre-se este SEI nesta unidade.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00022070-74.2024.8.17.8017

Requerente: Serventia Registral – Glória do Goitá (CNS nº 07.655-4)

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Trata-se de requerimento enviado, via Malote Digital, pela Serventia Registral do município de Glória do Goitá (CNS nº 07.655-4), no qual a responsável, **Sra. Ailma Chalegre de Lira** , que também é interina da Serventia Notarial do assinalado município (CNS nº 15.953-3), solicita o funcionamento das Serventias, que atualmente se encontram em funcionamento na Praça Cristo Redentor, 35, Centro, Glória do Goitá, no ponto provisório localizado à Rua Djalma Dutra, 435, Centro, em razão da necessidade de realização de reforma no local, " *a qual trará ampliação nas instalações para a comodidade dos colaboradores no exercício das atividades e, especialmente, aos usuários que procuram os serviços de NOTAS e REGISTRO* ".

Anexou contrato de locação do ponto provisório, projeto referente à reforma a ser realizada no ponto de funcionamento das Serventias, bem como Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Pois bem.

Considerando o lapso temporal existente desde o protocolo do presente requerimento, bem como o exaurimento do prazo previsto para locação, promova-se a **NOTIFICAÇÃO** da requerente para oferecer informações, **no prazo de 10 (dez) dias, acerca da reforma comunicada, se a mesma já foi concluída, com o retorno ao ponto de origem, ou caso ainda esteja em andamento informar o prazo para a sua finalização .**

ESTE DESPACHO SERVE DE MANDADO DE NOTIFICAÇÃO.

Decorrido o prazo acima, voltem conclusos.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas. ¿

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00010302-72.2024.8.17.8017

Interessada: Serventia Notarial – Carpina (CNS nº 07.495-5)

DESPACHO

O interino da **Serventia Notarial do município de Carpina (CNS nº 07.495-5)** , **Sr. Odilon Pereira da Cunha Filho** , enviou expediente a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial comunicando a ocorrência de suposta falsificação de escritura pública lavrada na referida serventia.

No expediente pontua que:

"Servimo-nos do presente, na qualidade de Tabelião Interino da Serventia Notarial de Carpina/PE, nomeado por força da Portaria n.º 51/2023, CGJ - SEI n.º 00014931-48.2023.8.17.8017, do Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral de Justiça, Dr. Ricardo Paes Barreto, datada de 18/05/2023 e publicada no DOJ em data de 19/05/2023, para comunicá-lo, **em atendimento ao Ofício recepcionado por este Tabelionato, por meio do qual nos foi solicitado a manifestação quanto a regularidade da Escritura Pública lavrada nestas Notas de Carpina, no Livro 135, folha 112, na data de 12/12/2009** .

Na oportunidade, informamos, que revendo os Arquivos, especialmente o Livro 135, **verificamos constar arquivado e devidamente assinado instrumento público diverso daquele que nos foi informado no ofício** .

Com efeito, a Escritura Pública aqui arquivada tem como partes o Sr. Manoel Tomé Ferreira Filho, inscrito no CPF sob o nº 231.932.474-72, a Sra. Maria José da Silva Ferreira, inscrita no CPF sob o nº 172.836.714-04, como Outorgantes e o Sr. Elvis Tomé da Silva, inscrito no CPF sob o nº 078.592.814- 65, como Outorgado Emancipado, consoante fotocópia anexa." (sem os destaques)

Anexou escritura pública de emancipação, ofício da 4ª Serventia Registral – Recife (CNS nº 07.374-2), e escritura pública de compra e venda (supostamente falsa).

Posto isso, providencie a Secretaria da CAE, **através do malote digital, e com urgência , o encaminhamento do expediente (Id's nº 2511300, nº 2511301 e nº 2511302) para todas as Serventias do Estado de Pernambuco e para as Corregedorias-Gerais de Justiça dos demais Estados da Federação e do Distrito Federal.**

Cumprida a diligência acima, encerre-se este SEI nesta unidade.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

Decisão

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00011505-62.2024.8.17.8017

CONSULTA

Consulente: Jamille de Abreu Oliveira Monteiro, titular da Serventia Registral e Notarial – Ferreiros (CNS nº 15.941-8)

Assunto: Recolhimento de emolumentos em cédula de crédito bancário

Trata-se de Consulta formulada pela Sra. Jamille de Abreu Oliveira Monteiro, titular da Serventia Registral e Notarial do município de Ferreiros (CNS nº 15-941-8), objetivando obter orientação em relação a uma situação específica, tendo sido consignados os seguintes termos pela interessada (**Doc. de Id nº 2524565)** :

"O Sr. PAULO HENRIQUE BORBA CANDIDO, apresentou Cédula de Crédito Bancário emitida pelo Banco do Nordeste. Trata-se de contrato de Limite de Crédito para operações derivados no valor de R$ 2.980.000,00 (dois milhões novecentos e oitenta mil reais) com garantia hipotecária de um imóvel rural (página 3 CCB).

Foi emitida Guia contemplando a lavratura da Escritura Pública e o Registro com conteúdo financeiro com valor declarado e fiscal de R$ 2.980.000,00.

Por sua vez, o emitente e a Instituição Financeira se opõe ao valor cobrado, sob o argumento que o valor do financiamento será empregado em custeio para plantio cana de açúcar, embora isso não seja especificado no contrato. Insistem que a cobrança deveria ser na modalidade registro de título de crédito rural, com base cláusula constante na página 1 da CCB, intitulada 'Forma de Celebração das Operações Derivadas'.

Esta serventia demonstrou ao usuário que é indispensável a lavratura da Escritura Pública com Abertura de Crédito Rotativo, com Garantia Hipotecária, nos termos do (Art. 108 e 1487 do CC). Reforçou ainda que, esta modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito Hipotecário, não é classificada como título de crédito rural, para fins de desconto de taxas e emolumentos, pela própria natureza do contrato, pois não há como delimitar que o crédito tenha uso exclusivamente rural durante todos os anos em que o contrato estiver vigente.

Com base nos fatos narrados acima e nos documentos em anexo, pergunto:

1) Deve ser emitida a guia SICASE para lavratura de ato notarial no valor de fiscal e declarado de R$ 2.980.000,00 (dois milhões novecentos e oitenta mil reais) e lavrada a escritura pública como forma indispensável para garantia hipotecária?

2) Deve ser registrada a garantia hipotecária com emissão de guia SICASE no valor total do contrato, qual seja, registro com conteúdo financeiro no valor de fiscal e declarado de R$ 2.980.000,00 (dois milhões novecentos e oitenta mil reais)?

Para maior esclarecido do caso, apresento em anexo os seguintes documentos:

1) Cédula de Crédito Bancário;

2) Guia SICASE emitida;

3) Consulta ao IRIB que recomenda a lavratura da escritura pública;

4) Consulta ao IRIB que diferencia o Contrato de Limite de Crédito com Garantia Hipotecária (Contrato com Hipoteca Guarda Chuva) da Cédula que garante recursos para atividades Rurais."

É o que tem de relevante para relatar.

Pois bem. O **Código de Normas para os Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (instituído pelo Provimento nº 11/2023 – CGJ)** , estabelece em seu **art. 134** , que a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco responderá as consultas e reclamações relacionadas à aplicação da Lei de Custas e Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registro ou aos instrumentos normativos de caráter administrativo, inclusive quanto às fórmulas e rotinas de cálculo do Sistema SICASE.

Por sua vez, dispõe o **inc. IX, do art. 6º do Provimento 11/2022 (Regimento Interno da CGJ)** , que uma das ações próprias da Corregedoria é responder as consultas a respeito da aplicação da Lei de Taxas e Custas Judiciais, sem prejuízo da atuação do Comitê Gestor de Arrecadação, na forma do art. 30 da Lei nº 17.116/2020, da Lei de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros Públicos ou dos instrumentos normativos de caráter administrativo, e de outras normas pertinentes ao correto funcionamento do Poder Judiciário no 1º grau.

Os parágrafos 1º e 2º do art. 6º do Provimento 11/2023 (Regimento Interno da CGJ), preconizam a necessidade da natureza de *generalidade* e *abstração* das consultas a serem respondidas pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco. Veja-se:

"Art. 6º. (...)

§1º As consultas mencionadas pelo inciso IX deste artigo deverão conter indicação precisa de seu objeto e formuladas em tese, apresentando generalidade e abstração, sob pena de não conhecimento.

§2º A generalidade e a abstração das consultas deverão sugerir situação de interesse comum a todo o Estado, impondo uma resposta ou solução igualmente ampla, a abarcar não apenas a dúvida do consulente, mas a todos os interessados em órbita estadual."

No caso concreto, observa-se que esta consulta encontra-se desprovida de generalidade, e foge aos limites da cognição consultiva, a qual se volta para hipóteses de **maior grau de generalidade e abstração** , o que vai de encontro ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 6º do Provimento nº 11/2022 (Regimento Interno da CGJ).

Assim, fica evidente que a própria matéria mencionada pela consulente não permite que haja a manifestação deste Órgão Censor, revelando-se, pois, inadequada a via eleita pela peticionária.

Ademais, tem-se que os arts. 35 e 159, da Lei Complementar Estadual nº 100/2007 (Código de Organização Judiciária), ao se referirem à Corregedoria de Justiça reconhecem-lhe a competência eminentemente fiscalizatória e disciplinar das serventias extrajudiciais.

Dessa forma, não sendo o caso de irregularidade administrativa, nem de matéria abstrata com repercussões nos demais serviços notariais e de registro do Estado, mas de interesse inexoravelmente privado, não há base legal para atuação deste órgão do Poder Judiciário.

Não fosse isso, vislumbro que o cerne do expediente é a discussão acerca da base de cálculo na guia SICASE para fins de lavratura de ato notarial envolvendo cédula de crédito bancário.

Importa transcrever o dispositivo do Código de Normas do Estado de Pernambuco que dispõe acerca da impossibilidade da lavratura do registro:

Art. 898. Caso o registro não possa ser feito imediatamente, o registrador receberá os documentos para exame mediante protocolo, no qual constará o título com o respectivo número de ordem e informará ao apresentante, por escrito e com recibo, o dia em que o título estará registrado e disponível.

§ 1º Protocolizado o título, será realizado o exame e registro dentro de 10 (dez) dias, salvo em casos previstos como especiais e definidos em lei.

§ 2º Havendo exigências de qualquer ordem , elas deverão ser formuladas de uma só vez, por escrito, articuladamente, de forma clara e objetiva, em papel timbrado do cartório, com data, identificação e assinatura do Registrador responsável, para que o interessado possa satisfazê-las, ou, não se conformando, requerer a suscitação de dúvida .

[...]

Nesse mesmo sentido, veja-se o inciso VI, do art. 198, da Lei de Registros Públicos, Lei Federal nº 6.015/73, incluído pela Lei nº 14.382, de 2022:

Art. 198. Se houver exigência a ser satisfeita, ela será indicada pelo oficial por escrito, dentro do prazo previsto no art. 188 desta Lei e de uma só vez, articuladamente, de forma clara e objetiva, com data, identificação e assinatura do oficial ou preposto responsável, para que:

[...omissis...]

VI - caso não se conforme ou não seja possível cumprir a exigência, o interessado requeira que o título e a declaração de dúvida sejam remetidos ao juízo competente para dirimi-la .

Outrossim, pelos dispositivos colacionados vê-se, novamente, que não há base legal para atuação desta Corregedoria da Justiça, cuja competência é eminentemente fiscalizatória e disciplinar das serventias extrajudiciais, nos termos dos arts. 35 e 159, da Lei Complementar Estadual nº 100/2007 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco).

Sobre o Juízo competente para versar sobre eventual suscitação de dúvida, importa trazer à baila o que prescreve o art. 1.198 do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco:

Art. 1198. A competência para o procedimento de dúvida é da vara dos Registros públicos, se houver na organização judiciária da Comarca, ou do Juiz Diretor do Foro local, na ausência daquela.

Pelo exposto, considerando a ausência de competência deste órgão do Poder Judiciário e a absoluta inadequação da via eleita, determino, em consequência, o **arquivamento** do presente feito.

Publique-se, dando-se ciência à interessada acerca do teor da presente decisão.

Após, arquive-se.

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

EDITAL DE PROCLAMAS

CLEIDE AMÉLIA GOUVEIA VANDERLEI, Oficial Interina Designada pelo Cartório de Registro Civil do 13º Distrito Judiciário (Antigo 15º) – Arruda – Recife – Capital do Estado de Pernambuco, faz saber que estão se habilitando para Casar-se por este Cartório, os seguintes contraentes: **ANTONIO SERGIO BATISTA DE FREITAS e ANDRÉA GUIMARÃES ROSA DE SANTANA, PATRICIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA e JAQUELINE GALDINO DA SILVA, ALEXANDRO JOSÉ DO NASCIMENTO e JOICE FERREIRA ALVES, ROBERTO DO NASCIMENTO LIMA e CARLA GORETH CORREIA DA SILVA, JEAN PHILLIP SABÓIA DA SILVA e VANESSA FERRAZ DE OLIVEIRA, IURI DA SILVA BARBOSA e TAMIRES MARIA PROCOPIO DA SILVA, WESLEY VICTOR DE OLIVEIRA REIS e CAMILLY SANTOS DA SILVA.** Se alguém souber de algum impedimento, acuse-o para fins de Direito no prazo da Lei. Dado e passado nessa cidade do Recife – PE, 24 de abril de 2025 . Eu, Cleide Amélia Gouveia Vanderlei, Oficial Interina Designada, mandei digitar e assino.

Recife, 24 de abril de 2025 .

Cleide Amélia Gouveia Vanderlei

Oficial Interina Designada.

EDITAL DE PROCLAMAS

Carolinna Nunes de Lima, Oficiala Titular do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais de Moreno - PE, com sede à Av. Cleto Campelo, nº 3078, Centro, Moreno - PE. Faz saber que estão se habilitando para casar-se por este Cartório, os seguintes contraentes: **1) MARCOS ROBERTO DOS SANTOS** , brasileiro, solteiro, filho de GENILDA ROSA DOS SANTOS e **DEISIANE ASSIS DO NASCIMENTO** , brasileira, divorciada, filha de MIRIAM PRIMO DE ASSIS;EDISON FERREIRA DO NASCIMENTO; **2) JOÃO BATISTA DA SILVA** , brasileiro, solteiro, filho de EDITE SUELI DA SILVA;NARCIZO MARCOS DA SILVA e **ÊMILLY VITÓRIA PINTO DE SOUZA** , brasileira, solteira, filha de ADRIANA SEVERINA PINTO DE SOUZA;EDIEL LUIZ DE SOUZA; **3) JULIO FREITAS GONÇALVES** , brasileiro, divorciado, filho de PERCIDA FREITAS GONÇALVES;FRANCISCO BATISTA GONÇALVES e **CINTIA BATISTA DA SILVA** , brasileira, divorciada, filha de GILVANETE BATISTA SANTOS DA SILVA;JOSIAS IRINEU DA SILVA . Se alguém souber de algum impedimento, acuse-se para fins de Direito no prazo da Lei. Dado e passado, Moreno - PE, 24 de abril de 2025. Eu, Carolinna Nunes de Lima.

Eu, Josélia Sousa Arruda Cavalcanti, Oficial Titular do Registro Civil das Pessoas Naturais e Casamentos de Amaraji/PE, sito à Rua Godofredo Figueiredo, 10. Centro, Amaraji/PE. Faz saber que estão se habilitando para casar por este Cartório, os seguintes contraentes:

Daví das Neves Araújo e Flavia Maria Santos de França, Lilian Gabriele Barros de Matos e Antonio Barbosa da Silva Filho. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Amaraji, Estado de Pernambuco.

Amaraji/PE, 24 de abril de 2025.

EDITAL DE PROCLAMAS

A Oficiala Titular do Registro Civil das Pessoas Naturais, da Comarca de Arcoverde-PE, com sede à Avenida Severiano José Freire, n° 15, Centro, Arcoverde-PE. Faz saber que, estão se habilitando para casar-se por este Cartório, os seguintes contraentes: ***LUCIANO FERREIRA DA SILVA*** **e** ***FLÁVIA REGINA LEITE DE ARAUJO.***

Se alguém souber de algum impedimento, acuse-se para fins de Direito no prazo da Lei. Dado e passado neste município, Arcoverde-PE, 24/04/2025. Eu, Cleonice Izabel de Queiroz Gois, a digitei.

EDITAL DE PROCLAMAS

A Belª Anita Cavalcanti de Albuquerque Nunes, Oficial Titular do Serviço Notarial e Registral do 3º Distrito Ponta de Pedras Goiana-PE, com sede Travessa do Chafariz, nº 22, Ponta de Pedras, Goiana-PE. Faz saber que estão se habilitando para casar-se por este Cartório, os seguintes contraentes: **MARQUIEL RAPOSO DA SILVA E WILIANE MARIA GONÇALVES DO NASCIMENTO .**Se alguém souber de algum impedimento, acuse-se para fins de Direito no prazo da Lei. Dado e passado nesta Cidade, Ponta de Pedras-Goiana PE, 24 de Abril de 2025. Eu, Anita Cavalcanti de Albuquerque Nunes.

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00001578-79.2025.8.17.8017

Reclamante: Gustavo da Silva Assunção

Reclamada: 1ª Serventia Notarial de Petrolina/PE (CNS nº 15.956-6)

DESPACHO / NOTIFICAÇÃO

Considerando as informações prestadas pela serventia reclamada, notifique-se o reclamante para oferecer manifestação no prazo de 10 (dez) dias se assim entender.

Acompanham esta NOTIFICAÇÃO as informações prestadas pelo responsável pelo cartório reclamado (Doc. de Id nº 3036746)

ESTE DESPACHO SERVE DE MANDADO DE NOTIFICAÇÃO.

Decorrido o prazo acima, com ou sem resposta, voltem-me conclusos.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00020964-68.2023.8.17.8017

Remetente: CRCPN - Cimbres - Pesqueira - PE

Assunto: Prestação de Contas.

DECISÃO

Trata-se de Prestação de Contas enviada para auditoria da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial, pela serventia extrajudicial acima epigrafada. Depois de analisada a documentação recepcionada, os servidores deste Órgão Censor emitiram **Parecer (Id nº 3114657)** no sentido de que: *(i)* a demonstração contábil do Cartório aparentemente não apresenta indícios de irregularidades; *(ii)* não houve excedentes a serem repassados ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Diante do contexto fático delineado e da inexistência de pendências a serem remediadas pela serventia fiscalizada, **DETERMINO o encerramento deste SEI nesta unidade** .

Publique-se , dando-se ciência aos interessados acerca do teor do presente *decisum* .

Cópia desta decisão servirá como ofício .

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Juiz Corregedor Auxiliar
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00047263-66.2024.8.17.8017

Reclamante: Antonio Carlos Bispo da Cunha

Reclamada: 1ª Serventia Notarial – Petrolina/PE (CNS nº 15.956-6)

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Trata-se de reclamação encaminhada pelo sr. Antonio Carlos Bispo da Cunha a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial. Por meio do referido expediente **(Doc. de Id nº 2944342)** , relata negativa de serviço pelos funcionários da 1ª Serventia Notarial de Petrolina/ PE (CNS nº 15.956-6)

Dessa forma, **DETERMINO** que seja notificado o responsável pela serventia reclamada, o **sr. Pablo Vitório Castro de Melo, titular da 1ª Serventia Notarial de Petrolina/PE (CNS nº 15.956-6)** , através do Malote Digital, para, no **prazo de 10 (dez) dias** , prestar as informações preliminares acerca dos fatos apontados, indicando, ainda, no bojo de sua resposta, o número do processo identificado em epígrafe.

Acompanham este DESPACHO os documentos que vieram com a reclamação. Decorrido o prazo delineado, voltem-me conclusos os autos para nova deliberação.

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.

¿

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00023451-88.2024.8.17.8017

Requerente: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapetim – TJPE

Requerida: Serventia Registral e Notarial de Itapetim/PE (CNS nº 07.570-5)

DESPACHO/OFÍCIO

Trata-se de pedido de providências encaminhado pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapetim – TJPE a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial. Por meio do referido expediente **(Doc. de Id nº 2657777)** , solicita auxílio para o fornecimento de certidão circunstanciada de inteiro teor devido à ausência de resposta da Serventia Registral e Notarial de Itapetim – PE (CNS nº 07.570-5).

Instada a se manifestar, a serventia requerida informou que **(Doc. de Id. nº 3019824 – grifos nossos)** :

"(...) que foi determinada a parte reclamada a realização de ato **o qual já foi atendido nesta data mediante a expedição de Certidão requisitada, cujo selo correspondente é o de nº 0075705.KHH02202504.00076** "

Assim, c onsiderando as informações prestadas pela serventia requerida, **OFICIE-SE** ao Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapetim – TJPE para que, **preferencialmente ¿ no** ¿ **prazo de 10 (dez) dias** , se manifeste acerca do presente requerimento.

Acompanham este **DESPACHO** as informações prestadas pela serventia requerida **(Doc. de Id n. 3019824)** .

¿

Decorrido o prazo acima delineado, voltem-me conclusos os autos para nova deliberação.

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE OFÍCIO.

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Juiz Corregedor Auxiliar
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00041535-09.2023.8.17.8017

Requerente: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Interessada: Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco – CGJ

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Trata-se de Ofício-Circular nº 4/2023 / CSNU/CRA/CGCP/DRCI/SENAJUS/MJ do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão articulador, no Brasil, para a comunicação de sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) visando a verificação da existência de ativos em nome dos indivíduos listados no mencionado ofício e, sendo localizado algum, que os bens sejam indisponibilizados, com a comunicação imediata ao DRCI/SENAJUS/MJSP a respeito de qualquer identificação e/ou tentativa de transferência desses bens, e comunicação da indisponibilidade ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF).

Diante do contexto fático analisado, determino que a secretaria da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial proceda com a **NOTIFICAÇÃO, via MALOTE DIGITAL , dos responsáveis por todos os RGI de Pernambuco** , **a fim de que adotem, sendo o caso, as medidas acima elencadas** .

Acompanham este DESPACHO os documentos que vieram com o requerimento.

Efetivada a providência acima delineada , determino o **encerramento deste SEI** .

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas. ¿

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00032861-22.2023.8.17.8017

Requerente: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Interessada: Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco – CGJ

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Trata-se de Ofício-Circular nº 3/2023 / CSNU/CRA/CGCP/DRCI/SENAJUS/MJ do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão articulador, no Brasil, para a comunicação de sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) visando a verificação da existência de ativos em nome dos indivíduos/entidades listados no mencionado ofício e, sendo localizado algum, que os bens sejam indisponibilizados, com a comunicação imediata ao referido Ministério a respeito de qualquer identificação e/ou tentativa de transferência desses bens, e comunicação da indisponibilidade ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF).

Diante do contexto fático analisado, determino que a secretaria da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial proceda com a **NOTIFICAÇÃO, via MALOTE DIGITAL , dos responsáveis por todos os RGI de Pernambuco** , **a fim de que adotem, sendo o caso, as medidas acima elencadas** .

Acompanham este DESPACHO os documentos que vieram com o requerimento.

Efetivada a providência acima delineada , determino o **encerramento deste SEI** .

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas. ¿

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00028480-62.2024.8.17.8017

Requerente: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Interessada: Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco – CGJ

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Trata-se de Ofício-Circular nº 15/2024 / CSNU/CRA/CGCP/DRCI/SENAJUS/MJ do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão articulador, no Brasil, para a comunicação de sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) visando o levantamento da indisponibilidade de bens da titularidade dos indivíduos listados no referido ofício, com imediata comunicação ao DRCI/SENAJUS/MJSP e ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF).

Diante do contexto fático analisado, determino que a secretaria da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial proceda com a **NOTIFICAÇÃO, via MALOTE DIGITAL , dos responsáveis por todos os RGI de Pernambuco** , **a fim de que adotem, sendo o caso, as medidas acima elencadas** .

Acompanham este DESPACHO os documentos que vieram com o requerimento.

Efetivada a providência acima delineada , determino o **encerramento deste SEI** .

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas. ¿

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00016723-92.2024.8.17.8017

Requerente: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Interessada: Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco – CGJ

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Trata-se de Ofícios-Circulares nºs 1/2024, 2/2024, 3/2024, 4/2024, 5/2024, 6/2024, 7/2024, 8/2024, 9/2024, 10/2024, 11/2024, 12/2024 e 13/2024, todos do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão articulador, no Brasil, para a comunicação de sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) visando a verificação da existência de ativos em nome dos indivíduos/entidades listados nos mencionados ofícios e, sendo localizado algum, que os bens sejam indisponibilizados, com a comunicação imediata ao referido Ministério a respeito de qualquer identificação e/ou tentativa de transferência desses bens, e comunicação da indisponibilidade ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF).

Diante do contexto fático analisado, determino que a secretaria da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial proceda com a **NOTIFICAÇÃO, via MALOTE DIGITAL , dos responsáveis por todos os RGI de Pernambuco** , **a fim de que adotem, sendo o caso, as medidas acima elencadas** .

Acompanham este DESPACHO os documentos que vieram com o requerimento.

Efetivada a providência acima delineada , determino o **encerramento deste SEI** .

ESTE DESPACHO TEM FORÇA DE NOTIFICAÇÃO.

Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas. ¿

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

SEI Nº 00014146-45.2025.8.17.8017

2° Serventia Registral e RTDPJ - Caruaru - PE, CNS 15.983-0

DESPACHO

R.H.

Em atendimento ao **Malote Digital 81720256527130,** subscrito pelo (a) Oficial (a) Titular/Interino (a) do (a) **2° Serventia Registral e RTDPJ - Caruaru - PE, CNS 15.983-**0**, comunica a indicação para ESCREVENTE AUTORIZADA, EMANUELA BARBOSA ALVES, RG Nº 8.935.331 – SDS/PE e CPF Nº 067.289.984-11,** que atende as exigências contidas no Art. 61 e parágrafos do Novo Código de Normas – Provimento nº 11/2023 - CGJ/PE, proceda-se com o cadastramento.

Publique-se, em seguida encerre-se este expediente!

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr (a) Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Corregedor Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00029019-62.2023.8.17.8017

Remetente: 2º Serventia Notarial - Recife - PE -

Assunto: Prestação de Contas.

DECISÃO

Trata-se de Prestação de Contas enviada para auditoria da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial, pela serventia extrajudicial acima epigrafada. Depois de analisada a documentação recepcionada, os servidores deste Órgão Censor emitiram **Parecer (Id nº 3114491)** no sentido de que: *(i)* a demonstração contábil do Cartório aparentemente não apresenta indícios de irregularidades; *(ii)* não houve excedentes a serem repassados ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Diante do contexto fático delineado e da inexistência de pendências a serem remediadas pela serventia fiscalizada, **DETERMINO o encerramento deste SEI nesta unidade** .

Publique-se , dando-se ciência aos interessados acerca do teor do presente *decisum* .

Cópia desta decisão servirá como ofício .

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Juiz Corregedor Auxiliar
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00009436-13.2024.8.17.8017

Requerente : 10ª Vara de Família e Registro Civil da Capital – TJPE

Requerido : Serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais – Distrito de Tejucapapo – Goiana – PE (CNS nº 13.046-8)

DECISÃO

Trata-se de solicitação formulada pela 10ª Vara de Família e Registro Civil da Capital – TJPE, a esta Corregedoria Auxiliar para Serviços Extrajudiciais. Por meio do referido expediente (**Doc. de Id nº 2502685**), a requerente comunica o descumprimento reiterado, por parte da Serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais – Distrito de Tejucapapo – Goiana – PE (CNS nº 13.046-8), dos despachos exarados nos autos do Processo nº 0042771-53.2023.8.17.2001, em trâmite naquele juízo, que determinam o envio da certidão de nascimento do Sr. Francisco José de Amorim.

Notificada para se pronunciar sobre a presente demanda, a responsável pela serventia reclamada comunicou que o objeto do presente requerimento foi cumprido, apresentando o documento comprobatório (**Doc. de Id nº 3037361**).

Ato contínuo, a requerente informa que sua demanda foi atendida pela requerida (**Doc. de Id nº 3055892**).

É o que importa relatar, decido.

Como é cediço, o caput do art. 52 da Lei Estadual nº 11.781/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, dispõe que o órgão competente poderá declarar extinto o processo quando *exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente* .

Nesse sentido, observo que inexiste na presente demanda interesse público a ser resguardado com o prosseguimento do feito, o qual possuía, por objetivo último, o envio da certidão de nascimento do Sr. Francisco José de Amorim.

Dessa forma, resta exaurida a finalidade do presente pedido de providências, com fulcro no acima exposto e no art. 52, da Lei Estadual nº 11.781/2000, **DECIDO pelo arquivamento deste feito** .

Publique-se, dando-se ciência aos interessados acerca do teor da presente decisão. Após, **arquive-se.**

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa¿¿¿

Juiz Corregedor Auxiliar¿¿

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial¿

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00023453-85.2024.8.17.8017

Reclamante : Sra. Andréa Silva

Reclamada : Serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais - Sede - Paudalho - PE (CNS 07.472-4)

DECISÃO

Trata-se de reclamação feita pela Sra. Andréa Silva a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial, em desfavor da Serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais – Sede, do município de Paudalho (CNS 07.472-4) , pela qual requer providências deste Órgão para apurar possível conduta desidiosa do cartório requerido em realizar o envio da certidão solicitada, através do CRC Nacional, no dia 10/05/2024 **(Doc. de Id nº 2524561)** .

Notificada para se pronunciar, a Serventia manifesta-se no sentido de que **(Doc. de Id nº 2681854)** , *in verbis* : " *não consta no sistema CRC, o registro do pedido, conforme comprovação da tela. Não foi fornecido no e-mail recebido e na reclamação realizada na ouvidoria dessa corregedoria, dados suficientes para busca e emissão da certidão solicitada, o que dificulta a busca pelo nome dos requerentes. Dessa forma, não foi possível emitir a certidão, uma vez que não consta dados ou registro da solicitação. Desta feita, presta as informações solicitadas e desde já se coloca à disposição para emissão da certidão, assim que seja enviada os dados do requerente* . "

É o que importa relatar, decido .

Como é cediço, a Lei Estadual nº 11.781/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assim estabelece em seus arts. 40 e 52:

" **Art. 40** . Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação do pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará no arquivamento do processo.

Art. 52 . O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente".

Analisando os documentos acostados aos autos, observa-se que a Ouvidoria do Operador Nacional do Registro Civil (ON-RCPN) considerou a presente reclamação como resolvida pelo agente, tendo sido oportunizada à reclamante a possibilidade de manifestar-se sobre a solução apresentada. Contudo, transcorrido o prazo assinado, ela permaneceu silente (**Doc. de Id nº 3036731**).

Dessa forma, considerando a manifestação de Id nº **3036731** , entendo que a finalidade deste processo se exauriu, razão pela qual **DETERMINO o seu arquivamento** .

Publique-se , dando-se ciência aos interessados sobre o teor da presente decisão

Após a comprovação do ato, encerre-se este SEI.

Cumpra-se .

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00034783-65.2024.8.17.8017

Consulente: Serventia Registral e Notarial de Lagoa Grande (CNS nº 07.576-2)

Interessada: Serventia Registral de Santa Maria da Boa Vista (CNS nº 07.641-4)

DECISÃO

Trata-se de consulta formulada pela **Titular da Serventia Registral e Notarial de Lagoa Grande (CNS nº 07.576-2)** , acerca da competência para realização de averbações em matrículas de imóveis situados na circunscrição de Lagoa Grande, mas cujos registros anteriores estavam sob a responsabilidade **Serventia Registral de Santa Maria da Boa Vista (CNS nº 07.641-4)** , que, após a vigência da Lei Complementar 522/2023, perdeu sua competência territorial sobre aquela circunscrição.

Informa a consulente que, após a entrada em vigor da referida Lei Complementar, em 22.12.2023, a Serventia de Lagoa Grande passou a ser a única responsável pelos registros de imóveis daquela circunscrição. Entretanto, relata que o Cartório de Santa Maria da Boa Vista não efetuou a entrega do acervo documental correspondente, alegando tratar-se de um único livro de registro, e ainda continua a realizar averbações nas matrículas de imóveis situados na circunscrição de Lagoa Grande.

Notificada, a Tabeliã e Registradora de Santa Maria da Boa Vista apresentou informações (ID 2873982), alegando, em síntese, que: (i) a serventia de Santa Maria da Boa Vista não foi extinta, apenas perdeu sua competência territorial sobre a circunscrição de Lagoa Grande; (ii) não há previsão na Lei dos Registros Públicos para transferência de acervo na hipótese; (iii) o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro de Pernambuco, em seus artigos 1100 e 1155, estabelece que as averbações devem ser feitas na matrícula original, mesmo que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição; e (iv) jamais praticou atos de registro após iniciado o serviço da Serventia de Lagoa Grande, limitando-se à emissão de certidões e averbações nos termos do artigo 169, I, da Lei 6.015/73.

Réplica sob o ID 2995373.

É o relatório. Decido.

A questão central da consulta refere-se à competência para averbações em matrículas imobiliárias após alteração de circunscrição territorial decorrente da criação de nova serventia.

O tema encontra-se regulamentado pelo artigo 169 da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), cuja redação atual, dada pela Lei nº 14.382/2022, é a seguinte:

"Art. 169. Todos os atos enumerados no art. 167 desta Lei são obrigatórios e serão efetuados na serventia da situação do imóvel, observado o seguinte:

I - as averbações serão efetuadas na matrícula ou à margem do registro a que se referirem, ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição, observado o disposto no inciso I do § 1º e no § 18 do art. 176 desta Lei;"

O dispositivo consagra o chamado princípio da territorialidade, que norteia o registro imobiliário brasileiro, estabelecendo, como regra geral, que os atos registrais devem ser praticados na serventia da situação do imóvel.

No entanto, o dispositivo prevê expressamente uma exceção a esse princípio, ao prever que as averbações sejam feitas na matrícula atual, ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição.

A doutrina especializada já esclareceu amplamente essa questão.

De fato, Alexandre Laizo Clápis [1] elucida que:

"(...) caso o imóvel pertencente a dado cartório passe a pertencer a outro em razão de ato administrativo de redivisão ou de desmembramento de circunscrição, todo o imóvel passará a pertencer exclusivamente ao novo. A abertura da nova matrícula, entretanto, pode se dar pela inscrição de um direito real, a pedido do titular do domínio ou do interessado (credor) ou, ainda, pelo oficial em benefício da organização dos serviços da Serventia. **Se, mesmo depois de o imóvel ter sido atribuído à nova circunscrição, a matrícula não for aberta, o inciso I determina que as averbações (inciso II do art. 167) devem ser feitas pelo registrador imobiliário em que o assento se encontre, ou seja, pelo registrador que perdeu a área desmembrada** ". (destaquei).

De igual modo, Carlos Elias e Flávio Tartuce [2] esclarecem que:

"(...) o primeiro conflito dá-se no caso de mudança de competência territorial de um RI. Imóveis que estavam sob a competência territorial de um RI passam a estar sob a alçada de um novo RI. Nessa hipótese, o **s atos de averbação – por conta de sua natureza acessória e por destinarem-se a alterar um registro anterior ou uma matrícula – terão de ser feitos na atual matrícula do imóvel, ainda que esta se encontre na serventia anteriormente competente** ".(destaquei).

Segundo Martha El Debs [3] , " *[O] motivo dessa exceção é que o legislador não quis impor uma burocracia que, por vezes, é de difícil cumprimento aos particulares como condição para a prática de um ato de natureza acessória, qual seja a necessidade de averbação* ".

No âmbito do Estado de Pernambuco, o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro disciplina a matéria de maneira extremamente clara e precisa, reforçando o mandamento legal. Vejamos:

"Art. 1155. Todos os atos enumerados no art. 167 da Lei nº 6.015/73 são obrigatórios e serão efetuados na serventia da situação do imóvel, observado o seguinte:

I – as averbações serão efetuadas na matrícula ou à margem do registro a que se referirem, ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição, observado o disposto nos §§1º e 2º deste artigo;

II – para o imóvel situado em duas ou mais circunscrições, serão abertas matrículas em ambas as serventias dos registros públicos;

III – aberta matrícula na serventia da situação do imóvel, o oficial comunicará o fato à serventia de origem, para o encerramento, de ofício, da matrícula anterior". (destaquei).

Ademais, cumpre ressaltar que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco já se manifestou [4] sobre questão análoga, em 2018, concluindo que, enquanto não for aberta nova matrícula, as averbações continuam a ser realizadas na serventia de origem, ao passo que os registros novos devem ser praticados na nova serventia competente.

Portanto, **respondendo à consulta** , informo que, após o primeiro ato sujeito a registro no novo cartório, quando então será aberta nova matrícula para o imóvel, não há mais que se falar em praticar-se averbações na matrícula anterior.

Nesse momento, deverá ser comunicado ao Ofício de Origem, nos termos do artigo 1155 Código de Normas para os Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (Provimento nº 11/2023 – CGJ), para que seja averbado o encerramento da matrícula no cartório de Origem, não mais sendo possível averbar quaisquer atos a fim de se preservar a continuidade do registro.

No que tange ao acervo do cartório de origem, este deverá lá permanecer tão somente para fins de consulta e emissão de certidões.

Publique-se, dando-se ciência aos interessados sobre o teor da presente decisão, **cuja cópia servirá como ofício** .

Após a comprovação do ato, **encerre-se este SEI.**

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

---

[1] CLÁPIS, Alexandre Laizo. In: DEBS, Martha El. Lei de Registros Públicos Comentada. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2022, p. 951.

[2] ELIAS, Carlos; TARTUCE, Flávio. Lei de Registros Públicos Comentada. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 172

[3] DEBS, Martha El. Legislação Notarial e de Registros Públicos: Comentada Artigo por Artigo. 7. ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: JusPodivm, 2025. p. 1060-1062

[4] Parecer disponível em: https://portal.tjpe.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=652b5334-e549-6119-7617-39cc9eb516a3&groupId=29010).

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA** , **Juiz Corregedor Auxiliar do Extrajudicial** , em 23/04/2025, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade informando o código verificador **3114791** e o código CRC **3E1B8069** .

00034783-65.2024.8.17.8017 3114791v2

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00018141-67.2022.8.17.8017

Reclamante: Associação de Proprietários da Enseadinha de Serrambi – APES

Advogado: Braz Florentino Paes de Andrade Filho - OAB/PE nº 32.255

Reclamada: Serventia Registral de Ipojuca (CNS nº 15.068-0)

DECISÃO

Trata-se de reclamação instaurada pela Associação de Proprietários da Enseadinha de Serrambi – APES, sob o argumento de que a Serventia Registral - Ipojuca (CNS nº 15.068-0) teria aberto matrículas individualizadas de imóveis desmembrados de maneira irregular no âmbito do Loteamento Enseadinha.

Notificado, o então Registrador Interino da Serventia, o Sr. Marcelo Bezerra de Lima, apresentou informações (ID 1650847), anotando, em resumo, que " *todas as averbações de desmembramento (leia-se desdobro), foram promovidas com estrita observância dos requisitos legais* ", tendo, ainda, contado com a aprovação da Prefeitura.

Réplica sob o ID 2488479.

É o relato, no essencial. Passo a decidir.

No caso, observa-se que os desdobros impugnados na presente reclamação foram praticados na gestão do antigo Titular da Serventia Registral de Ipojuca (CNS nº 15.068-0), qual seja, o Sr. Petrônio Barbosa de Arruda, falecido em 02.03.2021.

Nesse contexto, considerando o falecimento do então Titular, não tem como a reclamação – com a consequente persecução disciplinar – prosseguir em face do Interino.

Com efeito, muito embora os notários e oficiais de registro sejam civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem (art. 22, da Lei Federal nº 8.935/94), deve-se realizar o devido cotejo entre as irregularidades denunciadas e a época em que os fatos ocorreram.

Isso porque a delegação para o serviço notarial e de registro é feita de forma "originária", não herdando o novo titular eventuais passivos (trabalhistas, fiscais ou cíveis), circunstância que tem o condão de obstar qualquer tipo de sucessão (STJ – REsp nº 1340805/PE, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019).

O próprio Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou nesse sentido, conforme se infere da Tese nº 01 da Edição nº 80 (Registros Públicos) da ferramenta "Jurisprudência em Teses"), in verbis:

"01) Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais, não detêm personalidade jurídica, de modo que **o titular do cartório à época dos fatos é o responsável pelos atos decorrentes da atividade desempenhada** ". (destaquei).

Ademais, ainda que não fosse esse o caso, observo que a questão subjacente a esta reclamação já se encontra judicializada (processo NPU 0000601-81.2021.8.17.2730 - 2ª Vara Cível da Comarca de Ipojuca), devendo, portanto, ser dirimida pela autoridade judicial competente.

Ante o exposto, por não vislumbrar qualquer indício de irregularidade praticada pelo atual Interino da Serventia Registral de Ipojuca (CNS nº 15.068-0), determino o **ARQUIVAMENTO** da presente reclamação.

Publique-se, dando-se ciência aos interessados sobre o teor da presente decisão, **cuja cópia servirá como ofício** .

Após a comprovação do ato, **encerre-se este SEI.**

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA** , **Juiz Corregedor Auxiliar do Extrajudicial** , em 23/04/2025, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade informando o código verificador **3114720** e o código CRC **882A9D61** .

00018141-67.2022.8.17.8017 3114720v2

Processo nº 0000063-52.2025.2.00.0817 – INSPEÇÃO (1304)
INSPETOR: TJPE - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INSPECIONADO: TJPE - Registro Civil das Pessoas Naturais - Distrito Timorante - Exu (76158)

DESPACHO/NOTIFICAÇÃO

Considerando a Nota Técnica emitida pela Equipe de Auditoria da CGJ-PE **(ID Num. 5750107)** e os documentos enviados a esta Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial pelo Registro Civil das Pessoas Naturais - Distrito Timorante - Exu **(ID's Num. 5803410 e Num. 5803590),** verifica-se que ainda restam pendentes de cumprimento as seguintes recomendações:

Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil em nome pessoal do titular do cartório;
Apólice de Seguro Contra Incêndio deve ser enviada sem a senha de acesso;
Certidão de Regularidade do FGTS;
Informar o endereço da sua página web (Homepage) quando criá-la.

Cumpre ressaltar que **i)** o dever de o contrato de Seguro de Responsabilidade Civil ser firmado em nome pessoal da titular da outorga encontra-se regulado desde o ano de 2009, conforme estabelecido no art. 210, § 1º do Provimento nº 20/2009 – CGJ/PE; e ainda **ii)** uma vez não cumprida a referida obrigação, a mesma passou a ser apontada pela Auditoria da CGJ-PE como **IRREGULARIDADE, desde do ano de 2022** , devendo assim ser sanada sob pena de responsabilidade disciplinar.

Confira-se, *in verbis* :

"Art. 210 - Os notários e registradores deverão contratar, anualmente, **seguro de responsabilidade civil específico para a cobertura de prejuízos e sinistros decorrentes do exercício da atividade notarial ou de registro** , perante companhia seguradora idônea, nos valores definidos em ato específico do Corregedor-Geral da Justiça, a ser editado no mês de dezembro de cada ano.

§ 1º - O contrato de seguro de responsabilidade civil para a cobertura de prejuízos e sinistros decorrentes do exercício da atividade notarial ou de registro **deve ser firmado em nome pessoal do titular da outorga** e renovado a cada ano.

§ 2º - O titular ou o responsável deve encaminhar, anualmente, à Corregedoria Auxiliar para o Extrajudicial, cópia da apólice ou justificativa circunstanciada da absoluta impossibilidade da contratação do seguro, **sob pena de responsabilidade disciplinar** ". (grifos nossos)

Assim, determino que a secretaria da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial notifique a Sra. Mônica Maria Duarte e Silva - interina responsável pelo Registro Civil das Pessoas Naturais - Distrito Timorante - Exu (CNS nº 07.615-8), para que, **no prazo improrrogável de 10 (dez) dias** , encaminhe a este Órgão Censor as referidas documentações, **sob pena de responsabilidade disciplinar.**

Este Despacho tem força de Notificação.

Transcorrido o prazo acima delineado, com ou sem a juntada dos documentos pendentes, retornem-me os autos conclusos para deliberação. Publique-se e cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Juiz Corregedor Auxiliar
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00032566-28.2023.8.17.8017

Reclamante: JOSÉ RIBEIRO DA SILVA FILHO

Reclamado: Serventia Registral e Notarial - Sairé (CNS nº 15.957-4)

DECISÃO

Trata-se de reclamação formulada pelo Sr. **JOSÉ RIBEIRO DA SILVA FILHO** em face da **Serventia Registral e Notarial - Sairé (CNS nº 15.957-4)** , alegando suposta dificuldade de contato com a serventia e morosidade no atendimento de pedido de registro de escritura antenupcial.

Notificado, o responsável pelo cartório reclamado afirmou que o pedido já foi atendido **(ID 3060771).**

Intimado para se pronunciar a respeito, o reclamante quedou-se inerte, conforme atesta o **Doc. de ID 3106800.**

É o relatório, no essencial. Decido.

Como é cediço, a Lei Estadual nº 11.781/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assim estabelece em seus arts. 40 e 52:

"Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação do pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará no arquivamento do processo.

Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente".

Dito isso, observa-se que, no caso presente, o responsável pela serventia demonstrou que o registro já foi efetuado.

De sua parte, o reclamante, instado a se manifestar, quedou-se inerte, concretizando, pois, óbice intransponível à atuação desta Corregedoria, bem como da própria unidade extrajudicial.

Dessa forma, considerando a inércia da parte interessada, bem como o teor da manifestação do cartório quanto ao cumprimento do pedido formulado, entendo que a finalidade deste processo se exauriu, razão pela qual **DETERMINO o seu ARQUIVAMENTO.**

Publique-se, dando-se ciência aos interessados sobre o teor da presente decisão, **cuja cópia servirá como ofício** . Após a comprovação do ato, **encerre-se este SEI.**

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA** , **Juiz Corregedor Auxiliar do Extrajudicial** , em 16/04/2025, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade informando o código verificador **3107057** e o código CRC **8C157B56** .

00032566-28.2023.8.17.8017 3107057v2

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00038001-72.2023.8.17.8017

Reclamante: JUSSARA MAIA

Reclamada: Serventia Notarial e Registral – Olinda - PE – Cartório Carlos Marinho - (CNS 07.345-2)

DECISÃO

Trata-se de reclamação formulada pela Sra. **JUSSARA MAIA** em face da **Serventia Notarial e Registral – Olinda - PE – Cartório Carlos Marinho - (CNS 07.345-2)** , alegando suposta morosidade no atendimento de pedido de registro.

Notificado, o responsável pelo cartório reclamado afirmou que o pedido foi atendido a tempo e modo **(ID 2413375).**

Intimada para se pronunciar a respeito, a reclamante quedou-se inerte, conforme atesta o **Doc. de ID 3092616.**

É o relatório, no essencial. Decido.

Como é cediço, a Lei Estadual nº 11.781/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, assim estabelece em seus arts. 40 e 52:

"Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação do pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará no arquivamento do processo.

Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente".

Dito isso, observa-se que, no caso presente, o responsável pela serventia demonstrou que o registro foi efetuado.

De sua parte, a reclamante, instada a se manifestar, quedou-se inerte, concretizando, pois, óbice intransponível à atuação desta Corregedoria, bem como da própria unidade extrajudicial.

Dessa forma, considerando a inércia da parte interessada, bem como o teor da manifestação do cartório quanto ao cumprimento do pedido formulado, entendo que a finalidade deste processo se exauriu, razão pela qual **DETERMINO o seu ARQUIVAMENTO.**

Publique-se, dando-se ciência aos interessados sobre o teor da presente decisão, **cuja cópia servirá como ofício** . Após a comprovação do ato, **encerre-se este SEI.**

Cumpra-se.

Recife, data e assinatura eletrônicas.

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa

Juiz Corregedor Auxiliar

Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA** , **Juiz Corregedor Auxiliar do Extrajudicial** , em 16/04/2025, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade informando o código verificador **3107096** e o código CRC **3B7981B0** .

00038001-72.2023.8.17.8017 3107096v2

ÓRGÃO ESPECIAL

ÓRGÃO ESPECIAL

Processo: PADMag n° 0000223-14.2024.2.00.0817

Classe: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO (1264)

Assunto: APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR (11952)

PROCESSANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

PROCESSADO(A): ...

Advogados: Helena Gonçalves Lariucci – OAB/DF 33.649 e outro.

MP: Dr. Renato da Silva Filho

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

DECISÃO

Na manifestação ministerial (ID 5760500), opinou-se, com base em todo o conjunto probatório colacionado aos autos e por se tratar de infração funcional de menor potencial ofensivo nos termos do artigo 1° da Resolução TJPE 466, pela celebração de Termo de Ajustamento de Conduta e Gestão - TACG com ..., com base na supracitada Resolução TJPE 466, publicada em 22/02/2022, apontando, inclusive, a minuta do TACG proposto pelo MP em conformidade com dita resolução do TJPE.

Nos termos do art. 19 da Resolução CNJ nº 135/2011, determina-se a notificação da ... processada para que, no prazo de 10 (dez) dias, possa apresentar sua Defesa Final, bem como manifestar sua concordância ou não com os termos do TACG proposto.

Após, voltem-me conclusos.

Cumpra-se, com urgência.

Recife, data da assinatura digital.

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Relator

DIRETORIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

ATOS DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025.

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MARCEL DA SILVA LIMA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Nº 1494/25 - SGP – designar GILMAR SILVA DE SOUZA, TECNICO JUDICIARIO - TPJ, matrícula 1864777, para responder pela função gratificada de GERENTE UNIDADE JUDICIARIA DO 1º/FGGUJ-1, da ESCADA/2ª V, no período de 22/04/2025 a 21/05/2025, e no dia 22/05/2025, em virtude de licença-prêmio e plantão judiciário - licença compensatória (Folga) do titular.

Nº 1495/25 - SGP – designar DEIVSON GOMES TAVARES, ANALISTA JUD/FUNCAO ADM - APJ, matrícula 1881361, para responder pela função gratificada de GERENTE/FGJ-1, da GERENCIA ELAB TERMO REF PROJET, no período de 14/04/2025 a 09/07/2025, em virtude de substituição em outra função/comissionado do titular.

MARCEL DA SILVA LIMA

DIRETOR GERAL

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

ATO DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025.

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MARCEL DA SILVA LIMA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Nº 1496/25 - SGP – dispensar FRANTHESCO BRUNO FERREIRA DE SOUSA, TECNICO JUDICIARIO – TPJ, matrícula 1833014, da função gratificada de APOIO ATIV JURISD-NUC REV E CER/FAP-AJ1G, do NUCLEO REVISORES E CERTIFICADORES.

MARCEL DA SILVA LIMA

DIRETOR GERAL

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

ATOS DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025.

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MARCEL DA SILVA LIMA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Nº 1497/25 - SGP – dispensar JOSE GUIRAILDO SOBRAL, TECNICO JUDICIARIO – TPJ, matrícula 1762494, da função gratificada de GERENTE UNIDADE JUDICIARIA DO 1º/FGGUJ-1, da CARUARU/2ª V CIV.

Nº 1498/25 - SGP – dispensar MARILIA DE LIMA PIMENTA, ANALISTA JUD/FUNCAO JUD – APJ, matrícula 1861662, da função gratificada de ASSESSOR MAGISTRADO/FGAM, da IBIMIRIM/VU.

Nº 1499/25 - SGP – dispensar MARCELLE SA CARNEIRO DE MENDONCA, ANALISTA JUD/FUNCAO JUD – APJ, matrícula 1873660, da função gratificada de GERENTE UNIDADE JUDICIARIA DO 1º/FGGUJ-1, da 22ª V CIV CAPITAL SEÇÃO A.

MARCEL DA SILVA LIMA

DIRETOR GERAL

ATO Nº 1492/2025

SEI Nº 00002744-44.2023.8.17.8017

O **Ilustríssimo Senhor Diretor Geral, MARCEL DA SILVA LIMA** , no uso de suas atribuições, delegadas pela Presidência deste Poder, por meio da PORTARIA Nº 08, de 28 de fevereiro 2024;

Considerando que os princípios da legalidade, da impessoalidade, da eficiência e da isonomia norteiam os atos da Administração Pública;

Considerando a demanda e os argumentos constantes do SEI Nº 00021961-92.2024.8.17.8017;

RESOLVE :

Art.1º. DESLIGAR , do Grupo Especial de Trabalho, em atuação na Diretoria das Varas Cíveis da Região Metropolitana e do Interior, o seguinte servidor:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	A PARTIR DE
1839217	JOSÉ GENILSON SILVA OLIVEIRA	29/04/25

Art.2º. DESIGNAR , para compor o Grupo Especial de Trabalho, em atuação na Diretoria das Varas Cíveis da Região Metropolitana e do Interior, a seguinte servidora:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	A PARTIR DE
1878662	RUTH KARINNE RIBEIRO LOPES	06/05/25

Recife, 24 de abril de 2025.

Marcel da Silva Lima

Diretor Geral

O DIRETOR – GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, MARCEL DA SILVA LIMA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00010398-41.2025.8.17.8017

PE-INTEGRADO Nº 3962.2025.NLCD.IN.0016.TJPE.FERM-PJ

PROCESSO LICITATÓRIO LICON -TCE Nº 516/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2025-NLCD

Considerando:

1- Que a Administração do Fórum Des. Rodolfo Aureliano, por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) de ID nº. 3067198, Estudos Técnicos Preliminares (ID 3101856) e Termo de Referência (ID 3114957), encaminhou à Autoridade Superior pleito para a contratação da empresa TK ELEVADORES BRASIL S.A, inscrita no CNPJ sob o nº. 90.347.840/0008-94, para prestação do serviço de manutenção especializada para os elevadores daquele Fórum, incluindo-se intervenções corretivas em casos de falhas ou problemas técnicos e ações preditivas e preventivas;

2- Os motivos descritos no ETP (ID 3101856):

“A contratação dos serviços de manutenção dos elevadores do Fórum Des. Rodolfo Aureliano justifica-se pela necessidade imperiosa de garantir o perfeito estado de conservação e funcionamento desses equipamentos. Tal medida assegura conforto, segurança e eficiência no transporte vertical de usuários do prédio.

(...)

Trata-se, portanto, de um **ecossistema tecnológico** com atuação em tempo real, desenvolvido de forma proprietária pela **TK Elevator Brasil Ltda.** , cuja operação e manutenção requerem **acesso autorizado às plataformas, conhecimento técnico específico e integração com a base de dados da fabricante** .

A contratação abrange não apenas a mão de obra especializada para execução de manutenções preditivas, preventivas e corretivas, mas também a **reposição de peças, insumos e componentes técnicos específicos dos elevadores** . O diferencial técnico da contratação reside justamente na exclusividade e complexidade dos sistemas **AGILE®** e **TKE MAX®** , integrados aos equipamentos.

(...)

A substituição da **TK Elevator Brasil Ltda.** por outra empresa para a manutenção dos 08 (oito) elevadores implicaria:

1. Incompatibilidade técnica, já que os sistemas **TKE MAX®** e **AGILE®** são desenvolvidos e operados exclusivamente pela fabricante;

2. Perda de garantia e suporte técnico, considerando que os equipamentos estão em fase final de garantia (1 ano pós-instalação);

3. Comprometimento do investimento tecnológico realizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, que adquiriu uma solução integrada de monitoramento e gestão.

Diante da **inviabilidade técnica e legal de contratação de terceiros** , justifica-se a **contratação por inexigibilidade** , nos termos do art. 74, inciso I, da **Lei nº 14.133/2021** , com a empresa **TK Elevator Brasil Ltda.** , única detentora das ferramentas, do know-how e da autorização para operar os sistemas críticos instalados.

Essa medida assegura a continuidade da segurança, eficiência e durabilidade dos equipamentos, em conformidade com os princípios da **responsabilidade técnica, economicidade e eficiência** da Administração Pública. Trata-se de medida que visa **preservar a integridade do investimento público** e assegurar a continuidade da prestação de serviço com alto padrão de eficiência, segurança e conformidade técnica, em consonância com os princípios da boa administração.”

3- O comando contido no art. 74, da Lei nº 14.133/2021, de 1º/04/2021, que autoriza a contratação direta, por excludente de licitação, quando caracterizada a inviabilidade de competição:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

(...)

§ 1º Para ¿ns do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

4 - Os documentos encartados aos autos revelam a regular instrução dessa hipótese tratada em consonância com a legislação pátria.

Acolho, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os opinativos exarados pelo Núcleo de Licitações e Contratações Diretas – NLCD – Parecer nº 021/2025 – NLCD (ID 3103612) – e pela Consultoria Jurídica (ID 3111740), para **AUTORIZAR** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **TK ELEVADORES BRASIL S.A,** inscrita no CNPJ sob o nº. 90.347.840/0008-94, prestação do serviço de manutenção especializada para os elevadores daquele Fórum, incluindo-se intervenções corretivas em casos de falhas ou problemas técnicos e ações preditivas e preventivas, **pelo período de 05 (cinco) anos** , conforme condições, especificações, quantidades, características e prazos constantes no Termo de Referência, **pelo valor global de R$ 503.184,00 (quinhentos e três mil cento e oitenta e quatro reais),** consoante Autorização Competente (ID 3089896) e documentos virtuais anexados aos autos, com razões fundadas nos artigos 72 e 74, inciso I, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, combinado com a IN TJPE nº 01/2023, de 23/01/2023

Publique-se, empenhe-se.

Determino que sejam adotados os procedimentos legais cabíveis à conclusão do presente procedimento.

Recife, 24 de abril de 2025.

Marcel da Silva Lima

Diretor Geral

CONSELHO DA MAGISTRATURA

PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO DA MAGISTRATURA

BELA. MARIA DA LUZ ALMEIDA MIRANDA, SECRETÁRIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, EXAROU, EM DATA DE 24 DE ABRIL DE 2025, OS SEGUINTES DESPACHOS:

No OFÍCIO – 3114002 – COMARCA DE TACAIMBÓ – VARA ÚNICA , de 23 de abril de 2025, Sr. Dr. Marcos José de Oliveira. **Ref. Tribunal do Júri** . **" CIENTE. ENCAMINHE-SE O PRESENTE EXPEDIENTE À SEGED DA COORDENADORIA CRIMINAL, POR COMPETÊNCIA."**

Na COMUNICAÇÃO INTERNA – 3112528 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS , de 22 de abril de 2025, Sr. Dr. Wagner Barboza de Lucena. **Ref. Progressão Funcional** . **" R. H. AUTUE-SE. DISTRIBUA-SE."**

Na COMUNICAÇÃO INTERNA – 3111638 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS , de 22 de abril de 2025, Sr. Dr. Wagner Barboza de Lucena. **Ref. Progressão Funcional** . **"R. H. AUTUE-SE. DISTRIBUA-SE."**

No REQUERIMENTO – 3111582 – COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – 7ª VARA CÍVEL , de 22 de abril de 2025, Sr. Dr. Fábio Corrêa Barbosa. **Ref. Residência em comarca diversa** . **" À CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, CONSOANTE DETERMINA O ART. 5º, DA RESOLUÇÃO Nº 001/2020 - CM, DE 23/01/2020 (DJE DE 22/05/2024, EDIÇÃO Nº 94/2024, FLS 59/61)."**

Recife, 24 de abril de 2025.

Bela. Maria da Luz Almeida Miranda

Secretária do Conselho da Magistratura

SECRETARIA JUDICIÁRIA

O BEL. CARLOS GONÇALVES DA SILVA, SECRETÁRIO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NOS TERMOS DA DELEGAÇÃO CONFERIDA PELA PORTARIA Nº 02/2022-DG, PUBLICADA NO DJe DE 08/02/2022 E REPUBLICADA NO DJe DE 15/02/2022, EXAROU, NA DATA DE 24/04/2025, O(S) SEGUINTE(S) DESPACHO(S):

SEI nº 00014086-38.2025.8.17.8017 – Requerente: Exma. Dra. Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes – DESPACHO: " Considerando a informação acima e com fundamento no art. 1º da Resolução nº 372, de 30 de setembro de 2014, c/c a Resolução 496, de 03 de julho de 2023, autorizo a compensação requerida pela **Exma. Dra. Brenda Azevedo Paes Barreto Teixeira, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes** , ficando os plantões judiciários de **22/04/2022 e 30/04/2022,** e o saldo de **02 (dois) dias de licença compensatória de 2023** compensados com os expedientes forenses dos dias **05 a 08/05/2025** ".

Eu, Carlos Gonçalves da Silva, Secretário Judiciário, fiz publicar.

O BEL. CARLOS GONÇALVES DA SILVA, SECRETÁRIO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, NA DATA DE 24/04/2025, OS SEGUINTES DESPACHOS:

Requerimento – (Processo SEI nº 00011391-55.2025.8.17.8017) – **Exmo. Des. Luiz Gustavo Mendonça de Araújo** – ref. Ind. Férias: "À Assessoria Técnica Presidencial ante o pedido id 3111513 e a informação do Núcleo competente."

Requerimento – (Processo SEI nº 00012934-20.2025.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Daladiê Duarte Souza** – ref. Ind. Férias: "À Assessoria Técnica da Presidência com a informação do Núcleo de Controle Func.de Magistrados."

Requerimento – (Processo SEI nº 00013118-35.2025.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Evaní Estevão de Barros** – Juiz Aposentado – ref. Pagamento de Plantão não compensado: "Ao Ilmo. Diretor Geral com as informações dos Núcleos de Plantão e de Controle Funcional de Magistrados."

Requerimento – (Processo SEI nº 00014043-54.2025.8.17.8017) – **Exma. Dra. Mariana Zenaide Teófilo Gadelha** – ref. Licença Maternidade: "À Junta Médica, com o atestado e certidão de nascimento em anexo."

Requerimento – (Processo SEI nº 00014065-21.2025.8.17.8017) – **Exma. Dra. Luciana Maranhão de Araújo** – ref. Licença Médica: "Anote-se a licença concedida, nos termos do atestado médico apresentado."

Recife, 24 de abril de 2025.

Bel. CARLOS GONÇALVES DA SILVA

Secretário Judiciário

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, FAZ PUBLICAR O EXTRATO DO CONVÊNIO, CELEBRADO POR ESTE PODER, PARA OS FINS ESPECIFICADOS NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 61, DA LEI Nº 8.666/93 e LEI Nº 14.133/2021 :

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 023/2025-TJPE, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E MUNICÍPIO DE GOIANA. Objeto/Objetivo : Viabilizar a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devido ao MUNICÍPIO, por meio do Sistema de Controle de Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (SICASE). **Da Vigência** : **60** (sessenta) **meses** , podendo ser prorrogado mediante acordo dos partícipes. **Dos Recursos Financeiros** : Este instrumento não acarreta nenhum ônus financeiro aos partícipes, motivo pelo qual não se consigna dotação orçamentária. Processo Administrativo SEI nº **00009427-91.2025.8.17.8017** .

Recife, 24 de abril de 2025.

NELSON BATISTA DA SILVA NORBERTO

Secretário de Administração

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, FAZ PUBLICAR O EXTRATO DO ATO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA CELEBRADO POR ESTE PODER, PARA OS FINS ESPECIFICADOS NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 61, DA LEI Nº 8.666/93 e LEI Nº 14.133/2021 :

ATO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERINSTITUCIONAL Nº 003/2025-TJPE, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, E A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE, COM O AVAL DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Objeto/Objetivo : Celebrar o presente Convênio Técnico, visando à cooperação entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Município do Olinda/PE, com o objetivo de otimizar a eficiência da atividade jurisdicional e a eficácia na consecução dos fins da execução fiscal municipal, conforme as cláusulas e condições a seguir estabelecidas. O presente ato regulamenta o fluxo de execuções fiscais de valor inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) quando do ajuizamento, quando não houver bens penhorados ou embargos à execução atrelados, estabelecendo diretrizes e estratégias para racionalizar e aprimorar o fluxo de tramitação das Ações de Execução Fiscal no âmbito da 1ª Vara da Fazenda Pública e na 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Olinda, promovendo a eficiência e eficácia da atividade jurisdicional. Processo Administrativo SEI nº **00013059-75. 2025.8.17.8017 .**

Recife, 24 de abril de 2025.

NELSON BATISTA DA SILVA NORBERTO

Secretário de Administração

Núcleo de Licitações e Contratações Diretas - NLCD

RESULTADO DO JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00006442-26.2023.8.17.8017

PE INTEGRADO Nº 3031.2024.NLCD.PE.0101.TJPE.FERM-PJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2024 - NLCD

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (PC) TCE Nº 148/2024

OBJETO: Serviço de manutenção preventiva e corretiva para os elevadores do Fórum da Comarca de Limoeiro

Após o processamento do Pregão Eletrônico nº 101/2024-NLCD, comunica-se a CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO, declarando VENCEDORA a licitante Elevadores Versátil Ltda - CNPJ nº 15.026.942.0001-16, pelo valor global de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais). Informações adicionais poderão ser obtidas nos sites www.tjpe.jus.br ou www.peintegrado.pe.gov.br, ou através do nosso e-mail: licita@tjpe.jus.br. Recife 24/04/2025. Danielle França Ferraro – Pregoeira – NLCD

RESULTADO DO JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00002686-66.2025.8.17.8017

PE INTEGRADO Nº 3936.2025.NLCD.CE.0004.TJPE.FERM-PJ

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025 - NLCD

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (PC) TCE Nº 304/2025

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para reformas de pequeno porte, sob demanda, nas instalações físicas e prediais dos imóveis em uso pelo TJPE.

Após o processamento da Concorrência Eletrônica nº 04/2025-NLCD, comunica-se a CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO, declarando VENCEDORA a licitante **AJP ENGENHARIA LTDA** - CNPJ nº 08.978.001/0001-17, pelo Percentual de Desconto: 25,00% (vinte e cinco por cento). Empresa inabilitada: **AGIL EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA ,** CNPJ nº 05.654.826/0001-98. Informações adicionais poderão ser obtidas nos sites www.tjpe.jus.br ou www.peintegrado.pe.gov.br, ou através do nosso e-mail: licita@tjpe.jus.br ou ainda pelos telefones do NLCD: (81) 3182-0569/0570. Recife 24/04/2025. Elizabeth Geber - Agente de Contratação/Pregoeira – NLCD

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS, WAGNER BARBOZA DE LUCENA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Nº 509/25 – lotar ROBERTA VIRGINIA DE SOUZA E SILVA, ANALISTA JUD/FUNCAO JUD – APJ, matrícula 1845438, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Capital – CEJUSC.

WAGNER BARBOZA DE LUCENA

Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 2025

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS, WAGNER BARBOZA DE LUCENA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Nº 510/25 – lotar os (as) servidores (as) abaixo relacionados (as) nas unidades discriminadas a seguir.

MAT.	NOME	CARGO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
1886851	MANOEL PEDRO CORREA	A DISPOSICAO	Diretoria Regional do Agreste - DRA
1862677	PATRÍCIA RENATA PEIXOTO COSTA	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ	Diretoria das Varas Criminais da Capital e Região Metropolitana - DCRIM
1777998	WYNDSON DA SILVA ARRUDA	AUXILIAR JUDICIARIO - PJ I	Diretoria das Varas Criminais da Capital e Região Metropolitana - DCRIM
1894676	CAROLINA MARIA DE BRITO MELO	TECNICO JUD/FUNCAO JUD-TPJ	Diretoria das Varas Criminais da Capital e Região Metropolitana - DCRIM
1901044	MARTA CRISTINA G B DE ALMEIDA SIMOES	TECNICO JUD/FUNCAO JUD-TPJ	Diretoria Estadual das Varas de Família, Registro Civil e Sucessões - DFAMS
1881876	MARIA GABRIELA FARIA DA SILVA MEDEIROS	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ	Diretoria Regional do Agreste - DRA
1893190	DANIELE ALVES DA ROCHA	TECNICO JUD/FUNCAO JUD-TPJ	Diretoria das Varas Criminais da Capital e Região Metropolitana - DCRIM
1813439	ADRIANE BORBA PEREIRA	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ	Diretoria Regional da Zona da Mata - DRZM
1762494	JOSE GUIRAILDO SOBRAL	TECNICO JUDICIARIO - TPJ	Diretoria Regional do Agreste - DRA
1861662	MARILIA DE LIMA PIMENTA	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ	Diretoria Estadual de Execuções de Penas - DEEPE
1873660	MARCELLE SA CARNEIRO DE MENDONCA	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ	Diretoria das Varas Cíveis e das Varas de Execução de Título Extrajudicial da Capital - DIRCIVET
1901346	EMANUELLE DE FREITAS SILVESTRE	TECNICO JUD/FUNCAO JUD-TPJ	Diretoria Regional do Agreste - DRA
1881078	NATHALIA PINHEIRO DE OLIVEIRA	TECNICO JUD/FUNCAO JUD-TPJ	Diretoria Regional do Agreste - DRA
1824988	CAROLINA CAVALCANTI GONCALVES	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD – APJ	2ª Vara Cível da Comarca de Petrolina

WAGNER BARBOZA DE LUCENA

Secretário de Gestão de Pessoas

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Diretora de Desenvolvimento Humano do Tribunal de Justiça de Pernambuco, VALÉRIA TEMPORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução 243/2008-TJPE que versa sobre Estágio Probatório, resolve:

Requerimento SGP Digital n. 14604/2025 - Conceder ao(à) Servidor(a): ADRIANA LEAL MARINHO DECARVALHO, matrícula 1857746, prazo até 19/05/2025, para a realização da avaliação da 4ª etapa do estágio probatório. À Unidade de Avaliação do Desempenho para acompanhar o cumprimento do prazo.

Requerimento SGP Digital n. 14681/2025 - Conceder ao(à) Servidor(a): MILENA VIRGILIO DOS SANTOS BARROS, matrícula 1892223, prazo até 19/05/2025, para a realização da avaliação da 3ª etapa do estágio probatório. À Unidade de Avaliação do Desempenho para acompanhar o cumprimento do prazo.

Recife, 24 de abril de 2025.

Valéria Temporal

Diretora de Desenvolvimento Humano.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS, **WAGNER BARBOZA DE LUCENA** , no uso das atribuições e competências que lhe foram conferidas pelo Art. 1º, da Portaria nº 01/2024-DG de 29/02/2024 (DJE 01/03/2024), resolve:

DECISÃO

PROCESSO: 00026804-54.2024.8.17.8017

REQUERENTE: FRANCINETE DE ASSIS DO MONTE BARBOSA

ASSUNTO: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA.

Trata-se de requerimento apresentado pela servidora aposentada epigrafada, matrícula nº 112344-0, protocolado sob o id. 2694528, em que solicita a reconsideração de Decisão consubstanciada no id. 2553954, do SEI 00012243-22.2024.8.17.8017, para que seja concedido o direito à percepção de indenização de 09 (nove) meses de licenças-prêmio, referentes aos 3º e 4º decênios.

Instada a se pronunciar, a Assessoria Técnica da Diretoria Geral opinou pela manutenção do indeferimento do pedido, considerando que os 2º, 3º e 4º decênios, concluídos em 18/08/2003, 15/08/2013 e 13/08/2023, respectivamente, estavam sujeitos à Emenda Constitucional Estadual nº 16/1999; que, conforme a previsão expressa da Lei Estadual nº 18.145/2023, a implementação do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) ocorre por etapas, segundo critérios de conveniência e oportunidade definidos pela Administração, não se configurando, portanto, como direito subjetivo à percepção automática dos benefícios, mesmo com adesão válida ao programa; e que, embora as decisões mencionadas pela requerente estejam em consonância com os entendimentos das Cortes Superiores e de precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça, estas aplicam-se somente aos casos em que os requisitos legais foram devidamente atendidos, o que não se verifica no presente caso.

É o relatório. Decido.

Aprovo o Parecer da Assessoria Técnica da Diretoria Geral, por seus próprios e jurídicos fundamentos, acolho a proposição nele contida para **indeferir** o pedido para os fins e nos limites do aludido opinativo.

Publique-se.

Recife, 23 de abril de 2025.

Wagner Barboza de Lucena

Secretário de Gestão de Pessoas

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS, **WAGNER BARBOZA DE LUCENA** , no uso das atribuições e competências que lhe foram conferidas pelo Art. 1º, da Portaria nº 01/2024-DG de 29/02/2024 (DJE 01/03/2024), resolve:

DECISÃO

PROCESSO SEI Nº: 00010724-37.2025.8.17.8017

INTERESSADO: BRUNO AQUINO DO NASCIMENTO PALMEIRA

ASSUNTO: Ajuda de custo para mudança de domicílio.

Trata-se de pedido de ajuda de custo para mudança de domicílio formulado pelo servidor em epígrafe, Analista Judiciário - APJ, matrícula nº 189831-0, uma vez que houve alteração de sua lotação da Vara Única da Comarca de Cumaru para a Vara Única da Comarca de Vertentes, por meio da Portaria n° 419/25, publicada no Dje do dia 20 de março de 2025 (id. 3071542).

Instado a anexar os comprovantes das despesas realizadas em decorrência da mudança de lotação, o requerente deixou transcorrer o prazo sem qualquer manifestação (id. 3076483).

É fundamental ressaltar que, nos autos, não houve a comprovação das despesas decorrentes da nova lotação, inviabilizando a análise do pedido.

Dessa forma, indefiro o pleito uma vez que não houve a comprovação das despesas motivadas pela alteração da lotação do requerente.

Publique-se.

Cumpra-se.

Recife, 24 de abril de 2025.

Wagner Barboza de Lucena

Secretário de Gestão de Pessoas

Diretoria de Gestão Funcional

A DIRETORIA DE GESTÃO FUNCIONAL, no uso das atribuições, resolve dar publicidade:

Requerimento SGP Digital n. 13580/2025 - Conceder o AFASTAMENTO DO SERVIÇO POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO CÔNJUGE, PAIS, FILHOS OU IRMÃOS, nos termos do Art. 170, II da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), ao(à) seguinte Servidor(a): NINA DE PADUA SOUZA GUIMARAES, matrícula 1884352, lotado(a) no(a) DIRETORIA REGIONAL DO AGRESTE no período de 12/04/2025 a 19/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13517/2025 - Conceder o AFASTAMENTO DO SERVIÇO POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO CÔNJUGE, PAIS, FILHOS OU IRMÃOS, nos termos do Art. 170, II da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), ao(à) seguinte Servidor(a): JAIME VASCONCELOS NEVES, matrícula 1841599, lotado(a) no(a) DIRETORIA REGIONAL ZONA MATA no período de 11/04/2025 a 18/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13112/2025 - Conceder o AFASTAMENTO DO SERVIÇO POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO CÔNJUGE, PAIS, FILHOS OU IRMÃOS, nos termos do Art. 170, II da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), ao(à) seguinte Servidor(a): ROSEMARY LUCCHESE HAWSON, matrícula 1775090, lotado(a) no(a) 24º JUIZADO ESP CIV REL CONSU no período de 08/04/2025 a 15/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 11587/2025 - Conceder o AFASTAMENTO DO SERVIÇO POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO CÔNJUGE, PAIS, FILHOS OU IRMÃOS, nos termos do Art. 170, II da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), ao(à) seguinte Servidor(a): MIRIAM VERAS BORBA, matrícula 1369385, lotado(a) no(a) SECRETARIA GERAL DA CGJ no período de 27/03/2025 a 03/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 9654/2025 - Conceder o AFASTAMENTO DO SERVIÇO POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO CÔNJUGE, PAIS, FILHOS OU IRMÃOS, nos termos do Art. 170, II da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), ao(à) seguinte Servidor(a): TULIO LEONARDO FERRAZ DE MOURA, matrícula 1826921, lotado(a) no(a) 2ª V ENFRENT A VIOL CON MULHER no período de 21/03/2025 a 28/03/2025.

A DIRETORIA DE GESTÃO FUNCIONAL, no uso das atribuições, resolve dar publicidade:

Requerimento SGP Digital n. 14382/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): SAMYLLE RAFAELLA PEREIRA DA COSTA, matrícula 1872834, lotado no(a) DIRETORIA REGIONAL DO AGRESTE, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 18/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 14371/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): DALILA LINS LAGIOIA CAMPOS, matrícula 1857835, lotado no(a) GAB DES CANDIDO JOSE DA FONTE, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 17/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 14157/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): NATHANY DE JESUS ROCHA, matrícula 1898787, lotado no(a) AFRANIO/VU, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 18/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 14106/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): ABRAAO MANOEL DE MOURA, matrícula 1887092, lotado no(a) DIRETORIA REGIONAL DO AGRESTE, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 21/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 14095/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): VIVIANE DUARTE DA ROCHA, matrícula 1897853, lotado no(a) BOM CONSELHO/1ª V, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 17/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 14079/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): WARLLYS GUEDES RIBEIRO, matrícula 1879324, lotado no(a) DIRETORIA REGIONAL DO SERTAO, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 17/04/2025, 18/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13900/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): MANUELA FEITOSA DE LIMA NASCIMENTO COSTA, matrícula 1867776, lotado no(a) UNIDADE CONT 6ª CAM CIVEL no(s) dia(s) 24/04/2025, 25/04/2025 resultando em 2 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 09/10/2022, 16/12/2023.

Requerimento SGP Digital n. 13750/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): VANESSA ALMEIDA LINARD, matrícula 1899368, lotado no(a) JABOATAO/2ª V FAZ PUB, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 12/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13726/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): CAROLINA ALVES DA SILVA DE ANDRADE LIMA, matrícula 1818082, lotado no(a) GAB DES CANDIDO JOSE DA FONTE no(s) dia(s) 30/05/2025 resultando em 1 dia, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 31/08/2024.

Requerimento SGP Digital n. 13571/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): ISABELA NOVAES ARAUJO, matrícula 1863720, lotado no(a) FLORESTA/VU no(s) dia(s) 16/04/2025 resultando em 1 dia, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 18/05/2024.

Requerimento SGP Digital n. 13521/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): GILSON FERNANDES RIBEIRO, matrícula 1846442, lotado no(a) DIRETORIA EST V FAM REG SUCES no(s) dia(s) 08/05/2025, 09/05/2025 resultando em 2 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 09/07/2022, 15/10/2022.

Requerimento SGP Digital n. 13515/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO para compensação em momento oportuno, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014) , ao(à) seguinte Servidor(a): STHARLLY APARECIDO BEZERRA DE LIMA, matrícula 1851284, lotado no(a) OLINDA/2ª V CIV, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 12/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13274/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): CARLOS FRANCISCO DE SOUZA JUNIOR, matrícula 1822535, lotado no(a) PAULISTA/NUC DIST MAND no(s) dia(s) 20/05/2025, 21/05/2025, 22/05/2025 resultando em 3 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 21/03/2015, 24/12/2019, 08/12/2022.

Requerimento SGP Digital n. 13137/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): ALEXANDRE JOSE ALMEIDA DA SILVA, matrícula 1818350, lotado no(a) DIRETORIA EST JUIZADOS ESPECIA no(s) dia(s) 14/04/2025, 15/04/2025, 16/04/2025 resultando em 3 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 02/06/2019, 09/11/2019, 12/01/2020.

Requerimento SGP Digital n. 13092/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): FELIPE LEAL DANTAS VASCONCELOS, matrícula 1885391, lotado no(a) 11ª V CIV CAPITAL no(s) dia(s) 28/04/2025 resultando em 1 dia, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 16/02/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13068/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): MARIA MOREIRA BALTAR, matrícula 1809717, lotado no(a) DIRETORIA EST V FAM REG SUCES no(s) dia(s) 30/04/2025 resultando em 1 dia, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 12/02/2024.

Requerimento SGP Digital n. 12710/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): THYAGO LIMA BEZERRA, matrícula 1860283, lotado no(a) PALMARES/ JUIZADO CIV CONS CRIM no(s) dia(s) 24/04/2025, 25/04/2025 resultando em 2 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 29/08/2021, 15/11/2021.

Requerimento SGP Digital n. 11572/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): MAYARA SIMONI LAET DE ANDRADE, matrícula 1860682, lotado no(a) DIRETORIA V CIV E V EXEC EXTRA no(s) dia(s) 15/05/2025, 16/05/2025 resultando em 2 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 21/01/2023, 21/01/2024.

Requerimento SGP Digital n. 10057/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): JOSEFA GOMES DE SOUZA, matrícula 1852663, lotado no(a) OURICURI/1ª V no(s) dia(s) 22/04/2025, 23/04/2025, 24/04/2025, 25/04/2025 resultando em 4 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 11/02/2024, 17/02/2024, 18/02/2024, 02/03/2024.

Requerimento SGP Digital n. 9941/2025 - Autorizar o gozo da LICENÇA COMPENSATÓRIA POR PARTICIPAÇÃO EM PLANTÃO, mediante anuência da Chefia imediata, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 267 DE 18/08/2009 com nova redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 372 DE 30/09/2014 (DOPJ 01/10/2014), ao(à) seguinte Servidor(a): ICARO BANDEIRA CAVALCANTI DE ANDRADE, matrícula 1853600, lotado no(a) JOAO ALFREDO/VU no(s) dia(s) 22/04/2025, 23/04/2025, 24/04/2025, 25/04/2025 resultando em 4 dias, referente(s) ao(s) plantão(ões) do(s) dia(s) 05/03/2022, 01/05/2022, 27/06/2022, 23/10/2022.

A DIRETORIA DE GESTÃO FUNCIONAL, no uso das atribuições, resolve dar publicidade:

Requerimento SGP Digital n. 10201/2025 – Não conceder o Gozo de LICENÇA PRÊMIO, nos termos do Art. 112, LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), ao(à) seguinte Servidor(a): LEONARDO SANTANA TORRES, matrícula 1779419, lotado no(a) DIRETORIA EST EXECUCOES PENAS.

A DIRETORIA DE GESTÃO FUNCIONAL, no uso das atribuições, resolve dar publicidade:

Requerimento SGP Digital n. 14369/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): EVANILDO DE FREITAS VENTURA JUNIOR, matrícula 1859170, lotado(a) no(a) GAB DES GABRIEL DE O CAVALCANT, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 01/07/2025 a 30/07/2025 , para o(s) período(s) de 01/07/2025 a 15/07/2025, 05/11/2025 a 19/11/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13951/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): BRUNA REGO BUONORA, matrícula 1887645, lotado(a) no(a) MORENO/1ª V CIV, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 15/05/2025 a 29/05/2025, 15/09/2025 a 29/09/2025 , para o(s) período(s) de 28/07/2025 a 26/08/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13922/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): RAFAEL CARNEIRO GALVAO NETO, matrícula 1892517, lotado(a) no(a) GAB DES PAULO ROBERTO ALVES SI, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 22/04/2025 a 01/05/2025 , para o(s) período(s) de 05/05/2025 a 14/05/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13914/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): ROGERIO MACHADO DE ARAUJO, matrícula 1796887, lotado(a) no(a) GAB DES ISAIAS ANDRADE L NETO, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 01/07/2025 a 20/07/2025 , para o(s) período(s) de 26/05/2025 a 14/06/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13891/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): IVANISE PESSOA GONCALVES, matrícula 1889010, lotado(a) no(a) CONTADORIA REMOTA, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 22/04/2025 a 01/05/2025 , para o(s) período(s) de 24/11/2025 a 03/12/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13883/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): CARLOS FELIPE RIBEIRO CAVALCANTI, matrícula 1820664, lotado(a) no(a) NUCLEO DE IMAGEM, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 12/05/2025 a 23/05/2025 , para o(s) período(s) de 02/06/2025 a 13/06/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13816/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): SABRINA FREIRE DE SOUSA MONTENEGRO BORBA, matrícula 1882015, lotado(a) no(a) DIRETORIA V CRIM E REG METROPO, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 01/07/2025 a 30/07/2025 , para o(s) período(s) de 03/07/2025 a 01/08/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13759/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): MARIA CLAUDIA GUEDES A EGITO C LINS, matrícula 1884891, lotado(a) no(a) DIRETORIA V CIV REG MET E INTE, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 01/07/2025 a 15/07/2025, 22/08/2025 a 05/09/2025 , para o(s) período(s) de 22/09/2025 a 06/10/2025, 03/11/2025 a 17/11/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13647/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): ANA SILVIA GRACIANO DE ARAUJO, matrícula 1814559, lotado(a) no(a) DIRETORIA REGIONAL ZONA MATA, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 01/07/2025 a 30/07/2025 , para o(s) período(s) de 02/06/2025 a 16/06/2025, 07/07/2025 a 21/07/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13620/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): GABRIEL SOARES DE A DE G E VASCONCELOS, matrícula 1889583, lotado(a) no(a) GAB DES LUIZ GUSTAVO M ARAUJO, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 22/04/2025 a 01/05/2025 , para o(s) período(s) de 27/08/2025 a 05/09/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13596/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): WILLIAM JOSE DE SOUZA FELIPE, matrícula 1786377, lotado(a) no(a) PAULISTA/2ª V CIV, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 01/07/2025 a 15/07/2025 , para o(s) período(s) de 14/07/2025 a 28/07/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13582/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): JOAO ALEXANDRE MEDEIROS V DO NASCIMENTO, matrícula 1837486, lotado(a) no(a) CAMARAGIBE/DIR, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 23/04/2025 a 02/05/2025 , para o(s) período(s) de 28/04/2025 a 07/05/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13575/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): RICARDO VAZ PEREIRA, matrícula 1849620, lotado(a) no(a) 33ª V CIV CAPITAL, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 08/09/2025 a 07/10/2025 , para o(s) período(s) de 10/06/2025 a 19/06/2025, 06/10/2025 a 25/10/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13565/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): MARCELLE SA CARNEIRO DE MENDONCA, matrícula 1873660, lotado(a) no(a) 22ª V CIV CAPITAL, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 05/05/2025 a 24/05/2025, 21/07/2025 a 30/07/2025 , para o(s) período(s) de 01/07/2025 a 30/07/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13555/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): ERICKA MICHELLE MENDES DA COSTA, matrícula 1865730, lotado(a) no(a) IGARASSU/2ª V CIV, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 21/07/2025 a 04/08/2025 , para o(s) período(s) de 05/05/2025 a 19/05/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13529/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): JOSE ALLAN NUNES FERNANDES DA SILVA, matrícula 1862006, lotado(a) no(a) CARPINA/V CRIM, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 22/04/2025 a 28/04/2025 , para o(s) período(s) de 19/05/2025 a 25/05/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13486/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): TALYTA GONCALVES DE BRITO, matrícula 1881914, lotado(a) no(a) CABO/V VIOL CONTRA MULHER, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 05/05/2025 a 19/05/2025 , para o(s) período(s) de 24/11/2025 a 08/12/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13392/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): ADRIANA MACEDO RODRIGUES, matrícula 1871749, lotado(a) no(a) DIRETORIA V CIV REG MET E INTE, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 02/05/2025 a 20/05/2025, 09/12/2025 a 19/12/2025 , para o(s) período(s) de 16/07/2025 a 30/07/2025, 03/11/2025 a 17/11/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13336/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE

24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): RODOLFO EMANOEL DO NASCIMENTO, matrícula 1860089, lotado(a) no(a) CARUARU/1ª CAMARA REG TJPE, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 30/05/2025 a 18/06/2025 , para o(s) período(s) de 13/08/2025 a 22/08/2025, 17/09/2025 a 26/09/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13270/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): CARLOS FRANCISCO DE SOUZA JUNIOR, matrícula 1822535, lotado(a) no(a) PAULISTA/NUC DIST MAND, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 02/05/2025 a 16/05/2025 , para o(s) período(s) de 05/05/2025 a 19/05/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13217/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): PATRICIA VIRGINIA G DOS SANTOS CARVALHO, matrícula 1887386, lotado(a) no(a) 21ª V CIV CAPITAL, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 04/08/2025 a 02/09/2025 , para o(s) período(s) de 14/07/2025 a 23/07/2025, 01/09/2025 a 20/09/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 13087/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): DANIELA AMORIM SILVA, matrícula 1891138, lotado(a) no(a) BOM JARDIM/VU, referente ao exercício de 2024, referente ao(s) período(s) de 05/05/2025 a 19/05/2025 , para o(s) período(s) de 12/08/2025 a 26/08/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 12565/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): NARA RAQUEL QUARESMA DINIZ, matrícula 1862260, lotado(a) no(a) AFOGADOS DA ING/ NUC DIST MAND, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 19/11/2025 a 18/12/2025 , para o(s) período(s) de 28/04/2025 a 12/05/2025, 27/11/2025 a 11/12/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 11882/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): HELLYNE DANYELLA ANDRADE BEZERRA, matrícula 1828541, lotado(a) no(a) PETROLINA/1º JUIZADO CIV CONSU, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 03/11/2025 a 17/11/2025 , para o(s) período(s) de 28/10/2025 a 11/11/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 10550/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): ANDREA CRISTIANE ARAUJO TAVARES, matrícula 1817850, lotado(a) no(a) 1º COLEGIO RECURSAL CIVEL CAP, referente ao exercício de 2012, referente ao(s) período(s) de 03/09/2012 a 02/10/2012 , para o(s) período(s) de 02/07/2025 a 11/07/2025 e 28/11/2025 a , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 9350/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): GRACE LIZ DANTAS BARROS, matrícula 1875108, lotado(a) no(a) PETROLINA/ V VIOL CONTRA MULHER, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 04/06/2025 a 13/06/2025 , para o(s) período(s) de 29/10/2025 a 07/11/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 9069/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): LIGIA MARIA DA CRUZ NASCIMENTO, matrícula 1832182, lotado(a) no(a) PETROLINA/V VIOL CONTRA MULHER, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 10/06/2025 a 19/06/2025 , para o(s) período(s) de 06/10/2025

a 15/10/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

Requerimento SGP Digital n. 7644/2025 – Autorizar a MUDANÇA DO PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS, mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos do Art. 103 §1º, §2º, §3º, §4º, Art. 105, Art. 106, Art. 107 Parágrafo Único, Art. 108, Art. 108 - A Parágrafo Único da LEI Nº 6123 DE 20/07/1968 (DOPE 13/03/1973), RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012), ao(à) seguinte Servidor(a): MARCELLA LARYSSA DE SOUZA S A BARBOSA, matrícula 1885170, lotado(a) no(a) DIRETORIA REGIONAL DO AGRESTE, referente ao exercício de 2025, referente ao(s) período(s) de 29/01/2025 a 07/02/2025, 04/08/2025 a 13/08/2025 e 17/11/2025 a 26/11/2025, para o(s) período(s) de 12/08/2025 a 22/08/2025, 17/11/2025 a 05/12/2025 , mediante anuência do gestor maior da unidade, nos termos da RESOLUÇÃO N° 213 DE 19/03/2007 (DOPJ 21/03/2007) e ATO Nº 4474 DE 23/10/2012 (DJE 24/10/2012).

A DIRETORIA DE GESTÃO FUNCIONAL, no uso das atribuições, resolve dar publicidade:

Requerimento SGP Digital n. 14461/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): ANA LARISSA DE OLIVEIRA VIDAL, matrícula 1888870, lotado no(a) CARUARU/C AGIL PROCESSUAL resultando em referente(s) ao(s) período(s): 29/04/2025 a 30/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 14379/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): LIDICE DOMINGOS DOS SANTOS, matrícula 1846914, lotado no(a) COORDENADORIA GERAL DOS JE resultando em 2 dias referente(s) ao(s) período(s): 24/04/2025 a 25/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 14113/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): CANDIDA ROSA DA SILVA FREITAS GRANERO, matrícula 1872761, lotado no(a) DIRETORIA EST V EXE FAZ E ACID resultando em referente(s) ao(s) período(s): 06/05/2025 a 06/05/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13964/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): VICTOR GUIMARAES DE MEDEIROS, matrícula 1888315, lotado no(a) CABROBO/1ª V resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 02/05/2025 a 02/05/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13955/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): TATIANA DANTAS FRANCOSO, matrícula 1848020, lotado no(a) JABOATAO/NUC DIST MAND resultando em 11 dias referente(s) ao(s) período(s): 05/05/2025 a 09/05/2025, 12/05/2025 a 16/05/2025, 19/05/2025 a 19/05/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13941/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): TEREZA CRISTINA G AMORIM DE CARVALHO, matrícula 1839373, lotado no(a) DIRETORIA FORM APERF SERVIDOR resultando em 2 dias referente(s) ao(s) período(s): 25/04/2025 a 25/04/2025, 30/04/2025 a 30/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13894/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): MARIA EUGENIA MOREIRA VASCONCELOS, matrícula 1884603, lotado no(a) NUCLEO DE CONTROLE DE MANDADOS resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 16/04/2025 a 16/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13617/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): PAULO GERMANO MAHON BARROS, matrícula 1814788, lotado no(a) DIRETORIA REGIONAL DO SERTAO resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 22/04/2025 a 22/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13584/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): PRISCILA DE SOUSA COSTA, matrícula 1856553, lotado no(a) ARARIPINA/V CRIM resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 16/04/2025 a 16/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13579/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): JOSE ROBERTO DA SILVA, matrícula 1811673, lotado no(a) NUCLEO REVISORES E CERTIFICADO resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 22/04/2025 a 22/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13338/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): EDUARDO MACEDO JACOME, matrícula 1827170, lotado no(a) GAB DES LUIZ GUSTAVO M ARAUJO resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 28/04/2025 a 28/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13147/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): JULIANA PATRICIA BEZERRA DE OLIVEIRA, matrícula 1829459, lotado no(a) NUCLEO DE CONTROLE DE MANDADOS resultando em 17 dias referente(s) ao(s) período(s): 07/05/2025 a 09/05/2025, 12/05/2025 a 16/05/2025, 19/05/2025 a 23/05/2025, 26/05/2025 a 29/05/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13071/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): CREUZA MARIA DA SILVA ASSIS, matrícula 1768476, lotado no(a) TACAIMBO/VU resultando em 5 dias referente(s) ao(s) período(s): 05/05/2025 a 05/05/2025, 06/05/2025 a 06/05/2025, 07/05/2025 a 07/05/2025, 08/05/2025 a 08/05/2025, 09/05/2025 a 09/05/2025.

Requerimento SGP Digital n. 13067/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): FABIO DE WEIMAR THE FILHO, matrícula 1878840, lotado no(a) DIRETORIA V CRIMINAIS INTERIOR resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 11/04/2025 a 11/04/2025.

Requerimento SGP Digital n. 3518/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): RHAYSSA HAMANDA DO NASCIMENTO FRANCA, matrícula 1893203, lotado no(a) GERENCIA APOIO GEST CONT CONVE resultando em 3 dias referente(s) ao(s) período(s): 16/05/2025 a 16/05/2025, 19/05/2025 a 20/05/2025.

Requerimento SGP Digital n. 1660/2025 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): ALANA DANIELLE DE ANDRADE AZEVEDO COSTA, matrícula 1885723, lotado no(a) NUCLEO REVISORES E CERTIFICADO resultando em 2 dias referente(s) ao(s) período(s): 15/05/2025 a 16/05/2025.

Requerimento SGP Digital n. 29039/2017 - Autorizar o gozo da DISPENSA AO SERVIÇO POR MOTIVO DE CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL, mediante anuência da chefia imediata, nos termos do Art.98 da LEI Nº 9.504 - DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 - DOU DE 1/10/1997, ao(à) seguinte Servidor(a): MARCIO JOSE PESSOA DO NASCIMENTO, matrícula 1851934, lotado no(a) DIRETORIA DE GESTAO FUNCIONAL resultando em 1 dia referente(s) ao(s) período(s): 09/10/2017 a 09/10/2017.

ESCOLA JUDICIAL

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, DES JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, EXAROU EM DATA DE 23.04.2025 A SEGUINTE DECISÃO:

Decisão

PROCESSO Nº 00001596-52.2025.8.17.8017

INTERESSADO: Assessoria de Cerimonial da Presidência / ESMAPE

ASSUNTO: Revogação da Inexigibilidade Nº 04/2025-NLCD

Trata-se de procedimento administrativo pelo qual os autos foram encaminhados para análise sobre a revogação da inexigibilidade destinada à contratação direta da empresa **PRIORI - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO LTDA** , cujo objeto trata das participações de três servidores deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, na modalidade presencial, no Curso: "MESTRE DE CERIMÔNIAS – TÉCNICAS DE ATUAÇÃO" - que se realizaria no período de 07 a 08 de abril do corrente ano, em Brasília/DF, conforme Decisão publicada no DJe nº 05/2025 (id. 3032895).

Foram colacionados aos autos o E-mail da empresa Contratada (id. 3069020) com a seguinte informação:

"Informamos que o Curso presencial: Mestre de Cerimônias – Técnicas de Atuação, programado para os dias 07 e 08 de abril de 2025, no horário das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30, foi prorrogado para os dias 6 e 7 de novembro de 2025, no horário das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30 por falta de quórum.

Solicitamos verificar o interesse dos servidores em participar na nova data.

Aguardamos a confirmação ou cancelamento das inscrições para darmos prosseguimento ao andamento do curso. (...)"

A Assessoria de Cerimonial da Presidência justificou (id. 3092421):

'Diante do e-mail enviado pela empresa PRIORI 3069020 , informando que o Curso presencial: Mestre de Cerimônias – Técnicas de Atuação, programado para os dias 07 e 08 de abril de 2025, no horário das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30, foi prorrogado para os dias 6 e 7 de novembro de 2025, no horário das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30 por falta de quórum, solicito a revogação da inexigibilidade visto que a nova data ficou muito distante da preterida e existe a possibilidade de ser adiado novamente pelo mesmo motivo acima citado pela empresa. '

Ademais, foi juntado aos autos E-mail que demonstra o pedido de cancelamento da inscrição pela Assessoria de Cerimonial da Presidência, com a seguinte manifestação pela empresa Contratada (id. 3110759):

"Em resposta ao e-mail abaixo, confirmo o cancelamento da inscrição da servidora no curso: Mestre de Cerimônias – Técnicas de Atuação, programado para os dias 6 e 7 de novembro de 2025. (...)"

A Consultoria Jurídica, neste contexto, exarou Parecer (id. 3111522), opinando pela possibilidade jurídica de revogação da contratação direta por inexigibilidade de licitação da empresa **PRIORI - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO LTDA, CNPJ Nº 21.000.322/0001-00, INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025 – NLCD, PE INTEGRADO Nº 3470.2025.NLCD.IN.0004.TJPE.FERM-PJ e PROCESSO LICITATÓRIO LICON - TCE Nº 504/2025,** tendo em vista os princípios da economicidade, eficiência e interesse público (art. 37, *caput,* da CF e art. 2º, *caput,* da Lei Estadual nº 11.781/2000).

Em sucessivo, vieram conclusos os presentes autos para o seu desenlace, em obediência às formalidades que à espécie se impõe, sob a égide da legislação pertinente.

Ao tempo em que aprovo, por seus próprios e jurídicos fundamentos o Parecer exarado pela Consultoria Jurídica (id. 3111522), consubstanciado nos autos, e constatado a conveniência e oportunidade desta Administração, acolho a proposição nele contida para, com fundamento na Súmula nº 473 do STF e no art. 71, II da Lei nº 14.33/2021, **REVOGAR a contratação direta por inexigibilidade de licitação - INEXIGIBILIDADE Nº 04/2025 - NLCD, PE INTEGRADO Nº 3470.2025.NLCD.IN.0004.TJPE.FERM-PJ e PROCESSO LICITATÓRIO LICON -TCE Nº 504/2025,** respeitado o prazo do art. 165, I, "d", da referida lei.

Publique-se.

Determino que sejam adotados os procedimentos legais cabíveis à conclusão do presente procedimento.

Recife, drs

Des. Jorge Américo Pereira de Lira

Diretor-Geral

Escola Judicial de Pernambuco

DIRETORIA CÍVEL

2ª Câmara Cível

DIRETORIA CÍVEL
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA, PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE (POR VIDEOCONFERÊNCIA) convocada para o dia 07 de maio de 2025, às 14:00horas, pela plataforma Microsoft Teams, navegador Microsoft Edge ou Google Chrome

Observação : O presente processo tramita de forma eletrônica por meio do sistema PJE. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do lseguinte endereço eletrônico: *www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-2-grau/consulta-publica-de-processos.* Toda a tramitação desta ação deverá ser feita por advogado, por meio do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-em-pernambuco/cadastro-de-advogados .

Pauta de Julgamento da 13ª Sessão Ordinária, PJe (POR VIDEOCONFERÊNCIA) da 2ª Câmara Cível convocada para o dia 07 de maio de 2025, às 14:00 horas, pela plataforma Microsoft Teams, navegador Microsoft Edge ou Google Chrome, com a seguinte composição: Des. Presidente: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes e os demais Desembargadores Alberto Nogueira Virgínio e Ruy Trezena Patu Júnior.

Segundo o disposto nos Arts. 1º, 3º e 5º da portaria nº61/2020 do CNJ; Art. 6º, §2º da Resolução nº314/2020 do CNJ; e Art. 1º §§1 e 4º, Art. 3º, I, II, e Art. 8º da Instrução Normativa nº4/2020 do TJPE, a Sessão da 2ª Câmara Cível ocorrerá por videoconferência.

O advogado interessado em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL, deve cumprir os requisitos **dispostos no art. 177-A do RITJPE** (com as alterações da Emenda Regimental Nº 19, publicada no DJE de 24/02/2023); **inscrever-se da data da publicação desta pauta até, no máximo, 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão , por meio de PETIÇÃO NOS AUTOS contendo a identificação do inscrito (nome completo, número da OAB, endereço eletrônico para envio do link de acesso e parte que representa no processo).**

AVISOS:

1. O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) é uma plataforma de editais do CNJ e instrumento de publicação dos atos judiciais dos

Órgão s do Poder Judiciário instituído pela Resolução nº 234/2016.

"Apesar da previsão normativa TJPE nº 03/2024, em razão de limitações técnicas do DJEN, as pautas de sessão de julgamento continuarão sendo publicadas no Diário de Justiça Eletrônico Estadual (adicionado em 28/05/2024)". Conforme nota técnica da SETIC no Manual de Publicação dos Atos Judiciais no DJEN e Domicílio Judicial Eletrônico.

2. A eventual entrega de memoriais será enviada para os endereços eletrônicos dos membros da sessão, conforme disposto no art. 3º, § 2º da Instrução Normativa nº 04/2020:

gabdes.alberto.nogueira@tjpe.jus.br

gabdes.candido.saraiva@tjpe.jus.br

gabdes.ruy.patu@tjpe.jus.br

Link de acesso para acompanhar a sessão: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZmJlZGExODgtYzJmYi00YzZlLTljNjYtNDFmOGQyOTEyNzJh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2281373d9b-607a-4642-ba74-ec1ee444d69e%22%2c%22Oid%22%3a%22ccda2924-3c0a-440e-8fee-ed52572e6f89%22%7d

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 001
Número: 0073654-22.2019.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 09/07/2021
Polo Ativo: ITAÚ UNIBANCO S.A. / ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado(s) do Polo Ativo: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO(BA29442-A)
Polo Passivo: ALDA LOURENCO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: MARCUS ANTONIO PASCARETTA GALLO(PE31213-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: STENIO JOSE DE SOUSA NEIVA COELHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (23/08/2021)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2021-08-23(id:5865)

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 002
Número: 0046246-49.2022.8.17.2810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 19/10/2023
Polo Ativo: TENDA NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A
Advogado(s) do Polo Ativo: EMILIA MOREIRA BELO(PE23548-A)
Polo Passivo: JOAO PAULO DOS SANTOS
Advogado(s) do Polo Passivo: EMERSON DOS SANTOS LIMA(PE39218-A) / GLAUCO MATIAS DE SOUZA(AL15296-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: CANDIDO JOSE DA FONTE SARAIVA DE MORAES
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/10/2024) / (13/11/2024) / (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-11-21(id:11094) processo foi adiado na sessão extraordinária da 2ª Câmara Cível, dia 21/11/2024, às 09 horas, por videoconferência, a pedido de vista do Exmo. Des. Ruy Trezena Patu Júnior.

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 003
Número: 0042662-71.2022.8.17.2810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 20/09/2023
Polo Ativo: TENDA NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A
Advogado(s) do Polo Ativo: EMILIA MOREIRA BELO(PE23548-A)
Polo Passivo: RAFAEL DE AMORIM PENHA / DANIELLA RAMOS AMORIM DE ABREU
Advogado(s) do Polo Passivo: EMERSON DOS SANTOS LIMA(PE39218-A) / GLAUCO MATIAS DE SOUZA(AL15296-A)
Terceiro(s) Interessado(s): PEDRO EDGARDO TABLADA CORRALES
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: CANDIDO JOSE DA FONTE SARAIVA DE MORAES
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/10/2024) / (13/11/2024) / (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-11-21(id:11094) processo foi adiado na sessão extraordinária da 2ª Câmara Cível, dia 21/11/2024, às 09 horas, por videoconferência, a pedido de vista do Exmo. Des. Ruy Trezena Patu Júnior.

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 004
Número: 0026569-53.2023.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 18/12/2023
Polo Ativo: DOUGLAS JAY BARNES
Advogado(s) do Polo Ativo: ISABELA MARIA BEZERRA COSTA(PE46603-A)
Polo Passivo: DORIVANA FREITAS DE ALCANTARA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: ALBERTO NOGUEIRA VIRGINIO
Situação: Pautado
Sobra(s): (14/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-14(id:11712)

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 005
Número: 0019375-70.2021.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 08/11/2021
Polo Ativo: CONDOMINIO DO EDIFICIO CASAGRANDE
Advogado(s) do Polo Ativo: DENNIS NUNES(PE28760-A)
Polo Passivo: JATOBETON ENGENHARIA LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: GUSTAVO VIEIRA DE MELO MONTEIRO(PE16799-A) / FILIPH EMMANUEL DE CARVALHO GOIS(PE56341-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: ALBERTO NOGUEIRA VIRGINIO
Situação: Pautado
Sobra(s): (14/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-14(id:11712)

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 006
Número: 0002006-19.2021.8.17.3130 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 28/07/2023
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado(s) do Polo Ativo: DAVID SOMBRA PEIXOTO(CE16477-A) / RICARDO LOPES GODOY(MG77167-A)
Polo Passivo: AMERICO ALVES DA MOTA JUNIOR
Advogado(s) do Polo Passivo: HUGO GIESTA SOARES(PE37205-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: RUY TREZENA PATU JÚNIOR
Situação: Pautado
Sobra(s): (14/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-14(id:11712)

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 007
Número: 0058107-63.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 12/12/2024
Polo Ativo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCIANA PEREIRA GOMES BROWNE(PE786-A)
Polo Passivo: GRASIELLI DE VASCONCELOS PINTO - ME
Advogado(s) do Polo Passivo: BRUNO DE SOUSA BRAGA(PE64549) / VITAL LUCAS DE FREITAS MELO GALINDO DE OLIVEIRA(PE57334-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: ALBERTO NOGUEIRA VIRGINIO
Situação: Pautado
Sobra(s): (14/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-14(id:11712)

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 008
Número: 0008820-32.2024.8.17.2810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 28/03/2025
Polo Ativo: TIAGO DA SILVA TORRES / Banco Itaúcard S.A.
Advogado(s) do Polo Ativo: WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA(PE33096-A) / ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO(BA29442-A)
Polo Passivo: TIAGO DA SILVA TORRES
Advogado(s) do Polo Passivo: WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA(PE33096-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: RUY TREZENA PATU JÚNIOR
Situação: Pautado
Sobra(s): (14/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-14(id:11712)

Órgão Colegiado: 2ª Câmara Cível - Recife
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 009
Número: 0002686-09.2025.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 06/02/2025
Polo Ativo: SEVERIEN, ANDRADE & ALENCAR ADVOGADOS
Advogado(s) do Polo Ativo: FRANCISCO LOUREIRO SEVERIEN(PE21720-A)
Polo Passivo: ELIZABETH CIMENTOS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: HARRISON ALEXANDRE TARGINO(PB5410-A) / JOVINO MACHADO DA NOBREGA NETO(PB10727-A) / LEONARDO ANTONIO CORREIA LIMA DE CARVALHO(PB14209-A) / EVALDO CAVALCANTI DA CRUZ NETO(PB19004)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: RUY TREZENA PATU JÚNIOR
Situação: Pautado
Sobra(s): (24/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-24(id:11713)

Recife, 24 de abril 2025

Ana Maria Filgueira Cabral Lins

Sec. de Sessões da 2ª Câmara Cível

ana.filgueira@tjpe.jus.br

5ª Câmara Cível

DIRETORIA CÍVEL

QUINTA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO

PUBLICAÇÃO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA SESSÃO ORDINÁRIA (POR VIDEOCONFERÊNCIA) - PELA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS - DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJE) DA 5ª CÂMARA CÍVEL CONVOCADA PARA O DIA 07 DE MAIO DE 2025, ÀS 09:30 HORAS.

LINK DE ACESSO À SESSÃO:

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjgyZDMwZjAtY2YyNC00YTYyLTlmZjYtNjE1ZDk0ZDU5ZGYw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2281373d9b-607a-4642-ba74-ec1ee444d69e%22%2c%22Oid%22%3a%2270a625b2-bf62-429f-91a5-5f7badbbcd3a%22%7d

Observação: O presente processo tramita de forma eletrônica por meio do sistema PJE. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-2-grau/consulta-publicade-processos. Toda a tramitação desta ação deverá ser feita por advogado, por meio do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http:// www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-em-pernambuco/cadastro-de-advogados .

A Sessão da 5ª Câmara Cível ocorrerá por videoconferência, com a seguinte composição: Des. Presidente Agenor Ferreira de Lima Filho e os Desembargadores: Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima (substituindo Des. Luiz Gustavo Mendonça de Araújo) e outro ainda a ser designado, em face das férias do Des. Silvio Neves Baptista Filho. Comporá também a mesa julgadora o Des. João José da Rocha Targino, mas sua participação se restringirá apenas aos feitos dos quais é relator.

Em atendimento a **RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 001/2023**, publicada no Dje Ed.nº 84/2023, do dia 10 de maio de 2023.

Art. 2º Nos processos pautados para **sessão por videoconferência**, a inscrição de advogados, procuradores e defensores para sustentação oral, nos processos eletrônicos, devem ser feitas **por meio de PETIÇÃO NOS AUTOS , com prazo, no máximo, 24h (vinte e quatro) horas antes da sessão**, na forma e prazo do Art. 1º, I, cumprindo os requisitos **dispostos no art. 177-A do RITJPE** (com as alterações da Emenda Regimental Nº 19, publicada no DJE de 24/02/2023)**, contendo a identificação do inscrito (nome completo, número da OAB, telefone para contato, endereço eletrônico para envio do link de acesso e parte que representa no processo).**

A fim de auxiliar o bom andamento da organização dos trabalhos, ficou acordado, na sessão ordinária do dia 22.11.2023, que os advogados interessados em realizar a sustentação oral, ou apenas acompanhar a sessão, deverão confirmar o pedido anteriormente feito, via petição nos autos, para o e-mail da secretária de sessão da 5ª câmara cível: marcianne.alane@tjpe.jus.br ou optar por fazê-lo APENAS via e-mail já descrito acima, SEM NECESSIDADE DE PETICIONAR NOS AUTOS, desde que cumpra com o prazo contido nos art. 177-A e art. 181 do RITJPE - inscrever-se em até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão via e-mail endereçado à secretária da 5ª Câmara Cível.

AVISOS:

1. O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) é uma plataforma de editais do CNJ e instrumento de publicação dos atos judiciais dos órgãos do Poder Judiciário instituído pela Resolução nº 234/2016.

"Apesar da previsão normativa TJPE nº 03/2024, em razão de limitações técnicas do DJEN, as pautas de sessão de julgamento continuarão sendo publicadas no Diário de Justiça Eletrônico Estadual (adicionado em 28/05/2024)". Conforme nota técnica da SETIC no Manual de Publicação dos Atos Judiciais no DJEN e Domicílio Judicial Eletrônico.

2. A eventual entrega de memoriais será enviada para os endereços eletrônicos dos membros da sessão, conforme disposto no art. 3º, § 2º da Instrução Normativa nº 04/2020:

e-mails dos gabinetes:

gabdes.agenor.ferreira@tjpe.jus.br

gabdes.fabio.eugenio@tjpe.jus.br

joao.targino@tjpe.jus.br

RELAÇÃO DE JULGAMENTO:

Ordem: 001
Número: 0058498-18.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 27/09/2024
Polo Ativo: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA
Advogado(s) do Polo Ativo: FLAVIO NEVES COSTA(SP153447-A)
Polo Passivo: PABLO HENRIQUE FRAGOSO FONSECA PRESBITERO
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (16/10/2024) / (11/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)Procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual (16 a 21.10.2024), em face de declaração de impedimento do Des. Luiz Gustavo Mendonça de Araújo
Ordem: 002
Número: 0034535-15.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 26/09/2024
Polo Ativo: VIAJAR NORONHA CONSULTORIA EM VIAGENS LTDA / GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado(s) do Polo Ativo: CATARINA BEZERRA ALVES(PE29373-A) / THIAGO FEITOSA NERES(PE34819-A)
Polo Passivo: KATIA MARIA CARVALHO DE LIMA / RICARDO LIMA DO NASCIMENTO / CYNTIA CRISTINA DE MELO RAMOS BEZERRA / GILBERTO WILLAMES BEZERRA / BRENO SILVA RAMOS BEZERRA / TIAGO DE MELO RAMOS BEZERRA / LETICIA PEREIRA RAMOS BEZERRA / RENATA DOS SANTOS PEREIRA RAMOS / GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: CATARINA BEZERRA ALVES(PE29373-A) / JULIANA LUBAMBO COSTA(PE38177-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (16/10/2024) / (11/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 003
Número: 0050807-26.2019.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 26/09/2024
Polo Ativo: LUCIANO TEMPORAL BORGES CABRAL
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCIANO DE SOUZA LEAO(PE18990-A) / LITIO TADEU COSTA RODRIGUES DOS SANTOS(PE18075-A)
Polo Passivo: FIAT AUTOMOVEIS SA / FIORI VEICOLO LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(MG76696-A) / RITA DE CASSIA MIRANDA SILVA(MG138763-A) / MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA(PE23647-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (23/10/2024) / (11/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 004
Número: 0000367-03.2018.8.17.2990 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 10/10/2024
Polo Ativo: MONIQUE RAFALLY LIMA DE MORAS
Advogado(s) do Polo Ativo: RODRIGO CEZAR COUTO DE ARAUJO(PE30025-A)
Polo Passivo: TNA COMERCIO DE ALIMENTACAO LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: IVAN BARRETO DE LIMA ROCHA(PE20600-A) / ANNE CAROLINE GOES DOS SANTOS(PE25677-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)

Ordem: 005
Número: 0001514-23.2022.8.17.3120 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 10/10/2024
Polo Ativo: JOSE DIAS FILHO
Advogado(s) do Polo Ativo: ARNALDO CESAR LACERDA(PE38744-A)
Polo Passivo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Passivo: FELICIANO LYRA MOURA(PE21714-A) / DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO(PE33668-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 006
Número: 0007096-34.2020.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 04/10/2024
Polo Ativo: ELIAS DAVINO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: MICHEL DE MOURA DANTAS(PB21938-A)
Polo Passivo: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA
Advogado(s) do Polo Passivo: WILSON SALES BELCHIOR(PE1259-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (23/10/2024) / (11/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)Adiado em face de petição nos autos
Ordem: 007
Número: 0004777-54.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 02/10/2024
Polo Ativo: CRISTIANE DE CASSIA SOARES ARRUDA
Advogado(s) do Polo Ativo: RENATA FERREIRA SANTOS CISNEIROS(PE48942-A)
Polo Passivo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Passivo: FELICIANO LYRA MOURA(PE21714-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (23/10/2024) / (11/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)retirado em face de petição nos autos.
Ordem: 008
Número: 0023927-08.2017.8.17.2990 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 26/09/2024
Polo Ativo: RIVALDO CAVALCANTE DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: THIAGO BARBOSA VASCONCELOS DE ALENCAR(PE29645-A)
Polo Passivo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
Advogado(s) do Polo Passivo: DAVID SOMBRA PEIXOTO(CE16477-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)retirei o recurso de pauta do plenário virtual (21 a 26.11.2024), em face de declaração de impedimento do Des. Silvio Neves Baptista Filho.
Ordem: 009
Número: 0020924-13.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 14/05/2024
Polo Ativo: JOSE MAURICIO CARNEIRO LEAO FERREIRA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: ERIK LIMONGI SIAL(PE15178-A)
Polo Passivo: FUND CHESF DE ASSIST E SEGURIDADE SOCIAL FACHESF
Advogado(s) do Polo Passivo: VIRGINIA TORRES DA COSTA RAMOS GALVAO(PE14475-A) / ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA(PE18400-A) / EDUARDO TORRES GONCALVES LOPES(PE27292-A) / MATHEUS MENDES CORDEIRO(PE48895-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (12/02/2025) / (02/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)

Ordem: 010
Número: 0051312-93.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 11/10/2024
Polo Ativo: FUND CHESF DE ASSIST E SEGURIDADE SOCIAL FACHESF
Advogado(s) do Polo Ativo: ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA(PE18400-A)
Polo Passivo: JOSE MAURICIO CARNEIRO LEAO FERREIRA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: ERIK LIMONGI SIAL(PE15178-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição nos autos
Ordem: 011
Número: 0051155-23.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 10/10/2024
Polo Ativo: JOSE MAURICIO CARNEIRO LEAO FERREIRA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: ERIK LIMONGI SIAL(PE15178-A)
Polo Passivo: FUND CHESF DE ASSIST E SEGURIDADE SOCIAL FACHESF / VIRGINIA TORRES DA COSTA RAMOS GALVAO / MATHEUS MENDES CORDEIRO / ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição nos autos
Ordem: 012
Número: 0061966-25.2014.8.17.0001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 25/04/2017
Polo Ativo: BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A
Advogado(s) do Polo Ativo: WILSON SALES BELCHIOR(PE1259-A)
Polo Passivo: RENATA BARBOSA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: JEFFERSON SANTANA DE OLIVEIRA(PE53726-A) / ANA PATRICIA DE BARROS LUCENA FALCAO(PE22620-A) / LUIZ FABIO GONÇALVES DA SILVA(PE28362-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (02/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11706)retirado em virtude de petição nos autos.
Ordem: 013
Número: 0042332-13.2021.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 25/09/2024
Polo Ativo: CONDOMINIO DO EDIFICIO FREGUESIA MARIO BHERING
Advogado(s) do Polo Ativo: FREDERICO FEITOSA DA ROSA(PE18928-A)
Polo Passivo: EDJANE C. DE FREITAS QUEIROZ
Advogado(s) do Polo Passivo: MARCELO DE OLIVEIRA JUNIOR(PE39369-A) / GUSTAVO LELIS MOURA DE OLIVEIRA(PE27528-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (16/10/2024) / (11/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)Adiado em face de petição nos autos

Ordem: 014
Número: 0070632-14.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/10/2024
Polo Ativo: BANCO SAFRA S A
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL SOARES(PE26571-A)
Polo Passivo: CAMATEX COMERCIO DE COLCHOES LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: HUGO AUGUSTO BUONORA(PE34589-A) / DEOCLECIANO OTAVIO DE OLIVEIRA NETO(PE36608-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (16/10/2024) / (11/12/2024) / (09/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)Procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual (16 a 21.10.2024), em face de declaração de impedimento do Des. Silvio Neves Baptista Filho. Durante a sessão ordinária do dia 09.04.2025, foi anunciado que o julgamento do presente recurso foi expressamente adiado para a sessão ordinária do dia 07.05.2025.
Ordem: 015
Número: 0001144-56.2014.8.17.0620 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 13/10/2024
Polo Ativo: ALIDUINO FRANCISCO PAULINO
Advogado(s) do Polo Ativo: MATHEUS FERRAZ DE SA WANDERLEY(PE53031-A)
Polo Passivo: SERTAMOL SERRA TALHADA MOTO PECAS LTDA / PGE - 3ª procuradoria regional - Arcoverde
Advogado(s) do Polo Passivo: MERENCYANA SILVA ANTAS(PE20812-A) / THIAGO GALVAO CAVALCANTI(PE34883-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 016
Número: 0004663-43.2020.8.17.3590 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 14/10/2024
Polo Ativo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO(PE33668-A)
Polo Passivo: ALINE FELIX DE SOUSA
Advogado(s) do Polo Passivo: ELIUDE RODRIGUES DA SILVA(PE36896-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (04/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 017
Número: 0051628-09.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 15/10/2024
Polo Ativo: FERNANDO ANTONIO PEREIRA LINS
Advogado(s) do Polo Ativo: ALBERTO NOGUEIRA VIRGINIO FILHO(PE39105-A)
Polo Passivo: THEREZA CHRISTINA SANTOS DIAS ROCHA / ELVIRA FIGUEIREDO SANTOS DIAS
Advogado(s) do Polo Passivo: JULIO ALCINO DE OLIVEIRA NETO(PE11673-A) / LARA FOINQUINOS KRAUSE GONCALVES(PE56372-A) / SAMY CHARIFKER(PE30514-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (27/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)

Ordem: 018
Número: 0031141-34.2022.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 12/11/2024
Polo Ativo: ALDISLAN CALDEIRA DE AMORIM
Advogado(s) do Polo Ativo: PEDRO AUGUSTO DANTAS MEDEIROS DE BRITO(PE51242-A)
Polo Passivo: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA
Advogado(s) do Polo Passivo: WILSON SALES BELCHIOR(PE1259-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (04/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 019
Número: 0002311-46.1982.8.17.0001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 11/11/2024
Polo Ativo: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
Advogado(s) do Polo Ativo: TATIANA NUNES DE OLIVEIRA(PE21490-A) / JOSE SELMO FERREIRA CAMPOS JUNIOR(PE15715-A) / DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO(PE29143-A) / CAMILA CABRAL DE FARIAS(PE27265-A)
Polo Passivo: HIDROMECANICA DE VETTORI S/A / GIANNI DE VETTORI / GERI DE VETTORI / SOLANGE MORAES DE VETTORI / LUIGIA ZUIN DE VETTORI
Advogado(s) do Polo Passivo: PAULO VIEIRA FERNANDES FILHO(PE17869-A) / FRANCISCO ARTHUR DE SIQUEIRA MUNIZ(PE30190-A) / ROGERIO VIEIRA DE MELO DA FONTE(PE14461-A) / MARIA ELIZABETE DE QUEIROZ SILVA(PE28384-A) / ALEXANDRE CALLOU DA CRUZ GONCALVES(PE59375-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (04/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual (04 a 09.12.2024), em virtude da petição nos autos.
Ordem: 020
Número: 0009070-67.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 06/11/2024
Polo Ativo: GOL LINHAS AEREAS S.A. / ERONIDES GOMES TAVARES JUNIOR / TACIANA SALES SOUZA TAVARES / MARINA SALES TAVARES / PEDRO HENRIQUE SALES TAVARES
Advogado(s) do Polo Ativo: DANILO GALVAO MARTINIANO LINS(PE8567-A) / HENRIQUE CARNEIRO LEAO MENDONCA DE ARAUJO(PE61861) / CAROLINA MIRANDA MARTINIANO LINS(PE43032-A) / DANILO GALVÃO MARTINIANO LINS FILHO(PE24860-A) / CATARINA BEZERRA ALVES(PE29373-A) / GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO(PE48694-A)
Polo Passivo: ERONIDES GOMES TAVARES JUNIOR / TACIANA SALES SOUZA TAVARES / MARINA SALES TAVARES / PEDRO HENRIQUE SALES TAVARES / GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: CATARINA BEZERRA ALVES(PE29373-A) / GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO(PE48694-A) / DANILO GALVAO MARTINIANO LINS(PE8567-A) / HENRIQUE CARNEIRO LEAO MENDONCA DE ARAUJO(PE61861) / CAROLINA MIRANDA MARTINIANO LINS(PE43032-A) / DANILO GALVÃO MARTINIANO LINS FILHO(PE24860-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)

Ordem: 021
Número: 0072857-07.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/10/2024
Polo Ativo: ANANIAS DANIEL DE JESUS
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCIANA DE MELO FALCAO(PE34662-A)
Polo Passivo: LUIZACRED S.A. SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado(s) do Polo Passivo: HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO(SP221386-A) / ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO(BA29442-A) / GLAUCO GOMES MADUREIRA(SP188483-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)retirei o recurso da sessão virtual (21 a 26.11.2024), em face de petição nos autos.
Ordem: 022
Número: 0056096-32.2022.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 23/10/2024
Polo Ativo: LUIZ CARLOS SILVA MELO FERNANDES / NATALIA VERAS SODRE
Advogado(s) do Polo Ativo: ADILSON PINHEIRO FREIRE(PE3167-A)
Polo Passivo: COLEGIO SANTA MARIA LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: PEDRO ROSADO HENRIQUES PIMENTEL(PE21153-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 023
Número: 0000502-19.2022.8.17.2620 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 23/10/2024
Polo Ativo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: FELICIANO LYRA MOURA(PE21714-A)
Polo Passivo: MARIA JOSELMA VENTURA
Advogado(s) do Polo Passivo: GABRIELLA DAYANNE NOVAES DE SA(PE50450-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 024
Número: 0052405-91.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 23/10/2024
Polo Ativo: MARIA DO ROSARIO DE FATIMA BRANDAO DE AMORIM
Advogado(s) do Polo Ativo: MARIA PAULA LATACHE RIBEIRO DE V DE ANDRADE LIMA(PE00970B-A)
Polo Passivo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
Advogado(s) do Polo Passivo: DAVID SOMBRA PEIXOTO(CE16477-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (27/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)retirei de pauta virtual (27.11 a 02.12.2024) o recurso em epígrafe, em face de declaração de impedimento do Des. Silvio Neves Baptista Filho.

Ordem: 025
Número: 0000430-57.2022.8.17.3420 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 25/10/2024
Polo Ativo: OSVALDO BARROS FERNANDES
Advogado(s) do Polo Ativo: JORGE MARCIO PEREIRA(PE1373-A)
Polo Passivo: SEBRASEG CLUBE DE BENEFICIOS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: SOFIA COELHO ARAUJO(DF40407-A) / AMANDA VALERIO OLSEN(DF63204-A) / DANIEL GERBER(RS39879-A) / JOANA GONCALVES VARGAS(RS75798-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 026
Número: 0088145-92.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/11/2024
Polo Ativo: ELEONORA MARIA NEVES DE CARVALHO / EDUARDO ANTONIO DE SOUZA PINTO
Advogado(s) do Polo Ativo: MATHEUS LOPES CALADO(PE35565-A)
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado(s) do Polo Passivo: GIZA HELENA COELHO(SP166349-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (04/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 027
Número: 0000248-58.2008.8.17.0770 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 17/10/2024
Polo Ativo: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
Advogado(s) do Polo Ativo: ROSA DANIELLA ARRAES SAMPAIO(PE18568-A) / FELLIPE SÁVIO ARAÚJO DE MAGALHÃES(PE21382-A) / HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR(PE20366-A)
Polo Passivo: CLEONILDES SIMAO DA SILVA PADARIA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 028
Número: 0001864-34.2023.8.17.2810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 13/09/2024
Polo Ativo: BANCO J. SAFRA S.A
Advogado(s) do Polo Ativo: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI(PE21678-A)
Polo Passivo: REJANE EDUARDO DA SILVA BEZERRA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (21/11/2024) / (09/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)retirei o recurso de pauta do plenário virtual (21 a 26.11.2024), em face de declaração de impedimento do Des. Silvio Neves Baptista Filho. expressamente adiado para a sessão do dia 07.05.2025

Ordem: 029
Número: 0153871-13.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 03/09/2024
Polo Ativo: JOSENILDO MONTEIRO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: ROMULO MORAES PEDROSA(PE515-A)
Polo Passivo: EXPRESSO VERA CRUZ LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: ELTON ARAUJO DE FREITAS(PE38029-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (04/12/2024) / (09/04/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual (04 a 09.12.2024), em face de declaração de impedimento do Des. Luiz Gustavo Mendonça de Araújo. Durante a sessão ordinária do dia 09.04.2025, foi anunciado que o julgamento do presente recurso foi expressamente adiado para a sessão ordinária do dia 07.05.2025.
Ordem: 030
Número: 0000429-77.2019.8.17.3420 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 30/01/2025
Polo Ativo: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL I
Advogado(s) do Polo Ativo: MARIANA DENUZZO(SP253384-A)
Polo Passivo: ELENEIDE GOMES DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: JANINE MARIA DA SILVA MENEZES(PE34093-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)
Ordem: 031
Número: 0030005-70.2020.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 10/01/2025
Polo Ativo: LUCIANA DE SOUZA VENTURA / MARCELLO HENRIQUE DE SOUZA VIEIRA / IVALDO PINTO CAVALCANTI FILHO
Advogado(s) do Polo Ativo: SILVIO NEVES BAPTISTA(PE2357-A) / PAULO ROBERTO DE MATTOS LYRA(PE22336-A)
Polo Passivo: PAULO CESAR ALVES PRIORI / PAULO PRIORI INCORPORACOES LTDA - EPP
Advogado(s) do Polo Passivo: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO(PE23973-A)
Terceiro(s) Interessado(s): GILSON CARLOS DA CONCEICAO FREITAS
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (26/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-26(id:11623)
Ordem: 032
Número: 0002251-45.2024.8.17.2218 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 07/01/2025
Polo Ativo: GENIVAL LUIZ DA SILVA / JEANETE BATISTA GONCALVES DA SILVA / CRISTIANO GONCALVES DA SILVA / ANDREA CONCEICAO GONCALVES DA SILVA / ADRIANA GONCALVES DA SILVA / GENIVAL LUIZ DA SILVA JUNIOR
Advogado(s) do Polo Ativo: ANDREA RODRIGUES DA SILVEIRA(PE19786-A)
Polo Passivo: BANCO BRADESCO
Advogado(s) do Polo Passivo: MARCIO PEREZ DE REZENDE(PE1063-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição nos autos.

Ordem: 033
Número: 0021188-75.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 24/03/2025
Polo Ativo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
Advogado(s) do Polo Ativo: JORGE DONIZETI SANCHEZ(SP73055-A)
Polo Passivo: DOMENICO DABBICCO
Advogado(s) do Polo Passivo: GUSTAVO HENRIQUE CARDOSO DE LIMA(PE28286-A) / CLAILTON MARINHO BARACHO(PE34493-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (09/04/2025)
Procurador:
Observação:
Ordem: 034
Número: 0016088-13.2022.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 14/03/2025
Polo Ativo: BANCO J. SAFRA S.A
Advogado(s) do Polo Ativo: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI(PE21678-A)
Polo Passivo: PERICLES GONCALVES ALBUQUERQUE SILVA NETO
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (09/04/2025)
Procurador:
Observação:
Ordem: 035
Número: 0057457-68.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 16/12/2024
Polo Ativo: ATE XIX TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A / ABENGOA CONSTRUCAO BRASIL LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: MARIA FABIANA SEOANE DOMINGUEZ SANT ANA(SP247479) / THOMAZ LUIZ SANT ANA(SP235250)
Polo Passivo: LOCAVEL LOCACAO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: ANDRE LUIZ DA SILVA(PE37889-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (09/04/2025)
Procurador:
Observação:
Ordem: 036
Número: 0002266-81.2022.8.17.2380 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 05/12/2024
Polo Ativo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO(PE33668-A)
Polo Passivo: LUZANIRA PEREIRA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: FELICIANO LYRA MOURA(PE21714-A) / EDSON CARLOS LOPES FERNANDES(PE34239-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (05/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)

Ordem: 037
Número: 0060599-62.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 09/08/2024
Polo Ativo: KAIROS SEGURANCA LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: MYRTES MARIA COSTA DO NASCIMENTO(PB13926-A) / MARIANA FERNANDES TELES(PE45247-A) / BEATRIZ GONCALVES MORAES DA CUNHA MERGULHAO(PE43703-A)
Polo Passivo: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
Advogado(s) do Polo Passivo: MATHEUS ALVES DE ALMEIDA GONCALVES(PE47261-A) / MATEUS BRANDAO AIRES(PE35232-A) / VITOR PEDRO GOMES DE AMORIM(PE58610)
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis / Coordenação da Central de Recursos Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)
Ordem: 038
Número: 0117213-24.2022.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 13/08/2024
Polo Ativo: WELLINGTON CAVALCANTI DE SOUZA
Advogado(s) do Polo Ativo: SILENO FUED ALVES DE ALMEIDA(PE32543-A)
Polo Passivo: ITAU UNIBANCO S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS(BA25254-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (05/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)retirada dos presentes autos da sessão do plenário virtual (05/02 a 10/02/2025) em virtude da petição de ID nº 45229262
Ordem: 039
Número: 0031798-10.2021.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 20/08/2024
Polo Ativo: ANA LUCIA VIEIRA DE MELO SILVA 02448219419
Advogado(s) do Polo Ativo: GABRIELA DUARTE(PR95298-A)
Polo Passivo: EXPANSAO BRASIL B2B SERVICOS PARA TELEFONIA LTDA / CLARO S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA(RJ160435-A) / IGOR FRIZERA DE MELO(ES17093)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição nos autos
Ordem: 040
Número: 0026057-91.2018.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 06/04/2020
Polo Ativo: GIORDANO RIBEIRO EULALIO CABRAL / CYBELLE KRISTINNE WESSEN PEREIRA LIMA / CONIC ENGENHARIA LTDA / CONDOMINIO RESERVA DE APIPUCOS / CONSTRUTORA CONIC SOUZA FILHO LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: LEONARDO JOSé ALVARES BARBOSA(PE30387-A) / MARIAH CAROLINA COSTA E SILVA(PE33007-A) / RAFAEL DE BIASE CABRAL DE SOUZA(PE23342-A)
Polo Passivo: CONIC ENGENHARIA LTDA / CONDOMINIO RESERVA DE APIPUCOS / CONSTRUTORA CONIC SOUZA FILHO LTDA / GIORDANO RIBEIRO EULALIO CABRAL / CYBELLE KRISTINNE WESSEN PEREIRA LIMA
Advogado(s) do Polo Passivo: MARIAH CAROLINA COSTA E SILVA(PE33007-A) / RAFAEL DE BIASE CABRAL DE SOUZA(PE23342-A) / LEONARDO JOSé ALVARES BARBOSA(PE30387-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (09/04/2025)
Procurador:
Observação:

Ordem: 041
Número: 0055082-48.2012.8.17.0001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 02/12/2022
Polo Ativo: NETUNO ALIMENTOS S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL / HUGO ISMAEL CAMPOS BAHAMONDES
Advogado(s) do Polo Ativo: PAULO ELISIO BRITO CARIBE(PE14451-A) / THALITA JULIANE COSTA CARVALHO(PE23150-A)
Polo Passivo: UNI COMPRA SUPERMERCADOS LTDA / UNISERVICE LTDA / UNIPREÇO SUPERMERCADO LTDA / UNIBEL - UNIÃO DE BEBIDAS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: TELMO BARROS CALHEIROS JUNIOR(AL5418-A) / ANA FLAVIA BARBOSA DE FIGUEIREDO(AL10195-A) / FILIPE GOMES GALVAO(AL8851-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (09/04/2025)
Procurador:
Observação:
Ordem: 042
Número: 0032715-63.2020.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 03/10/2024
Polo Ativo: RAMIRO BECKER / JACYRA ALMEIDA BECKER
Advogado(s) do Polo Ativo: RAMIRO BECKER(PE19074-A)
Polo Passivo: RODERICK MURRAY MACKENZIE / CONSTRUTORA MACHADO GUIMARAES LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: LOUISE DANTAS DE ANDRADE(PE30392-A) / MARIA MORAES DE BARROS GUIMARAES(PE22309-A) / ANTONIO SYLVIO NOVAES DOURADO JUNIOR(PE29343-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição nos autos
Ordem: 043
Número: 0019314-88.2014.8.17.0810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/10/2024
Polo Ativo: CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A- CEPASA
Advogado(s) do Polo Ativo: ANTONIO MARIO DE ABREU PINTO(PE7687-A)
Polo Passivo: FAST TRUCK TRANSPORTES LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: GILSON JOSE BECKER POPIOLEKI(RS48746)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (05/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)adiado em face de declaração de impedimento/suspeição do Des. Silvio Neves Baptista Filho
Ordem: 044
Número: 0051425-47.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 14/10/2024
Polo Ativo: ELIVAN COSTA DAMASCENA
Advogado(s) do Polo Ativo: FABIO EUSTAQUIO DA CRUZ(MG51707)
Polo Passivo: CLUBE NAUTICO CAPIBARIBE
Advogado(s) do Polo Passivo: IKARO DE BRITO DOURADO(PE40161-A) / RODRIGO CAHU BELTRAO(PE22913)
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis / Coordenação da Central de Recursos Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (05/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)retirada dos presentes autos da sessão do plenário virtual (05/02 a 10/02/2025) em virtude da petição de ID nº 45265532

Ordem: 045
Número: 0033528-56.2021.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 08/10/2024
Polo Ativo: RUTH LELLIS LEITE
Advogado(s) do Polo Ativo: CAMILA MARIA GUEDES ALCOFORADO CRUZ BICHLER(PE34474-A)
Polo Passivo: ROSIMAR BISPO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)
Ordem: 046
Número: 0001013-78.2025.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 21/01/2025
Polo Ativo: ELINALDO JOSE DA SILVA SERVICOS DE TELECOMUNICACOES
Advogado(s) do Polo Ativo: ANDRE LUIS SA BARRETO DE ALMEIDA(BA57151)
Polo Passivo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Passivo: FELICIANO LYRA MOURA(PE21714-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)
Ordem: 047
Número: 0115138-41.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/01/2025
Polo Ativo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
Advogado(s) do Polo Ativo: DAVID SOMBRA PEIXOTO(CE16477-A)
Polo Passivo: ROSINEIDE ADELINA DE OLIVEIRA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)
O presente recurso se encontra pautado na sessão do plenário virtual (19 a 24.03.2025). Certifico ainda que o julgamento da ação foi adiado, em face de declaração de impedimento do Des. Silvio Neves Baptista Filho .
Ordem: 048
Número: 0014523-53.2018.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 20/02/2025
Polo Ativo: CLAUDIA XAVIER CORREA DE OLIVEIRA
Advogado(s) do Polo Ativo: LUIZ ANDRE BARROS DOS SANTOS(PE36507-A) / RAFAEL GOMES PIMENTEL(PE30989-A)
Polo Passivo: RIFORMARE ENGENHARIA LTDA - EPP
Advogado(s) do Polo Passivo: PAULO HENRIQUE MONTEIRO VIANA(PE20075-A) / NATALIA CORREIA CYRENO MONTEIRO(PE42340-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição nos autos

Ordem: 049
Número: 0029369-02.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 07/10/2024
Polo Ativo: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA / ENIO RICARDO CORDEIRO LACERDA
Advogado(s) do Polo Ativo: ENIO RICARDO CORDEIRO LACERDA(PE21373-A) / JOAO ROBERTO LEITAO DE ALBUQUERQUE MELO(PE1823-A)
Polo Passivo: TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA / ENIO RICARDO CORDEIRO LACERDA
Advogado(s) do Polo Passivo: JOAO ROBERTO LEITAO DE ALBUQUERQUE MELO(PE1823-A) / ENIO RICARDO CORDEIRO LACERDA(PE21373-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: João José da Rocha Targino
Situação: Pautado
Sobra(s): (23/10/2024) / (11/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-09(id:11598)
Ordem: 050
Número: 0000750-88.2006.8.17.0730 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 14/11/2024
Polo Ativo: Josefa Augusta da Silva / ANTONIO JOSE LUIZ
Advogado(s) do Polo Ativo: JARLENIRA DE ARAUJO ALBUQUERQUE SILVA(PE12576-A)
Polo Passivo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Passivo: POLIANA MARIA CARMO ALVES(PE33039-A)
Terceiro(s) Interessado(s): JADIEL MENDONCA DE VASCONCELOS
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)
Ordem: 051
Número: 0033246-52.2020.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 03/12/2024
Polo Ativo: MARIA DA GUIA GUSTAVO DOS SANTOS / COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCAS VICTOR SIQUEIRA DE ANDRADE(PE52938-A) / NATHALIA VIEIRA MOURA CARNEIRO LEAO DE GUIMARAES(PE38321-A) / HIGINIO LUIS ARAÚJO MARINSALTA(PE25616-A) / GLAUCO MATIAS DE SOUZA(AL15296-A) / ENILSON DIAS BANDEIRA(PE28253-A) / HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR(PE20366-A)
Polo Passivo: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO / MARIA DA GUIA GUSTAVO DOS SANTOS
Advogado(s) do Polo Passivo: GLAUCO MATIAS DE SOUZA(AL15296-A) / ENILSON DIAS BANDEIRA(PE28253-A) / HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR(PE20366-A) / LUCAS VICTOR SIQUEIRA DE ANDRADE(PE52938-A) / NATHALIA VIEIRA MOURA CARNEIRO LEAO DE GUIMARAES(PE38321-A) / HIGINIO LUIS ARAÚJO MARINSALTA(PE25616-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (05/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)
Ordem: 052
Número: 0013161-46.2011.8.17.0001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 30/11/2024
Polo Ativo: MOVEIS TM RECIFE DECORACAO LTDA / REALITA INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: TEREZA CRISTINA MELO MORAIS(PE17326-A) / BRUNO FELISBERTO DA SILVA(PE33337-A) / ADELAR ANTONIO ANDREATTA MENEGOLLA(RS17430-A)
Polo Passivo: LUCIANA KARLA FIGUEIREDO DE SOUZA
Advogado(s) do Polo Passivo: IVO MEDEIROS DE FREITAS(SP81359-S)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585)

Ordem: 053
Número: 0000951-02.2022.8.17.3420 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 30/11/2024
Polo Ativo: ADINAILDA ALVES BARROS OLIVEIRA
Advogado(s) do Polo Ativo: RYAN QUEIROZ DA FONSECA VERAS(PE48322-A) / FLAVIO FERREIRA MARQUES(PE40140-A) / ITALA JAMABIA FEITOSA SANTOS(PE50975-A)
Polo Passivo: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. / SANYREGIA DE SIQUEIRA BATISTA / GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES(SP98709-A) / FLAVIO IGEL(SP306018-A) / JACIELBE GOMES DE MENESES(PB16544-A) / GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO(PE48694-A) / CATARINA BEZERRA ALVES(PE29373-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (05/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)
Ordem: 054
Número: 0000098-27.2024.8.17.2610 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 11/12/2024
Polo Ativo: PESQUEIRA COMBUSTIVEL LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: TARCIANO ARAUJO CORDEIRO(PE35445-A)
Polo Passivo: ULTRA SERV TERCEIRIZACOES EM SERVICOS E MAO DE OBRA EIRELI - ME
Advogado(s) do Polo Passivo: PEDRO HENRIQUE PEDROSA DE OLIVEIRA(PE30180-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (19/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11585) procedi com a retirada dos presentes autos da sessão virtual em virtude da petição nos autos.
Ordem: 055
Número: 0000466-93.2020.8.17.3380 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 19/12/2024
Polo Ativo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: FELICIANO LYRA MOURA(PE21714-A) / DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO(PE33668-A)
Polo Passivo: MARIA QUENTAL MARTINS CRUZ
Advogado(s) do Polo Passivo: FRANCISCO ARRAES SAMPAIO(PE14690-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (05/02/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11511)
Ordem: 056
Número: 0013046-87.2021.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 18/12/2024
Polo Ativo: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
Advogado(s) do Polo Ativo: ARMANDO RIBEIRO GONCALVES NETO(PE32250-A) / HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR(PE20366-A)
Polo Passivo: LUCIA MARIA VIRGINIA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: LUIZ INOCENCIO FEITOSA SALES(PE28893-A) / MARCELO DE SOUZA TANÚS(PE31481-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (12/03/2025)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-12(id:11558)

Recife, 24 de abril de 2025.

Marcianne Alane Alves de Oliveira.

Secretária de Sessão da 5ª CC

DIRETORIA CÍVEL

QUINTA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO DO PLENÁRIO VIRTUAL PJE DA 5ª CÂMARA CÍVEL,

DE 07 A 12 DE MAIO DE 2025

O presente processo tramita de forma eletrônica por meio do sistema PJE, independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-2-grau/consulta-publica-de-processos. Toda a tramitação desta ação deverá ser feita por advogado, por meio do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-em-pernambuco/cadastro-de-advogados.

Pauta de Julgamento dos processos judiciais eletrônicos da **SESSÃO VIRTUAL** (disciplinada pela Instrução Normativa n° 07/2019, publicada no DJE dos dias 11.06 e 12.06.2019), da 5ª Câmara Cível, a **ser iniciada no dia 07.05.2025, às 09h e encerrada no dia 12.05.2025,** com a seguinte composição de Desembargadores: **Agenor Ferreira de Lima Filho, Luiz Gustavo Mendonça de Araújo e outro ainda a ser designado, em face das férias do Des. Silvio Neves Baptista Filho.**

AVISOS:

1. Ex vi do art. 210, do Regimento Interno deste Tribunal, § 5º **EM ATÉ DOIS DIAS ÚTEIS antes do início da sessão virtual**, o Ministério Público e qualquer das partes podem, por meio de petição nos autos, expressar oposição ao julgamento virtual, circunstância que exclui o processo da pauta de julgamento virtual com o consequente encaminhamento para a pauta presencial ou telepresencial, com publicação de nova pauta. **O PEDIDO DE RETIRADA DE PAUTA DEVER SER FEITO APENAS VIA PETIÇÃO NOS AUTOS**.

§ 5º-A. A OPOSIÇÃO DE QUALQUER DAS PARTES AO JULGAMENTO DO RECURSO QUE NÃO CAIBA SUSTENTAÇÃO ORAL DEVE SER MOTIVADA .

2. Em razão dos Arts. 1º e 2º do Ato Conjunto nº 06/2020 com o Art. 1º do Aviso Conjunto nº 02/2020, o atendimento relativo ao funcionamento da sessão virtual da 5ª Câmara Cível ocorrerá exclusivamente pelo e-mail da Secretária de Sessões: marcianne.alane@tjpe.jus.br

3. O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) é uma plataforma de editais do CNJ e instrumento de publicação dos atos judiciais dos órgãos do Poder Judiciário instituído pela Resolução nº 234/2016.

"Apesar da previsão normativa TJPE nº 03/2024, em razão de limitações técnicas do DJEN, as pautas de sessão de julgamento continuarão sendo publicadas no Diário de Justiça Eletrônico Estadual (adicionado em 28/05/2024)". Conforme nota técnica da SETIC no Manual de Publicação dos Atos Judiciais no DJEN e Domicílio Judicial Eletrônico.

4. A eventual entrega de memoriais deverá ser direcionada aos endereços eletrônicos dos membros da sessão, conforme disposto no art. 3º, § 2º da Instrução Normativa nº 04/2020:

gabdes.agenor.ferreira@tjpe.jus.br

gabdes.luiz.gustavo@tjpe.jus.br

RELAÇÃO DE JULGAMENTO

Ordem: 001
Número: 0069310-22.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 25/03/2025
Polo Ativo: IBIS TAUBATE
Advogado(s) do Polo Ativo: MARIA VICTORIA SANTOS COSTA(RJ49600-A)
Polo Passivo: MARIA GABRIELA DE OLIVEIRA FERREIRA MARQUES / TULIO DE OLIVEIRA GUEDES / MATIAS MARQUES GUEDES
Advogado(s) do Polo Passivo: IGOR DE ABREU MOSCOSO(PE49558)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 002
Número: 0003464-86.2024.8.17.2218 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 19/02/2025
Polo Ativo: PABLO THIAGO DOS SANTOS
Advogado(s) do Polo Ativo: WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA(PE33096-A) / JULIO CESAR GOMES BRASIL(PE33430-A)
Polo Passivo: BRADESCO FINANCIAMENTO
Advogado(s) do Polo Passivo: CARLOS AUGUSTO MONTEIRO NASCIMENTO(SE1600-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 003
Número: 0028417-23.2023.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 26/02/2025
Polo Ativo: ROSEANE GOMES PINTO
Advogado(s) do Polo Ativo: BRUNO FREDERICO RAMOS DE ARAUJO(PE51721-A)
Polo Passivo: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS
Advogado(s) do Polo Passivo: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES(RN5553-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 004
Número: 0002457-90.2019.8.17.3590 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 19/10/2023
Polo Ativo: LJ NOSSO GAS EIRELI / SANDRO DIONISIO DA SILVA / LILIANE ROSY SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: BIANCA NATALY DE OLIVEIRA SARMENTO(PE44596-A) / RIVAN RIBEIRO DA SILVA(PE49225-A)
Polo Passivo: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: MARCOS VILLA COSTA(BA13605-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 005
Número: 0000536-73.2017.8.17.0290 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/03/2024
Polo Ativo: MARIA IRENILDES FERREIRA ALENCAR
Advogado(s) do Polo Ativo: GIANCARLO RIBEIRO BARBOSA(PE19667-A)
Polo Passivo: MARIA HORTELINA BENTO
Advogado(s) do Polo Passivo: AURELIO BATISTA DE AGUIAR NETO(PE25980-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 006
Número: 0000883-70.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 25/07/2024
Polo Ativo: CAMPELLO & SIQUEIRA ADVOGADOS / TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado(s) do Polo Ativo: JOAO VICTOR MENDONCA PIRES DE SOUZA(PE40800-A) / FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA(RS80851-A)
Polo Passivo: CAMPELLO & SIQUEIRA ADVOGADOS / TELEFONICA BRASIL S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA(RS80851-A) / JOAO VICTOR MENDONCA PIRES DE SOUZA(PE40800-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
(21/11/2024)
Última sessão realizada em 2025-02-19(id:11308)À unanimidade de votos, negaram-se provimento a ambos os recursos, nos termos do voto da Relatoria
Ordem: 007
Número: 0053166-25.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 01/11/2024
Polo Ativo: CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL SONHO DOURADO RESIDENCE
Advogado(s) do Polo Ativo: JOAO PAULO RODRIGUES DO NASCIMENTO(PE24727-A)
Polo Passivo: ANA ROSINETTE MACHADO LINS DE LIMA
Advogado(s) do Polo Passivo: MARCIO EDUARDO DE LIMA(PE44452-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 008
Número: 0000340-88.2021.8.17.3580 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 15/04/2025
Polo Ativo: CLECINETE MARIA SOTERO DE ANDRADE
Advogado(s) do Polo Ativo: JOSE DHYOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA(PE48409-A) / PAOLLA BARBOSA XAVIER(PE48250-A)
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado(s) do Polo Passivo: GIZA HELENA COELHO(SP166349-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 009
Número: 0036408-55.2020.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 18/12/2020
Polo Ativo: WAGNER ALVES DE SOUZA
Advogado(s) do Polo Ativo: TIAGO CALIXTO DO PRADO(PE35448-A) / MARCONDYS LINS TIMOTEO(PE34339-A)
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL
Advogado(s) do Polo Passivo: GIZA HELENA COELHO(SP166349-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 010
Número: 0069968-86.2011.8.17.0001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 19/08/2016
Polo Ativo: BRAZILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECARIA / BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZACAO
Advogado(s) do Polo Ativo: CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR(SP247319-A)
Polo Passivo: FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHAES
Advogado(s) do Polo Passivo: JACKELINE CARLA BELO MAGALHAES(PE1239-B) / MARIA GABRIELLA RAMOS CORREA DE OLIVEIRA MAGALHAES(PE47250-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO
Última sessão realizada em 2025-02-19(id:11466)À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria
Ordem: 011
Número: 0018420-94.2015.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 28/04/2017
Polo Ativo: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
Advogado(s) do Polo Ativo: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE(PE28490-A) / PAULO ROBERTO TEIXEIRA TRINO JUNIOR(RJ87929-A)
Polo Passivo: M R SOBRAL DE LIMA SILVA - MONTAGEM DE ESTRUTURAS - ME
Advogado(s) do Polo Passivo: LEONARDO RAONI COELHO DOS SANTOS(PE26322-A) / JOSYMILSON BATISTA DE MORAES FERREIRA(PE24022-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO
(05/06/2024)
Última sessão realizada em 2025-01-29(id:11316)À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria
Ordem: 012
Número: 0020494-95.2023.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 02/10/2023
Polo Ativo: JOSIMAR RABELO DE SOUZA / VALMIRA MARIA DE ALMEIDA RABELO
Advogado(s) do Polo Ativo: ALEXANDRE BARRETO URQUIZA(PE32208-A) / PAULO TAVARES MATIAS DE ANDRADE(PE32084-A) / RODRIGO LEONARDO DE ANDRADE TENORIO(PE24311-A)
Polo Passivo: GALVANI MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA.
Advogado(s) do Polo Passivo: EVANDRO LUIS CASTELLO BRANCO PERTENCE(DF11841) / AFONSO HENRIQUE ARANTES DE PAULA(DF22868) / GUILHERME NAOUM CONSTANTE(DF62896) / BRUNO DE MELLO LUZENTE PAULO(DF69710)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 013
Número: 0076371-36.2021.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 18/07/2022
Polo Ativo: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA.
Advogado(s) do Polo Ativo: ROBERTO DOREA PESSOA(BA12407-S)
Polo Passivo: JANIR ALVES DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: JANIR ALVES DA SILVA(PE34605-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 014
Número: 0045170-73.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 15/08/2024
Polo Ativo: ALZIRA ALVES DE LIMA MELO
Advogado(s) do Polo Ativo: EDNA LINDAURIA FEITOSA GONCALVES(PE38659-A)
Polo Passivo: RISALVA FRANCISCA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: BRUNO ROBERTO SILVA DOS SANTOS(PE36892-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 015
Número: 0007555-28.2024.8.17.3090 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 03/10/2024
Polo Ativo: ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A.
Advogado(s) do Polo Ativo: LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO(PE32786-A)
Polo Passivo: VALQUIRIA BOTELHO DE OLIVEIRA GOMES / MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA LOPES GOMES / MARIA PAULA DE OLIVEIRA LOPES GOMES / MARIA ISABEL DE OLIVEIRA LOPES GOMES
Advogado(s) do Polo Passivo: ADOLFO HENRIQUE NUNES MONTEIRO(PE23473-D)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 016
Número: 0001203-14.2021.8.17.2620 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 22/01/2025
Polo Ativo: LUDIMILLA RODRIGUES NOVAES LEITE
Advogado(s) do Polo Ativo: SEBASTIAO JOSE LEITE DOS SANTOS FILHO(PE26474-A)
Polo Passivo: MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
Advogado(s) do Polo Passivo: MARIANA GOMES NOVAES DE CARVALHO(PE57978-A) / GABRIEL DE LIMA SILVA(PE57852)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 017
Número: 0013464-43.2022.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 21/07/2022
Polo Ativo: FUNDACAO APLUB DE CREDITO EDUCATIVO
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCAS TASSINARI(RS94512-A) / MARIA PAULA SANTANA PINTO DE CAMPOS(PE38286-A)
Polo Passivo: GEORGE PEREIRA SANTA ROSA / VIVIANE CARVALHO FERRAZ
Advogado(s) do Polo Passivo: EVANDRO SANCHES CHAVES(MS12340)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 018
Número: 0000155-61.2020.8.17.2650 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 28/03/2023
Polo Ativo: BAIRRO UNIVERSITARIO DE GLORIA DO GOITA SPE LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: LUIS FELIPE DE SOUZA REBÊLO(PE17593-A)
Polo Passivo: EYDSON GOMES DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: JADNEY FELIPHE SANTOS DE LIMA(PE44789-A) / LAMECYA KARLLA ALVES CRUZ(PE40532-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 019
Número: 0013348-22.2018.8.17.2810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 15/11/2022
Polo Ativo: CLOVES CABRAL FERREIRA FILHO
Advogado(s) do Polo Ativo: CLOVES CABRAL FERREIRA(PE15719-A) / KAREN RAPHAELA DOMINGOS GUERRA(PE44070-A) / QUEZIA LETICIA HOLANDA FERREIRA DE SA LEITAO(PE37333-A)
Polo Passivo: QUEIROZ GALVAO DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: ANDRé LUIZ GALINDO DE CARVALHO(PE30965-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 020
Número: 0055265-91.2016.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 26/05/2020
Polo Ativo: MARIA MADALENA RIBEIRO E SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: EDIVANE CRISTINA TENóRIO DE ANDRADE BASTOS(PE31492-A) / IRIS NOVAES BUDACH(PE33895-A)
Polo Passivo: VILA BRAGANCA CONSTRUCOES S.A. / DUARTE CONSTRUCOES S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: WALDEMAR CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE SA(PE22412-A) / PAULO CESAR ANDRADE SIQUEIRA(PE9256-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 021
Número: 0012533-61.2017.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 28/10/2020
Polo Ativo: DENISON BATISTA CIPRIANO DA LUZ
Advogado(s) do Polo Ativo: LARISSA MARIA PINHEIRO VERCOSA(PE37250-A) / MARCOS ALEXANDRE CHAGAS LIMA(PE30768-A)
Polo Passivo: CONSTRUTORA CAVALCANTI CAMARA LTDA - ME
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 022
Número: 0022174-18.2023.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 23/10/2023
Polo Ativo: MEDCIRURGICA COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA / BRUNO CAMPOS DE FRANCA
Advogado(s) do Polo Ativo: LOUISE DANTAS DE ANDRADE(PE30392-A) / THAYS MEIRELLY VALENCA DE PAIVA(PE41570-A) / KILIANE HENRIQUES DE MIRANDA(PE21427-A)
Polo Passivo: LANG ELETRO MEDICINA LTDA / LANG E FILHOS MATERIAL HOSPITALAR LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: ROGER FELIPE DE ALMEIDA SLOSASKI(RJ152713) / RENAN BASTOS GRIMOUTH(RJ228322)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
Última sessão realizada em 2025-02-25(id:11510)À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria
Ordem: 023
Número: 0002559-71.2025.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 05/02/2025
Polo Ativo: PLANALTINA AGRICOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL / HOSPITAL ALFA S/A / NOVO MUNDO AGRICOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL / FR BRASIL IMOVEIS LTDA / GAMA SAUDE S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL / GARDEM ATLANTICUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL / VPF ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA / RSP AGRICOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL / NOVOLINDA CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A / FR CORP PARTICIPACOES S.A / MIRANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA / RSP CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL / AGRO INDUSTRIAL ZABELE LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL / FR CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL / HAL S/A - ASSISTENCIA MEDICA E HOSPITALAR / CAPITAO RIBELINHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Advogado(s) do Polo Ativo: JORGE NICOLA JUNIOR(SP295406-A)
Polo Passivo: LANDESBANK BADEN-WURTTEMBERG / MOTTA FERNANDES ROCHA - ADVOGADOS
Advogado(s) do Polo Passivo: LUIS AUGUSTO ROUX AZEVEDO(SP120528-A)
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis / Coordenação da Central de Recursos Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 024
Número: 0088808-80.2019.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/12/2022
Polo Ativo: RUY AVILA FILHO
Advogado(s) do Polo Ativo: RUY AVILA FILHO(PE17097-A)
Polo Passivo: CONDOMINIO DO EDIFICIO MARCELA RODRIGUES
Advogado(s) do Polo Passivo: PEDRO JOSÉ DE SÁ RODRIGUES LUSTOSA(PE23141-A) / RODRIGO ARAUJO MACHADO(PE25610-A) / FELIPE ROMULO SOARES JUVENCIO(PE46568-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 025
Número: 0064456-93.2022.8.17.2990 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/03/2025
Polo Ativo: ALDALUCIO ALVES DE ARRUDA
Advogado(s) do Polo Ativo: POLLIANNA GISELLI BEZERRA VITAL DOS SANTOS(PE48270-A)
Polo Passivo: PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: ADRIANO ZAITTER(PR47325-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 026
Número: 0047782-34.2021.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/03/2023
Polo Ativo: Associação Brasileira De Educação Familiar e Social
Advogado(s) do Polo Ativo: OTONEY REIS DE ALCANTARA(BA14155-A) / ATALI QUERINO SOARES(BA38030-A)
Polo Passivo: SAFETEC INFORMATICA LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: FELLIPE SÁVIO ARAÚJO DE MAGALHÃES(PE21382-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
(27/11/2024)
Última sessão realizada em 2025-02-05(id:11287)À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria
Ordem: 027
Número: 0005281-88.2019.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 15/04/2019
Polo Ativo: FERNANDO MEDICIS PINTO / ABELARDO JOSE DE ANDRADE BALTAR / SONIA MARIA GOMES BALTAR / LUIZ DE GONZAGA BOMPASTOR / ZILKA MARIA MELO BOMPASTOR / MARIA ELIZABETH VARJAL MEDICIS PINTO
Advogado(s) do Polo Ativo: MATHEUS DE SOUZA LEAO LUCENA(PE46690-A) / RAPHAEL HENRIQUE LINS TIBURTINO DOS SANTOS(PE36816-A) / PEDRO HENRIQUE CHIANCA WANDERLEY(PE23139-A)
Polo Passivo: ID S/A TECNOLOGIA DE IDENTIFICACAO
Advogado(s) do Polo Passivo: ARTHUR REYNALDO MAIA ALVES NETO(PE714-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO
Última sessão realizada em 2021-11-10(id:6262)
Ordem: 028
Número: 0004719-58.2024.8.17.2710 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 06/02/2025
Polo Ativo: SEVERINA FRANCISCA DA SILVA MARINHO
Advogado(s) do Polo Ativo: CATIA MILENA DA SILVA FARIAS(PE44991-A)
Polo Passivo: UNIVERSO ASSOCIACAO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DOS REGIMES GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: SILVIO NEVES BAPTISTA FILHO

Ordem: 029
Número: 0003797-28.2025.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 14/02/2025
Polo Ativo: MADELAYNE MARIA LEITE DA SILVA CAVALCANTI / PAULO DE LUNA CAVALCANTI
Advogado(s) do Polo Ativo: THIAGO HENRIQUE SIMOES SANTOS(PE33681-A) / MARCIO JOSE MARQUES(PE25334-A)
Polo Passivo: CONDOMINIO DO EDIFICIO BARRA VENTO
Advogado(s) do Polo Passivo: RAFAEL LUIZ DE FRANCA E SILVA(PE52302-A) / VINICIUS MAGALHAES DE SALES(PE24174-A)
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis / Coordenação da Central de Recursos Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 030
Número: 0023029-60.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 27/05/2024
Polo Ativo: CARLOS GONCALVES DE ANDRADE NETO
Advogado(s) do Polo Ativo: CARLOS GONCALVES DE ANDRADE NETO(PE19814-A) / RONALDO DE OLIVEIRA(PE24444-A)
Polo Passivo: RAYSSA GALVAO DO NASCIMENTO AQUINO
Advogado(s) do Polo Passivo: RAYSSA GALVAO DO NASCIMENTO AQUINO(PE38722-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 031
Número: 0025455-45.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 04/06/2024
Polo Ativo: FUNDACAO APLUB DE CREDITO EDUCATIVO
Advogado(s) do Polo Ativo: MARIA PAULA SANTANA PINTO DE CAMPOS(PE38286-A) / LUCAS TASSINARI(RS94512-A)
Polo Passivo: AMITIS VIEIRA COSTA E SILVA / MARIA RAFAELA VIEIRA COSTA E SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: ROMULO KLEBER GONCALVES DA SILVA FREIRE(PE38417-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO
Última sessão realizada em 2024-12-04(id:11043)À unanimidade de votos, julgou-se improcedente à ação, nos termos do voto da Relatoria
Ordem: 032
Número: 0071570-72.2024.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 07/04/2025
Polo Ativo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado(s) do Polo Ativo: DAVID SOMBRA PEIXOTO(CE16477-A)
Polo Passivo: ISAMIRES CARNEIRO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: JESSICA MAYRA DA CUNHA ABREU MACIEL(PE48820-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 033
Número: 0003888-69.2014.8.17.1090 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 20/09/2019
Polo Ativo: TRADITIO COMPANHIA DE SEGUROS
Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO JOSE DE SOUZA LIMA FORNELLOS(PE28240-A)
Polo Passivo: VERA LUCIA GOMES DE SANTANA / NEIDE MARIA DE OLIVEIRA BEZERRA / JORGE LUIZ PINTO DELMAS / FRANCICLEIDE DA SILVA / EDMAR FIGUEIROA DA SILVA / MARIA JOSE DE LIMA / ARNALDO SEVERINO DE BARROS / JOSE RIBEIRO COSTA FILHO / DIOCLEMES MACEDO QUIRINO / MARIA DAS GRACAS DA SILVA / MAURILIO JOSE PIMENTEL DE SANTANA / INACIA GENUINA MOREIRA BARBOSA / EDILEUZA BATISTA DA SILVA / CLODOMILSON INACIO DE QUEIROZ / Maria Betânia Silva Araújo / MERCIA AMALIA DE LIMA CHERON / MARLI FERREIRA CALADO / JOSE MATIAS CARDOSO FILHO / SEMIAO LEBORIO BATISTA / MANOEL CARLOS PEREIRA / JOSE RIBEIRO DOS SANTOS / CLAUDIO PINHEIRO DA SILVA / MARIA DA GLORIA BEZERRA DA SILVA / MARIA DE LOURDES VASCONCELOS LEITE / YARA MARIA RAFAEL DA SILVA / JOANACI TEIXEIRA DA SILVA / JOEL TARGINO FERNANDES / JOSEFA DA SILVA LIMA / GENETON MOISES DE SALES / MARIA DA CONCEICAO DO NASCIMENTO
Advogado(s) do Polo Passivo: DANIELLE TORRES SILVA BRUNO(PE18393-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Ordem: 034
Número: 0014271-43.2021.8.17.2810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 12/07/2023
Polo Ativo: CONSTRUTORA TENDA S/A
Advogado(s) do Polo Ativo: EMILIA MOREIRA BELO(PE23548-A)
Polo Passivo: KLEBSON PINTO DE OLIVEIRA
Advogado(s) do Polo Passivo: EMERSON DOS SANTOS LIMA(PE39218-A) / GLAUCO MATIAS DE SOUZA(AL15296-A)
Terceiro(s) Interessado(s): PEDRO EDGARDO TABLADA CORRALES
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO
(09/10/2024) / (05/02/2025) / (11/12/2024)
Última sessão realizada em 2025-02-12(id:11306)À unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria
Ordem: 035
Número: 0029408-94.2023.8.17.2810 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 20/03/2024
Polo Ativo: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES TOP PRIME PIEDADE LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: PEDRO HENRIQUE PEDROSA DE OLIVEIRA(PE30180-A)
Polo Passivo: Banco Itaúcard S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: ANTONIO BRAZ DA SILVA(PE12450-D)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO
Última sessão realizada em 2025-03-12(id:11558)À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria

Ordem: 036
Número: 0008075-25.2022.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 20/12/2023
Polo Ativo: FRANKLIN FREIRE DE AQUINO BEZERRA
Advogado(s) do Polo Ativo: GABRIEL FERRAZ DA ROSA SA(PE50349-A)
Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo: CATARINA BEZERRA ALVES(PE29373-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 037
Número: 0003699-68.2020.8.17.2420 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 03/04/2025
Polo Ativo: LUISA PIRES FERREIRA FERRAZ / PEDRO BRANDAO CAVALCANTI FERRAZ / LUIZ BRANDAO CAVALCANTI FERRAZ / FILIPE DE ARRUDA FERRAZ / JOAO PIRES FERREIRA FERRAZ / TIAGO BRANDAO CAVALCANTI FERRAZ
Advogado(s) do Polo Ativo: ANTONIO DANTAS FERREIRA NETO(PE26111-A)
Polo Passivo: GOL LINHAS AEREAS S.A.
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis / Coordenação da Central de Recursos Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 038
Número: 0000147-41.2000.8.17.0660 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 30/11/2021
Polo Ativo: Fernando Antônio de Albuquerque Rabelo
Advogado(s) do Polo Ativo: JOAO FERNANDES BRAVO NETTO(PE20744-A) / LUIZ ANTONIO DE ALBUQUERQUE RABELO(PE30759-A)
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado(s) do Polo Passivo: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA(MG79757-A) / SERVIO TULIO DE BARCELOS(MG44698-A) / MARITZZA FABIANE LIMA MARTINEZ DE SOUZA(PE711-A) / MARIZZE FERNANDA LIMA MARTINEZ DE SOUZA(PE25867-A) / HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR(PE20366-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 039
Número: 0011286-24.2022.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 14/06/2022
Polo Ativo: FERRO E ACO BADARUCO LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO ROMERO MARQUES DE CARVALHO(PE11262-A)
Polo Passivo: GEORGE PIKIELNY / CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A
Advogado(s) do Polo Passivo: THIAGO ERNESTO TENORIO VILACA RODRIGUES(PE28502-A) / CARLOS ALBERTO BEZERRA DE QUEIROZ FILHO(PE26727-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 040
Número: 0043471-11.2019.8.17.2990 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 10/09/2020
Polo Ativo: SILVIA MARISE ARAUJO LOPES
Advogado(s) do Polo Ativo: LEONARDO DE ALMEIDA CAVALCANTI JUNIOR(PE18977-A) / DéBORA DE ALMEIDA CAVALCANTI(PE23271-A)
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL
Advogado(s) do Polo Passivo: PAULO EDUARDO PRADO(PE1335-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO
Última sessão realizada em 2020-10-21(id:4571)À unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria

Ordem: 041
Número: 0001987-24.2019.8.17.2470 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/05/2020
Polo Ativo: CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A
Advogado(s) do Polo Ativo: ALEXANDRE GOMES DE GOUVêA VIEIRA(PE32171-A) / CATARINA BEZERRA ALVES(PE29373-A)
Polo Passivo: BRUNA RAFAELA DA SILVA CRUZ
Advogado(s) do Polo Passivo: JOSE ERALDO BIONE DE ARAUJO FILHO(PE25283-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO
Última sessão realizada em 2025-04-02(id:11706)À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria.
Ordem: 042
Número: 0020569-13.2021.8.17.2370 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 30/01/2023
Polo Ativo: ARMANDO DURVAL DE SOUSA
Advogado(s) do Polo Ativo: CRISLY ANDREANNI DE CASTRO LIMA(PE50627-A) / LIVIA CAROLINA GONCALVES ALVES DE LIMA(PE34129-A)
Polo Passivo: JOSE CARLOS RAMOS DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: VLADIMIR MEZZOMO JUNIOR(PE46231-A) / ALEXSANDRO TAVARES RIBEIRO(PE39108-A) / ALEX CORDEIRO DA SILVA(PE47796-A) / IVINA LEITE DA FONSECA(PE38130-A) / CRISLY ANDREANNI DE CASTRO LIMA(PE50627-A) / AILTON LUIS DE BRITO(PE53989-A) / ADALBERTO DA SILVA ALVES JUNIOR(PE13612-A) / IVANILDO GERMANO GOMES JUNIOR(PE37529-A) / VALTERGLEYSON MATEUS NERI DA SILVA(PE47384-E) / EDSON JOSE HOLANDA DOS SANTOS(PE52728-A) / JOSE CARLOS DA CUNHA(PE48075-A) / DOUGLAS FELIPE DA SILVA BALBINO(PE54235-A) / ALBERES FERREIRA DOS SANTOS(PE36519-A) / JAQUELINE DA SILVA OLIVEIRA(PE50357-A) / RAFAEL FAUSTINO FERREIRA(PE58103-A) / LIVIA CAROLINA GONCALVES ALVES DE LIMA(PE34129-A) / ELIAS JOSE DOS SANTOS(PE38022-A) / ERIKA DENIZE DA SILVA BRITO(PE43063-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Ordem: 043
Número: 0049502-70.2020.8.17.2001 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 24/10/2024
Polo Ativo: INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCACAO CONTINUADA LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: MARIA IMACULADA GORDIANO OLIVEIRA BARBOSA(CE8667-A)
Polo Passivo: ROBERTO AVELINO BENTO DA SILVEIRA
Advogado(s) do Polo Passivo: GUSTAVO BEDE AGUIAR(PE36649-A) / BRUNO NOBREGA DE ANDRADE(PE36388) / MARIA EDUARDA VILAR GONDIM DE ARAUJO PEREIRA(PE34688-A) / MARCOS FABIO BEDE SILVA AGUIAR(PE36743-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: LUIZ GUSTAVO MENDONÇA DE ARAÚJO

Recife, 24 de abril de 2025.

Marcianne Alane Alves de Oliveira

Secretária de Sessões da 5ª CC

CÂMARAS REGIONAIS

2ª Turma - 1ª Câmara Regional - Sede Caruaru

PAUTA DE JULGAMENTO

DIRETORIA DE CARUARU

PAUTA DE JULGAMENTO DO DIA 07/05/2025

SESSÃO ORDINÁRIA - 1ª CÂMARA REGIONAL DE CARUARU - 2ª TURMA

Pauta de Julgamento dos processos judiciais eletrônicos da 13ª Sessão Ordinária (Presencial) da 1ª Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, convocada para o dia **07 de maio de 2025, às 9:00h** , **a ser realizada na sala única de sessões da Câmara Regional de Caruaru, localizada na Câmara Regional Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, situado na Rua Amsterdan, 1234, Bairro Universitário, nesta cidade e comarca, com a seguinte composição: Exmo. Sr. Des. Presidente Paulo Augusto De Freitas Oliveira e os demais Desembargadores componentes: Des. Evanildo Coelho De Araújo Filho e Paulo Victor Vasconcelos de Almeida.**

Aviso : Os advogados interessados em estar presentes em sessão, a fim de sustentar oralmente seu pleito, deverão cumprir os requisitos dispostos no art. 181 do RITJPE, bem assim, na forma prevista no art. 3º, I e II, da Instrução Normativa n.º 04/2020; se inscrever em até **24h (vinte e quatro horas)** antes do início da sessão, encaminhando tal requisição, para o endereço eletrônico **diretoria.camara.caruaru@tjpe.jus.br , ou requisitar presencialmente, momentos antes do início da sessão.** O eventual envio de memoriais deverá ser realizado aos endereços eletrônicos disponibilizados no portal do TJPE, conforme letra do art. 3º, § 2º, da Instrução Normativa n.º 04/2020.

Processos Judiciais Eletrônicos – PJe

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 001
Número: 0000760-81.2022.8.17.2150 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 27/03/2025
Polo Ativo: APARECIDA LORRANNY SALVADOR LIRA / ALINE SILVA SALVADOR
Advogado(s) do Polo Ativo: JOSE ELTON MARTINS DE SOUZA(PE26585-A) / ADRIANO TENORIO MORAES(PE51560-A) / LUCAS LIMA DE ARAUJO FRAZAO(PE63289)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE AGUAS BELAS
Advogado(s) do Polo Passivo: VADSON DE ALMEIDA PAULA(PE22405-A) / PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ÁGUAS BELAS
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 002
Número: 0004064-86.2022.8.17.3250 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 15/04/2025
Polo Ativo: MARIA DO SOCORRO RAPOSO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JUNIOR(PE21087-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 003
Número: 0000453-30.2024.8.17.3550 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 09/04/2025
Polo Ativo: Município de Venturosa
Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES(PE30630-A)
Polo Passivo: Promotor de Justiça de Venturosa
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 004
Número: 0003427-88.2020.8.17.2480 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 23/09/2021
Polo Ativo: PGE - 1ª procuradoria regional - Caruaru / PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE / ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Polo Passivo: ERISEUDA RIBEIRO DE ANDRADE MONTEIRO / DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 005
Número: 0005339-33.2024.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 05/11/2024
Polo Ativo: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAPOEIRAS - IPSEC
Advogado(s) do Polo Ativo: WANESSA LARISSA DE OLIVEIRA COUTO PEREIRA(PE30600-A)
Polo Passivo: MARIA VERONICE PAES DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: WALTER PINHEIRO DE CARVALHO FILHO(PE32605-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 006
Número: 0000470-90.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 11/02/2025
Polo Ativo: ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 007
Número: 0000448-75.2023.8.17.2860 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 10/03/2025
Polo Ativo: MARIA DAS DORES NANES SILVA DIAS / MUNICIPIO DE JUREMA
Advogado(s) do Polo Ativo: JOSELIA MOREIRA DE QUEIROGA(PE53983) / PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUREMA
Polo Passivo: MUNICIPIO DE JUREMA / MARIA DAS DORES NANES SILVA DIAS
Advogado(s) do Polo Passivo: JOSELIA MOREIRA DE QUEIROGA(PE53983)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 008
Número: 0000625-49.2024.8.17.2910 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 11/02/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE LAJEDO
Advogado(s) do Polo Ativo: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE LAJEDO
Polo Passivo: ELIANE STHEFANIR DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: EWERTON PEREIRA MENDES(PE46074-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 009
Número: 0000284-40.2022.8.17.2830 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 26/11/2024
Polo Ativo: PGE - Procuradoria do Contencioso Cível / ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE
Polo Passivo: ALEXSANDRA ARRUDA DO NASCIMENTO CABRAL
Advogado(s) do Polo Passivo: MAILTON DE CARVALHO GAMA(PE37662-A) / JOAO LUIZ MONTEIRO CRUZ BRIA(PE37715-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 010
Número: 0002682-97.2021.8.17.3410 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 26/02/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SURUBIM
Advogado(s) do Polo Ativo: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SURUBIM
Polo Passivo: JADEILDA MARIA ARRUDA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: JOSIVAL RAMOS DA SILVA(PE39908-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 011
Número: 0001522-58.2017.8.17.2640 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 16/12/2024
Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO / PGE - Procuradoria do Contencioso Cível
Advogado(s) do Polo Ativo: PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE
Polo Passivo: LUIZ OUDES DE CARVALHO
Advogado(s) do Polo Passivo: JONAS MANUEL VILAR(PE48389-E) / ANTONIO FERNANDO ROCHA CARDOSO(PE834-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 012
Número: 0000759-04.2019.8.17.2150 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 27/03/2025
Polo Ativo: NAIR DA TRINDADE SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JUNIOR(PE21087-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE AGUAS BELAS
Advogado(s) do Polo Passivo: ADRIANO TENORIO MORAES(PE51560-A) / PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ÁGUAS BELAS
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 013
Número: 0001632-46.2024.8.17.2920 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/11/2024
Polo Ativo: ESTADO DE PERNAMBUCO / FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO
Advogado(s) do Polo Ativo: PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE
Polo Passivo: FRANCISCO DE ASSIS DE MOURA CRUZ
Advogado(s) do Polo Passivo: RODRIGO DE SA LIBORIO(PE37578-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 014
Número: 0005727-33.2024.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 03/12/2024
Polo Ativo: MABEL FIDELIS FARIAS
Advogado(s) do Polo Ativo: HEVERTON LUIS TENORIO DE CAMPOS(PE54304-A) / MATHEUS SOUZA SILVA ARAUJO(PE58122-A) / KLIVIANE MICHELLY FERREIRA(PE49046-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE ARCOVERDE
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARCOVERDE
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 015
Número: 0000065-81.2019.8.17.3040 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 15/10/2024
Polo Ativo: LINDOMAR SANTANA DE LIMA
Advogado(s) do Polo Ativo: JOSE ITAMAR DA ROCHA(PE17576-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PALMEIRINA / INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PALMEIRINA
Advogado(s) do Polo Passivo: WANESSA LARISSA DE OLIVEIRA COUTO PEREIRA(PE30600-A) / ANA CECILIA ALVES SILVA(PE52390-A) / DJEYNE ROXANNA ALVES PEREIRA(PE45520-A) / MARIA CATARINA DOS SANTOS RIBEIRO(PE54871-A) / PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRINA
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11584)À unanimidade de votos, foi o processo julgado nos termos do voto da relatoria

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 016
Número: 0000113-85.2022.8.17.2021 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 04/12/2024
Polo Ativo: PGE - Procuradoria do Contencioso Cível / ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE
Polo Passivo: HEYTOR MIGUEL AMORIM DE LUCENA
Advogado(s) do Polo Passivo: ISABELLA DE ARAUJO MARINHO(PE36662-A) / IBRAIM OLIVEIRA NEJAIM(PE32635-A)
Terceiro(s) Interessado(s): SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 017
Número: 0005887-58.2024.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 16/12/2024
Polo Ativo: 1º Promotor de Justiça de Arcoverde
Advogado(s) do Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Polo Passivo: MUNICIPIO DE ARCOVERDE
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ARCOVERDE
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 018
Número: 0000013-73.2019.8.17.2850 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 26/04/2024
Polo Ativo: Promotor de Justiça de Jupi
Advogado(s) do Polo Ativo:
Polo Passivo: GERSON HENRIQUE DE MELO
Advogado(s) do Polo Passivo: FELIPE DE GODOY FIGUEIREDO(PE40434-A)
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Cíveis / Procuradoria de Justiça Regional (MP) - Câmara Regional - Caruaru
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 019
Número: 0001102-67.2022.8.17.3290 (Agravo Interno na Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 27/11/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SAO CAETANO
Advogado(s) do Polo Ativo: JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO
Polo Passivo: CORINA HERMINIA ALVES
Advogado(s) do Polo Passivo: ANDRE TADEU DA MOTA FLORENCIO(PE28182-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 020
Número: 0000418-94.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 07/02/2025
Polo Ativo: DINAIRAN MARIA OLIVEIRA MELO
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 021
Número: 0000977-02.2022.8.17.3290 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 06/12/2024
Polo Ativo: LOURDES DOS SANTOS LIMA
Advogado(s) do Polo Ativo: ANDRE TADEU DA MOTA FLORENCIO(PE28182-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SAO CAETANO
Advogado(s) do Polo Passivo: JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 022
Número: 0000131-05.2024.8.17.3390 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 05/04/2025
Polo Ativo: CILENE BEZERRA SILVA DO EGITO
Advogado(s) do Polo Ativo: RAYANNA VIRGINIA FELIX LEITE(PE63224-A)
Polo Passivo: INSTITUTO DE ATENCAO A SAUDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - IASSEPE / PGE - 3ª procuradoria regional - Arcoverde
Advogado(s) do Polo Passivo: PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 023
Número: 0005950-83.2024.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 19/12/2024
Polo Ativo: GABRIEL CAETANO DOS SANTOS NETO
Advogado(s) do Polo Ativo: ALBERICO DE ALBUQUERQUE PEDROSA(PE35913-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE RIACHO DAS ALMAS / FUNDACAO VALE DO PIAUI
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE RIACHO DAS ALMAS
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 024
Número: 0001202-83.2005.8.17.1490 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 07/02/2024
Polo Ativo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCAS LEONARDO FEITOSA BATISTA(PE22265-A) / CLEYBER VALENCA CORDEIRO PIRES(PE26153-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE TORITAMA / MUNICIPIO DE TORITAMA
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE TORITAMA
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 025
Número: 0000028-95.2023.8.17.2690 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 15/05/2024
Polo Ativo: DOMINGOS NUNES BARBOSA
Advogado(s) do Polo Ativo: ADRYANNA EULALIA DE MOURA CAMELO TORRES(PE36517-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE IBIMIRIM
Advogado(s) do Polo Passivo: LUIS ALBERTO GALLINDO MARTINS(PE20189-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE IBIMIRIM
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-11-27(id:11071)A Turma, à unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 026
Número: 0001386-84.2022.8.17.2220 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/04/2024
Polo Ativo: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM / CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA / PGE - 3ª procuradoria regional - Arcoverde / ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: JOSE DE OLIVEIRA BARRETO JUNIOR(RN4259) / PGE - PROCURADORIA GERAL – SEDE / PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Polo Passivo: MARTA APARECIDA DE VASCONSELOS
Advogado(s) do Polo Passivo: MALENA FERREIRA SOARES LIMA(PE47228-A) / AMANDA RABELO DE VASCONCELOS TEIXEIRA(PE52606-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-11-27(id:11071)A Turma, à unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 027
Número: 0000264-51.2020.8.17.3240 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 16/04/2024
Polo Ativo: MARIA CAROLINE SOUZA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: RAISSA BRAGA CAMPELO(PE29280-A) / ANTONIO SERGIO DE BARROS CAMPELO(PE39989-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-12-04(id:11172)A turma, à unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 028
Número: 0001737-93.2023.8.17.3490 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 31/03/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE TORITAMA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE TORITAMA
Polo Passivo: CLUBE REAL INDEPENDENTE
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 029
Número: 0001796-18.2022.8.17.3490 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 31/03/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE TORITAMA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE TORITAMA
Polo Passivo: JOSEFA MARIA DE JESUS
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 030
Número: 0001853-02.2023.8.17.3490 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 31/03/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE TORITAMA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE TORITAMA
Polo Passivo: GILSON BERTULINO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 031
Número: 0000673-55.2014.8.17.1100 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 12/11/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE PEDRA
Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES(PE30630-A) / JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A)
Polo Passivo: MONICA & MARGARIDA VANDERLEI LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: LEANDRO MARTINS DA SILVA(PE33598-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 032
Número: 0005485-74.2024.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 13/11/2024
Polo Ativo: MARIA PAULA FERNANDES CORREIA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 033
Número: 0001289-33.2022.8.17.3110 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 13/12/2024
Polo Ativo: JULIANA INACIO MARQUES DA FONSECA ARAUJO / MARIANA PAOLA GALINDO SOARES
Advogado(s) do Polo Ativo: ANSELMO PACHECO DE ALBUQUERQUE FILHO(PE41665-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PESQUEIRA
Advogado(s) do Polo Passivo: VADSON DE ALMEIDA PAULA(PE22405-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 034
Número: 0005862-45.2024.8.17.9480 (embargos de declaração no Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 12/12/2024
Polo Ativo: MUNICÍPIO DE PANELAS/PE
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCIANO FELIX DA SILVA(PE40742-A)
Polo Passivo: BENJAMIM DE LUCENA GALVAO
Advogado(s) do Polo Passivo: NADJA GALVAO RAIMUNDO(SP258984)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-02-26(id:11485)À unanimidade de votos, foi o processo julgado nos termos do voto da relatoria

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 035
Número: 0000603-90.2015.8.17.0360 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 30/01/2025
Polo Ativo: BUIQUE CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES / F.J.D.S (Segredo de Justiça)
Advogado(s) do Polo Ativo: GILBERTIANA BEZERRA DA SILVA(PE25475-A)
Polo Passivo: BANCO DO BRASIL SA
Advogado(s) do Polo Passivo: HERIVELTO LEITE DA SILVA FILHO(PE53272-A) / JONES PINHEIRO NEVES(PE44621-A) / ADRIANA GOUVEIA DA NOBREGA(SP199135-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-02-19(id:11468)À unanimidade de votos, foi o processo julgado nos termos do voto da relatoria

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 036
Número: 0000201-51.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 24/01/2025
Polo Ativo: MANUEL LUIZ MACEDO SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: LUCIMARIO ANTONIO DA SILVA(PE36934-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SAO CAETANO
Advogado(s) do Polo Passivo: JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 037
Número: 0026288-97.2023.8.17.9000 (Agravo Interno no Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 14/12/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE PESQUEIRA
Advogado(s) do Polo Ativo: VADSON DE ALMEIDA PAULA(PE22405-A) / PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA
Polo Passivo: ANTONIO CARLOS ALVES DE LIMA
Advogado(s) do Polo Passivo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 038
Número: 0000255-17.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 29/01/2025
Polo Ativo: VANIA LOIDES DE FREITAS NEVES
Advogado(s) do Polo Ativo: WESLEY MAGELLA AMARAL DOS SANTOS(PE30819-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE PESQUEIRA / INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PESQUEIRA
Advogado(s) do Polo Passivo: VADSON DE ALMEIDA PAULA(PE22405-A) / PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 039
Número: 0005064-84.2024.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 14/10/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GARANHUNS
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE GARANHUNS
Polo Passivo: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 1º Promotor de Justiça Criminal de Garanhuns
Advogado(s) do Polo Passivo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 040
Número: 0005420-35.2021.8.17.2480 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 05/12/2024
Polo Ativo: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CARUARU / FUNDACAO DE CULTURA DE CARUARU
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU
Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / 2º Promotor de Justiça de Cidadania de Caruaru
Advogado(s) do Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 041
Número: 0001017-14.2015.8.17.1290 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 10/06/2024
Polo Ativo: NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: ANIBAL CARNAUBA DA COSTA ACCIOLY JUNIOR(PE17188-A) / POLIANA MARIA CARMO ALVES(PE33039-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SAO CAETANO
Advogado(s) do Polo Passivo: JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-11-27(id:11071)
A Turma, à unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 042
Número: 0000106-30.2022.8.17.2430 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 04/12/2024
Polo Ativo: PGE - 1ª procuradoria regional - Caruaru / ESTADO DE PERNAMBUCO
Advogado(s) do Polo Ativo: PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE
Polo Passivo: MONICA ALVES FERREIRA AZEVEDO
Advogado(s) do Polo Passivo: MAILTON DE CARVALHO GAMA(PE37662-A) / GABRIELA MARCIA FLORENCIO DE MELO(PE34326-A) / RAFAEL DE LIMA RAMOS(PE35827-A) / JOAO LUIZ MONTEIRO CRUZ BRIA(PE37715-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 043
Número: 0001012-79.2023.8.17.9480 (Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 18/04/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE CAPOEIRAS
Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES(PE30630-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE CAPOEIRAS
Polo Passivo: CONSTRUCIFE - CONSTRUTORA RECIFE LTDA.
Advogado(s) do Polo Passivo: FELIPE BORBA BRITTO PASSOS(PE16434-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-11-27(id:11071)A Turma, à unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 044
Número: 0004584-09.2024.8.17.9480 (embargos de Declaração no Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 10/09/2024
Polo Ativo: SCAVE SERVICOS DE ENGENHARIA E LOCACAO LTDA
Advogado(s) do Polo Ativo: RODRIGO DE FIGUEIREDO TAVARES DE ARAUJO(PE25921-A) / RODRIGO DE MIRANDA AZEVEDO(PE21164-A) / THIAGO ERNESTO TENORIO VILACA RODRIGUES(PE28502-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE BOM JARDIM
Advogado(s) do Polo Passivo: ANTONIO JOAQUIM RIBEIRO JUNIOR(PE28712-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (18/12/2024)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-02-26(id:11485)Resolveu a 2ª Turma desta Corte Regional, à unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 045
Número: 0003345-30.2024.8.17.2670 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 05/04/2025
Polo Ativo: MARIA MADALENA DE ALBUQUERQUE LOPES
Advogado(s) do Polo Ativo: MARIA SOLANGE DA SILVA(PE12513-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE GRAVATA / SECRETARIA DE EDUCACAO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 046
Número: 0000610-32.2023.8.17.3390 (Embargos de Declaração na Agravo Interno na Apelação Cível)
Data de Autuação: 13/08/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SERTANIA
Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES(PE30630-A) / NATALIE ARAGONE DE ALBUQUERQUE MELLO(PE49678-A) / PAULO ROBERTO FERNANDES PINTO JUNIOR(PE29754-A) / PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE SERTÂNIA
Polo Passivo: JOSE IVAN MARQUES LINS
Advogado(s) do Polo Passivo: FRANCISCO NUNES DE QUEIROZ(PE17041-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-01-29(id:11355)A Turma, à unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 047
Número: 0000995-26.2023.8.17.2340 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 29/10/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS
Advogado(s) do Polo Ativo: JULIA DUBEUX AGRA DE SOUZA RAMOS(PE51189-A) / FILIPE FERNANDES CAMPOS(PE31509-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE BREJO DA MADRE DE DEUS
Polo Passivo: MABEL DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: JULIANA FERREIRA DA SILVA(PE39044-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 048
Número: 0001093-83.2013.8.17.0360 (Agravo Interno na Apelação Cível / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 11/10/2024
Polo Ativo: CICERA MARIA FERREIRA DE LIMA
Advogado(s) do Polo Ativo: SERGIO JOSE GALINDO OLIVEIRA(PE18024-A) / JANIRA BEZERRA SILVA(PE26569-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE BUIQUE
Advogado(s) do Polo Passivo: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES(PE30630-A) / PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BUÍQUE
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 049
Número: 0004662-03.2024.8.17.9480 (Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 16/09/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SAO CAITANO
Advogado(s) do Polo Ativo: JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A)
Polo Passivo: MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO / MARIA LUIZA SANTOS / QUITERIA MARIA DA CONCEICAO
Advogado(s) do Polo Passivo: ANDRE TADEU DA MOTA FLORENCIO(PE28182-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-02-12(id:11434)À unanimidade de votos, foi o processo julgado nos termos do voto da relatoria

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 050
Número: 0001014-18.2015.8.17.0560 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 06/04/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE CUSTODIA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE CUSTÓDIA
Polo Passivo: CICERA PEREIRA DA SILVA / FRANCISCA FERREIRA DA SILVA / JUSCINEIDE SIMÃO DE MEDEIROS / LUIZ GONZAGA DOS SANTOS / ILKA PAULA LOPES BEZERRA DE ALMEIDA / ELIZANGELA DE FREITAS BEZERRA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: MARCIA CAVALCANTI DE ALMEIDA(PE31520-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 051
Número: 0001307-78.2022.8.17.2520 (Agravo Interno na Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 15/10/2024
Polo Ativo: FRANSINETE MARIA DE SOUZA
Advogado(s) do Polo Ativo: JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JUNIOR(PE21087-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE CORRENTES
Advogado(s) do Polo Passivo: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES(PE30630-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DAS CORRENTES
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 052
Número: 0000365-28.2022.8.17.2720 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 18/07/2024
Polo Ativo: FABIO JUNIO DO NASCIMENTO SANTOS
Advogado(s) do Polo Ativo: JOSE LIVONILSON DE SIQUEIRA(PE22443-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE MANARI / AUDALIO MARTINS DA SILVA JUNIOR
Advogado(s) do Polo Passivo: FILIPE FERNANDES CAMPOS(PE31509-A) / MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis / Coordenação da Central de Recursos Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 053
Número: 0001689-64.2024.8.17.2920 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 09/04/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE LIMOEIRO
Advogado(s) do Polo Ativo: VADSON DE ALMEIDA PAULA(PE22405-A) / PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO
Polo Passivo: NEGROMONTE & COUTINHO LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: SERAFICO RICARDO DA SILVA NETO(PE54124-A) / RICARDO LUIS DE ANDRADE NUNES(PE23196-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 054
Número: 0023254-80.2023.8.17.2480 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/01/2025
Polo Ativo: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CARUARU
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU
Polo Passivo: MIRENNY JANAILMA FELISMINO LIRA
Advogado(s) do Polo Passivo: EFIGENIA MARIA DAS DORES TABOSA CORDEIRO(PE25493-A) / ONILDA NUNES DE OLIVEIRA(PE29717-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 055
Número: 0000416-27.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 07/02/2025
Polo Ativo: AIRON ALVES DE SOUZA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 056
Número: 0000468-23.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 11/02/2025
Polo Ativo: MARIA LILIANE GOMES DA SILVEIRA LEITE
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 057
Número: 0000464-83.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 11/02/2025
Polo Ativo: MARIA APARECIDA DE MELO SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 058
Número: 0000473-45.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 11/02/2025
Polo Ativo: VALDEJANE MARIA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 059
Número: 0000463-98.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 11/02/2025
Polo Ativo: MARCELUS AFONSO FERREIRA MAIA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 060
Número: 0000421-49.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 07/02/2025
Polo Ativo: JAILSON CALADO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 061
Número: 0000422-34.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 07/02/2025
Polo Ativo: JARIO PEREIRA DA COSTA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 062
Número: 0056402-82.2024.8.17.9000 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 04/12/2024
Polo Ativo: SINDICATO UNICO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO PUBLICO DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO NO ESTADO DE PERNAMBUCO-SINDUPROM/PE
Advogado(s) do Polo Ativo: JESUALDO DE ALBUQUERQUE CAMPOS JUNIOR(PE21087-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE / MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE / SANTA CRUZ PREV
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 063
Número: 0000004-96.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 02/01/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SAO CAITANO
Advogado(s) do Polo Ativo: JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A)
Polo Passivo: MARIA DE LOURDES DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: ANDRE TADEU DA MOTA FLORENCIO(PE28182-A) / LUCIMARIO ANTONIO DA SILVA(PE36934-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 064
Número: 0000469-08.2025.8.17.9480 (Agravo de Instrumento)
Data de Autuação: 11/02/2025
Polo Ativo: MARIA SELMA DA SILVA CALADO BEZERRA
Advogado(s) do Polo Ativo: OSWALDO CALADO SILVA FILHO(PE41687-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SANHARO
Advogado(s) do Polo Passivo: LAILA DE BRITO GALVAO(PE53651-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANHARÓ
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 065
Número: 0002127-58.2012.8.17.0480 (Apelação / Remessa Necessária)
Data de Autuação: 11/04/2025
Polo Ativo: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CARUARU
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CARUARU
Polo Passivo: JOSE CINTRA DE FARIAS
Advogado(s) do Polo Passivo: FRANCISCO DE OLIVEIRA(PE26789-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 066
Número: 0000378-33.2022.8.17.3300 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 18/10/2023
Polo Ativo: MUNICIPIO DE SAO JOAO / MUNICIPIO DE SAO JOAO
Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO HENRIQUE TEIXEIRA NEVES(PE30630-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO
Polo Passivo: EDVALDO NUNES PEREIRA
Advogado(s) do Polo Passivo: FLAVIA LAYNARA DA SILVA MONTEIRO(PE50884-A) / THALIA RAYSSA FERREIRA CAVALCANTE(PE53431-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2024-11-27(id:11071)A Turma, à unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 067
Número: 0000717-13.2019.8.17.2260 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 19/04/2024
Polo Ativo: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
Polo Passivo: ADEILTON JOSE DE MORAIS
Advogado(s) do Polo Passivo: WALERIA SOUZA LIMA(PE24223-A)
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 068
Número: 0000058-13.2022.8.17.3290 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 16/04/2025
Polo Ativo: MARIZA SIMPLICIO DOS SANTOS / MAGNA JACQUELINE GOMES MORAIS / VALDETE MARIA DA SILVA / MARIA DE LOURDES DA SILVA
Advogado(s) do Polo Ativo: ANDRE TADEU DA MOTA FLORENCIO(PE28182-A) / LUCIMARIO ANTONIO DA SILVA(PE36934-A)
Polo Passivo: MUNICIPIO DE SAO CAETANO
Advogado(s) do Polo Passivo: JULIO TIAGO DE CARVALHO RODRIGUES(PE32192-A) / PROCURADORIA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 069
Número: 0017555-45.2022.8.17.2480 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 28/01/2025
Polo Ativo: MUNICIPIO DE RIACHO DAS ALMAS / I L PROJETOS, CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
Advogado(s) do Polo Ativo: LARISSA LIMA FELIX(PE37802-A) / BRUNO ZEFERINO DO CARMO TEIXEIRA(AL7617-A) / JULIANA MACIEL DE ANDRADE MELRO(AL17183)
Polo Passivo: WELLINTON MANOEL DOS SANTOS / CINTIA MARIA DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo: MARIA JOSINEIDE SILVA FELICIANO(PE35108-A) / VALERIA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS(PE34288-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2025-03-12(id:11552)À unanimidade de votos, foi o processo julgado nos termos do voto da relatoria

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 070
Número: 0003696-94.2015.8.17.0640 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 14/10/2024
Polo Ativo: JOAO ALVES TORRES / JOSE CASSIANO DA SILVA NETO / JOSE LUIS DE MORAES / GILBERT GIULIANO PEREIRA / CLECIO CONCEICAO SANTOS
Advogado(s) do Polo Ativo: JARDEL DA COSTA SILVA(PE38570-A)
Polo Passivo: CPM CONSTRUTORA LTDA - EPP / COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO / MUNICÍPIO DE GARANHUNS / MUNICIPIO DE GARANHUNS
Advogado(s) do Polo Passivo: FRANCISCO FABIANO SOBRAL FERREIRA(PE26546-A) / PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE GARANHUNS
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 071
Número: 0000291-10.2022.8.17.2320 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 08/04/2025
Polo Ativo: ESTADO DE PERNAMBUCO / PGE - 1ª procuradoria regional - Caruaru
Advogado(s) do Polo Ativo: PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE
Polo Passivo: SILVIA CHEYLA ALVES DE ALBUQUERQUE
Advogado(s) do Polo Passivo: JOAO LUIZ MONTEIRO CRUZ BRIA(PE37715-A) / MAILTON DE CARVALHO GAMA(PE37662-A) / RAFAEL DE LIMA RAMOS(PE35827-A)
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 072
Número: 0000210-93.2017.8.17.2560 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 24/05/2024
Polo Ativo: AUDEJANE DE GOIS SANTOS
Advogado(s) do Polo Ativo: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA(PE573-S)
Polo Passivo: INSS
Advogado(s) do Polo Passivo: PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
Terceiro(s) Interessado(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / Coordenação das Procuradorias Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 073
Número: 0000274-29.2011.8.17.1230 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/04/2025
Polo Ativo: JUCILEIDE VIEIRA DA SILVA ALEXANDRE
Advogado(s) do Polo Ativo: ANDRE LUIZ DE LIMA VAZ(PE32590-A)
Polo Passivo: Município de Paranatama - PE / COMEDE - CONSULTORIA E ASSESSORIA MEDEIROS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo: RODRIGO NOVAES CAVALCANTI(PE27017-A) / CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES(PE24195-A) / DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 074
Número: 0000947-19.2015.8.17.0830 (APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 05/07/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE JOAO ALFREDO
Advogado(s) do Polo Ativo: PAULO GABRIEL DOMINGUES DE REZENDE(PE26965-A) / PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO
Polo Passivo: JOSE MARCONI BESERRA DE FARIAS
Advogado(s) do Polo Passivo: MOACIR ALVES DE ANDRADE(PE9086-A)
Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Cíveis / Coordenação da Central de Recursos Cíveis
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 075
Número: 0003352-66.2017.8.17.2670 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 27/11/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Polo Passivo: ANTONIO FRANCISCO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 076
Número: 0006029-93.2022.8.17.2670 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 08/04/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Polo Passivo: SEVERINO ANTONIO DA SILVA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 077
Número: 0005717-88.2020.8.17.2670 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 05/12/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Polo Passivo: F.A. LUCENA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 078
Número: 0002051-50.2018.8.17.2670 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 21/07/2022
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GRAVATA / MUNICIPIO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Polo Passivo: ALBA CRISTINA DA FONSECA DE ALBUQUERQUE MARANHAO
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s): (04/08/2022)
Procurador:
Observação: Última sessão realizada em 2022-08-25(id:7510)A Turma, a unanimidade, julgou o recurso, nos termos do voto da relatoria.

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 079
Número: 0008339-77.2019.8.17.2670 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 01/12/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Polo Passivo: RS REPRESENTACOES DE PRODUTOS QUIMICOS E CORANTES LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 080
Número: 0008031-41.2019.8.17.2670 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 05/12/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Polo Passivo: JOSIVALDO TAVARES DA SILVA MERCEARIA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Órgão Colegiado: Segunda Turma da Câmara Regional de Caruaru
Data da Sessão: 07/05/2025
Sessão Contínua: NÃO
Ordem: 081
Número: 0002650-76.2024.8.17.2670 (AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL)
Data de Autuação: 27/11/2024
Polo Ativo: MUNICIPIO DE GRAVATA
Advogado(s) do Polo Ativo: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ
Polo Passivo: MF EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogado(s) do Polo Passivo:
Terceiro(s) Interessado(s):
Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):
Relator: EVANILDO COELHO DE ARAÚJO FILHO
Situação: Pautado
Sobra(s):
Procurador:
Observação:

Caruaru, 24 de abril de 2025.

Simone Karina Bezerra Duarte

Secretária de Sessão – 2ª Turma da Câmara Regional de Caruaru

DIRETORIA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal

PAUTA DE JULGAMENTO PRESENCIAL

PAUTA DE JULGAMENTO DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DA 1ª CÂMARA CRIMINAL CONVOCADA PARA O DIA 29 DE ABRIL DE 2025, ÂS 14:00 HORAS NA SALA DE SESSÕES DE JULGAMENTO DO 2º ANDAR DO PALÁCIO DA JUSTIÇA.

A sessão de julgamento da 1ª Câmara Criminal ocorrerá presencialmente, considerando ATO CONJUNTO Nº 14, Art. 5º, de 1º de abril de 2022, publicado no DJe Edição nº 63/2022 disponibilizado em 01/04/2022 e publicação em 04/04/2022, com a seguinte composição: Presidente Des. Honório Gomes do Rego Filho e demais componentes, Des. José Viana Ulisses Filho e Des. Marcos Antônio Matos de Carvalho.

A eventual entrega de memoriais será enviada para os endereços eletrônicos dos membros da sessão, conforme disposto no art. 3º, § 2º da Instrução Normativa nº 04/2020

gabdes.viana.ulisses@tjpe.jus.br

gabdes.honorio.rego@tjpe.jus.br

gabdes.marcos.carvalho@tjpe.jus.br

OBSERVAÇÃO: Os processos eletrônicos tramitam através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/ advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-2-grau/consulta-publica-de-processos. Toda a tramitação destes processos deverá ser feita por advogado, por meio do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-em-pernambuco/cadastro-de-advogados.

Aviso : Os advogados interessados em estar presentes em sessão, a fim de sustentar oralmente seu pleito, deverão cumprir os requisitos dispostos no art. 181 do RITJPE, bem assim, na forma prevista no art. 3º, I e II, da Instrução Normativa n.º 04/2020; se inscrever em até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão, encaminhando tal requisição, para o endereço eletrônico ivson.lucas@tjpe.jus.br ou solicitar pessoalmente, momentos antes do início da sessão.

Processos Judiciais Eletrônico s **– PJe**

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 001

Número: 0000085-43.2025.8.17.9901 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 01/03/2025

Polo Ativo: JORGE LUIZ BARBOSA JUNIOR

Advogado(s) do Polo Ativo: ANGELA SILVA DE LIMA(PE49469-A) / RAYANE TALITA SILVA DE LIMA(PE49713-A) / WILLIANNY ALMEIDA DE AQUINO(PE53210-A)

Polo Passivo: Juízo de Direito do Plantão Judiciário da Comarca de Recife

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procuradora: CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 002

Número: 0053881-67.2024.8.17.9000 (Desaforamento de Julgamento)

Data de Autuação: 08/11/2024

Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: JOSE FELICIO MARTINS DA SILVA / PEDRO JERONIMO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo: GILMAR DE ALBUQUERQUE LOPES(PE47993-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: JOSE VIANA ULISSES FILHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 003

Número: 0027014-27.2023.8.17.3130 (Conflito de Jurisdição)

Data de Autuação: 04/02/2025

Polo Ativo: JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PETROLINA/PE

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: JUÍZO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE PALMARES/PE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: JOSE VIANA ULISSES FILHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: RICARDO LAPENDA FIGUEIROA

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 004

Número: 0000087-13.2025.8.17.9901 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 01/03/2025

Polo Ativo: BRENO VICTOR SOUZA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: JOSE DIEGO ARAUJO LEAL CAVALCANTI(PE60177)

Polo Passivo: 1ª VARA CRIME DA COMARCA DE PETROLINA/PE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: MARIO GERMANO PALHA RAMOS

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 005

Número: 0006071-62.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 11/03/2025

Polo Ativo: JOSE CARLOS PEREIRA DA SILVA FILHO

Advogado(s) do Polo Ativo: ANTONIO PIRES RODRIGUES JUNIOR(PE19795-A) / IGOR SOARES DE CARVALHO(PE45101-A)

Polo Passivo: JUIZO DA COMARCA DE RIBEIRAO PE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: RICARDO LAPENDA FIGUEIROA

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 006

Número: 0006275-09.2025.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 13/03/2025

Polo Ativo: GABRIEL TEIXEIRA DE SANTANA

Advogado(s) do Polo Ativo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBCO

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procuradora: ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 007

Número: 0006371-24.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 13/03/2025

Polo Ativo: VINICIUS DE SOUZA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: HALLYSON KOSTNER LUIZ DE FRANCA(PE48598-A)

Polo Passivo: 1ª Vara Criminal de Jaboatão

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: RICARDO LAPENDA FIGUEIROA

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 008

Número: 0000136-54.2025.8.17.9901 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 29/03/2025

Polo Ativo: SIMONE MARTINS FERREIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO DE FREITAS(PR94550)

Polo Passivo: 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE VITORIA DE SANTO ANTÃO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: RICARDO LAPENDA FIGUEIROA

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 009

Número: 0022909-17.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 27/05/2024

Polo Ativo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: DAYVISON JESUS DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo: BRUNA STEFANI BATISTA DE OLIVEIRA(PE47730-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: RICARDO LAPENDA FIGUEIROA

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 010

Número: 0006169-81.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 19/02/2024

Polo Ativo: PAULO PEREIRA MARTINS

Advogado(s) do Polo Ativo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBCO

Polo Passivo: 21º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procuradora: CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 011

Número: 0025809-70.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 04/06/2024

Polo Ativo: EVERTON DA SILVA VITORINO CAVALCANTI

Advogado(s) do Polo Ativo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBCO Polo Passivo: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: MARIO GERMANO PALHA RAMOS

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 012

Número: 0000868-46.2022.8.17.3400 (Agravo Interno na Apelação Criminal)

Data de Autuação: 16/10/2024

Polo Ativo: HELENO JOSE DO MONTE JUNIOR / AMARO CAMILO GOMES / MARIO CELIO GOMES / ALEF EDUARDO DOS SANTOS GOMES

Advogado(s) do Polo Ativo: JONAS SOARES DA SILVA MELO(PE38686-A)

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Sirinhaém

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / ZITO

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: JOSE VIANA ULISSES FILHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procuradora: CRISTANE DE GUSMÃO MEDEIROS

Observação: Última sessão realizada em 2025-03-11(id:11549)À unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria.

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 013

Número: 0007019-04.2025.8.17.9000 (AGRAVP INTERNO EM HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 19/03/2025

Polo Ativo: ELLEN SANDRA SANTOS DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBCO

Polo Passivo: 1ª VARA CRIMINAL DE PAULISTA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: JOSE VIANA ULISSES FILHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procuradora: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 014

Número: 0013345-48.2023.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 06/07/2023

Polo Ativo: JOAO PAULO CAVALCANTE MEDEIROS

Advogado(s) do Polo Ativo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBCO

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procuradora: ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDÉ FREIRE

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 015

Número: 0003136-92.2025.8.17.2810 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 19/02/2025

Polo Ativo: MARCELO ANTONIO SILVA DO NASCIMENTO

Advogado(s) do Polo Ativo: ANDRE ALMEIDA SANTANA CAPITO(PE56454-A)

Polo Passivo: 5º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: JOSE VIANA ULISSES FILHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 016

Número: 0007896-41.2025.8.17.9000 (Desaforamento de Julgamento)

Data de Autuação: 26/03/2025

Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / Promotor de Justiça de Escada

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: EDSON FERREIRA DE LIMA JUNIOR

Advogado(s) do Polo Passivo: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procuradora: CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS

Órgão Colegiado: 1ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 29/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 017

Número: 0000615-73.2022.8.17.0000 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 27/09/2022

Polo Ativo: JESSICA AUGUSTO DOS SANTOS

Advogado(s) do Polo Ativo: CAROLINE DO REGO BARROS SANTOS(PE32753-A)

Polo Passivo: 55º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MARCOS ANTONIO MATOS DE CARVALHO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVIERA CAVALCANTI

Recife, 24 de abril de 2025

Ivson Lucas do Espírito Santo

Secretário 1ª Câmara Criminal

2ª Câmara Criminal

PAUTA DE JULGAMENTO

SESSÃO POR VÍDEOCONFERÊNCIA REALIZADA EM CONFORMIDADE COM A IN Nº 04 DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL

DIRETORIA CRIMINAL Emitido em 24.04.2025

PAUTA DE JULGAMENTO DO DIA 30/04/2025

SESSÃO TELEPRESENCIAL - PROCESSOS PJE

2ª CÂMARA CRIMINAL

Pauta de Julgamento de processos PJE da sessão ordinária da 2ª Câmara Criminal do dia 30 de abril de 2025, às 14 horas, usando a plataforma MICROSOFT TEAMS

Segundo o disposto nos Arts. 1º, 3º e 5º, da Portaria nº 61/2020, do CNJ; Art. 6º, §2º, da Resolução nº 314/2020, do CNJ; e Art. 1º §§1º e 4º, Art. 3º, I, II, e Art. 8º da Instrução Normativa nº 04/2020, do TJPE, a sessão da Segunda Câmara Criminal ocorrerá por videoconferência com a seguinte composição: Presidente: Des. Mauro Alencar de Barros e demais componentes: Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Mello e Des. Isaias Andrade Lins.

AVISO: ex vi do art. 3º, da instrução normativa nº 04, deste Egrégio Tribunal de Justiça, publicada no DJe nº 71/2020, publicada em 20 de abril de 2020, a sustentação oral poderá ser realizada por videoconferência, na forma do artigo 181 do RITJPE, através de inscrição, atendidas as condições estabelecidas naquele artigo, notadamente a que determina que a inscrição para tanto, mediante manifestação de interesse, deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão e será encaminhada para o e-mail do secretário de sessões da segunda Câmara Criminal juraci.menezes@tjpe.jus.br , na conformidade da instrução normativa nº 04/2020:

OBS. PODENDO, NESSA MESMA SESSÃO OU SESSÕES SUBSEQUENTES, SER JULGADOS OS PROCESSOS ADIADOS OU CONSTANTES DE PAUTAS JÁ PUBLICADAS, BEM COMO, PROCESSOS APRESENTADOS EM MESA.

A eventual entrega de memoriais será enviada para os endereços eletrônicos dos membros da sessão, conforme disposto no art. 3º, § 2º da Instrução Normativa nº 04/2020:

gabdes.mauro.alencar@tjpe.jus.br

gabdes.evandro.magalhaes@tjpe.jus.br

gabdes.isaias.lins@tjpe.jus.br

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Ordem: 001

Número: 0039465-13.2022.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 11/04/2023

Polo Ativo: 35º Promotor de Justiça Criminal da Capital / MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: VERUSKA CESAR LIMA DE BARROS

Advogado(s) do Polo Passivo: BIANCA LAURENTINO SERRANO BARBOSA(PE20251-A)

Terceiro(s) Interessado(s): D & G CENTRO DE CONDICIONAMENTO FISICO E COMERCIO LTDA - ME / THIAGO BARBOSA VASCONCELOS DE ALENCAR / CAMILA ALVES VELOZO E SILVA / IGOR FELIPE TORRES FERREIRA / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s): IGOR FELIPE TORRES FERREIRA / THIAGO BARBOSA VASCONCELOS DE ALENCAR / CAMILA ALVES VELOZO E SILVA

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 002

Número: 0005525-14.2020.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 20/12/2023

Polo Ativo: ARLINDO JOSE DOS SANTOS FILHO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 4º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): A SOCIEDADE / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 003

Número: 0000540-63.2020.8.17.0110 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 15/03/2024

Polo Ativo: ERASMO CARLOS DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Observação: Última sessão realizada em 2024-06-12(id:10360). POR UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO APELO PARA ANULAR A DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA, POR SER MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS , NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR."

Ordem: 004

Número: 0000841-19.2023.8.17.3080 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 21/03/2024

Polo Ativo: DANIEL OLIVEIRA SANTOS

Advogado(s) do Polo Ativo: RICARDO DE ALBUQUERQUE DO REGO BARROS NETO(PE30937-A)

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Paudalho / MARINA MEDEIROS LINS

Advogado(s) do Polo Passivo: HUGO FELIPE CARVALHO TRAUZOLA(AL8865-A)

Terceiro(s) Interessado(s): MARIA CAROLINA AMORIM GOUVEIA DE ALBUQUERQUE / MARINA MADEIROS LINS / ANA BEATRIZ ALVES MORATO / IVSON RODRIGO GOUVEIA DE ALBUQUERQUE BARBOSA / VIVIANE DAVINO DA SILVA MEDEIROS / DIEGO CARLOS ALVES TENÓRIO / MIRIAN MARTINS MORATO TENÓRIO / MARIA ELIZABETE AMORIM DOS SANTOS / GISELE MARIA DA SILVA PEREIRA / JAIRO DO NASCIMENTO PEREIRA / Pascalle Aclenia G. Carvalho Siqueira / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Observação: Última sessão realizada em 2024-11-27(id:11098). À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator."

Ordem: 005

Número: 0001838-30.2019.8.17.1370 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 08/04/2024

Polo Ativo: LADIEL DA SILVA / DANIEL DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): A SOCIEDADE / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

Ordem: 006

Número: 0109419-49.2022.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 12/09/2024

Polo Ativo: EZEQUIAS OLIVEIRA DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: SANDRA DE ARAUJO VILAR MELO(PE58590-A)

Polo Passivo: 56º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 46º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 63º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Ordem: 007

Número: 0003829-70.2023.8.17.5001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 08/10/2024

Polo Ativo: LUCAS CARNEIRO RODRIGUES

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 4º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / RAINNE OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS / RUBEM XIMENES SOBRINHO

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 008

Número: 0115940-10.2022.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 16/10/2024

Polo Ativo: THELMA LUCIA COSTA DACO

Advogado(s) do Polo Ativo: MANUELLA ROBERTA RAMOS CORREA DE OLIVEIRA MAGALHAES(PE32641-A) / MARIA ISABEL NUNES LARANGEIRAS BRITTO(PE45657-A)

Polo Passivo: SEGREDO DE JUSTICA

Advogado(s) do Polo Passivo: MARIO JOSE DE AQUINO NETO(PE48215-A) / PEDRO AVELINO DE ANDRADE(PE30849-A) / CELIO AVELINO DE ANDRADE(PE2726-A) / LEONARDO QUERCIA BARROS(PE29180-A) / CAMILA ANDRADE DOS SANTOS(PE33341-A) / LAIS ALVES XAVIER RAMOS(PE54381-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / RECIFE (SANTO AMARO) - 1ª DEPOL ESPECIALIZADA DA MULHER - 1ª DEAM

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Observação: Última sessão realizada em 2025-03-12(id:11577). À unanimidade de votos, foram acolhidos os Embargos de Declaração, nos termos do voto da Relatoria."

Ordem: 009

Número: 0004618-39.2020.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 21/10/2024

Polo Ativo: HABNER NATALICIO ELIZEU CARDOSO

Advogado(s) do Polo Ativo: EDUARDO HENRIQUE BURGOS BEZERRA(PE39205-A)

Polo Passivo: 13º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / Arnaldo Santos da Silveira Júnior

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 010

Número: 0000189-83.2021.8.17.0780 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 24/10/2024

Polo Ativo: Promotor de Justiça de Itapetim

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: LENILSON PIANCO COSTA

Advogado(s) do Polo Passivo: AUGEDI BARBOSA LIMA(PB3523-A)

Terceiro(s) Interessado(s): ANA PAULA OLIVEIRA DE JESUS / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 011

Número: 0002433-35.2022.8.17.2110 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 31/10/2024

Polo Ativo: ED LEON EVANGELISTA DE SIQUEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: HIAGO JOSE PERAZZO ALVES(PE41135-A)

Polo Passivo: 3º Promotor de Justiça de Afogados da Ingazeira

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / ELIDAINE BEZERRA DE SOUZA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 012

Número: 0001624-66.2023.8.17.5810 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 11/11/2024

Polo Ativo: EVANDRO ROLIN DE ALMEIDA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 4º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): PALOMA CAROLINY DA SILVA / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Ordem: 013

Número: 0000300-41.2019.8.17.0100 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 29/11/2024

Polo Ativo: MARCIO SANTOS DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 1º Promotor de Justiça Criminal de Abreu e Lima

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): ALISON JOSE DOS SANTOS LUNA / ANDREA JUSTINO DOS SANTOS / IZAIAS JUSTINO DOS SANTOS / JOSEANE MARIA DOS SANTOS / ADRIANA MARIA DOS SANTOS / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 014

Número: 0002592-27.2023.8.17.3020 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 04/12/2024

Polo Ativo: MARCOS BATISTA DE OLIVEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: MANUEL LEANDRO DA SILVA FILHO(CE27762)

Polo Passivo: OURICURI (CENTRO) - DELEGACIA DE POLÍCIA DA 201ª CIRCUNSCRIÇÃO - DP 201ª CIRC / 1º Promotor de Justiça de Ouricuri

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): ANA MARIA LIMA ALENCAR / MIRELA VITÓRIA DE ALENCAR BERNARDINO / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 015

Número: 0047619-20.2022.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 10/12/2024

Polo Ativo: HENRIQUE AMADEU DUARTE

Advogado(s) do Polo Ativo: JOAO VIEIRA NETO(PE21741-A) / MARIA EDUARDA SILVA DE SIQUEIRA CAMPOS(PE42319-A)

Polo Passivo: 5º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 016

Número: 0091252-48.2014.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 11/12/2024

Polo Ativo: 15º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: LUIS PAULO VENTURA DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo: JOSE HONORIO DA SILVA NETO(PB28894)

Terceiro(s) Interessado(s): ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO / MARIA DO SOCORRO FERREIRA DO NASCIMENTO / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 017

Número: 0005651-94.2023.8.17.5001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 13/12/2024

Polo Ativo: MARCOS DANIEL NONATO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 37º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / ALCINA DE ALMEIDA SILVA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 018

Número: 0000971-30.2024.8.17.5810 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 16/12/2024

Polo Ativo: CLAUDIO BARROS EUSEBIO

Advogado(s) do Polo Ativo: DAYSE JOELMA MARTINS CORDEIRO(PE45011-A) / VICTOR BRUNO FARIAS LIMA(PE42422-A)

Polo Passivo: 9º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): CINTIA CRISSILANE DE LIMA LOPES / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 019

Número: 0074849-03.2023.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 06/01/2025

Polo Ativo: CAIO CESAR TAVARES BARBOSA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 2º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): MARIA DO CARMO FELIPE DOS SANTOS / GENILTON DE ARAUJO SANTIAGO / JAILMA KATIA FELIPE DOS SANTOS / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 020

Número: 0142759-47.2023.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 07/01/2025

Polo Ativo: 28º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 11º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: BRUNO LUIS SANTOS DA CRUZ / BRUNO HENRIQUE DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo: ROSANO APOLINARIO DA SILVA(PE42070-A)

Terceiro(s) Interessado(s): VINÍCIUS SILVA DE OLIVEIRA / FLORA LUCIA MENDONCA FALCAO / VANESSA MARIA DA SILVA MARQUES / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 021

Número: 0000924-28.2021.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 08/01/2025

Polo Ativo: LUCINALDO DE ALENCAR SANTANA

Advogado(s) do Polo Ativo: NATHALIA DA FONSECA OLIVEIRA E SILVA(PE51971-A) / JEFFERSON ALVES DE FARIAS(PE12522-A)

Polo Passivo: 51º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): SEGREDO DE JUSTICA / Danielle Gomes Monteiro de Carvalho / Elaine Gomes da Silva / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 022

Número: 0085308-64.2023.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 13/01/2025

Polo Ativo: CARLOS EDUARDO DA SILVA MARTINS

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 10º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / EDCLAUDIO JOSE DE OLIVEIRA PALHARES

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS

Ordem: 023

Número: 0080417-34.2022.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 27/01/2025

Polo Ativo: MINISTERIO PUBLICO / 46º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 56º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 63º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: ERINALDO FIRMINO DOS SANTOS / ALLAN GUILHERME JOSE DE SOUZA / ALEFY ALFEU VICENTE DA SILVA / ALEXANDRO MATEUS PINHEIRO RAMOS

Advogado(s) do Polo Passivo: RICARDO CAMPOS BEZERRA(PE9011-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 024

Número: 0002305-98.2025.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 04/02/2025

Polo Ativo: LUCIANO JOSUEL DE SANTANA

Advogado(s) do Polo Ativo: JANECELI DA PAIXAO PLUTARCO(PE13554-A)

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 025

Número: 0001331-34.2021.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 21/02/2025

Polo Ativo: ANTONIO CARLOS ARAUJO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 13º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): MARIA DA CONCEIÇÃO DA FONSECA / Big Bompreço / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Ordem: 026

Número: 0002451-62.2009.8.17.1350 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 24/02/2025

Polo Ativo: ADEILDO PEDRO TRAVASSO

Advogado(s) do Polo Ativo: CLOVIS VIEIRA DE AQUINO(PE60468) / JOSE PAULO SIMOES DE SANTANA(PE51385-A)

Polo Passivo: 1º Promotor de Justiça Criminal de São Lourenço da Mata

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / IRINEU TELES / IVAMAR RODRIGUES / ISMENIA MARIA DA SILVA / SEVERINO PEDRO TRAVASSO / MANOEL JOAO DOS SANTOS / SEVERINO PEDRO TRAVASSO FILHO

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Ordem: 027

Número: 0005467-04.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 27/02/2025

Polo Ativo: Josuel Douglas Gomes dos Santos / WILLIAMS MIGUEL DOS SANTOS

Advogado(s) do Polo Ativo: WILLIAMS MIGUEL DOS SANTOS(PE48376-A)

Polo Passivo: 3ª Vara Criminal de Olinda

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 028

Número: 0000083-73.2025.8.17.9901 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 01/03/2025

Polo Ativo: GIRLAN DE OLIVEIRA SOUZA / WELLINGTON COSME DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: WELLINGTON COSME DA SILVA(PE55790-A) / WEVELIN SILVEIRA DA SILVA(PE32575-A)

Polo Passivo: JUIZO DA VARA UNICA DA COMARCA DE SAO JOSE DA COROA GRANDE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 029

Número: 0000313-62.2024.8.17.4110 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 17/03/2025

Polo Ativo: VICENTE CARLOS DE SIQUEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: RODRIGO MELO SILVA(BA67838) / CARLOS EDUARDO SILVA MORAIS(PE36585-A)

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Tabira

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Alysson Januário de Sousa / Josete Viturino de Siqueira / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 030

Número: 0000910-65.2015.8.17.1420 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 17/03/2025

Polo Ativo: DOUGLAS DA COSTA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: JOSEBERGUE JOAO ALVES(PE34632-A)

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / Promotor de Justiça de Tabira

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / José Valdisney Vicente Barboza

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 031

Número: 0007076-22.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 20/03/2025

Polo Ativo: JONNY OLIVEIRA DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: JAMYLLE KATARINE DOS SANTOS SALES(PE37530-A)

Polo Passivo: Juízo de Direito da Vara de Execução Penal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 032

Número: 0000996-09.2020.8.17.0370 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 27/03/2025

Polo Ativo: RASTER LOURENCO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): SOCIEDADE / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 033

Número: 0004210-10.2004.8.17.0001 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 31/03/2025

Polo Ativo: MARIVALDO MALAQUIAS DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 15º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / JOSÉ ROMERO DA SILVA FILHO / PALITO / JOSE LAZARO ALVES DA SILVA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 034

Número: 0011294-75.2024.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 01/04/2025

Polo Ativo: BRUNO HENRIQUE DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 3º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / CATIA ARCURI BRANCO / GUILHERME AUGUSTO DIAS / DEBORAH TREVISAN CRUZ DIAS

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Revisor: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 035

Número: 0009458-85.2025.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 04/04/2025

Polo Ativo: IVALDO JOSE DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: JULIO CESAR PEREIRA(PE25298-A) / VALERIA DOS SANTOS COSTA PEREIRA(PE24688-A) / DIEGO SILAS MIRANDA DE OLIVEIRA(PE56612-A)

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Ordem: 036

Número: 0000208-09.2021.8.17.5980 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 04/04/2025

Polo Ativo: MARCELO GOMES DA SILVA / ALLAN KENNEDY MAXIMINO DOS SANTOS

Advogado(s) do Polo Ativo: RAFAELA CORREA DA SILVA(PE31898-A) / RAFAEL CORREA DA SILVA(PE31894-A)

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Condado

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): WAGNER SILVA DE OLIVEIRA / EUDES SEVERINO DO NASCIMENTO / LAIS ALVES DA CUNHA / LUANA CUNHA DE OLIVEIRA / JOAO VITOR SOARES DA SILVA / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 037

Número: 0009927-34.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 08/04/2025

Polo Ativo: JOSE REINALDO ALMEIDA SIMOES JUNIOR

Advogado(s) do Polo Ativo: IGOR AUGUSTO REIS LEIJOTO(DF58377)

Polo Passivo: Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão Dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 038

Número: 0018801-53.2025.8.17.2001 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 08/04/2025

Polo Ativo: 45º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 62º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 55º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: CLAY FABIANO DE ARAUJO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): MAURICIO DA SILVA SANTANA / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 039

Número: 0010467-82.2025.8.17.9000 (Conflito de Jurisdição)

Data de Autuação: 10/04/2025

Polo Ativo: 1ª Vara Criminal de Petrolina

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: DOUTO JUÍZO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER DE PETROLINA/PE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 040

Número: 0010719-85.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 14/04/2025

Polo Ativo: ELIAS VICENTE FERREIRA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: Juízo da 2ª Vara de Crimes Contra a Criança e Adolescente da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 041

Número: 0010753-60.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 14/04/2025

Polo Ativo: RONALD DE OLIVEIRA DE MELO

Advogado(s) do Polo Ativo: ROBERTO DE MEDEIROS VILA NOVA(PE39461-A)

Polo Passivo: JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PAULISTA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 042

Número: 0004592-34.2025.8.17.9000 (CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL)

Data de Autuação: 21/02/2025

Polo Ativo: CENTRAL DE CARTAS DE ORDEM, PRECATÓRIA E ROGATÓRIA DA CAPITAL

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS DO RECIFE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GEMANO PALHA RAMOS

Ordem: 043

Número: 0000232-19.2024.8.17.2460 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 02/08/2024

Polo Ativo: ANTONIEL CARLOS DE ANDRADE

Advogado(s) do Polo Ativo: ELENILSON DOS SANTOS SOARES(PB20255) / KELSON SERGIO TERROZO DE SOUZA(PB19857)

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CARNAÍBA - PE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: LAÍSE TARCILA ROSOA DE QUEIROZ

Ordem: 044

Número: 0000103-67.2023.8.17.5590 (Embargos de Declaração na Apelação Criminal)

Data de Autuação: 17/10/2024

Polo Ativo: MARIA THALIA DA SILVA / GUSTAVO SABINO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: MARCONE SILVA DOS SANTOS(PE44453-A)

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Escada

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): A COLETIVIDADE / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Observação: Última sessão realizada em 2025-03-25(id:11656). À unanimidade, rejeitou-se à preliminar de nulidade levantada pela defesa e, no mérito, negou-se provimento ao apelo, mantendo íntegra a condenação de Maria Thalia da Silva e Gustavo Sabino da Silva. Nos termos do voto da relatoria."

Ordem: 045

Número: 0053220-88.2024.8.17.9000 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 01/11/2024

Polo Ativo: SEGREDO DE JUSTICA

Advogado(s) do Polo Ativo: ULISSES NARCIZO DORNELAS DE SOUZA JUNIOR(PE25455-A)

Polo Passivo: Juízo da 1ª Vara do Júri da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE ZMARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Observação: Última sessão realizada em 2025-01-08(id:11329). À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR."

Ordem: 046

Número: 0115636-51.2009.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 06/11/2024

Polo Ativo: MARCOS ANTONIO CLEMENTINO DE SOUZA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: RECIFE (MADALENA) - DEPOL DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE - DECCA / 24º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / ALYSSON ALBERTO DONISETE NOBREGA / JOSÉ DOMINGOS DA SILVA FILHO / CARLOS ALBERTO DE SÁ / DULCINEIDE DONISETE DA SILVA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s): MANUELA SOLER DE LIMA

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIRA DE ARAÚJO

Ordem: 047

Número: 0024329-98.2018.8.17.0001 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 13/12/2024

Polo Ativo: 42º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: ALEX SANDRO AGUIAR DOS SANTOS / GLEYDSON DOUGLAS DE OLIVEIRA FERREIRA SILVA / ANDERSON MACIEL DE LIMA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / AVIS BUDGET BRASIL LTDA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 048

Número: 0001014-66.2024.8.17.5001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 23/01/2025

Polo Ativo: JUAN VICTOR SOUZA DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 12º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Revisor: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 049

Número: 0140364-48.2024.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 05/02/2025

Polo Ativo: ALLAN VALDEMIR DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 23º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 24º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 41º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 42º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): A SOCIEDADE / LEANDRO FEITOSA DA SILVA / ALDENILDA FAUSTINO RIBEIRO DA SILVA / CENIP RECIFE / GESTÃO DE VAGAS / Central de Inquéritos da Capital / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS

Ordem: 050

Número: 0003935-92.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 17/02/2025

Polo Ativo: ERIVAN TIMOTEO CAVALCANTI

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 3ª VARA CRIMINAL DE OLINDA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: GIANI MARIA DO MONTE SANTOS R. DE MELO

Ordem: 051

Número: 0005455-35.2025.8.17.2001 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 25/02/2025

Polo Ativo: 49º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: SEGREDO DE JUSTIÇA

Advogado(s) do Polo Passivo: ULISSES NARCIZO DORNELAS DE SOUZA JUNIOR(PE25455-A) / IZABELLA KARLA DE ASSUNCAO(PE41173-A) / DANIEL LIMA ARAUJO(PE16082-A) / VICTOR TRAJANO DE ALMEIDA RODRIGUES(PE53187-A) / YASMIN CORDEIRO DE MELO CYSNEIROS(PE64820)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

Ordem: 052

Número: 0000475-72.2024.8.17.2650 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 14/03/2025

Polo Ativo: GLÓRIA DO GOITÁ (JATOBA) - DELEGACIA DE POLICIA DA 64ª CIRCUNSCRIÇÃO - DP 64ª CIRC. / Promotor de Justiça de Glória do Goitá

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: ADSON ERASMO BARBOSA DA SILVA SANTOS

Advogado(s) do Polo Passivo: ADSON XAVIER ALVES(PE40617-A) / OTAVIO RODRIGO CIPRIANO DA SILVA MARINHO(PE48394-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / JACCIANA MARIA DOS SANTOS / MARIA VANIA VIEIRA PEDROZO DE ARRUDA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 053

Número: 0000060-81.2024.8.17.5110 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 14/03/2025

Polo Ativo: JAILSON BELARMINO DE CARVALHO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Carnaíba

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 054

Número: 0006161-18.2025.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 24/03/2025

Polo Ativo: JOSE VITOR DA SILVA RODRIGUES

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 23º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 24º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 41º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital / 42º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): ESTADO / CENIP RECIFE / GESTÃO DE VAGAS / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 055

Número: 0000059-78.2004.8.17.1010 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 01/04/2025

Polo Ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / Promotor de Justiça de Orocó

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: ANTONIO CARLOS DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo: RODRIGO HELDER AMANDO(PE25473-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / AYLTON VASCONCELOS MENDES

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 056

Número: 0002547-56.2024.8.17.3030 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 01/04/2025

Polo Ativo: ELENILTON MANOEL CUNHA DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: Promotor de Justiça Criminal de Palmares

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / EDIVANIA DE LIMA SILVA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 057

Número: 0003700-19.2021.8.17.2420 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 04/04/2025

Polo Ativo: 3º Promotor de Justiça Criminal de Camaragibe

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MAXILIANO DIEGO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo: LELIA MARIA CAVALCANTI DE LACERDA(PE6991-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / JANECLEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA / EDVNA BARBOSA DA SILVA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 058

Número: 0002655-26.2023.8.17.5001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 09/04/2025

Polo Ativo: MANASSES NASCIMENTO DE BRITO / JOAO VITOR ALMEIDA DE SOUZA DO NASCIMENTO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 8º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): VALDENIS BARBOSA DE LIMA / JOAO PAULO BARBOSA DE FRANCA / EDUARDO HENRIQUE REIS AMORIM / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 059

Número: 0083309-14.2013.8.17.0001 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 09/04/2025

Polo Ativo: EDVAN LUIZ DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: ISABELLA WANDERLEY ALVES PEQUENO(PE48033-A) / VICTORIA MARIA MACHADO NASCIMENTO(PE64354)

Polo Passivo: 49º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Paula Emília Neves Coelho / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

Ordem: 060

Número: 0000058-34.2023.8.17.6020 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 06/11/2023

Polo Ativo: JOSE AILTON DA SILVA LIMA / DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): ALINE MOURA DA SILVA / FRANCISCO FLAVIO DE SOUZA / CENTRO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE REEDUCANDOS - CEMER / SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZACAO / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 061

Número: 0044413-55.2017.8.17.0810 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 18/10/2024

Polo Ativo: ERIKA APARECIDA LIMA DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 3º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: CRISTIANE GUSMÃO MEDEIROS

Ordem: 062

Número: 0003112-61.2015.8.17.0370 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 10/01/2025

Polo Ativo: 4º Promotor de Justiça Criminal do Cabo de Santo Agostinho / CABO DE SANTO AGOSTINHO (PONTEZINHA) - 14ª DEPOL ESP. DE ATEND À MULHER -14ª DEAM

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MARCIO DA SILVA MENDES

Advogado(s) do Polo Passivo: ROBERTO PAES DE ANDRADE FREIRE FILHO(PE27011-A)

Terceiro(s) Interessado(s): O ESTADO / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

Ordem: 063

Número: 0061902-14.2023.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 14/01/2025

Polo Ativo: JOSE PAULO ALEIXO COLI

Advogado(s) do Polo Ativo: MARCOS HENRIQUE ZIMERMAM SCALLI(SP317172-A)

Polo Passivo: 14º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): JOSE ARGEMIRO DA SILVA / ANA VIRGINIA ALVES DA SILVA / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 064

Número: 0013934-81.2017.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 17/03/2025

Polo Ativo: MARLON DOS ANJOS JOVENCIO / ALEXANDRE JOSE DE LIMA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 9º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO

Ordem: 065

Número: 0000480-89.2024.8.17.2490 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 20/03/2025

Polo Ativo: SEGREDO DE JUSTICA

Advogado(s) do Polo Ativo: ITALO RICARDO OLIVEIRA DE LIMA(PE47135-A) / RENATO RODRIGUES DE LIMA VILELA(PE58581-A)

Polo Passivo: CATENDE (CENTRO) - DELEGACIA DE POLÍCIA DA 74ª CIRCUNSCRIÇÃO - DP 74ª CIRC / Promotor de Justiça de Catende

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): ISABELA FERNANDES DA SILVA / GIVANILDA FERNANDES DA SILVA / ROSENILDA MARIA DA SILVA - CONSELHEIRA TUTELAR DE CATENDE / FRANCISCO PETRÔNIO FERREIRA DA SILVA - CONSELHEIRO TUTELAR DE CATENDE / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Revisor: ISAÍAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Procurador: MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS

Ordem: 066

Número: 0005032-30.2025.8.17.9000 (CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL)

Data de Autuação: 25/02/2025

Polo Ativo: CENTRAL DE CARTAS DE ORDEM, PRECATÓRIA E ROGATÓRIA DA CAPITAL

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS DO RECIFE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHÃES MELO

Situação: Pautado

Procurador: FERNANDO BARROS DE LIMA

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 067

Número: 0007067-02.2019.8.17.0810 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 26/06/2024

Polo Ativo: JOSE ROBERTO DE ARAUJO

Advogado(s) do Polo Ativo: HELLYSON ALVES ANTUNES DE OLIVEIRA(PE38100-A)

Polo Passivo: 2º Promotor de Justiça Criminal de Ipojuca

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): A SOCIEDADE / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHAES MELO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 068

Número: 0036680-62.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 15/07/2024

Polo Ativo: TIAGO DE ALMEIDA DOS SANTOS

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 069

Número: 0024201-19.2023.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 06/02/2025

Polo Ativo: RUBENILSON FRANCISCO MARTINS JUNIOR

Advogado(s) do Polo Ativo: EDSON JOSE DA SILVA(PE47050-A)

Polo Passivo: 46º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 56º Promotor de Justiça Criminal da Capital / 63º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): MARCONIS FERREIRA DE OLIVEIRA / MARCOS OLIVEIRA EUSTAQUIO / Maria Suely Ferreira / DAYVID XAVIER MILANEZ / FABIANO RIBEIRO DE LIMA / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHAES MELO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 070

Número: 0000969-68.2024.8.17.2380 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 10/02/2025

Polo Ativo: SEVERINO JOSE DE FONTES

Advogado(s) do Polo Ativo: JOAO LINDOLFO GOMES DE ANDRADE(PE22235-A)

Polo Passivo: CABROBÓ (CENTRO) - DELEGACIA DE POLÍCIA DA 211ª CIRCUNSCRIÇÃO - DP 211ª CIRC / 2º Promotor de Justiça de Cabrobó

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: Última sessão realizada em 2025-03-12(id:11577)À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatoria."

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 071

Número: 0060935-64.2023.8.17.2810 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 18/02/2025

Polo Ativo: JANDSON SILVA DE ALBUQUERQUE

Advogado(s) do Polo Ativo: GILBERTO MENDONCA DA SILVA(PE56723-A)

Polo Passivo: 1º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes / 10º Promotor de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 072

Número: 0118971-73.2012.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 18/02/2025

Polo Ativo: 1º Promotor de Justiça Criminal da Capital / RECIFE (VÁRZEA) - DELEGACIA DE POLÍCIA DA 14ª CIRCUNSCRIÇÃO - DP 14ª CIRC.

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: WILLAMS INACIO DA SILVA OLIVEIRA

Advogado(s) do Polo Passivo: IVANILDO ALVES AROXA JUNIOR(PE44378-A)

Terceiro(s) Interessado(s): MICHAEL JOHNNATAN MENEZES DA SILVA / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 073

Número: 0009993-21.2020.8.17.0001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 26/03/2025

Polo Ativo: MARLOS EDUARDO JOSE DE SOUZA

Advogado(s) do Polo Ativo: EDILSON GOMES DE MELO(PE47932-A)

Polo Passivo: 42º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): WELLINGTON JONATHAN DANTAS DE MELO / PEDRO VINICIUS BATISTA DA SILVA / Andrelino Rodrigues de Santana / Diogenes Pessoa da Silva Neto / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 074

Número: 0008306-02.2025.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 28/03/2025

Polo Ativo: WALDINES DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 075

Número: 0008745-13.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 01/04/2025

Polo Ativo: MANOEL SEVERINO DA SILVA VIEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: BRUNO FERNANDO DE LIMA COSTA(PE54198-A)

Polo Passivo: Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão Dos Guararapes

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 076

Número: 0000054-32.2020.8.17.1160 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 03/04/2025

Polo Ativo: JOSENILDO MIGUEL DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Amaraji

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): HELENO AMARO DA SILVA / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 077

Número: 0002958-84.2019.8.17.0990 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 03/04/2025

Polo Ativo: EMERSON ARAUJO DE OLIVEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 4º Promotor de Justiça Criminal de Olinda

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / JUREMA MADALENA DA SILVA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHAES MELO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 078

Número: 0005501-67.2021.8.17.2420 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 04/04/2025

Polo Ativo: 3º Promotor de Justiça Criminal de Camaragibe

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: ERIK RODRIGUES DE ALMEIDA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais / DAYANE SANTANA SILVA / SUELI MARIA DE SANTANA SILVA

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 079

Número: 0001644-70.2019.8.17.0710 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 08/04/2025

Polo Ativo: ANDERSON CARLOS BATISTA DE ALBUQUERQUE / RAFAEL BENEDITO DE ARAUJO DA SILVA / VALBER HENRIQUE VIEIRA DE OLIVEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: ANSELMO DE OLIVEIRA BARRETO(PE35208-A)

Polo Passivo: 1º Promotor de Justiça Criminal de Igarassu

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): JOAO VICTOR LIMA / RENENSSON RICARDO DA SILVA FREITAS / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 080

Número: 0011152-89.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 20/04/2025

Polo Ativo: WILDEMBERG MARTINS DE SOUZA

Advogado(s) do Polo Ativo: EDSON JORGE BATISTA JUNIOR(PB15776-A)

Polo Passivo: 01 VARA CRIMINAL DA COMARCA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 081

Número: 0000323-59.2018.8.17.1510 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 01/04/2024

Polo Ativo: EDUARDO DOS SANTOS SOUZA / LUCAS RODRIGUES SOUSA

Advogado(s) do Polo Ativo: EVANDRO PAMPOLINI DE OLIVEIRA(MT25333/O) / NELSON OLIVEIRA BATISTA(SP342428)

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Trindade

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Francisco Welington da Silva / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 082

Número: 0001612-56.2018.8.17.0110 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 10/11/2022

Polo Ativo: ANTONIO MARCOS DOS SANTOS SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: LEONARDO VERAS DESSOLES MONTEIRO(PE1422-A)

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 083

Número: 0003732-33.2025.8.17.9000 (Desaforamento de Julgamento)

Data de Autuação: 13/02/2025

Polo Ativo: Promotor de Justiça de Rio Formoso

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: WILLIAM VINICIUS TRISTAO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo: ISABEL CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA(PE13121-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 084

Número: 0044141-04.2022.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 25/02/2025

Polo Ativo: ALEXANDRE SANTANA DE OLIVEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: ELIAS CANDIDO DOS ANJOS JUNIOR(PE49530-A) / MANOEL MESSIAS GOMES TENORIO JUNIOR(PE54413-A)

Polo Passivo: RECIFE (MADALENA) - DEPOL DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE - DECCA / 24º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Julia Rayana Alves Xavier / MARNEY MAURICIO DOS SANTOS / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 085

Número: 0138105-51.2022.8.17.2001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 05/03/2025

Polo Ativo: YVES HARTMANN SPENCER NETTO NETO

Advogado(s) do Polo Ativo: ALCIDES LUIZ DA SILVA FILHO(PE65193)

Polo Passivo: FRANCISCO SERPA COSSART

Advogado(s) do Polo Passivo: RAFAEL JUREMA DE ASSIS CORREA(PE30482-A)

Terceiro(s) Interessado(s): MARCOS VINICIUS DE MORAIS / FELIPE MONTEIRO DE MELO / JANE VASCONCELOS SPENCER NETTO / ANNA CECILIA DOS SANTOS MANGUEIRA / DIOGO AGRA BEZERRA DOS SANTOS / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: MAURO ALENCAR DE BARROS

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 086

Número: 0001551-67.2021.8.17.5001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 12/04/2025

Polo Ativo: EDUARDO GUILHERME SILVA DOS SANTOS

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 59º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador:

Observação: "

"Órgão Colegiado: 2ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 087

Número: 0005620-37.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 07/03/2025

Polo Ativo: TEMISTOCLES GUSMAO DE AGUIAR

Advogado(s) do Polo Ativo: GUILHERME FONSECA FARO(PE0035334-A)

Polo Passivo: VARA UNICA SAO JOSÉ DA COROA GRANDE

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EVANDRO SERGIO NETTO DE MAGALHAES MELO

Situação: Pautado

Recife, 24 de abril de 2025

Juraci Correia de Menezes

Secretário da segunda câmara criminal

3ª Câmara Criminal

Pauta de Julgamento da Sessão Ordinária Eletrônica (SISTEMA HÍBRIDO) da 3ª Câmara Criminal convocada para o dia 30 de abril de 2025, às 09:00 horas, Sala de Sessões do segunda andar do Palácio da Justiça de Pernambuco ou na plataforma PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS, Considerando ATO CONJUNTO Nº 14, Art. 5º, de 1º de Abril de 2022, publicado em 04/04/2022, com a seguinte composição: Exmo. Sr. Des. Presidente CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO e os demais Desembargadores componentes: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA e EDUARDO GUILLIOD MARANHÃO em substituição ao Des. EUDES DOS PRAZERES FRANÇA por motivo de férias, julgando os processos a ele vinculados.

Os advogados interessados em estar presente na sessão poderão optar pelo sistema de videoconferência ou presencialmente. Caso tenha interesse em realizar sustentação oral telepresencial seu pleito deverá ser enviado EXCLUSIVAMENTE POR E-MAIL e cumprir os requisitos dispostos nos art. 177-A e art. 181 do RITJPE; inscrever-se em até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão, e encaminhará para o endereço eletrônico da secretaria da 3ª Câmara Criminal: ivan.fernando@tjpe.jus.br se no caso a sustentação oral for presencial, a inscrição de advogados e defensores para sustentação oral pode ser feita pessoalmente, até o início da Sessão; a entrega de memoriais será enviada para os endereços eletrônicos dos membros da sessão, gabde.claudio.jean@tjpe.jus.br, gabdesa.daisy.pereira@tjpe.jus.br, gabdes.eduardo.guilliod@tjpe.jus.br, conforme disposto art. 177-A, § 3º do RITJPE

Observação: O presente processo tramita de forma eletrônica por meio do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-2-grau/consulta-publica-de-processos. Toda a tramitação desta ação deverá ser feita por advogado, por meio do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/pje-em-pernambuco/cadastro-de-advogados .

Órgão Colegiado: 3ª Câmara Criminal - Recife

Data da Sessão: 30/04/2025

Sessão Contínua: NÃO

Ordem: 001

Número: 0002958-03.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 09/02/2025

Polo Ativo: JOAO VICTOR ANTONIO DA SILVA / JOAO VICTOR SOARES DA SILVA / THYAGO MENDES BARBOSA

Advogado(s) do Polo Ativo: FABIO ALEX DA FONSECA BEZERRA(PE53303-A) / ROMULO DA SILVA BRITO(PE15245-A)

Polo Passivo: JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: EUDES DOS PRAZERES FRANCA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

Ordem: 002

Número: 0000856-10.2021.8.17.2190 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 23/03/2023

Polo Ativo: YARLI MARIO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: MONALIZA RAFAELLE QUEIROZ DA SILVA(PE35775-A)

Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): O ESTADO / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Revisora: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

Ordem: 003

Número: 0005260-76.2022.8.17.5001 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 24/11/2023

Polo Ativo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO / FRANCISCO HENRIQUE SAMPAIO GALVAO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: FRANCISCO HENRIQUE SAMPAIO GALVAO / MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais / CLAUDIO LUCIANO CAMILO DE MELO FILHO / José Arthur de Lima

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Revisora: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: José Lopes de Oliveira Filho

Ordem: 004

Número: 0000613-17.2022.8.17.5590 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 04/12/2023

Polo Ativo: JOSE EDSON DE OLIVEIRA RUFINO

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): MARIA ARABERG DA SILVA / KETLLYN AISHA SILVA DA COSTA / Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Revisora: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: Cristiane de Gusmão Medeiros

Ordem: 005

Número: 0000818-39.2013.8.17.0230 (Apelação Criminal)

Data de Autuação: 16/08/2022

Polo Ativo: JOSINALDO GAMA DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo: INALDO LINS DA ROCHA(PE33661-A)

Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Revisora: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: Adalberto Mendes Pinto Vieira

Ordem: 006

Número: 0000273-57.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 04/01/2024

Polo Ativo: SAULO JOSE FLORENTINO DE SOUZA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

Ordem: 007

Número: 0000516-98.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 08/01/2024

Polo Ativo: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO / WILLIAM VICENTE DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

Ordem: 008

Número: 0001906-06.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 18/01/2024

Polo Ativo: VICTOR HUGO DO NASCIMENTO

Advogado(s) do Polo Ativo: RAYANE TALITA SILVA DE LIMA(PE49713-A)

Polo Passivo: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

Ordem: 009

Número: 0006546-52.2024.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 22/02/2024

Polo Ativo: WILLIAMS AUGUSTO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

Ordem: 010

Número: 0000175-24.2021.8.17.7110 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL)

Data de Autuação: 22/04/2024

Polo Ativo: LUIZ HENRIQUE DO NASCIMENTO SILVA / MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Ativo: ELZIR QUIRINO DE MELO JUNIOR(PE56652-A) / MARCONE SILVA DOS SANTOS(PE44453-A) / JEFFERSON GINETON DA SILVA(PE39303-A)

Polo Passivo: GEANE CRISTINA LOPES DA SILVA / MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo: MARCONE SILVA DOS SANTOS(PE44453-A) / ELZIR QUIRINO DE MELO JUNIOR(PE56652-A)

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: Sineide Maria de Barros Silva Canuto

Observação: Última sessão realizada em 2025-03-19(id:11629)À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso do Ministério Público para, reformando a sentença absolutória, condenar a acusada Geane Cristina Lopes da Silva no crime do art. 158, §1º, do Código Penal, e negar provimento ao recurso da defesa do réu Luiz Henrique do Nascimento Silva, mantida a sua condenação nas penas do crime de extorsão, com o reconhecimento de ofício, da causa de aumento prevista no §1º, do art. 158, do CP, a saber, o concurso de pessoas, em consequência da condenação da coautora Geane Cristina, nos termos do voto da Turma."

Ordem: 011

Número: 0000751-21.2023.8.17.3400 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 30/04/2024

Polo Ativo: JSE RICARDO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: Promotor de Justiça de Sirinhaém

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): THIAGO HENRIQUE DA COSTA SILVA / ESTER DA SILVA ALCANTARA CAVALCANTI / Coordenação da Central de Recursos Criminais / Coordenação das Procuradorias Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: Áurea Rosane Vieira

Ordem: 012

Número: 0001877-26.2024.8.17.3480 (Recurso em Sentido Estrito)

Data de Autuação: 10/07/2024

Polo Ativo: 2º Promotor de Justiça de Timbaúba

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: JOSE DA SILVA NOGUEIRA / SILVIO JUNIOR JANOARIO DA SILVA / LUCIANO REGINALDO DA SILVA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

Ordem: 013

Número: 0000255-02.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 10/01/2025

Polo Ativo: RICARDO AUGUSTO DA PAZ FILHO

Advogado(s) do Polo Ativo: SARITA LEITE DE SOUSA(PE17315-A)

Polo Passivo: Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ipojuca

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGINIO

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: **ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA**

Ordem: 014

Número: 0003922-93.2025.8.17.9000 (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL)

Data de Autuação: 17/02/2025

Polo Ativo: IVSON JOSE ARAUJO DE SOUZA

Advogado(s) do Polo Ativo: BRUNA ALBUQUERQUE DE SOUSA MORAIS(PE33877-A) / MATHEWS ALBUQUERQUE ADRIANO DA SILVA(PE53036-A)

Polo Passivo: MINISTERIO PUBLICO DE PERNAMBUCO

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

Ordem: 015

Número: 0005699-16.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 08/03/2025

Polo Ativo: AUGUSTO MARQUES DE OLIVEIRA

Advogado(s) do Polo Ativo: ARTUR QUEIROZ NUNES PAES FILHO(PE47843-A) / VITORIA REGIA QUEIROZ NUNES PAES(PE19142-A)

Polo Passivo: MM. JUIZO DA VARA UNICA DE ITAPISSUMA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: José Lopes de Oliveira Filho

Ordem: 016

Número: 0010524-03.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 11/04/2025

Polo Ativo: DHIOGO ALVES CABRAL

Advogado(s) do Polo Ativo:

Polo Passivo: 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PAULISTA

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: **ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA**

Ordem: 017

Número: 0010583-88.2025.8.17.9000 (HABEAS CORPUS CRIMINAL)

Data de Autuação: 11/04/2025

Polo Ativo: JOAO LUCAS LIRA DA SILVA / ANDRESA MARIA SALUSTIANO

Advogado(s) do Polo Ativo: ANDRESA MARIA SALUSTIANO(PE25674-A)

Polo Passivo: JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE SIRINHAÉM

Advogado(s) do Polo Passivo:

Terceiro(s) Interessado(s): Coordenação das Procuradorias Criminais / Coordenação da Central de Recursos Criminais

Advogado(s) de Terceiro(s) Interessado(s):

Relator: DAISY MARIA DE ANDRADE COSTA PEREIRA

Situação: Pautado

Sobra(s):

Procurador: Áurea Rosane Vieira

Recife, 24 de abril de 2025

Ivan Fernando Barbosa

Secretário de Sessões

4ª Câmara Criminal

AVISO

NA PAUTA DE JULGAMENTO DA 4ª CÂMARA CRIMINAL, PUBLICADA NO DJE Nº 103/2025, DE 24/04/2025, REFERENTE À SESSÃO PRESENCIAL DO DIA 29/04/2025, ONDE SE LÊ:

A sessão ocorrerá com a seguinte composição: Presidente: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção; e os Desembargadores: Demócrito Ramos Reinaldo Filho e Honório Gomes do Rêgo Filho.

LEIA-SE:

A sessão ocorrerá com a seguinte composição: Presidente: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção; e os Desembargadores: Demócrito Ramos Reinaldo Filho e Eduardo Guilliod Maranhão.

E ONDE SE LÊ:

A eventual entrega de memoriais deverá ser enviada aos endereços eletrônicos dos membros da sessão:

gabdes.alexandre.assuncao@tjpe.jus.br ;

gabdes.democrito.reinaldo@tjpe.jus.br ;

gabdes.honorio.rego@tjpe.jus.br .

LEIA-SE:

A eventual entrega de memoriais deverá ser enviada aos endereços eletrônicos dos membros da sessão:

gabdes.alexandre.assuncao@tjpe.jus.br ;

gabdes.democrito.reinaldo@tjpe.jus.br ;

gabdes.eduardo.guilliod@tjpe.jus.br .

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC

Núcleo de Conciliação - NUPEMEC

Semana Estadual da Conciliação 2025

Pauta de Audiências

Coordenador Geral do Nupemec: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Coordenador Geral Adjunto do Nupemec: Juiz José Alberto de Barros Freitas Filho

A Semana Estadual da Conciliação, promovida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, é uma inciativa do Núcleo de Conciliação – Nupemec e tem como objetivo conciliar o maior número de processos no estado de Pernambuco.

Considerando o evento acima destacado, o Núcleo de Conciliação do TJPE, em parceria com a OAB/PE, instituiu **pauta concentrada de audiências de conciliação em processos em tramitação neste tribunal** , cujas audiências serão realizadas **no período de 05 a 09 de maio de 2025** , **no formato PRESENCIAL, no endereço do Coworking da OAB/PE, localizado na Av. Engenheiro Domingos Ferreira, nº 1195, Boa Viagem, Recife/PE – CEP: 51.111-020** . Para maiores informações, disponibilizamos os contatos do Nupemec TJPE (81) 3181.0550 / (81) 3181.0461 - e-mail: gdr.nupemec@tjpe.jus.br .

Como ato complementar, pelo presente, ficam os advogados listados na presente pauta convidados para as audiências de conciliação designadas nos processos abaixo relacionados, as quais não interferem na tramitação das ações e nem na prática dos atos processuais nas respectivas Varas.

Pauta de Audiências – Mutirão Semana Nacional da Saúde

Processo 0106003-05.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 20ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: TIAGO DE LIMA SIMOES (OAB-PE 33868)

Processo 0122004-65.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 25ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: EDMILSON BOAVIAGEM ALBUQUERQUE MELO JUNIOR (OAB-PE 10692)

Processo 0140407-82.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 29ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: EDILMA DOS SANTOS FERREIRA (OAB-PE 61787)

Processo 0001050-53.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 9ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: PEDRO HENRIQUE BREDA DE LUCENA (OAB-PE 38.353)

Processo 0005354-95.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 7ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: ANNIELE TOLEDO DOS SANTOS NASCIMENTO (OAB-PE 46489)

Processo 0007057-61.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 13ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: JULIO CESAR GOMES BRASIL (OAB-PE 033430-A)

Processo 0010553-98.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 23ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: ENIVAL BARBOSA DA SILVA (OAB-PE 474-B)

Processo 0141179-45.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 10ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: VITORIA CASTRO OLIVEIRA DE ASSIS (OAB-PE 42.005)

Processo 0001895-19.2025.8.17.3090

Vara de Origem: 2ª Vara Cível Paulista

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: LUIZ GUSTAVO BEZERRA DE MELO (OAB-PE 36133)

Processo 0003038-52.2025.8.17.2990

Vara de Origem: 05ª Vara Cível Olinda

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: MARCONI JOSE LEITE VIEIRA (OAB-PE 09173)

Processo 0000037-84.2025.8.17.6021

Vara de Origem: Seção A da 30ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: KATIA MARIA DE LIMA (OAB-PE 56873)

Processo 0015498-31.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 3ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: BRUNA SPINELLI DE SOUZA (OAB-PE 32837)

Processo 0003647-90.2025.8.17.2810

Vara de Origem: 05ª Vara Cível Jaboatão dos Guaraarapes

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: BRUNO CHRYSTIAN DE FRANÇA CAVALCANTI (OAB-PE 20522)

Processo 0017652-22.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 17ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: NAARA TARRADT ROCHA WANDERLEY (OAB-PB 16931)

Processo 0017466-96.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 15ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: AMANDA PORCIUNCULA TEIXEIRA BASTO (OAB-PE 35930)

Processo 0000849-75.2025.8.17.4001

Vara de Origem: PLANTÃO JUDICIÁRIO CÍVEL 33ª VC Capital

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: GUILHERME DO REGO MACIEL FREITAS (OB-PE 60082)

Processo 0020065-08.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 27ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: THALITA TELES BIONE DA SILVA - OAB/PE nº 31954

Processo 0020175-07.2025.8.17.2001

Vara de Origem: 15 VC - SEÇÃO B

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: MARCELO VIEIRA LAFAYETTE BITU - OAB/PE 40.788

Processo 0009845-82.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 23ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: ADRIANA GUIMARAES BRASILEIRO (OAB-PE 19541)

Processo 0003519-36.2024.8.17.3350

Vara de Origem: 1 VARA CÍVEL São Lourenço da Mata

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: CRISTIANI DOS SANTOS SILVA (OAB-PE 55930)

Processo 0003119-92.2024.8.17.2001

Vara de Origem: 18ª VARA CÍVEL - SESSÃO B

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: ELIJAH CAMPÊLO JÚNIOR (OAB-PE 14495)

Processo 0076931-70.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 24ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: MARCIO DUQUE AMERICO DE MIRANDA (OAB-PE 18702-D)

Processo 0045921-74.2022.8.17.2810

Vara de Origem: 02ª VC Jaboatão dos Guararapes

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: NELSON ARAUJO QUAIOTTI (OAB-PE 836-B)

Processo 0000846-57.2024.8.17.4001

Vara de Origem: Seção B da 15ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: STACY SANTOS MARREIRA DA SILVA (OAB-PE 45362)

Processo 0000162-86.2024.8.17.6021

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 19ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: ULISSES NARCIZO DORNELAS DE SOUZA JÚNIOR (OAB-PE 25455-D)

Processo 0024920-12.2021.8.17.2990

Vara de Origem: 01ª Vara Cível Olinda

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: CLAUDIO COUTO CORDULA (OAB-PE 26149)

Processo 0134831-79.2022.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 24ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: FABIO TULIO BARROSO (OAB-PE 15035-D)

Processo 0041591-65.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 4ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: DEFENSOR PÚBLICO

Processo 0028983-33.2024.8.17.2810

Vara de Origem: 7ª Vara Cível Jaboatão dos Guararapes

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: RODRIGO MORAIS KRUSE (OAB-PE 48312)

Processo 0053597-85.2016.8.17.2001

Vara de Origem: 24ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: FLAVIO HENRIQUE DE SOUZA RODRIGUES OABPE 33383-D / SERGIO RICARDO ARAUJO RODRIGUES OABPE 19209

Processo 0129704-63.2022.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 21ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: AMANDA PORCIUNCULA TEIXEIRA BASTO (OAB-PE 35930)

Processo 0024592-76.2020.8.17.2001

Vara de Origem: 27ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: FERNANDO RÊGO BARROS, 33.655 OAB/PE

Processo 0141438-11.2022.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 11ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: ANDREA NELBY WANDERLEY DE SIQUEIRA OABPE 19590 / LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA LEAL OABPE 58178 / FLAVIO EDUARDO MARTINS VIEIRA OABPE 55399 / LEONARDO LINS E SILVA OABPE 38206

Processo 0058156-07.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: LUCIANA ANDREIA DA SILVA - OAB PE38223

Processo 0002280-33.2025.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: ALESSANDRA PRÔA GREENHALGH DE OLIVEIRA - OAB PE0000902-B

Processo 0117251-65.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 15ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: LEONARDO PESSOA MELO - OAB PE34649

Processo 0060068-39.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: GUSTAVO FRANKLIN MORAES VERAS - OAB PE023539-D

Processo 0067930-61.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 27ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: HOMERO PAULO CRUZ - OAB PE13681

Processo 0069165-63.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 24ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: GUSTAVO DE SÁ BARRETTO FILHO - OAB PE19557-D E PAULO CESAR ANDRADE SIQUEIRA - OAB PE9256

Processo 0068817-45.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: VICTOR FERRAZ ARARUNA - OAB CE29963

Processo 0000758-39.2023.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: EDUARDO JOSÉ CARNEIRO LEÃO - OAB PE27190

Processo 0050090-38.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 17ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0111322-51.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 25ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: LARISSA MARIA LIMA LIRA - OAB/CE 41.083

Processo 0114334-73.2024.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO B DA 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 05/maio/2025
Advogados: MARIANA CARNEIRO LEAO GOMES - OAB PE58528

Processo 0096953-52.2024.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO B DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 05/maio/2025
Advogados: PAULO HENRIQUE MELO SILVA SALES - OAB PE16707-D

Processo 0017710-25.2025.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO A DA 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 05/maio/2025
Advogados: ANDERSON AYRES BELLO DE ALBUQUERQUE - OAB PE52171

Processo 0031109-29.2022.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO B DA 18ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 05/maio/2025
Advogados: JOAO HENRIQUE BELIZARIO ALMEIDA - OAB PE41193

Processo 0017950-48.2024.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO B DA 2ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 05/maio/2025
Advogados: ESTÁCIO LOBO DA SILVA GUIMARAES NETO - OAB PE17539

Processo 0008175-14.2021.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO A DA 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 05/maio/2025
Advogados: LUIZE ANDRADE LACERDA - OAB PE37265

Processo 0149048-93.2023.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO B DA 27ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 05/maio/2025
Advogados: THAYS MEIRELLY VALENCA DE PAIVA - OAB PE41570

Processo 0097075-02.2023.8.17.2001
Vara de Origem: SEÇÃO A DA 25ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 05/maio/2025
Advogados: ANA CLAUDIA VAZ DE ALBUQUERQUE - OAB PE25121

Processo 0018150-32.2023.8.17.2990
Vara de Origem: 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA
Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 05/maio/2025
Advogados: DEFENSORIA PÚBLICA

Processo 0045933-56.2023.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: KARIELE RAIANE SANTOS RIBEIRO - OAB PE46188

Processo 0026306-32.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: ANDRESSA KARINA ALBUQUERQUE OTHON DE MELO - OAB PE18836

Processo 0063456-81.2023.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 24ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: MILLENA CRISTINA PEREIRA COSTA - OAB PE51234

Processo 0000848-27.2024.8.17.4001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: CLAUDIO AMORIM DA SILVA JUNIOR - OAB PE51736

Processo 0133579-07.2023.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 14ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: DEFENSORIA PÚBLICA

Processo 0058010-63.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 4ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: RODRIGO MONTEIRO DE ALBUQUERQUE - OAB PE26460

Processo 0014969-12.2025.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 16ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: PAULO HENRIQUE FEITOSA DO AMARAL - OAB PE32190

Processo 0022952-94.2024.8.17.2810

Vara de Origem: 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: MARIANA FREIRE PRAGANA - OAB PE45733

Processo 0083557-08.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO B DA 1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0015207-08.2024.8.17.2990

Vara de Origem: 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 05/maio/2025

Advogados: JANAINA DE LIMA SCHULER - OAB PE49214

Processo 0054677-06.2024.8.17.2001

Vara de Origem: SEÇÃO A DA 11ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 05/maio/2025

Advogados: ALEXANDRA GEHLEN LEITE - OAB PE34423

Processo 0043911-88.2024.8.17.2001

Vara de Origem: 20ª VC - A

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: GUILHERME VICTALINO REINAUX (OAB-PE 41130)

Processo 0057271-90.2024.8.17.2001

Vara de Origem: 3ª VC - A

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: IGOR HENRIQUE DE CASTRO BARBOSA OABPE 36657 / THIAGO ARAUJO HINRICHSEN OABPE 39969

Processo 0120645-17.2023.8.17.2001

Vara de Origem: 20ª VC - B

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA OABPE 23318

Processo 0150079-51.2023.8.17.2001

Vara de Origem: 14ª VC - B

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: VINICIUS DE NEGREIROS CALADO OABPE 19454

Processo 0018745-25.2022.8.17.2001

Vara de Origem: 4ª VC - A

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: Márcio Alves OABPE 5786

Processo 0040295-13.2021.8.17.2001

Vara de Origem: 6ª VC - A

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: IRIS NOVAES BUDACH OABPE 33895 / Edivane Cristina Tenório de Andrade Bastos OABPE 031492-D

Processo 0022899-57.2020.8.17.2001

Vara de Origem: 12ª VC - B

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA OABPE 23318 / KEYLA DANIELY DOS SANTOS BEZERRA GUERRA OABPE 27536 / Karla Wanessa Bezerra Guerra OABPE 26304 / GABRIEL BARROS DUARTE LUSTOSA OABPE 45066

Processo 0076627-47.2019.8.17.2001

Vara de Origem: 10ª VC - B

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: Igor Sousa Rocha OABPE 44370

Processo 0000657-11.2020.8.17.2420

Vara de Origem: 2ª VC - CAMARAGIBE/PE

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: CAMILA ALCÂNTARA OABPE 46992 / STEPHANNY PRISCILA DE OLIVEIRA SILVA OAB/PE 43233

Processo 0019811-45.2019.8.17.2001

Vara de Origem: 18ª VC - A

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: DEFENSORIA PÚBLICA

Processo 0044441-68.2019.8.17.2001

Vara de Origem: 1ª VC - B

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: Stephanie Correia Medeiros Navas OABPE 45363

Processo 0036855-43.2020.8.17.2001

Vara de Origem: 15ª VC - A

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: GEIZIANI VIEIRA DE ARAUJO TORRES OABPE 49229

Processo 0038525-19.2020.8.17.2001

Vara de Origem: 9ª VC - A

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA OABPE 28318

Processo 0024713-07.2020.8.17.2001

Vara de Origem: 1ª VC - A

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: REGINALDO BEZERRA DUARTE OABPE 15537

Processo 0075889-25.2020.8.17.2001

Vara de Origem: 4ª VC - B

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: EDUARDO DE SOUZA LEAO OABPE 32175

Processo 0055580-41.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 21ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: THIAGO CARVALHO TENORIO - PE63532

Processo 0054563-67.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 29ª Vara Cível

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: MARCELO GAMA ALVES - PE23998

Processo 0062208-46.2024.8.17.2001

Vara de Origem: 1 VARA CÍVEL

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: VITORIA CASTRO OLIVEIRA DE ASSIS - PE42005

Processo 0009991-36.2018.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 18ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOAO HENRIQUE DE LIMA LOBO - OAB PE28310 / RICARDO CARNEIRO DE ALMEIDA FERRAZ - OAB PE27006-D

Processo 0009925-27.2016.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 18ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: ANA GLEYCE PINHEIRO BANDEIRA GUERRA DE SANTANA - OAB PE33317 / CÁSSIA MARIA GUERRA DE SANTANA LOPEZ - OAB PE26643

Processo 0080362-54.2020.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 26ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: LEANDRO MENEZES LUSTOSA CARVALHO - OAB PE43537

Processo 0038493-77.2021.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 24ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: EDMILSON ALVES DA SILVA JUNIOR - OAB PE033649-D / EDUARDO FERREIRA QUARESMA DOS SANTOS - OAB PE47940

Processo 0077978-50.2022.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 5ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: GUILHERME VICTALINO REINAUX - OAB PE41130

Processo 0014082-33.2022.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 15ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: TATIANA ARRUDA CABRAL - OAB PE34810

Processo 0006694-43.2023.8.17.2810

Vara de Origem: 1ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: Alberto Carvalho Cascão - OAB PE25653

Processo 0050258-74.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 13ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: PEDRO ROSADO HENRIQUES PIMENTEL - OAB PE021153

Processo 0071700-96.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: FLAVIO AUGUSTO MORAIS DE OLIVEIRA - OAB PE47086

Processo 0140373-44.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 9ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: HILARIO GURGEL DA CUNHA NETTO - OAB PE25593-D

Processo 0148993-45.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: RODRIGO MORAIS KRUSE - OAB PE48312

Processo 0001036-54.2024.8.17.2470

Vara de Origem: 1ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: IGOR LEANDRO DOS SANTOS E SOUZA - OAB DF70652

Processo 0063210-51.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 23ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: ANDRE LUIZ BRITO DE QUEIROZ - OAB PE34939

Processo 0103185-80.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 32ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: Frederico Carlos Duarte - OAB PE14074

Processo 0004985-38.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 4ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo 0132224-25.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 6ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: LUCAS BARBOSA BANDEIRA DE MELLO - OAB PE51206

Processo 0142421-39.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: ROBERTO AMERICO BRASILIENSE HOLANDA PINTO FILHO - OAB PE43927

Processo 0004758-53.2021.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 21ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: LEANDRO MENEZES LUSTOSA CARVALHO - OAB PE43537

Processo 0031463-88.2021.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 25ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: ALUÍSIO FREITAS DE ALMEIDA JÚNIOR - OAB PE17475

Processo 0092490-72.2021.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 4ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0137495-20.2021.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 27ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0084172-66.2022.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 28ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: DIOGO JOSE DOS SANTOS SILVA - OAB PE35687

Processo 0052746-02.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 33ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: RENATA GUIMARAES DE VASCONCELOS - OAB PE36210

Processo 0059829-69.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 18ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: ALIZIO DE CARVALHO MOSCA - OAB PE51694

Processo 0096796-16.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 27ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: LUCIANA DE ARAUJO CHAVES GUIMARAES PIMENTEL - OAB PE37256

Processo 0101221-86.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 1ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: DIEGO FILLIPE MOREIRA ALVES

OAB/PE 31.102

RAFAEL FILLIPE MOREIRA ALVES

OAB/PE 36.809

Processo 0106602-75.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 5ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSE RAIMUNDO E SILVA NETO - OAB PE53583

Processo 0139637-26.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 18ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: AMANDA TAVARES DE MELO - OAB PE40911

Processo 0136323-72.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 21ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0004902-22.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 18ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: SIMONE DE SA ROSA FIGUEIREDO - OAB PE30152

Processo 0008581-30.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 25ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0043969-91.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 29ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSE RAIMUNDO E SILVA NETO - OAB PE53583

Processo 0046137-66.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 15ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0112837-24.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 13ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0138350-91.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 25ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0117032-52.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 33ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: ANDREZZA OLEGARIO DE ALMEIDA PESSOA - OAB PE42043

Processo 0118616-57.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 31ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: Maria Goretti Bezerra de Araújo - OAB PE19292-D

Processo 0014291-94.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 19ª Vara Cível da Capita

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: IGOR HENRIQUE DE CASTRO BARBOSA - OAB PE36657

Processo 0119094-36.2022.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 11ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: DEBORAH BUARQUE CORTIZO - OAB PE36474

Processo 0048612-29.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 1ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: RENATA GUIMARAES DE VASCONCELOS - OAB PE36210

Processo 0139397-37.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 28ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: GABRIELA VALADARES MOTTA DA COSTA - OAB PE34566

Processo 0157450-66.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 19ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0142478-91.2023.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 18ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: DIOGO JOSE DOS SANTOS SILVA - OAB PE35687

Processo 0079253-63.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 23ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 06/maio/2025

Advogados: FLAVIO ANTONIO COSTA MIRANDA SOTERO - OAB PE33382

Processo 0126384-34.2024.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 4ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 06/maio/2025

Advogados: JOSEFA RENE SANTOS PATRIOTA - OAB PE28318

Processo 0000481-52.2025.8.17.2001

Vara de Origem: Seção B da 33ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: BRUNA SPINELLI DE SOUZA - OAB PE32837

Processo 0009925-27.2016.8.17.2001

Vara de Origem: Seção A da 18ª Vara Cível da Capital

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: CÁSSIA MARIA GUERRA DE SANTANA LOPEZ - OAB PE26643

Processo 0011929-87.2024.8.17.3090

Vara de Origem: 3ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: HENRIQUE CÉSAR FREIRE DE OLIVEIRA OABPE 022508-A

Processo 0013475-47.2024.8.17.2810

Vara de Origem: 7ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: Rafael Pachêco Fernandes OABPE 80.266

Processo 0104806-15.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Vinícius Caldas Marques Lima Advogado OAB|PE 27.477

Processo 0017437-14.2024.8.17.3090

Vara de Origem: 4ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: João Campiello Varella Neto OAB / PE 30 .341

Processo 0018699-31.2025.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Joás Cruz OAB/PR 101.071

Processo 0000315-15.2024.8.17.2790

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: KÁTIA CONCEIÇÃO DE SALES ARRABALDES FLORÊNCIO OAB/PE 46.638

Processo 0001446-87.2025.8.17.2370

Vara de Origem: 3ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: MYLENA BELO DA SILVA OAB-PE 53756

Processo 0025359-73.2024.8.17.2810

Vara de Origem: 7ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Defensora Publica

Processo 0026127-96.2024.8.17.2810

Vara de Origem: 7ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: FLAVIO MARCILIO SANTOS RAMOS OAB/PE 49.974-D

Processo 0122897-56.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: João Campiello Varella Neto OAB / PE 30.341

Processo 0024394-95.2024.8.17.2810

Vara de Origem: 7ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: Defensora Pública do Estado de Pernambuco

Processo 0050359-77.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Caroline Miceli OAB/PE 49.930

Processo 0004378-82.2024.8.17.2370

Vara de Origem: 4ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: DEFENSORIA PÚBLICA

Processo 0000450-39.2025.8.17.2710

Vara de Origem: 2ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: HUGO LEONARDO GOMES DA SILVA OAB 66.149/PE

Processo 0082637-34.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: RICARDO REIS OAB/PE 53.768-D

Processo 0069081-62.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: CAMILA LEONARDO NETO OAB/PE 47.880

Processo 0005174-23.2024.8.17.2710

Vara de Origem: 2ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 8h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Dayvison Cabral | OAB/PE 39.195

Processo 0004944-78.2024.8.17.2710

Vara de Origem: 1ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 9h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: ALYNE SAMPAIO MONTEIRO – oab 61699

Processo 0144481-82.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 9h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Débora Pinheiro de Araújo Caldas OAB-CE nº 43.696

Processo 0011779-41.2025.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 10h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: BRUNO BUARQUE DE GUSMÃO OAB/PE Nº 24.456

Processo 0000865-13.2025.8.17.2810

Vara de Origem: 7ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 10h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Sebastião Santos Lou. OAB/PE 45.978

Processo 0002952-82.2024.8.17.2710

Vara de Origem: 1ª VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 11h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: MARCOS ANTÔNIO COSTA DO NASCIMENTO OAB/PE 56.145

Processo 0096451-16.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 11h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Clarissa Teixeira da Veiga OAB/PE 55.343

Processo 0064195-20.2024.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 12h00 do dia 07/maio/2025

Advogados: LÚCIA MARIA SILVA VALENÇA OAB/PE nº 19.681

Processo 0013824-18.2025.8.17.2001

Vara de Origem: VARA COMUM

Sessão de Conciliação às 12h30 do dia 07/maio/2025

Advogados: Davison Dutra Sobrinho OAB/PE 49.942

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Colégio Recursal Cível - Capital

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

1º COLEGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS

CONVOCAÇÃO

2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

30/04/2025 a 06/05/2025

Pauta de Julgamento dos Processos Judiciais Eletrônicos (Pje) da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital a ser iniciada no dia **30 (trinta) de abril de 2025**, às 14h, encerrando-se no dia **06(seis) de maio de 2025**, também às 14h.

Composição:

Juízes Titulares – PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO, KARINA ALBUQUERQUE ARAGÃO DE AMORIM, HAROLDO CARNEIRO LEÃO SOBRINHO

Juízes Suplentes – SAULO SEBASTIAO DE OLIVEIRA FREIRE, ABELARDO TADEU DA SILVA SANTOS

AVISO: Ex v i do Art. 6o, da Instrução Normativa TJPE nº 08 de 16/06/2019," Também será retirado da pauta para julgamento virtual quando qualquer das partes e/ou o Ministério público, no prazo de 03(três) dias previsto no artigo anterior e por petição nos autos, requerer sustentação oral em sessão presencial ou, simplesmente, sem motivação, expressar a não concordância com o julgamento virtual."

ATENÇÃO: A PETIÇÃO REQUERENDO SUSTENTAÇÃO ORAL DEVE SER REALIZADA NOS AUTOS ELETRÔNICOS DO PJE DO 2ºGRAU, ATÉ ÀS 14:00H DO DIA 303/04/2025, FICANDO TODOS OS RECURSOS RETIRADOS DE PAUTA E DEVENDO SER NOVAMENTE CONVOCADOS PARA DATA A SER POSTERIORMENTE DESIGNADA PARA SESSÃO PRESENCIAL.

Ficam ainda cientes e intimados os advogados das partes que o início do prazo para a interposição de eventuais recursos em face de acórdão o lavrado após o encerramento da sessão de julgamento será contado a partir da data de **12/05/2025.**

Recife, 24 de abril de 2025

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Juíza Presidente da 2ª Turma Recursal

PROCESSOS PJE

RecInoCiv 0000698-94.2023.8.17.8232

HIGGOR ESTEVSON ALVES DA CRUZ X CETRO SOLUCOES EM EMBALAGENS EIRELI - ME

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

HIGGOR ESTEVSON ALVES DA CRUZ - CPF: 111.150.224-23 (RECORRENTE)

CARLSON JOSE XAVIER JUNIOR - OAB PE41608-A - CPF: 058.306.444-28 (ADVOGADO)

EDUARDO WAGNER DE ASSIS LIMA - OAB PE24744-A - CPF: 019.509.644-42 (ADVOGADO)

Polo passivo

CETRO SOLUCOES EM EMBALAGENS EIRELI - ME - CNPJ: 15.287.545/0001-06 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FABIO JORGE CAVALHEIRO - OAB SP199273 - CPF: 279.274.628-90 (ADVOGADO)

GUSTAVO DE ANDRADE HOLGADO - OAB SP264492-A - CPF: 306.631.118-03 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000670-64.2020.8.17.8222

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A X ROGERIO NATANAEL PONCIANO DA SILVA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A - CNPJ: 02.536.066/0025-01 (RECORRENTE)

EVANDRO PESSOA DE VASCONCELOS - OAB PE38840-A - CPF: 101.784.544-19 (ADVOGADO)

Polo passivo

ROGERIO NATANAEL PONCIANO DA SILVA - CPF: 408.432.034-04 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ELIZEU JOSE COELHO SILVA - OAB PE55374-A - CPF: 623.774.774-53 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0001517-46.2023.8.17.8227

KELLYGTON DE ANDRADE VALENCA X BANCO BRADESCARD S. A.

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

KELLYGTON DE ANDRADE VALENCA - CPF: 038.542.674-79 (RECORRENTE)

ANATOLIO JOSE RAMOS PINHEIRO - OAB PE57382-A - CPF: 014.951.804-84 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO BRADESCARD S. A. - CNPJ: 10.326.712/0001-59 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

LARISSA SENTO SE ROSSI - OAB BA16330-A - CPF: 900.845.785-72 (ADVOGADO)

ROBERTO DOREA PESSOA - OAB BA12407-S - CPF: 569.225.235-04 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0059367-39.2023.8.17.8201

ECTO HENRIQUE SOUZA X ESTADO DE PERNAMBUCO

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ECTO HENRIQUE SOUZA - CPF: 090.194.164-64 (RECORRENTE)

THIAGO BARROS CARDOSO - OAB PE52044-A - CPF: 054.330.494-93 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0001821-27.2023.8.17.8233

SERGIO PEDRO DA SILVA X WILL S.A. INSTITUICAO DE PAGAMENTO

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

SERGIO PEDRO DA SILVA - CPF: 079.748.874-00 (RECORRENTE)

JANILSON TEIXEIRA DA SILVA - OAB PE44387-A - CPF: 061.252.704-24 (ADVOGADO)

Polo passivo

WILL S.A. INSTITUICAO DE PAGAMENTO - CNPJ: 36.272.465/0001-49 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES - OAB SP131600-A - CPF: 134.198.768-07 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0001163-97.2023.8.17.8234

JULIO CESAR ALVES DE ALMEIDA X CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES DE IGARASSU LTDA - ME

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JULIO CESAR ALVES DE ALMEIDA - CPF: 127.075.984-10 (RECORRENTE)

EBNER RAPHAEL BORGES CAPITO - OAB PE56620-A - CPF: 425.180.098-25 (ADVOGADO)

RENAN PEREIRA XAVIER DA SILVA - OAB PE57213-A - CPF: 106.011.574-35 (ADVOGADO)

Polo passivo

CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES DE IGARASSU LTDA - ME - CNPJ: 02.969.304/0002-78 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/ CURADOR(A) ESPECIAL)

CLOVIS MONTEIRO MOREIRA FILHO - OAB PE29888-A - CPF: 039.621.504-12 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0032899-38.2023.8.17.8201

FABIO RODRIGUES DA SILVA X BANCO GERADOR S.A e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

FABIO RODRIGUES DA SILVA - CPF: 012.434.184-51 (RECORRENTE)

fernando ribeiro da costa registrado(a) civilmente como FERNANDO RIBEIRO DA COSTA - OAB PE31674-A - CPF: 658.999.544-34 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO GERADOR S.A - CNPJ: 10.664.513/0001-50 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

WILSON SALES BELCHIOR - OAB PE1259-A - CPF: 629.286.943-15 (ADVOGADO)

CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI - OAB SP357590-A - CPF: 369.426.748-42 (ADVOGADO)

PATRICIA THEODORO NOGUEIRA DE SOUZA 29000492882 - CNPJ: 32.444.962/0001-26 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0051748-97.2019.8.17.8201

LUISA ALMEIDA BREDERODES FRANCA X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

LUISA ALMEIDA BREDERODES FRANCA - CPF: 354.051.394-91 (RECORRENTE)

GUILHERME DA SILVA GALVAO - OAB PE34863-A - CPF: 054.553.544-18 (ADVOGADO)

BRUNO CESAR ABREU DE SIQUEIRA - OAB PE24457-A - CPF: 010.610.724-01 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

ESPÓLIO DO SR. ARNALDO BARBOSA MACIEL (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ESPÓLIO DO SR. PAULO ROGÉRIO GUIMARÃES (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

CAIO CHAVES ALVES PESSOA - OAB PB19865-A - CPF: 067.909.164-58 (ADVOGADO)

GABRIELLA CHAVES ALVES PESSOA NAVARRO - OAB PB18135-A - CPF: 090.456.694-39 (ADVOGADO)

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0043984-55.2022.8.17.8201

GERCINO BATINGA DA SILVA X MUNICIPIO DO RECIFE

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

GERCINO BATINGA DA SILVA - CPF: 134.671.584-04 (RECORRENTE)

ENOC DA SILVA FERREIRA - OAB PE55381-A - CPF: 107.892.574-75 (ADVOGADO)

KELVIS JOSE DE FIGUEREDO OLIVEIRA - OAB PE58827-A - CPF: 119.176.264-52 (ADVOGADO)

ANA KAROLINY DO NASCIMENTO - OAB PE52620-A - CPF: 103.448.154-12 (ADVOGADO)

Polo passivo

MUNICIPIO DO RECIFE - CNPJ: 10.565.000/0001-92 (RECORRIDO(A))

PROCURADORIA JUDICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE

RecInoCiv 0052466-55.2023.8.17.8201

JOSE JOAQUIM BALBINO X BANCO BPN BRASIL S.A e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JOSE JOAQUIM BALBINO - CPF: 830.548.124-72 (RECORRENTE)

LEONARDO ALEXANDRE ALVES DE CARVALHO - OAB PE18974-A - CPF: 869.081.114-15 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO BPN BRASIL S.A - CNPJ: 61.033.106/0001-86 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

CAROLINA DE ROSSO AFONSO - OAB SP195972-A - CPF: 260.877.738-43 (ADVOGADO)

MARCIO LOUZADA CARPENA - OAB RS46582-A - CPF: 902.057.740-91 (ADVOGADO)

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - OAB CE30348-A - CPF: 992.827.043-00 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0033373-43.2022.8.17.8201

TOSHIMICHI TAKATA X MUNICIPIO DO RECIFE

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

TOSHIMICHI TAKATA - CPF: 069.289.274-53 (RECORRENTE)

GEANNE KARLA DA SILVA MELO SANTOS - OAB PE43087-A - CPF: 081.379.774-81 (ADVOGADO)

NARCISO LEITE BRAGA NETO - OAB PE27413-A - CPF: 042.163.314-08 (ADVOGADO)

Polo passivo

MUNICIPIO DO RECIFE - CNPJ: 10.565.000/0001-92 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PROCURADORIA JUDICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE

RecInoCiv 0002281-63.2022.8.17.8228

MARLY BARROS DE SANTANA X BANCO PANAMERICANO SA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARLY BARROS DE SANTANA - CPF: 198.108.904-78 (RECORRENTE)

CAROLINA FERREIRA VERCOSA - OAB PE41001-A - CPF: 064.391.974-01 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - OAB CE30348-A - CPF: 992.827.043-00 (ADVOGADO)

HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - OAB SP221386-A - CPF: 213.647.038-82 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0026580-20.2024.8.17.8201

JAILSON SALES ARAUJO X ESTADO DE PERNAMBUCO

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JAILSON SALES ARAUJO - CPF: 880.161.294-04 (RECORRENTE)

JORGE LUIS FERREIRA GUIMARAES - OAB PE41203-A - CPF: 092.452.134-12 (ADVOGADO)

PEDRO HENRIQUE ROMAO FELIX CELESTINO - OAB PE49202-A - CPF: 074.008.034-25 (ADVOGADO)

TIAGO OLIVEIRA REIS registrado(a) civilmente como TIAGO OLIVEIRA REIS - OAB PE34925-A - CPF: 010.613.184-27 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0026910-17.2024.8.17.8201

HORIZONTE EXPRESS TRANSPORTES LTDA X RICARDO DIAS ALVES DA SILVA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

HORIZONTE EXPRESS TRANSPORTES LTDA - CNPJ: 03.965.584/0015-23 (RECORRENTE)

PAULO ELISIO BRITO CARIBE - OAB PE14451-A - CPF: 658.795.894-04 (ADVOGADO)

Polo passivo

RICARDO DIAS ALVES DA SILVA - CPF: 360.390.714-00 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

GIOVANNA ANTONINO RATTACASO LUNA DE ARAUJO - OAB PE62545-A - CPF: 097.721.684-56 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0029076-56.2023.8.17.8201

PRISCILA CRISTINA DE OLIVEIRA X BANCO PANAMERICANO SA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

PRISCILA CRISTINA DE OLIVEIRA - CPF: 047.917.274-95 (RECORRENTE)

ANTONIO CLAUDIO VIEIRA BRAZIL FILHO - OAB PE47626-A - CPF: 056.967.104-33 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - OAB CE30348-A - CPF: 992.827.043-00 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0005503-86.2023.8.17.8201

JOSE RODRIGUES DE LIMA X BANCO PANAMERICANO SA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JOSE RODRIGUES DE LIMA - CPF: 988.638.358-53 (RECORRENTE)

Eduardo Henrique Lira Queiroz dos Santos - OAB PE23955-A - CPF: 029.638.904-86 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Antonio de Moraes Dourado Neto - OAB PE23255-A - CPF: 038.499.054-11 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0009508-20.2024.8.17.8201

MARIO LUIZ DE FRANCA X BANCO PANAMERICANO SA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARIO LUIZ DE FRANCA - CPF: 426.593.374-20 (RECORRENTE)

antonio carlos cavalcanti silva - OAB PE26110-D - CPF: 034.144.444-88 (ADVOGADO)

EWERTON DE MELO FARIAS - OAB PE54259 - CPF: 102.146.474-04 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FELICIANO LYRA MOURA - OAB PE21714-A - CPF: 026.383.794-76 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0001920-94.2023.8.17.8233

CLARO S.A. X ELDER MANOEL DOS SANTOS

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

CLARO S.A. - CNPJ: 40.432.544/0102-90 (RECORRENTE)

GRACIELE PINHEIRO LINS LIMA - OAB PE20718-A - CPF: 030.162.654-51 (ADVOGADO)

Polo passivo

ELDER MANOEL DOS SANTOS - CPF: 054.116.684-09 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

TERESINHA DE JESUS MATOS DE AGUIAR - OAB PE26484-A - CPF: 024.548.204-04 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0028336-98.2023.8.17.8201

MIRANEIDE ALMEIDA DE LIMA X NEOENERGIA, inscrita no CNPJ: 10.835.932/0001-08

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MIRANEIDE ALMEIDA DE LIMA - CPF: 741.509.364-04 (RECORRENTE)

Polo passivo

NEOENERGIA, inscrita no CNPJ: 10.835.932/0001-08 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

CAROLINA DE OLIVEIRA SILVA - OAB PE54752-A - CPF: 097.300.154-22 (ADVOGADO)

DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO - OAB PE33668-A - CPF: 087.966.604-81 (ADVOGADO)

NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.835.932/0001-08 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FELICIANO LYRA MOURA - OAB PE21714-A - CPF: 026.383.794-76 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0003002-30.2022.8.17.8223

ROMERIO RAMOS X AYT COMERCIO DE VESTUARIO, CALCADOS E ACESSORIOS LTDA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ROMERIO RAMOS - CPF: 046.651.464-62 (RECORRENTE)

RAFAEL PYRRHO CORREIA DE MELO - OAB PE35791-A - CPF: 034.793.624-51 (ADVOGADO)

JESSICA CAROLINA GONCALVES DIAS - OAB PE37219-A - CPF: 081.680.264-54 (ADVOGADO)

Polo passivo

AYT COMERCIO DE VESTUARIO, CALCADOS E ACESSORIOS LTDA - CNPJ: 30.628.463/0001-63 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Ewerton Gayo Rodrigues de Oliveira Filho - OAB PE28779-D - CPF: 058.273.554-88 (ADVOGADO)

MARCELA COSTA SANTOS - OAB BA43952-A - CPF: 028.463.965-66 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0009275-13.2022.8.17.8227

JOSE FIGUEIREDO DE SOUZA NETO X MEGA ASSISTENCIA FAMILIAR LTDA - ME e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JOSE FIGUEIREDO DE SOUZA NETO - CPF: 024.957.524-89 (RECORRENTE)

MARIANA VANESSA SOARES BATISTA - OAB PE48205-A - CPF: 108.001.674-06 (ADVOGADO)

Polo passivo

MEGA ASSISTENCIA FAMILIAR LTDA - ME - CNPJ: 12.457.484/0001-81 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RAQUEL RIBEIRO QUEIROZ CARDOSO - OAB PE28456-A - CPF: 439.653.774-34 (ADVOGADO)

CAMILA JERONIMO DE ARAUJO - OAB PE42045-A - CPF: 096.230.674-61 (ADVOGADO)

FUNERARIA MASTER PERNAMBUCANA LTDA - CNPJ: 03.269.063/0001-36 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RAQUEL RIBEIRO QUEIROZ CARDOSO - OAB PE28456-A - CPF: 439.653.774-34 (ADVOGADO)

CAMILA JERONIMO DE ARAUJO - OAB PE42045-A - CPF: 096.230.674-61 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000292-06.2023.8.17.8222

NIKE DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA X MATHEUS VINICIUS ALVES NOBREGA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

NIKE DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA - CNPJ: 59.546.515/0001-34 (RECORRENTE)

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB SP128341-S - CPF: 668.018.009-06 (ADVOGADO)

Polo passivo

MATHEUS VINICIUS ALVES NOBREGA - CPF: 105.617.434-01 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

MARESSA GUEDES MACEDO PEREIRA DA SILVA - OAB PE58992 - CPF: 122.849.794-08 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0045863-63.2023.8.17.8201

ELANE SALVADOR DE LIMA X ASSURANT SEGURADORA S.A.

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ELANE SALVADOR DE LIMA - CPF: 080.075.654-18 (RECORRENTE)

JADNEY FELIPHE SANTOS DE LIMA - OAB PE44789-A - CPF: 090.789.464-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

ASSURANT SEGURADORA S.A. - CNPJ: 03.823.704/0001-52 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Antonio Ary Franco Cesar - OAB SP123514-A - CPF: 130.946.058-26 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0025798-47.2023.8.17.8201

RODRIGO COSTA DE LIMA FURTADO X ESTADO DE PERNAMBUCO

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

RODRIGO COSTA DE LIMA FURTADO - CPF: 046.168.004-13 (RECORRENTE)

RAISSA LUIZA DE FRANCA - OAB PE53340-A - CPF: 099.517.754-62 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0000894-45.2024.8.17.9003

ESTADO DE PERNAMBUCO X HYAN DICKERSON MOURA CARDOSO

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

Polo passivo

HYAN DICKERSON MOURA CARDOSO - CPF: 075.444.814-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RICARDO CESAR FERREIRA DUARTE JUNIOR - OAB RN7834 - CPF: 059.474.544-67 (ADVOGADO)

AI 0000133-77.2025.8.17.9003

FERNANDO RIBEIRO DA SILVA e outros X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

FERNANDO RIBEIRO DA SILVA - CPF: 022.307.384-96 (ESPÓLIO - REQUERENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

JULIERME ANTONIO DOS SANTOS - CPF: 048.232.204-71 (ESPÓLIO - REQUERENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

MARCIONILO LEAO E SILVA NETO - CPF: 448.326.134-72 (ESPÓLIO - REQUERENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

JACIEL FERREIRA MENDONCA - CPF: 047.404.924-82 (ESPÓLIO - REQUERENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

JUNIOR ANTONIO DA SILVA GOMES - CPF: 030.453.674-10 (ESPÓLIO - REQUERENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (ESPÓLIO - REQUERIDO)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

INSTITUTO DE ATENCAO A SAUDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - IASSEPE - CNPJ: 11.944.899/0002-06 (ESPÓLIO - REQUERIDO)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0033378-31.2023.8.17.8201

CRISTIANO LIMA DA SILVA X SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

CRISTIANO LIMA DA SILVA - CPF: 102.856.414-76 (RECORRENTE)

RODRIGO MORAIS KRUSE - OAB PE48312-A - CPF: 107.728.584-11 (ADVOGADO)

Polo passivo

SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA - CNPJ: 00.280.273/0001-37 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - OAB MG108112-A - CPF: 045.378.726-67 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0004577-44.2020.8.17.8223

SERGIO JOSE DA SILVA X VAREJAO OLINDA LTDA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

SERGIO JOSE DA SILVA - CPF: 043.037.864-54 (RECORRENTE)

FRANCISCO ROMERO DA SILVA - OAB PE54768-A - CPF: 719.066.654-00 (ADVOGADO)

Polo passivo

VAREJAO OLINDA LTDA - CNPJ: 29.589.788/0001-03 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

EDMILSON ALVES DA SILVA JUNIOR - OAB PE33649-A - CPF: 075.675.684-70 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0002597-94.2021.8.17.8201

ESTADO DE PERNAMBUCO X ROBERTO BEZERRA TENORIO PEDROSA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Fazenda e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

Polo passivo

ROBERTO BEZERRA TENORIO PEDROSA - CPF: 058.417.744-50 (RECORRIDO(A))

ADYLAINE MARIA LAYANNE SANTOS FELIX DE QUEIROZ - OAB PE47792-A - CPF: 060.671.214-33 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0001358-24.2023.8.17.8221

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. X VALDOMIRO ALVES DE ALMEIDA NETO

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. - CNPJ: 09.296.295/0001-60 (RECORRENTE)

PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - OAB SP98709-A - CPF: 064.148.418-62 (ADVOGADO)

FLAVIO IGEL - OAB SP306018-A - CPF: 370.018.638-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

VALDOMIRO ALVES DE ALMEIDA NETO - CPF: 024.242.204-76 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

IGOR COELHO DOS ANJOS - OAB MG153479-A - CPF: 014.706.766-99 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0011682-55.2023.8.17.8227

ERICK BRUNO DE ALMEIDA GUSMAO e outros X BV FINANCEIRA S.A e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ERICK BRUNO DE ALMEIDA GUSMAO - CPF: 091.896.984-01 (RECORRENTE)

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

BV FINANCEIRA S.A - CNPJ: 01.149.953/0001-89 (RECORRENTE)

JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - OAB BA17023-A - CPF: 897.551.545-15 (ADVOGADO)

Polo passivo

BV FINANCEIRA S.A - CNPJ: 01.149.953/0001-89 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - OAB BA17023-A - CPF: 897.551.545-15 (ADVOGADO)

ERICK BRUNO DE ALMEIDA GUSMAO - CPF: 091.896.984-01 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0028750-62.2024.8.17.8201

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. X EDMIR COSTA VASCONCELOS

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. - CNPJ: 09.296.295/0001-60 (RECORRENTE)

Antonio de Moraes Dourado Neto - OAB PE23255-A - CPF: 038.499.054-11 (ADVOGADO)

Polo passivo

EDMIR COSTA VASCONCELOS - CPF: 391.176.504-53 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RAFAEL RIBEIRO ALBUQUERQUE ADRIAO - OAB PE31896-A - CPF: 075.578.534-74 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0044565-36.2023.8.17.8201

FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO e outros X MICHEL AVELINO LEITE

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - CNPJ: 11.022.597/0001-91 (RECORRENTE)

PROJUR - PROCURADORIA JURÍDICA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE

Polo passivo

MICHEL AVELINO LEITE - CPF: 079.393.316-12 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PEDRO HENRIQUE XAVIER TIOLA - OAB MG115503-A - CPF: 063.084.596-40 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0002777-43.2023.8.17.8233

VALDEIR JOSE SILVA DE ALMEIDA X AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

VALDEIR JOSE SILVA DE ALMEIDA - CPF: 032.411.534-28 (RECORRENTE)

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA - CNPJ: 07.707.650/0001-10 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO - OAB CE23599-A - CPF: 028.654.583-77 (ADVOGADO)

AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA

RecInoCiv 0007584-61.2022.8.17.8227

ANTONIO GERALDO DOS SANTOS FILHO X BANCO GM SA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ANTONIO GERALDO DOS SANTOS FILHO - CPF: 767.478.594-72 (RECORRENTE)

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO GM SA - CNPJ: 59.274.605/0001-13 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

VLADIMIR ALENCAR DAS NEVES - OAB BA24787-A - CPF: 357.308.545-87 (ADVOGADO)

JONATAN REIS CARIBE - OAB BA51664-A - CPF: 054.419.565-50 (ADVOGADO)

HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE - OAB BA13908-A - CPF: 637.045.015-49 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000077-44.2025.8.17.9003

ESTADO DE PERNAMBUCO X ANA PAULA GONCALVES DA SILVA LELIS e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

Polo passivo

ANA PAULA GONCALVES DA SILVA LELIS - CPF: 636.292.755-91 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

MARIA EDUARDA MEDEIROS BARBOSA - OAB PE50922 - CPF: 088.824.234-41 (ADVOGADO)

PAULINO COSTA ALVES - CPF: 031.540.546-50 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

MARIA EDUARDA MEDEIROS BARBOSA - OAB PE50922 - CPF: 088.824.234-41 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0049443-43.2019.8.17.8201

MUNICIPIO DO RECIFE X EDSON RODRIGUES FERREIRA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Fazenda e Criminal)

Polo ativo

MUNICIPIO DO RECIFE - CNPJ: 10.565.000/0001-92 (RECORRENTE)

PROCURADORIA JUDICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE

Polo passivo

EDSON RODRIGUES FERREIRA - CPF: 031.686.564-88 (RECORRIDO(A))

GERALDO ANTONIO RAMOS FILGUEIRA GALVAO - OAB PE28280-A - CPF: 184.989.814-68 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0053403-31.2024.8.17.8201

NADJA REGINA BARBOSA DA SILVA e outros X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

NADJA REGINA BARBOSA DA SILVA - CPF: 028.092.424-02 (RECORRENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

AMARA CICERA DA SILVA COSTA - CPF: 266.653.364-68 (RECORRENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

ERICON CLEBSON PEREIRA BARBOSA - CPF: 029.426.874-01 (RECORRENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

ARMANDO SILVA NETO - CPF: 141.503.014-68 (RECORRENTE)

GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO registrado(a) civilmente como GUSTAVO WESLEY LACERDA DO CARMO - OAB PE43094-A - CPF: 073.750.224-02 (ADVOGADO)

JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA registrado(a) civilmente como JHONNY LUCAS GUIMARAES DE LIMA - OAB PE42576-A - CPF: 100.394.524-41 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

INSTITUTO DE ATENCAO A SAUDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - IASSEPE - CNPJ: 11.944.899/0002-06 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

ApCrim 0043799-80.2023.8.17.8201

33º Promotor de Justiça Criminal da Capital X GABRIEL FERREIRA ELIAS DA SILVA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal (Criminal)

Polo ativo

33º Promotor de Justiça Criminal da Capital (APELANTE)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Polo passivo

GABRIEL FERREIRA ELIAS DA SILVA - CPF: 712.515.734-36 (APELADO(A))

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Outros Interessados

CLAYTON FREITAS DE ALMEIDA GITIRANA - CPF: 068.727.164-95 (VÍTIMA)

ApCrim 0002402-07.2024.8.17.8201

33º Promotor de Justiça Criminal da Capital X SERGIO ALVES DA SILVA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal (Criminal)

Polo ativo

33º Promotor de Justiça Criminal da Capital (APELANTE)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Polo passivo

SERGIO ALVES DA SILVA - CPF: 036.521.114-19 (APELADO(A))

JOSEILBSON GOMES VASCONCELOS DE OLIVEIRA - OAB PE52875-A - CPF: 086.927.104-07 (ADVOGADO)

Outros Interessados

IRENE ROMUALDO GOMES DE MOURA - CPF: 836.066.374-20 (VÍTIMA)

GERIVALDO GOMES (ASSISTENTE)

GUILHERME GOMES DE MOURA (ASSISTENTE)

RecInoCiv 0094764-04.2024.8.17.2001

CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER RECIFE X DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER RECIFE - CNPJ: 08.961.229/0001-02 (RECORRENTE)

ALEXANDRE DE ARAUJO ALBUQUERQUE - OAB PE25108-A - CPF: 822.189.864-34 (ADVOGADO)

Polo passivo

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0000283-60.2022.8.17.8228

JURANDIR BARRETO DA SILVA X BANCO PANAMERICANO SA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JURANDIR BARRETO DA SILVA - CPF: 462.544.044-00 (RECORRENTE)

MARCOS GALDINO DE LIMA - OAB PE51920-A - CPF: 088.071.304-67 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (RECORRIDO(A))

HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - OAB SP221386-A - CPF: 213.647.038-82 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0004877-38.2022.8.17.8222

BANCO PANAMERICANO SA e outros X ANA KARINA ALVES DA SILVA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (RECORRENTE)

JOAO VITOR CHAVES MARQUES DIAS - OAB CE30348-A - CPF: 992.827.043-00 (ADVOGADO)

INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. - CNPJ: 02.421.421/0013-55 (RECORRENTE)

CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA - OAB RN1057-S - CPF: 008.110.514-20 (ADVOGADO)

TIM SA

Polo passivo

ANA KARINA ALVES DA SILVA - CPF: 024.634.604-31 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

LADISLAU DOMINGUES PORTO NETO - OAB RJ137159-A - CPF: 077.742.017-18 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0010302-94.2023.8.17.8227

RESIDENCIAL VILLA DAS PITOMBEIRAS X SEBASTIAO VICENTE DO NASCIMENTO

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

RESIDENCIAL VILLA DAS PITOMBEIRAS - CNPJ: 28.410.715/0001-31 (RECORRENTE)

SAMARA JULLY DE LEMOS VITAL - OAB PB17426-A - CPF: 081.677.364-58 (ADVOGADO)

DANILO PEREIRA DA SILVA - OAB PE38828-A - CPF: 093.623.424-56 (ADVOGADO)

Polo passivo

SEBASTIAO VICENTE DO NASCIMENTO - CPF: 103.110.834-39 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0050157-61.2023.8.17.8201

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. X LUCIANA GONCALVES WANDERLEY

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. - CNPJ: 09.296.295/0001-60 (RECORRENTE)

PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - OAB SP98709-A - CPF: 064.148.418-62 (ADVOGADO)

FLAVIO IGEL - OAB SP306018-A - CPF: 370.018.638-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

LUCIANA GONCALVES WANDERLEY - CPF: 666.736.904-53 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Jorge Ricardo Lucena Martins - OAB PE19188-A - CPF: 427.902.714-53 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0012355-92.2024.8.17.8201

BERNARDO ANDRADE PIMENTEL X MICROSOFT DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE SOFTWARE E VIDEO GAMES LTDA

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

BERNARDO ANDRADE PIMENTEL - CPF: 108.449.834-03 (RECORRENTE)

LOURDES FRANCA DE ARAUJO - OAB PE35376-A - CPF: 010.390.304-67 (ADVOGADO)

SERGIO JOSE DE SOUZA - OAB PE35048-A - CPF: 594.755.954-49 (ADVOGADO)

Polo passivo

MICROSOFT DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE SOFTWARE E VIDEO GAMES LTDA - CNPJ: 04.712.500/0001-07 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

DANIELA LEAL DE MEIRELLES DE ALMEIDA - OAB RJ246481-A - CPF: 136.949.897-73 (ADVOGADO)

VINICIUS JORAS PADRAO - OAB RJ228121-A - CPF: 150.841.337-10 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0059300-74.2023.8.17.8201

PEDRO CANDIDO DA SILVA FILHO X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

PEDRO CANDIDO DA SILVA FILHO - CPF: 081.692.174-15 (RECORRENTE)

TIAGO OLIVEIRA REIS registrado(a) civilmente como TIAGO OLIVEIRA REIS - OAB PE34925-A - CPF: 010.613.184-27 (ADVOGADO)

RODRIGO MESQUITA RODRIGUES - OAB PE44736-A - CPF: 057.283.434-90 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO - CNPJ: 05.136.779/0001-90 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0004687-70.2024.8.17.8201

ANDREA DA SILVA TRAJANO ROCHA X AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ANDREA DA SILVA TRAJANO ROCHA - CPF: 029.243.944-06 (RECORRENTE)

IGOR COELHO DOS ANJOS - OAB MG153479-A - CPF: 014.706.766-99 (ADVOGADO)

Polo passivo

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. - CNPJ: 09.296.295/0001-60 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - OAB SP98709-A - CPF: 064.148.418-62 (ADVOGADO)

FLAVIO IGEL - OAB SP306018-A - CPF: 370.018.638-07 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000055-98.2024.8.17.8201

JORDANA JANAINA COSTA E SILVA X DECOLAR. COM LTDA. e outros

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JORDANA JANAINA COSTA E SILVA - CPF: 033.952.544-45 (RECORRENTE)

DIEGO ANTONIO BARBOSA - OAB MG135334 - CPF: 090.887.216-02 (ADVOGADO)

PAULO ROBERTO RIBEIRO MENDES DA FONSECA - OAB MG229501-A - CPF: 110.818.626-29 (ADVOGADO)

Polo passivo

DECOLAR. COM LTDA. - CNPJ: 03.563.689/0001-50 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

CLAUDIO PEREIRA JUNIOR - OAB SP147400-A - CPF: 245.787.858-66 (ADVOGADO)

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. - CNPJ: 09.296.295/0001-60 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - OAB SP98709-A - CPF: 064.148.418-62 (ADVOGADO)

FLAVIO IGEL - OAB SP306018-A - CPF: 370.018.638-07 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000971-35.2024.8.17.8201

ELINALDO ALCIDES DA SILVA X AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

Órgão julgador

1º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

PATRICIA RODRIGUES RAMOS GALVAO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ELINALDO ALCIDES DA SILVA - CPF: 050.812.124-82 (RECORRENTE)

ISABELLE PRISCILA DIONIZIO DA ROCHA - OAB PE61875-A - CPF: 084.426.984-00 (ADVOGADO)

Polo passivo

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. - CNPJ: 09.296.295/0001-60 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - OAB SP98709-A - CPF: 064.148.418-62 (ADVOGADO)

FLAVIO IGEL - OAB SP306018-A - CPF: 370.018.638-07 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0040376-15.2023.8.17.8201

EDIRLE MAURICIO DO NASCIMENTO X BANCO PANAMERICANO SA

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

EDIRLE MAURICIO DO NASCIMENTO - CPF: 095.251.524-56 (RECORRENTE)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

JULIANA PEREIRA ALVES VARELA - OAB PE46633-A - CPF: 088.839.174-99 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO PANAMERICANO SA - CNPJ: 59.285.411/0001-13 (RECORRIDO(A))

FELICIANO LYRA MOURA - OAB PE21714-A - CPF: 026.383.794-76 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000217-93.2024.8.17.8201

EDSON FRANCELINO DOS SANTOS X BANCO GM SA e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

EDSON FRANCELINO DOS SANTOS - CPF: 044.409.234-02 (RECORRENTE)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

JULIANA PEREIRA ALVES VARELA - OAB PE46633-A - CPF: 088.839.174-99 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO GM SA - CNPJ: 59.274.605/0001-13 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE - OAB BA13908-A - CPF: 637.045.015-49 (ADVOGADO)

BANCO GM SA

PEDRAGON AUTOS LTDA - CNPJ: 03.935.826/0001-30 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Marisa Tavares Barros Paiva de Moura - OAB PE23647-A - CPF: 039.451.134-40 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0006379-75.2022.8.17.8201

JOSE JOAQUIM DA SILVA X FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Fazenda e Criminal)

Polo ativo

JOSE JOAQUIM DA SILVA - CPF: 322.126.314-72 (RECORRENTE)

ORLANDO MORAIS NETO - OAB PE20826-A - CPF: 834.661.424-15 (ADVOGADO)

PEDRO HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA - OAB PE48264-A - CPF: 084.177.744-67 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO - CNPJ: 05.136.779/0001-90 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRIDO(A))

RecInoCiv 0005312-09.2022.8.17.8223

MARIA DO CARMO BARROS DE FARIAS X BANCO GM SA

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARIA DO CARMO BARROS DE FARIAS - CPF: 439.857.344-53 (RECORRENTE)

WALTSON FREDERICO FERREIRA SPENCER DE HOLANDA - OAB PE24177-A - CPF: 034.572.684-79 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO GM SA - CNPJ: 59.274.605/0001-13 (RECORRIDO(A))

LUIS FERNANDO SANTOS DA SILVA - OAB BA52926-A - CPF: 038.165.795-74 (ADVOGADO)

HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE - OAB BA13908-A - CPF: 637.045.015-49 (ADVOGADO)

BANCO GM SA

RecInoCiv 0017672-71.2024.8.17.8201

JOAO MARTINS TORRES X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JOAO MARTINS TORRES - CPF: 245.994.844-15 (RECORRENTE)

ERIBERTO DA COSTA NEVES - OAB PB12010 - CPF: 788.990.444-49 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0001072-58.2013.8.17.8201

ESTADO DE PERNAMBUCO X MAURILO MANOEL DOS SANTOS

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

Polo passivo

MAURILO MANOEL DOS SANTOS - CPF: 126.242.334-15 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0032325-64.2013.8.17.8201

Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH PE X JESSE REMIGIO GUEDES

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH PE - CNPJ: 11.944.899/0001-17 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

Polo passivo

JESSE REMIGIO GUEDES - CPF: 080.398.444-87 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0018641-09.2012.8.17.8201

ESTADO DE PERNAMBUCO X JOSE RICARDO DA SILVA e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

Polo passivo

JOSE RICARDO DA SILVA - CPF: 198.366.514-20 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ERICKA JUSTINO DA SILVA - CPF: 053.870.374-16 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0030860-34.2024.8.17.8201

Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH PE e outros X TAMARA REGINA PALACIOS GOMES

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH PE - CNPJ: 11.944.899/0001-17 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRENTE)

Polo passivo

TAMARA REGINA PALACIOS GOMES - CPF: 432.169.434-53 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

CLAUDIO SOUSA DIAS - OAB PE28749-A - CPF: 047.731.154-75 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0034099-80.2023.8.17.8201

MARIA GORETI DA SILVA X FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARIA GORETI DA SILVA - CPF: 667.050.104-87 (RECORRENTE)

PAULINO FERNANDES DE LIMA - OAB PE1157-B - CPF: 696.330.103-49 (ADVOGADO)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Polo passivo

FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO - CNPJ: 05.136.779/0001-90 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0025490-74.2024.8.17.8201

ESTADO DE PERNAMBUCO e outros X MARIA MARTINHA MARQUES

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRENTE)

Polo passivo

MARIA MARTINHA MARQUES - CPF: 166.998.824-49 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

GUSTAVO BEDE AGUIAR - OAB PE36649-A - CPF: 069.495.564-70 (ADVOGADO)

MARIO ALVES DE SOUZA MELO NETO - OAB PE54456-A - CPF: 059.929.864-21 (ADVOGADO)

BRUNO NOBREGA DE ANDRADE - OAB PE36388 - CPF: 086.839.534-08 (ADVOGADO)

MARCOS FABIO BEDE SILVA AGUIAR - OAB PE36743-A - CPF: 866.581.238-53 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0042583-50.2024.8.17.8201

Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH PE e outros X HUMBERTO CANDIDO AZEVEDO BARBOSA

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco - IRH PE - CNPJ: 11.944.899/0001-17 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

INSTITUTO DE ATENCAO A SAUDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - IASSEPE - CNPJ: 11.944.899/0002-06 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRENTE)

Polo passivo

HUMBERTO CANDIDO AZEVEDO BARBOSA - CPF: 630.934.727-68 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RODRIGO DE SA LIBORIO - OAB PE37578-A - CPF: 922.507.504-91 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0110596-77.2024.8.17.2001

ANSELMO JOSE DIAS X FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ANSELMO JOSE DIAS - CPF: 195.619.894-68 (RECORRENTE)

RUBIANO GOMES DA HORA - OAB PE42393-E - CPF: 887.156.204-68 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO - CNPJ: 05.136.779/0001-90 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/ CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso Cível (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0038967-77.2023.8.17.2001

RENATA ANDRADE DE BARROS X ESTADO DE PERNAMBUCO 10.571.982/0001-25 e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

RENATA ANDRADE DE BARROS - CPF: 021.344.454-24 (RECORRENTE)

EVERALDO MARQUES DOS SANTOS JUNIOR - OAB PE34540-A - CPF: 993.340.974-34 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0010459-82.2022.8.17.8201

EVERALDO PEREIRA COUTINHO X FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

EVERALDO PEREIRA COUTINHO - CPF: 832.068.924-49 (RECORRENTE)

ISAAC WILKERSON SILVA ARAUJO - OAB PE51500-A - CPF: 097.078.144-03 (ADVOGADO)

Polo passivo

FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO - CNPJ: 11.722.741/0001-00 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PROCURADORIA JURÍDICA DA ÁREA FINALÍSTICA DA FUNDAÇÃO DE ATEND. SOCIOEDUCATIVO-FUNASE

RecInoCiv 0027175-87.2022.8.17.8201

LUIZ GUSTAVO MENDES SOARES X FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

LUIZ GUSTAVO MENDES SOARES - CPF: 023.124.574-23 (RECORRENTE)

ISAAC WILKERSON SILVA ARAUJO - OAB PE51500-A - CPF: 097.078.144-03 (ADVOGADO)

Polo passivo

FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO - CNPJ: 11.722.741/0001-00 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PROCURADORIA JURÍDICA DA ÁREA FINALÍSTICA DA FUNDAÇÃO DE ATEND. SOCIOEDUCATIVO-FUNASE

RecInoCiv 0000192-22.2021.8.17.8222

EDILEUZA DA SILVA SANTIAGO X BANCO HONDA S/A.

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

EDILEUZA DA SILVA SANTIAGO - CPF: 782.177.504-59 (RECORRENTE)

DOUGLAS SANTIAGO DA SILVA - OAB PE49948-A - CPF: 093.663.324-71 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO HONDA S/A. - CNPJ: 03.634.220/0001-65 (RECORRIDO(A))

MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO - OAB SP156347-A - CPF: 195.301.128-40 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0019445-88.2023.8.17.8201

ADRIANA TENORIO DINIZ X WHIRLPOOL S.A

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ADRIANA TENORIO DINIZ - CPF: 082.236.264-38 (RECORRENTE)

JANAINA MORAIS DO NASCIMENTO PESSOA - OAB PE40647-A - CPF: 052.886.364-94 (ADVOGADO)

ALLAN BERNARD DO AMARAL DELANO - OAB PE61178-A - CPF: 709.246.184-77 (ADVOGADO)

Polo passivo

WHIRLPOOL S.A - CNPJ: 59.105.999/0001-86 (RECORRIDO(A))

CATARINA BEZERRA ALVES - OAB PE29373-A - CPF: 069.144.854-02 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0043380-60.2023.8.17.8201

RENATO MIGUEL DOS SANTOS X FEDERALLE CONSORCIOS LTDA e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

RENATO MIGUEL DOS SANTOS - CPF: 050.172.654-30 (RECORRENTE)

ROMARIO JOSE DE ARAUJO JUNIOR - OAB PE37363-A - CPF: 023.326.154-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

FEDERALLE CONSORCIOS LTDA - CNPJ: 30.128.044/0001-62 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

BERNARDINO DE SOUZA COELHO NETTO - OAB MG96490-A - CPF: 037.193.536-99 (ADVOGADO)

CONDOMINIO DO SHOPPING PATTEO OLINDA - CNPJ: 29.843.150/0001-49 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Helder Barbosa de Oliveira Filho - OAB PE29445-A - CPF: 062.155.734-00 (ADVOGADO)

DANIEL NEJAIM LEMOS - OAB PE28754-A - CPF: 117.777.477-16 (ADVOGADO)

ANDRE LUIS DE ARAUJO MONTEIRO - OAB PE37501-A - CPF: 052.245.144-60 (ADVOGADO)

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. - CNPJ: 49.937.055/0001-11 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO - OAB SP152305-A - CPF: 162.039.578-95 (ADVOGADO)

Outros Interessados

Wellington Lira (ASSISTENTE)

RecInoCiv 0038409-32.2023.8.17.8201

FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO e outros X EDINALDO BISPO DA SILVA JUNIOR

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO - CNPJ: 11.722.741/0001-00 (RECORRENTE)

PROCURADORIA JURÍDICA DA ÁREA FINALÍSTICA DA FUNDAÇÃO DE ATEND. SOCIOEDUCATIVO-FUNASE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRENTE)

Polo passivo

EDINALDO BISPO DA SILVA JUNIOR - CPF: 053.597.924-00 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ISAAC WILKERSON SILVA ARAUJO - OAB PE51500-A - CPF: 097.078.144-03 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0027811-82.2024.8.17.8201

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. X ISAIAS ANDRADE LINS NETO

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. - CNPJ: 09.296.295/0012-12 (RECORRENTE)

Antonio de Moraes Dourado Neto - OAB PE23255-A - CPF: 038.499.054-11 (ADVOGADO)

Polo passivo

ISAIAS ANDRADE LINS NETO - CPF: 617.520.704-10 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

GUILHERME DO REGO MACIEL FREITAS - OAB PE60082 - CPF: 110.445.854-39 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000552-49.2023.8.17.8201

BANCO DO BRASIL SA X YANA KAROLINE ALVES QUARESMA DA SILVA

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 00.000.000/0001-91 (RECORRENTE)

DAVID SOMBRA PEIXOTO - OAB CE16477-A - CPF: 872.496.003-97 (ADVOGADO)

Polo passivo

YANA KAROLINE ALVES QUARESMA DA SILVA - CPF: 703.097.484-02 (RECORRIDO(A))

VANESSA VILAS BOAS BITTENCOURT DE ANDRADE - OAB PE53643-A - CPF: 016.566.395-21 (ADVOGADO)

LUCIANA DE MELO FALCAO - OAB PE34662-A - CPF: 017.706.775-69 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0009621-08.2023.8.17.8201

JAILSON BERTO DE BRITO X BANCO BRADESCO CARTOES S.A.

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JAILSON BERTO DE BRITO - CPF: 061.669.434-23 (RECORRENTE)

LUCIANA DE MELO FALCAO - OAB PE34662-A - CPF: 017.706.775-69 (ADVOGADO)

VANESSA VILAS BOAS BITTENCOURT DE ANDRADE - OAB PE53643-A - CPF: 016.566.395-21 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO BRADESCO CARTOES S.A. - CNPJ: 59.438.325/0001-01 (RECORRIDO(A))

Antonio de Moraes Dourado Neto - OAB PE23255-A - CPF: 038.499.054-11 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0002481-39.2023.8.17.8227

SERGIO DA SILVA SENA X Banco Itaúcard S.A.

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

SERGIO DA SILVA SENA - CPF: 037.498.264-39 (RECORRENTE)

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

Banco Itaúcard S.A. - CNPJ: 17.192.451/0001-70 (RECORRIDO(A))

HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - OAB SP221386-A - CPF: 213.647.038-82 (ADVOGADO)

ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - OAB BA29442-A - CPF: 021.632.725-32 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0006661-79.2023.8.17.8201

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A e outros X ALLYNY MAYANNE RODRIGUES SANTOS e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ALLYNY MAYANNE RODRIGUES SANTOS - CPF: 111.641.924-69 (RECORRENTE)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

JULIANA PEREIRA ALVES VARELA - OAB PE46633-A - CPF: 088.839.174-99 (ADVOGADO)

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ: 90.400.888/0001-42 (RECORRENTE)

NEY JOSE CAMPOS - OAB MG44243-A - CPF: 452.371.746-04 (ADVOGADO)

Polo passivo

ALLYNY MAYANNE RODRIGUES SANTOS - CPF: 111.641.924-69 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

JULIANA PEREIRA ALVES VARELA - OAB PE46633-A - CPF: 088.839.174-99 (ADVOGADO)

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A - CNPJ: 90.400.888/0001-42 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

NEY JOSE CAMPOS - OAB MG44243-A - CPF: 452.371.746-04 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0010817-13.2023.8.17.8201

ANTONIO CARLOS ALVES DE MACEDO JUNIOR X BV FINANCEIRA S.A

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ANTONIO CARLOS ALVES DE MACEDO JUNIOR - CPF: 071.515.454-01 (RECORRENTE)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

JULIANA PEREIRA ALVES VARELA - OAB PE46633-A - CPF: 088.839.174-99 (ADVOGADO)

Polo passivo

BV FINANCEIRA S.A - CNPJ: 01.149.953/0001-89 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Antonio de Moraes Dourado Neto - OAB PE23255-A - CPF: 038.499.054-11 (ADVOGADO)

RE 0057303-95.2019.8.17.8201

BANCO VOLKSWAGEN S.A. X ARNALDO JOSE DE OLIVEIRA

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

BANCO VOLKSWAGEN S.A. - CNPJ: 59.109.165/0001-49 (RECORRENTE)

CAMILA DE ANDRADE LIMA - OAB PE1494-S - CPF: 025.595.245-70 (ADVOGADO)

FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - OAB PE23289-A - CPF: 037.901.454-83 (ADVOGADO)

Polo passivo

ARNALDO JOSE DE OLIVEIRA - CPF: 492.168.804-49 (RECORRIDO(A))

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0003409-70.2021.8.17.8223

FABIO VIEIRA DE MORAIS X BANCO VOTORANTIM S.A.

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

FABIO VIEIRA DE MORAIS - CPF: 046.716.124-02 (LITISCONSORTE)

RAPHAEL MIGUEL MOURA DA SILVA - OAB PE36817-A - CPF: 010.531.314-96 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO VOTORANTIM S.A. - CNPJ: 59.588.111/0001-03 (LITISCONSORTE)

Antonio de Moraes Dourado Neto - OAB PE23255-A - CPF: 038.499.054-11 (ADVOGADO)

WILSON SALES BELCHIOR - OAB PE1259-A - CPF: 629.286.943-15 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0037315-83.2022.8.17.8201

JOSUE DA SILVA ITAPARICA JUNIOR X Banco Itaúcard S.A.

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JOSUE DA SILVA ITAPARICA JUNIOR - CPF: 063.320.344-08 (RECORRENTE)

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

Banco Itaúcard S.A. - CNPJ: 17.192.451/0001-70 (RECORRIDO(A))

ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - OAB BA29442-A - CPF: 021.632.725-32 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0009456-92.2022.8.17.8201

SAMY ALEXANDRE LIMA DO NASCIMENTO X FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Fazenda e Criminal)

Polo ativo

SAMY ALEXANDRE LIMA DO NASCIMENTO - CPF: 934.372.854-91 (RECORRENTE)

ISAAC WILKERSON SILVA ARAUJO - OAB PE51500-A - CPF: 097.078.144-03 (ADVOGADO)

Polo passivo

FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO - CNPJ: 11.722.741/0001-00 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PROCURADORIA JURÍDICA DA ÁREA FINALÍSTICA DA FUNDAÇÃO DE ATEND. SOCIOEDUCATIVO-FUNASE

RecInoCiv 0110596-77.2024.8.17.2001

ANSELMO JOSE DIAS X FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ANSELMO JOSE DIAS - CPF: 195.619.894-68 (RECORRENTE)

RUBIANO GOMES DA HORA - OAB PE42393-E - CPF: 887.156.204-68 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO - CNPJ: 05.136.779/0001-90 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/ CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso Cível (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RE 0057303-95.2019.8.17.8201

BANCO VOLKSWAGEN S.A. X ARNALDO JOSE DE OLIVEIRA

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

BANCO VOLKSWAGEN S.A. - CNPJ: 59.109.165/0001-49 (RECORRENTE)

CAMILA DE ANDRADE LIMA - OAB PE1494-S - CPF: 025.595.245-70 (ADVOGADO)

FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - OAB PE23289-A - CPF: 037.901.454-83 (ADVOGADO)

Polo passivo

ARNALDO JOSE DE OLIVEIRA - CPF: 492.168.804-49 (RECORRIDO(A))

WALDONES DE OLIVEIRA MAXIMINO PESSOA - OAB PE33096-A - CPF: 073.962.234-07 (ADVOGADO)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0043380-60.2023.8.17.8201

RENATO MIGUEL DOS SANTOS X FEDERALLE CONSORCIOS LTDA e outros

Órgão julgador

2º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

KARINA ALBUQUERQUE ARAGAO DE AMORIM

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

RENATO MIGUEL DOS SANTOS - CPF: 050.172.654-30 (RECORRENTE)

ROMARIO JOSE DE ARAUJO JUNIOR - OAB PE37363-A - CPF: 023.326.154-07 (ADVOGADO)

Polo passivo

FEDERALLE CONSORCIOS LTDA - CNPJ: 30.128.044/0001-62 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

BERNARDINO DE SOUZA COELHO NETTO - OAB MG96490-A - CPF: 037.193.536-99 (ADVOGADO)

CONDOMINIO DO SHOPPING PATTEO OLINDA - CNPJ: 29.843.150/0001-49 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Helder Barbosa de Oliveira Filho - OAB PE29445-A - CPF: 062.155.734-00 (ADVOGADO)

DANIEL NEJAIM LEMOS - OAB PE28754-A - CPF: 117.777.477-16 (ADVOGADO)

ANDRE LUIS DE ARAUJO MONTEIRO - OAB PE37501-A - CPF: 052.245.144-60 (ADVOGADO)

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. - CNPJ: 49.937.055/0001-11 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO - OAB SP152305-A - CPF: 162.039.578-95 (ADVOGADO)

Outros Interessados

Wellington Lira (ASSISTENTE)

RecInoCiv 0060819-84.2023.8.17.8201

IRANEIDE LIMA DA SILVA X COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

IRANEIDE LIMA DA SILVA - CPF: 095.449.604-30 (RECORRENTE)

JULIO CEZAR DE CARVALHO VELOSO - OAB PE01452-B - CPF: 027.589.679-01 (ADVOGADO)

Polo passivo

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - CNPJ: 09.769.035/0001-64 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR - OAB PE20366-A - CPF: 027.259.724-42 (ADVOGADO)

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO- COMPESA

RecInoCiv 0045227-97.2023.8.17.8201

AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA X ANTONIO FRANCISCO DA NOBREGA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA - CNPJ: 07.707.650/0001-10 (RECORRENTE)

LUIS GUSTAVO NOGUEIRA DE OLIVEIRA - OAB SP310465-A - CPF: 310.440.618-98 (ADVOGADO)

BRUNO HENRIQUE GONCALVES - OAB SP131351-A - CPF: 145.782.368-38 (ADVOGADO)

AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA

Polo passivo

ANTONIO FRANCISCO DA NOBREGA - CPF: 173.591.634-04 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JULIANA PEREIRA ALVES VARELA - OAB PE46633-A - CPF: 088.839.174-99 (ADVOGADO)

Matheus Romário de Barros Pôrto - OAB PE33786-A - CPF: 086.125.934-33 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0057720-09.2023.8.17.8201

BANCO DO BRASIL SA X EDSON JORGE SOARES TRINDADE

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

BANCO DO BRASIL SA - CNPJ: 00.000.000/0001-91 (RECORRENTE)

PAULO EDUARDO PRADO - OAB PE1335-A - CPF: 130.886.688-70 (ADVOGADO)

Polo passivo

EDSON JORGE SOARES TRINDADE - CPF: 030.503.074-47 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FLAVIO DA SILVA VERA CRUZ - OAB PE58397-A - CPF: 111.554.054-80 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0034903-48.2023.8.17.8201

CCE - CENTRO DE CAPACITACAO EDUCACIONAL LTDA. - ME X LUCIANA PAES ALEXANDRE

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

CCE - CENTRO DE CAPACITACAO EDUCACIONAL LTDA. - ME - CNPJ: 02.942.309/0001-26 (RECORRENTE)

FABIO DA COSTA E SILVA DE MATOS PAIVA - OAB PE32176-A - CPF: 009.343.064-78 (ADVOGADO)

ARTHUR LIMA AMARAL - OAB PE33945-A - CPF: 089.812.144-25 (ADVOGADO)

Polo passivo

LUCIANA PAES ALEXANDRE - CPF: 811.956.304-25 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0053072-25.2019.8.17.8201

ESTADO DE PERNAMBUCO e outros X GENILDA SERAFIM DE LIMA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRENTE)

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRENTE)

Polo passivo

GENILDA SERAFIM DE LIMA - CPF: 187.338.164-68 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

MARIA ELIANE NOGUEIRA LEITE - OAB PE9066-A - CPF: 127.620.914-20 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0039284-36.2022.8.17.8201

THIAGO RODRIGO DE LIMA e outros X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Fazenda e Criminal)

Polo ativo

THIAGO RODRIGO DE LIMA - CPF: 056.923.734-32 (RECORRENTE)

FELIPE BEZERRA DE SOUZA - OAB PE22809-A - CPF: 034.989.754-98 (ADVOGADO)

ANTONIO FERREIRA DE MELO - CPF: 052.142.894-72 (RECORRENTE)

FELIPE BEZERRA DE SOUZA - OAB PE22809-A - CPF: 034.989.754-98 (ADVOGADO)

AILTON LAURINDO DA SILVA - CPF: 079.590.874-15 (RECORRENTE)

FELIPE BEZERRA DE SOUZA - OAB PE22809-A - CPF: 034.989.754-98 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO - CNPJ: 05.136.779/0001-90 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRIDO(A))

RecInoCiv 0054195-19.2023.8.17.8201

ZORILDA MARIA DE VASCONCELOS CABRAL X BANCO BRADESCO

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ZORILDA MARIA DE VASCONCELOS CABRAL - CPF: 157.348.464-49 (RECORRENTE)

GABRIEL KLEBSON TORRES DA SILVA - OAB PE61829 - CPF: 106.093.764-62 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO BRADESCO - CNPJ: 60.746.948/0001-12 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

ANDREA FORMIGA DANTAS DE RANGEL MOREIRA - OAB PE26687-D - CPF: 034.327.514-78 (ADVOGADO)

RE 0020499-94.2020.8.17.8201

ELIANE GUEDES DA ROCHA e outros X AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ELIANE GUEDES DA ROCHA - CPF: 668.729.524-15 (RECORRENTE)

ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO - OAB AM9069-A - CPF: 026.948.254-78 (ADVOGADO)

ANTONIO MANUEL DA SILVA FILHO - OAB PE28190-A - CPF: 041.215.014-03 (ADVOGADO)

RINALDO CAVALCANTE MACHADO DIAS - OAB PE27437-A - CPF: 050.055.794-27 (ADVOGADO)

ELISABETE CRISTINA CUINAS ALVAREZ - CPF: 274.178.594-53 (RECORRENTE)

ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO - OAB AM9069-A - CPF: 026.948.254-78 (ADVOGADO)

ANTONIO MANUEL DA SILVA FILHO - OAB PE28190-A - CPF: 041.215.014-03 (ADVOGADO)

RINALDO CAVALCANTE MACHADO DIAS - OAB PE27437-A - CPF: 050.055.794-27 (ADVOGADO)

HILMA CARVALHO DOS SANTOS - CPF: 102.995.564-68 (RECORRENTE)

ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO - OAB AM9069-A - CPF: 026.948.254-78 (ADVOGADO)

ANTONIO MANUEL DA SILVA FILHO - OAB PE28190-A - CPF: 041.215.014-03 (ADVOGADO)

RINALDO CAVALCANTE MACHADO DIAS - OAB PE27437-A - CPF: 050.055.794-27 (ADVOGADO)

MARIA ELISABETE BEZERRA DA SILVA - CPF: 296.694.994-53 (RECORRENTE)

ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO - OAB AM9069-A - CPF: 026.948.254-78 (ADVOGADO)

ANTONIO MANUEL DA SILVA FILHO - OAB PE28190-A - CPF: 041.215.014-03 (ADVOGADO)

RINALDO CAVALCANTE MACHADO DIAS - OAB PE27437-A - CPF: 050.055.794-27 (ADVOGADO)

MARIZA TRANQUILINO DE SALES - CPF: 306.594.694-72 (RECORRENTE)

ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO - OAB AM9069-A - CPF: 026.948.254-78 (ADVOGADO)

ANTONIO MANUEL DA SILVA FILHO - OAB PE28190-A - CPF: 041.215.014-03 (ADVOGADO)

RINALDO CAVALCANTE MACHADO DIAS - OAB PE27437-A - CPF: 050.055.794-27 (ADVOGADO)

Polo passivo

AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES - CNPJ: 05.244.336/0001-13 (RECORRIDO(A))

MARILIA DE SOUSA FIGUEIROA - OAB PE42640-A - CPF: 054.602.684-27 (ADVOGADO)

PROCURADORIA JUDICIAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE

RecInoCiv 0002369-04.2022.8.17.8228

ANTONIO EUCLIDES DA SILVA X HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ANTONIO EUCLIDES DA SILVA - CPF: 507.812.944-87 (RECORRENTE)

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Polo passivo

HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A. - CNPJ: 03.012.230/0001-69 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

WILSON SALES BELCHIOR - OAB PE1259-A - CPF: 629.286.943-15 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0043952-16.2023.8.17.8201

MARIA DE FATIMA PAIVA DE MELO X AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARIA DE FATIMA PAIVA DE MELO - CPF: 172.492.444-34 (RECORRENTE)

ANDRE LUIZ BRITO DE QUEIROZ - OAB PE34939-A - CPF: 061.764.604-09 (ADVOGADO)

DAYSE SOARES DE OLIVEIRA - OAB PE37142-A - CPF: 989.369.724-72 (ADVOGADO)

Polo passivo

AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A. - CNPJ: 29.309.127/0001-79 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

Antonio de Moraes Dourado Neto - OAB PE23255-A - CPF: 038.499.054-11 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0008716-22.2023.8.17.8227

IRACEMA MARIA RAMOS X COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

IRACEMA MARIA RAMOS - CPF: 327.988.654-68 (RECORRENTE)

TARSILA ARAUJO BRAGA - OAB PE38458-A - CPF: 095.191.594-01 (ADVOGADO)

MARIO RENE SAMPAIO PATRIOTA - OAB PE49666-A - CPF: 064.274.294-42 (ADVOGADO)

Polo passivo

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JUNIOR - OAB PE20366-A - CPF: 027.259.724-42 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000786-65.2023.8.17.8222

ARLINDO LUIZ COUTINHO X BANCO C6 S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ARLINDO LUIZ COUTINHO - CPF: 028.771.668-64 (RECORRENTE)

ADELITA SIMONE TAVARES DE QUEIROZ GALVAO - OAB PE42113-A - CPF: 010.303.284-39 (ADVOGADO)

JAQUELINE SOARES - OAB PE35343-A - CPF: 010.520.004-28 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO C6 S.A. - CNPJ: 31.872.495/0001-72 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO - OAB PE32766-A - CPF: 076.736.184-94 (ADVOGADO)

FLORA GOMES SAES DE LIMA - OAB PE64565 - CPF: 711.708.924-50 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0001225-73.2023.8.17.8223

MARCOS JOSE DE CARVALHO X BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARCOS JOSE DE CARVALHO - CPF: 225.184.874-68 (RECORRENTE)

RAPHAEL MIGUEL MOURA DA SILVA - OAB PE36817-A - CPF: 010.531.314-96 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. - CNPJ: 07.207.996/0011-21 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

CARLOS AUGUSTO MONTEIRO NASCIMENTO - OAB SE1600-A - CPF: 766.078.107-30 (ADVOGADO)

RE 0019667-61.2020.8.17.8201

CLAUDIA MARIA DE ALBUQUERQUE NOBREGA X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

CLAUDIA MARIA DE ALBUQUERQUE NOBREGA - CPF: 038.130.724-79 (RECORRENTE)

ANNA DOLORES BARROS DE OLIVEIRA SA - OAB PE39683-A - CPF: 086.408.764-01 (ADVOGADO)

THERESA CHRISTINE DE ALBUQUERQUE NOBREGA - OAB PE19134-A - CPF: 025.834.464-44 (ADVOGADO)

MARIA RAQUEL DE VASCONCELOS GOMES SOARES - OAB PE41363-A - CPF: 067.874.074-75 (ADVOGADO)

MIKAEL BARROS DE OLIVEIRA SA - OAB PE43185-A - CPF: 086.408.734-96 (ADVOGADO)

CAMYLE DE FATIMA SILVA RIBEIRO - OAB PE60250 - CPF: 041.550.272-16 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRIDO(A))

PGE - Colégio Recursal e TUJ (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0060682-05.2023.8.17.8201

TACIANA LETICIA SOARES X ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

TACIANA LETICIA SOARES - CPF: 107.716.444-00 (RECORRENTE)

LUCIANA DE MELO FALCAO - OAB PE34662-A - CPF: 017.706.775-69 (ADVOGADO)

Polo passivo

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - CNPJ: 60.872.504/0001-23 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - OAB RJ60359-A - CPF: 847.550.087-00 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0003803-41.2024.8.17.8201

IPHONES RECIFE OFICIAL COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA E TRANSPORTADORA LTDA X ALYCE CHRISTINE VICENTE DA SILVA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

IPHONES RECIFE OFICIAL COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA E TRANSPORTADORA LTDA - CNPJ: 29.997.224/0001-00 (RECORRENTE)

RENATO SALEMI DE CARVALHO RABELLO - OAB PE40562-A - CPF: 084.001.824-05 (ADVOGADO)

Polo passivo

ALYCE CHRISTINE VICENTE DA SILVA - CPF: 124.736.104-79 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

AYRLLIS SOLANO GONDIM - OAB PE44949-A - CPF: 069.328.144-80 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0002044-42.2024.8.17.8201

MUNICIPIO DE JABOATAO DOS GUARARAPES X EUGENIO BEZERRA CAVALCANTI NETO e outros

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MUNICIPIO DE JABOATAO DOS GUARARAPES - CNPJ: 10.377.679/0001-96 (RECORRENTE)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Polo passivo

EUGENIO BEZERRA CAVALCANTI NETO - CPF: 119.632.954-04 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JOSE COELHO PEREIRA JUNIOR - OAB PE38158-A - CPF: 059.321.154-59 (ADVOGADO)

HEITOR CAVALCANTI DA SILVA - CPF: 880.934.924-53 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JOSE COELHO PEREIRA JUNIOR - OAB PE38158-A - CPF: 059.321.154-59 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0060693-68.2022.8.17.8201

GLEICE CAVALCANTE PONTES X PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial e outros

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

GLEICE CAVALCANTE PONTES - CPF: 033.993.134-54 (RECORRENTE)

RODRIGO FERREIRA DE SA PACHECO - OAB PE46729-A - CPF: 088.104.214-50 (ADVOGADO)

Polo passivo

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FUNDACAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES DOS SERVIDORES DO - CNPJ: 05.136.779/0001-90 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RecInoCiv 0014873-55.2024.8.17.8201

BANCO BRADESCO CARTOES S.A. X RAFAELLA DE ALBUQUERQUE CAVALHEIRO

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

BANCO BRADESCO CARTOES S.A. - CNPJ: 59.438.325/0001-01 (RECORRENTE)

LARISSA SENTO SE ROSSI - OAB BA16330-A - CPF: 900.845.785-72 (ADVOGADO)

MAURICIO JATOBA GUERRA - OAB PE38299-A - CPF: 082.154.744-54 (ADVOGADO)

Polo passivo

RAFAELLA DE ALBUQUERQUE CAVALHEIRO - CPF: 113.208.314-19 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

LUCIANA DE MELO FALCAO - OAB PE34662-A - CPF: 017.706.775-69 (ADVOGADO)

ROBERTO DOREA PESSOA - OAB BA12407-S - CPF: 569.225.235-04 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0031974-08.2024.8.17.8201

KAROLINA VALDIANESE BARBOSA DE ALCANTARA X HIGIENE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

KAROLINA VALDIANESE BARBOSA DE ALCANTARA - CPF: 038.111.564-03 (RECORRENTE)

NATHALYA MELL DE SENA FERREIRA - OAB PE49683-A - CPF: 068.069.514-14 (ADVOGADO)

Polo passivo

HIGIENE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 40.836.330/0001-36 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

RecInoCiv 0022955-46.2022.8.17.8201

THAYNAH MARILENE LIMA PEREIRA X LOJAS RENNER S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

THAYNAH MARILENE LIMA PEREIRA - CPF: 702.825.804-17 (RECORRENTE)

BRUNO FREDERICO RAMOS DE ARAUJO - OAB PE51721-A - CPF: 059.029.624-80 (ADVOGADO)

Polo passivo

LOJAS RENNER S.A. - CNPJ: 92.754.738/0001-62 (RECORRIDO(A))

JULIO CESAR GOULART LANES - OAB PE1088-A - CPF: 732.628.030-49 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0004465-07.2022.8.17.8223

JEOVANI CIPRIANO LOPES DA SILVA X LOCALIZA RENT A CAR SA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JEOVANI CIPRIANO LOPES DA SILVA - CPF: 131.061.894-10 (RECORRENTE)

SIMONE COELHO LEITE - OAB PE43231-A - CPF: 822.638.504-06 (ADVOGADO)

LEONARDO PEREIRA DE SOUZA - OAB PE35373-A - CPF: 719.326.074-04 (ADVOGADO)

DANIELLY DA PAZ PAIVA - OAB PE56588 - CPF: 018.903.664-80 (ADVOGADO)

Polo passivo

LOCALIZA RENT A CAR SA - CNPJ: 16.670.085/0767-20 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - OAB MG109730-A - CPF: 068.847.366-07 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0018535-61.2023.8.17.8201

MARCIO DIOGO ANICETO MOTA e outros X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARCIO DIOGO ANICETO MOTA - CPF: 032.257.744-64 (RECORRENTE)

TIAGO OLIVEIRA REIS registrado(a) civilmente como TIAGO OLIVEIRA REIS - OAB PE34925-A - CPF: 010.613.184-27 (ADVOGADO)

PEDRO HENRIQUE ROMAO FELIX CELESTINO - OAB PE49202-A - CPF: 074.008.034-25 (ADVOGADO)

ADIEL ROSA DOS SANTOS - CPF: 049.226.184-90 (RECORRENTE)

TIAGO OLIVEIRA REIS registrado(a) civilmente como TIAGO OLIVEIRA REIS - OAB PE34925-A - CPF: 010.613.184-27 (ADVOGADO)

PEDRO HENRIQUE ROMAO FELIX CELESTINO - OAB PE49202-A - CPF: 074.008.034-25 (ADVOGADO)

ANDERSON DA SILVA ALVES BANDEIRA - CPF: 014.045.624-43 (RECORRENTE)

TIAGO OLIVEIRA REIS registrado(a) civilmente como TIAGO OLIVEIRA REIS - OAB PE34925-A - CPF: 010.613.184-27 (ADVOGADO)

PEDRO HENRIQUE ROMAO FELIX CELESTINO - OAB PE49202-A - CPF: 074.008.034-25 (ADVOGADO)

GILMAR NYEVERTON DE LIMA - CPF: 017.507.964-14 (RECORRENTE)

TIAGO OLIVEIRA REIS registrado(a) civilmente como TIAGO OLIVEIRA REIS - OAB PE34925-A - CPF: 010.613.184-27 (ADVOGADO)

PEDRO HENRIQUE ROMAO FELIX CELESTINO - OAB PE49202-A - CPF: 074.008.034-25 (ADVOGADO)

PEDRO CESAR LUIZ BEZERRA - CPF: 029.168.904-32 (RECORRENTE)

TIAGO OLIVEIRA REIS registrado(a) civilmente como TIAGO OLIVEIRA REIS - OAB PE34925-A - CPF: 010.613.184-27 (ADVOGADO)

PEDRO HENRIQUE ROMAO FELIX CELESTINO - OAB PE49202-A - CPF: 074.008.034-25 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRIDO(A))

RecInoCiv 0007809-59.2023.8.17.8223

VALERIA VASCONCELOS DE MELO X CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

VALERIA VASCONCELOS DE MELO - CPF: 809.224.734-04 (RECORRENTE)

ERINALVA CRISTINA DOS SANTOS - OAB PE54254-A - CPF: 027.780.454-06 (ADVOGADO)

Polo passivo

CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - CNPJ: 60.779.196/0001-96 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

CAROLINA DE ROSSO AFONSO - OAB SP195972-A - CPF: 260.877.738-43 (ADVOGADO)

MARCIO LOUZADA CARPENA - OAB RS46582-A - CPF: 902.057.740-91 (ADVOGADO)

ALEXSANDRO DA SILVA LINCK - OAB RS53389-A - CPF: 930.806.540-72 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0055439-80.2023.8.17.8201

CONDOMINIO DO EDIFICIO PAIVA HOME STAY X NR SERVICOS DE MEDICAO INDIVIDUALIZADA E COMERCIALIZACAO LTDA - EPP

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

CONDOMINIO DO EDIFICIO PAIVA HOME STAY - CNPJ: 21.601.759/0001-08 (RECORRENTE)

RENATA MARIA FELICIANO DA SILVA - OAB PE58580-A - CPF: 098.922.954-80 (ADVOGADO)

BEATRIZ DA SILVA AZEREDO - OAB PE47853-A - CPF: 111.857.924-06 (ADVOGADO)

Polo passivo

NR SERVICOS DE MEDICAO INDIVIDUALIZADA E COMERCIALIZACAO LTDA - EPP - CNPJ: 09.578.884/0001-30 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

HAMILTON PEREIRA DA MOTA JUNIOR - OAB PE17025-A - CPF: 836.825.034-04 (ADVOGADO)

ADALBERTO ANTONIO DE MELO NETO - OAB PE24803-A - CPF: 039.207.704-39 (ADVOGADO)

EDCiv 0002242-05.2013.8.17.8221

AMAURI GERONIMO DA SILVA X BRADESCO FINANCIAMENTO

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

AMAURI GERONIMO DA SILVA - CPF: 361.789.424-00 (EMBARGANTE)

Luciano Edson Magalhães Simões Júnior - OAB PE30397-A - CPF: 056.243.244-21 (ADVOGADO)

Polo passivo

BRADESCO FINANCIAMENTO - CNPJ: 07.207.996/0001-50 (EMBARGADO(A))

ANDREA FORMIGA DANTAS DE RANGEL MOREIRA - OAB PE26687-D - CPF: 034.327.514-78 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0001492-83.2021.8.17.8233

NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO X JULCELO LOPES DA SILVA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.835.932/0001-08 (RECORRENTE)

DANIELLE DE SOUZA MATOS PIRES - OAB PE27516-A - CPF: 053.623.824-38 (ADVOGADO)

Luciana Pereira Gomes Browne - OAB PE786-A - CPF: 893.800.964-53 (ADVOGADO)

Polo passivo

JULCELO LOPES DA SILVA - CPF: 422.018.534-87 (RECORRIDO(A))

JOSIAS MANOEL DA SILVA FILHO - OAB PE29176-A - CPF: 036.556.164-90 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000984-84.2023.8.17.8228

ALCIDES ERICKSON DE SIQUEIRA GOMES X BANCO VOLKSWAGEN S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ALCIDES ERICKSON DE SIQUEIRA GOMES - CPF: 038.584.654-10 (RECORRENTE)

EDWILSON MEDEIROS CHAVES - OAB PE59576-A - CPF: 035.428.444-46 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO VOLKSWAGEN S.A. - CNPJ: 59.109.165/0001-49 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JUNIOR - OAB PE23289-A - CPF: 037.901.454-83 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0002484-72.2023.8.17.8201

PRIME BUSINESS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME X HAMA TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

PRIME BUSINESS VIAGENS E TURISMO LTDA - ME - CNPJ: 15.800.503/0001-19 (RECORRENTE)

PEDRO VICTOR NOBRE DA SILVA RODRIGUES - OAB PE59002-A - CPF: 058.689.581-79 (ADVOGADO)

Polo passivo

HAMA TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA - CNPJ: 19.990.055/0001-14 (RECORRIDO(A))

BRUNA TELES BENTES VASCONCELOS - OAB AL9473-A - CPF: 058.439.724-02 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0002534-69.2022.8.17.8222

CLAUDIO OLIVEIRA NETO X G&M CONSULTORIA AMPLA LTDA

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

CLAUDIO OLIVEIRA NETO - CPF: 417.449.184-49 (RECORRENTE)

SORAIA DE FATIMA VELOSO MARTINS registrado(a) civilmente como SORAIA DE FATIMA VELOSO MARTINS - OAB PE31007-A - CPF: 052.566.104-22 (ADVOGADO)

Polo passivo

G&M CONSULTORIA AMPLA LTDA - CNPJ: 24.020.411/0001-07 (RECORRIDO(A))

PAULO ANDRE HENRIQUE DE MOURA - OAB PE45293-A - CPF: 038.668.474-08 (ADVOGADO)

RE 0013191-70.2021.8.17.8201

MARIA DE FATIMA BARRETO DE MATOS OLIVEIRA X ESTADO DE PERNAMBUCO e outros

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

AIRTON MOZART VALADARES VIEIRA PIRES

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARIA DE FATIMA BARRETO DE MATOS OLIVEIRA - CPF: 354.593.874-34 (RECORRENTE)

JOSE ALEX NANES DOS SANTOS - OAB AL12456-A - CPF: 077.495.864-23 (ADVOGADO)

EVANDERSON LUIZ NUNES GOMES - OAB PE46776-A - CPF: 080.652.304-23 (ADVOGADO)

Polo passivo

ESTADO DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.571.982/0001-25 (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

PGE - Procuradoria do Contencioso - Juizado Especial (RECORRIDO(A))

PGE - Colégio Recursal e TUJ (RECORRIDO(A))

PGE - PROCURADORIA GERAL - SEDE

RE 0000355-03.2020.8.17.8233

MARIA DA PENHA MARTINS DA ROCHA X BANCO GERADOR S.A

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

MARIA DA PENHA MARTINS DA ROCHA - CPF: 581.256.804-97 (RECORRENTE)

MARIA NIVALDETE DE LIMA OLIVEIRA - OAB PB8407-A - CPF: 324.654.324-00 (ADVOGADO)

Polo passivo

BANCO GERADOR S.A - CNPJ: 10.664.513/0001-50 (RECORRIDO(A))

LUIS FELIPE DE SOUZA REBÊLO - OAB PE17593-A - CPF: 831.381.704-63 (ADVOGADO)

MARIA EDUARDA CARNEIRO LEAO FERRAZ - OAB PE35763-A - CPF: 090.023.334-63 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0005129-72.2021.8.17.8223

ROSSANE FERREIRA DO NASCIMENTO LIMA X AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

ROSSANE FERREIRA DO NASCIMENTO LIMA - CPF: 036.096.334-09 (RECORRENTE)

ALISSON ULISSES DOS SANTOS SILVA - OAB PE51693-A - CPF: 013.988.174-30 (ADVOGADO)

BRUNO JOSE XAVIER MARTINS - OAB PE26711-A - CPF: 053.408.054-50 (ADVOGADO)

MAYARA NADIA FONSECA DIAS - OAB PE51417-A - CPF: 062.062.884-71 (ADVOGADO)

DANIELLE GRANJA ALENCAR - OAB PE47028-A - CPF: 025.138.864-61 (ADVOGADO)

THIAGO BARROS CARDOSO - OAB PE52044-A - CPF: 054.330.494-93 (ADVOGADO)

Polo passivo

AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A. - CNPJ: 29.309.127/0001-79 (RECORRIDO(A))

PAULO ROBERTO VIGNA - OAB SP173477-A - CPF: 205.340.418-33 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0000359-40.2020.8.17.8233

JOSUE XAVIER DE SOUZA - ME X NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

JOSUE XAVIER DE SOUZA - ME - CNPJ: 13.574.886/0001-29 (RECORRENTE)

JOAO BOSCO LAURINDO FILHO - OAB PE35346-A - CPF: 045.184.914-08 (ADVOGADO)

Polo passivo

NEONERGIA PERNAMBUCO - CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CNPJ: 10.835.932/0001-08 (RECORRIDO(A))

Luciana Pereira Gomes Browne - OAB PE786-A - CPF: 893.800.964-53 (ADVOGADO)

LUCAS LEONARDO FEITOSA BATISTA - OAB PE22265-A - CPF: 045.047.424-03 (ADVOGADO)

RecInoCiv 0005318-19.2022.8.17.8222

WALAS CHAGAS DE MELO JUNIOR X ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDENCIA S.A. e outros

Órgão julgador

3º Gabinete da 2ª Turma Recursal do I Colégio Recursal da Capital

Cargo judicial

Juiz de Direito

Relator

HAROLDO CARNEIRO LEAO SOBRINHO

Competência

Turma Recursal - Juizado Especial (Cível, Fazendária e Criminal)

Polo ativo

WALAS CHAGAS DE MELO JUNIOR - CPF: 061.777.634-21 (RECORRENTE)

LUCILENE PEREIRA DA HORA - OAB PE50752-A - CPF: 773.185.954-15 (ADVOGADO)

Polo passivo

ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDENCIA S.A. - CNPJ: 87.376.109/0001-06 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - OAB MS6835-A - CPF: 568.962.041-68 (ADVOGADO)

HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO - OAB SP221386-A - CPF: 213.647.038-82 (ADVOGADO)

BANCO VOTORANTIM S.A. - CNPJ: 59.588.111/0001-03 (DEFENSOR(A) DATIVO(A)/CURADOR(A) ESPECIAL)

JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - OAB BA17023-A - CPF: 897.551.545-15 (ADVOGADO)

INTERIOR

Cachoeirinha - Vara Única

Juiz de Direito em Exercício Cumulativo: Thiago Pacheco Cavalcanti

Chefe de Secretaria: Fausto Raimundo Lins Borba

Data: 15/04/2025

FÓRUM FRANCISCO LEITE MARTINS

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CACHOEIRINHA – PE

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: 90 DIAS

O DOUTOR THIAGO PACHECO CAVALCANTI, JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO CUMULATIVO NESTA COMARCA DE CACHOEIRINHA, ESTADO DE PERNAMBUCO, em virtude da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o Edital de Intimação com prazo de 90 dias virem, dele notícia tiverem e a quem interessar possa, que por este Juízo e Secretaria Única tramitam os autos da Ação Penal, tendo como Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e como acusado: MARCOS FÉLIX DA SILVA CAVALCANTE e Como Vítima: **PEDRO PORFÍRIO LIMA**. Fica a Vítima Intimado por todos os termos da Sentença proferida nos autos do Processo NPU 000108-14.2019.8.17.0390, adiante transcrita: SENTENÇA Trata-se de procedimento de natureza criminal instaurado para apurar a ocorrência de infração penal. Como sabido, o direito de punir do estado (*jus puniendi)* encontra, dentre outros, limitação no tempo, a fim de preservar o princípio da segurança jurídica. O instituto da prescrição, previsto no art. 107, inciso IV do Código Penal e regulamentado nos arts. 109 e seguintes do mesmo diploma, é o principal fator de limitação temporal. Nos dizeres de Rogério Sanches (*in* Manual de Direito Penal, parte geral, editora jus podivm, 2013, pág. 291/292), a prescrição nada mais é do que " *a perda, em face do decurso do tempo, do direito de o Estado punir (prescrição da pretensão punitiva) ou executar uma punição já aplicada (prescrição da pretensão executória)"* , que, segundo o mesmo, possui os seguintes fundamentos políticos: " *(A) o decurso do tempo leva ao esquecimento do fato; (B) o decurso do tempo leva à recuperação do criminoso; (C) o Estado deve arcar com sua inércia; (D) o decurso do tempo enfraquece o suporte probatório".* No caso, o autor dos fatos está sendo acusado de praticar o crime previsto no art. 180, §3º do CP, com pena máxima de um ano de detenção, o que implica na prescrição em quatro anos. Os fatos se deram em 03/05/2019; o autor dos fatos nasceu em 24/05/1999, conforme documentos insertos nos autos e tela infojud que por ora se junta, o que reduz a prescrição pela metade, na forma do art. 115 do CPB, e faz com que a prescrição se dê em dois anos. Nesta linha, considerando que entre a data dos fatos e o dia de hoje transcorreu prazo superior, a extinção da punibilidade é medida que se impõe. Deixo de instar o Ministério Público, na forma do art. 61 do CPP. **Isto posto** , com fulcro no art. 107, IV, do CP, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a)(s) imputado(a)(s), quanto aos fatos descritos nos autos. Revogo quaisquer medidas cautelares fixadas nestes autos em detrimento do acusado. Medidas necessárias, para, por exemplo, recolher eventual mandado de prisão, dando-se baixa no BNMP, se for o caso, etc. Comunique-se ao IITB. **Certifique-se se a moto apreendida foi restituída ao proprietário. Em caso negativo, notifique-se a vítima do roubo (documento de fl. 14), acerca da apreensão e formalize pedido de restituição. Se o bem não for reclamado em juízo em até noventa dias do trânsito em julgado da presente decisão ou 15 dias da notificação acima** (o que ocorrer por último), adotem-se as medidas de praxe previstas no procedimento instaurado neste juízo para destinação dos mesmos. Publique-se, registre-se e intime-se o *parquet* e eventual advogado do autor dos fatos.Dispensada a intimação pessoal do(a)(s) imputado(a)(s), nos termos do enunciado 105 do FONAJE. Com o trânsito da presente sentença. Após, realizados os expedientes de estilo, arquivem-se os autos, anotando-se no judwin. Cachoeirinha (PE), 24/04/2025. **Thiago Pacheco Cavalcanti** Juiz de Direito em exercício cumulativo

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Cachoeirinha, Estado de Pernambuco, Secretaria Única, no primeiro dia do mês de Outubro do ano dois mil e vinte. Eu, Fausto Raimundo Lins Borba, Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.

Thiago Pacheco Cavalcanti

Juiz de Direito em Exercício Cumulativo

Capoeiras - Vara Única

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAPOEIRAS

EDITAL

PAUTA DE JULGAMENTO DA 1ª REUNIÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE CAPOEIRAS/PE – ANO 2025

O Excelentíssimo Senhor **Dr. Ricardo Miranda Barbosa** , MM. Juiz de Direito desta Comarca, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 423, inciso II, do art. 429, CPP e em virtude da Lei, etc ...

FAZ SABER a todos que virem o presente **EDITAL PARA DIVULGAÇÃO DA PAUTA DAS SESSÕES DE JULGAMENTO DA 1ª REUNIÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE CAPOEIRAS/PE** , ou dele tiverem notícia, que, em referida Reunião, com sessões designadas para os dias **19; 20 e 22 de maio do corrente ano, às 09:00 horas,** serão julgados os seguintes processos:

Dia 19/05/2025 - Processo nº 0000060-43.2024.8.17.5640 – Réu Preso

Ação Penal de Competência do Júri

Tipificação: Feminicídio

Autor: Ministério Público de Pernambuco

Acusado: **Luciano Tavares da Silva**

Advogado: Antônio Souza do Nascimento

Vítima: Valéria Lúcia dos Santos

Dia 20/05/2025 - Processo nº 0000221-16.2018.8.17.0450 – Réu Solto

Ação Penal de Competência do Júri

Tipificação: Homicídio Simples

Autor: Ministério Público de Pernambuco

Acusado: **Roberto Luiz da Silva**

Advogado: Antônio Souza do Nascimento

Vítima: Jurandir Alexandre dos Santos

Dia 22/05/2025 - Processo nº 0000344-86.2022.8.17.2450 – Réu Solto

Ação Penal de Competência do Júri

Tipificação: Tentativa de Homicídio Simples

Autor: Ministério Público de Pernambuco

Acusado: **Marlus Bezerra da Silva, v. "Galego"**

Advogado: André Luiz Silva de Castro

Vítima: Jucelino Nunes de Oliveira

OBSERVAÇÃO: Os julgamentos dos processos constantes da presente pauta, iniciarão às **09:00 horas** , dos dias acima mencionados e serão realizados no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Adalberto Bezerra de Melo, situado à Rua Aprígio Inácio Cordeiro, s/n, Centro, nesta Cidade e Comarca. Eu, Josilene Ferreira de Melo, Gerente de Unidade Judiciária, digitei e assino .

Capoeiras, 22 de abril de 2025.

Josilene Ferreira de Melo

Gerente de Unidade

Carnaíba - Vara Única

Processo nº 0000122-65.2008.8.17.0460

Classe: Procedimento Ordinário

Requerente: HSBC BANCO BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO

Advogado: Bel. Luiz Rodrigues Wambier, OAB/PR nº 7.295

Requerido: MUNICÍPIO DE CARNAÍBA-PE

DESPACHO: *"Considerando o bloqueio de valores referentes à RPV, ainda não pagos, expeça-se alvará em favor da parte exequente da quantia então bloqueada, via SISBAJUD, e respectivas atualizações. Destaque-se que a quantia bloqueada se encontra depositada na agência 1433, operação 40, conta 1507352-8, Caixa Econômica Federal. Após, intime-se a parte interessada para levantamento do alvará, em 5 dias, arquivando-se em seguida o feito. Expedientes necessários. Carnaíba, datado e assinado eletronicamente. BRUNO QUERINO OLIMPIO Juiz de Direito".*

Processo nº 0000492-97.2015.8.17.0460

Exequente: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Advogada: Rafaela B. Paes Barreto, OAB/PE nº 20.422

EXECUTADO: Vanderbio Quixabeira da Silva

DESPACHO: "*RH. Defiro o desarquivamento para a finalidade almejada. BRUNO QUERINO OLIMPIO Juiz de Direito".*

Para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, eu, Ana Catarina Mendes Barbosa Diniz, Gerente da Unidade Judiciária, o digitei.

Carnaíba (PE), 24/04/2025

BRUNO QUERINO OLIMPIO

Juiz de Direito

Caruaru - 2ª Vara Cível

Segunda Vara Cível da Comarca de Caruaru

Juiz de Direito: José Tadeu dos passos e Silva (Titular)

Técnico Judiciário: José Guiraildo Sobral

Data: 23/04/2025

Pauta de Despacho Nº 0005/2025

Pela presente, ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores, intimados do despacho, referente ao processo, abaixo relacionado:

Processo Nº: 0006365-52.2014.8.17.0480

Natureza da Ação: INVENTÁRIO

Inventariante: MARIA SUELY DOS SANTOS

Herdeiro: GILBERTO OLIVEIRA DOS SANTOS

Herdeiro: SILVIA OLIVEIRA DOS SANTOS

Defensor Público: PE009007 - Ana Cristina Silva Pereira

Inventariada: SUZANA OLIVEIRA DOS SANTOS

Inventariado: GERALDO MANOEL DOS SANTOS

Despacho:

ATO ORDINATÓRIO: Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica V. Sa. intimada do inteiro teor do Ato Ordinatório de ID 201702336, conforme segue transcrito abaixo: Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intime(m)-se as partes da validação da migração do processo, em epígrafe, originalmente tramitado fisicamente e de todos os seus atos anteriores, ficando as partes cientes que esta intimação NÃO renova eventuais prazos processuais de intimações anteriores que já tenham sido devidamente cientificados no processo físico ou por publicação no DJE. CARUARU, 23 de abril de 2025. JOSÉ GUIRAILDO SOBRAL – Gerente de Unidade

Caruaru, 23 de abril de 2025

JOSÉ GUIRAILDO SOBRAL

Gerente de Unidade.

JOSÉ TADEU DOS PASSOS E SILVA

Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Goiana - Vara Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Vara Criminal da Comarca de Goiana

Rua Historiador Antônio Correia de Oliveira Andrade Filho, S/N, Fórum Des. Nunes Machado, Loteamento Boa Vista, GOIANA - PE - CEP: 55900-000 - F:( )

MANDADO DE INTIMAÇÃO – JÚRI

De ordem da Doutora CLENYA PEREIRA DE MEDEIROS, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Goiana, em cumprimento ao presente , comunico que ficam INTIMADAS as pessoas abaixo relacionadas a fim de que compareçam perante este Juízo, **às 08:00h, nos dias das Sessões de julgamento abaixo relacionadas referente ao mês de maio do corrente ano, na qualidade de Jurados convocados para as mesmas Sessões.**

NPU 0001669-20.2011.8.17.0660, **dia 07/05/2025, às 08h00min**

NPU 0002631-72.2013.8.17.0660, **dia 09/05/2025, às 08h00min**

NPU 0001692-53.2017.8.17.0660, **dia 14/05/2025, às 08h00min**

NPU 0000814-93.2022.8.17.4980, **dia 16/05/2025, às 08h00min**

NPU 0001533-81.2015.8.17.0660, **dia 21/05/2025, às 08h00min**

NPU 0000263-90.2013.8.17.0660, **dia 23/05/2025, às 08h00min**

NPU 0001117-79.2016.8.17.0660, **dia 28/05/2025, às 08h00min**

NPU 0000790-72.2023.8.17.2218, **dia 30/05/2025, às 08h00min**

JURADOS:

ADRIANA ROQUE RODRIGUES
ANA LÚCIA MORAIS PESSOA CORREIA
ANA PAULA BORGES LIMA

CLECIANE VIEIRA DE LIMA ALMEIDA
CRISTIANO GONÇALVES DA SILVA
CYNTHIA VITÓRIA CAVALCANTE SOARES
EDMILSON GALDINO DA SILVA
ELLEN MARIA VIANA PENHA FEITOSA MOREIRA
HELIA PEREIRA DE ANDRADE
ISAQUE FELIX VIANA
IVANILDA NUNES DE LIMA
JANEIDE BARROS DOS SANTOS
JOSIVALDO ERNESTO DA SILVA
LARISSA PEREIRA COLEHO PIMENTEL
LIVIA MARIA FERREIRA CAMPOS SILVEIRA
LÚCIO CARLOS FRANCISCO DA SILVA
MARIA LUCILA BRANDÃO GALDINO
MARIA VITÓRIA FERREIRA CRISTO DA SILVA
MARIA ZUILA FELIX DA SILVA
MATHEUS LUCAS ALMEIDA C. DE ALBUQUERQUE
MAXSUELL OLIVEIRA RODRIGUES GOMES
PAULO SÉRGIO BARBOSA LINS
PABLO THIAGO DOS SANTOS
ROSANA FELIX DA SILVA
SILVIA LETÍCIA DE OLIVEIRA LISBOA
SUZANE MARIA DA PAZ FREITAS

Suplentes:

JÉSSICA MARIA DE ARAÚJO DA SILVA
JONATHAN GUEDES COUTINHO
LUCIANO CANDIDO FELICIANO
MARIA DA CONCEIÇÃO JENIFER DE ARAÚJO DA SILVA
MARIANA ROSENICE A. BRITO
RICARDO JORGE RAMOS BARBOSA

DECLARO, para os devidos fins, que eu, SUDERLAN CAVALCANTI CABRAL, técnico jud, o digitei e subscrevo este expediente, por ordem do(a) MM. Juiz(a) desta Vara Criminal. Provimento nº 002/2010 – CGJ-TJPE.

Goiana (PE), 24 de abril de 2025.

Suderlan Cavalcanti Cabral

Matrícula 188.772-6

Seção VIII
Da Função do Jurado

(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

§ 1 o Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

§ 2 o A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

II – os Governadores e seus respectivos Secretários; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

IV – os Prefeitos Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

VIII – os militares em serviço ativo; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

§ 1 o Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

§ 2 o O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Jaboatão dos Guararapes - Central de Mandados

COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

CEMANDO

Portaria nº 04/2025

Jaboatão dos Guararapes, 22 de abril de 2025.

O Exmo. Sr. Dr. FÁBIO MELLO DE ONOFRE ARAÚJO, MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Código de Organização Judiciária do Estado.

RESOLVE:

Editar escala de Plantão dos Oficiais de Justiça para os dias úteis durante o mês de **MAIO/2025** , para o cumprimento das decisões que exijam imediata diligência, nos termos da Instrução de Serviço Conjunta nº 04, de 22/05/2023, da Presidência do TJPE e Corregedoria Geral da Justiça, conforme escala anexa.

OBS :

* Os(as) Oficiais(las) de Justiça plantonistas cumprirão horário das 08:00h às 14:00h.

* Um(a) Oficial(a) de Justiça plantonista atuará de forma presencial e os(as) demais remotamente, contudo, caso necessário, a CEMANDO poderá requisitar a presença de outro(a)(s) Oficial(la)(is)(s) de Justiça plantonista(s), que deverá(ão) atender à solicitação com a maior brevidade possível.

* É admitida a permuta entre o(a)s escalado(a)s, desde que requerida por e-mail, com antecedência de pelo menos cinco (05) dias, exceto em situações excepcionais decididas pela chefia imediata, sendo necessária a anuência dos(as) Oficiais(las) de Justiça que estejam realizando a permuta.

Publique-se, Comunique-se, Cumpra-se.

FÁBIO MELLO DE ONOFRE ARAÚJO

JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO

Rodovia BR-101 Sul, Km 80, Prazeres – Jaboatão dos Guararapes- PE – CEP 54335-000

DATA	DIA	OFICIAIS DE JUSTIÇA
01/05/2025	qui	**F E R I A D O**
02/05/2025	sex	**F E R I A D O**
03/05/2025	sáb	
04/05/2025	dom	
05/05/2025	seg	**Rita Helena do N. Souza** **Samuel Dantas de Oliveira** **Sandra Alves da C. Miranda** **Társis Gomes da Silva**
06/05/2025	ter	**Aldo Alexandre da S. Júnior** **Ana Cristina A. dos Santos** **Antônio da Rocha F. Neto** **Beatriz Rocha Pedrosa**
07/05/2025	qua	**Daniel de Oliveira Araújo** **Daniel José da S. Neto** **Davyson M. dos Santos Costa** **Eda Nóbrega Ferreira**
08/05/2025	qui	**Eduardo S. e Silva de Oliveira** **Erika Izabel F. D. de Oliveira** **Fernando A. Alves da Silva II** **Fernando Antonio de A. Barbosa**

09/05/2025	sex	**Fernando Valença de Queiroz** **Gabriel Henrique do Nascimento** **Giordana Gomes de Moura** **Giovanna Navarro D. Feliciano**
10/05/2025	sáb	
11/05/2025	dom	
12/05/2025	seg	**Gustavo Ferreira de Oliveira** **Igor Augusto de L. Neves** **Jeanne Jacqueline Frederico** **João Cabral Neto**
13/05/2025	ter	**João Paulo de G. Valença** **Joely Cristine C. M. Barbosa** **Jonas Marques F. Neto** **José Carlos L. dos Santos**
14/05/2025	qua	**José Celso P. R. dos Santos** **José Marcondes de A. Bezerra** **Laís Souza de M. Gonçalves** **Luis Galvão da Silva**
15/05/2025	qui	**Marconi Jean O. de Souza** **Mariana G. de Freitas Lima** **Mariana Machado L. Lins** **Marília Garcia C. de Albuquerque**
16/05/2025	sex	**Marina Queiroz de A. C. Borba** **Mário Henrique M. de Queiroz** **Martha Hary Luzy M. Melo** **Mirian Tenório de O. Tavares**
17/05/2025	sáb	
18/05/2025	dom	
19/05/2025	seg	**Nadyane Soares G. Marafante** **Nathália Granja C. de Jesus** **Paula Karine B. de Morais** **Pierre dos Santos Mesquita**
20/05/2025	ter	**Priscilla Ramos P. Martins** **Rafaela Soares R. F. Amaral** **Rayane Diniz da Silva** **Rayra Almeida Reithler**
21/05/2025	qua	**Rita Helena do N. Souza** **Samuel Dantas de Oliveira** **Sandra Alves da C. Miranda** **Társis Gomes da Silva**
22/05/2025	qui	**Adriana Fernandes da Silva** **Aldo Alexandre da S. Júnior** **Ana Cristina A. dos Santos** **Antônio da Rocha F. Neto**
23/05/2025	sex	**Beatriz Rocha Pedrosa** **Claudia A. Nunes da Costa** **Daniel de Oliveira Araújo** **Daniel José da S. Neto**
24/05/2025	sáb	
25/05/2025	dom	

26/05/2025	seg	**Davyson M. dos Santos Costa** **Eda Nóbrega Ferreira** **Eduardo S. e Silva de Oliveira** **Fernando A. Alves da Silva II**
27/05/2025	ter	**Fernando Antonio de A. Barbosa** **Fernando Valença de Queiroz** **Gabriel Henrique do Nascimento** **Giordana Gomes de Moura**
28/05/2025	qua	**Giovanna Navarro D. Feliciano** **Gustavo Ferreira de Oliveira** **Igor Augusto de L. Neves** **Jeanne Jacqueline Frederico**
29/05/2025	qui	**João Cabral Neto** **João Paulo de G. Valença** **Joely Cristine C. M. Barbosa** **Jonas Marques F. Neto**
30/05/2025	sex	**José Carlos L. dos Santos** **José Celso P. R. dos Santos** **José Marcondes de A. Bezerra** **Laís Souza de M. Gonçalves**
31/05/2025	sáb	

Palmares - 1ª Vara Criminal

Por ordem do Juiz de Direito em exercício cumulativo na 1ª Vara Criminal da Comarca dos Palmares, Estado de Pernambuco, Dr. Marcelo Góes de Vasconcelos, ficam, através deste, INTIMADAS as partes e seus ADVOGADOS para que compareçam a continuação da 1ª Sessão do Tribunal do Júri de 2025, NO SALÃO DO JÚRI DO FÓRUM PROF. ANÍBAL BRUNO, COMARCA DOS PALMARES, nos dias, hora e processos abaixo relacionados:

NONA

Data: 06 de maio de 2025

Hora: 09:00

Processo Nº 0000311-59.2020.8.17.1030

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Defensor Público: Dr. Evandro Motta Araújo

Réu: ERICLES CRYSTIAN BARBOSA DA SILVA

Vítimas: JOSE BENEDITO DA SILVA

Tipo: Art. 121, § 2º, inciso II CPB

Data do Fato: 10/03/2020

Pronúncia: 12/06/2023

DECIMA

DATA: 08 de maio de 2025

HORA: 09:00

PROCESSO Nº 0000343-64.2020.8.17.1030

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Defensor Público: Dr. Evandro Motta Araújo

Réu: JOSE WILITON DE MELO NASCIMENTO

Vítimas: ACACIA SAMIRA MELO DE LIMA

Tipo: Art. 121, *caput* , CPB

Data do Fato: 05/06/2020

Pronúncia: 10/09/2024

DECIMA PRIMEIRA

Data: 19 de maio de 2025

Hora: 09:00

Processo nº 0000942-37.2019.8.17.1030

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Defensor Público: Dr. Evandro Motta Araújo

Réu: MATTEUS LINS DA SILVA

Vítimas: MONICA OLIVEIRA DAS NEVES

Tipo: Art. 121, §2º, II c/c o art. 14, do CPB

Data do Fato: 17/08/2019

Pronúncia: 05/11/2024

DECIMA SEGUNDA – RÉU PRESO

Data: 20 de maio de 2025

Hora: 09:00

Processo Nº 0000312-71.2016.8.17.0840

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Defensor Público: Dr. Evandro Motta Araújo

Réu: Quiteria Peixoto de Lima

Vítimas: Rosilene Marques de Moraes

Tipo: Art. 121, § 2º, inciso II c/c art. 14, II do CPB

Data do Fato: 03/01/2016

Pronúncia: 05/03/2018

DECIMA TERCEIRO

Data: 21 de maio de 2025

Hora: 09:00

Processo Nº 0000466-67.2017.8.17.1030

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Advogado: REMULO CARVALHO CORREIA LIMA - OAB PB13076

Réu: JOAO FRANCISCO DA SILVA

Vítimas: EVANDRO LUIS DA SILVA BALBINO

Tipo: Art. 121, 129 caputs do CPB

Data do Fato: 30/12/2016

Pronúncia: 11/09/2024

DECIMA QUARTA

DATA: 27 de maio de 2025 – RÉU PRESO

HORA: 09:00

PROCESSO Nº 0000815-36.2018.8.17.1030

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Defensor Público: Dr. Evandro Motta Araújo

Réu: CICERO ALEIXO ALVES JUNIOR

Vítimas: DAMIÃO JOSE DA SILVA

Tipo: Art. 121, *caput* , c/c art. 14, II do CPB

Data do Fato: 01/07/2018

Pronúncia: 18/03/2024

DECIMA QUINTA

DATA: 28 de maio de 2025 – RÉU PRESO

HORA: 09:00

PROCESSO Nº 0001591-36.2018.8.17.1030

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Defensor Público: Dr. Evandro Motta Araújo

Réu: COSME VIRGINIO ALVES DA SILVA

Réu: DAVID ALBERTO PEREIRA LIRA

Vítimas: EDUARDO SILVA DOS SANTOS

Tipo: Art. 121, § 2º, I, IV do CP

Data do Fato: 06/09/2018

Pronúncia: 21/03/2024

DECIMA SEXTA – RÉU PRESO

Data: 29 de maio de 2025

Hora: 09:00

Processo nº 0000347-72.2018.8.17.1030

Promotor de Justiça: Dr. João Paulo Carvalho dos Santos

Defensor Público: Dr. Evandro Motta Araújo

Réu: CARLOS GEOVANE DA SILVA

Vítimas: PABLO HENRIQUE DOS SANTOS

Tipo: Art. 121, §2º, II c/c o art. 14, II do CPB

Data do Fato: 17/03/2018

Pronúncia: 23/11/2022

DELIBERAÇÃO:

Publique-se esta pauta, colocando uma cópia em cada feito;

Palmares, PE, 24 de abril de 2025.

Marcelo Góes de Vasconcelos

Juiz de Direito

São João - Vara Única

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Vara Única da Comarca de São João

Fórum Dr. Lito D´Azevedo e Silva Filho - AV JOSÉ CLEMENTE DA ROCHA, s/n - Centro

São João/PE CEP: 55435000 Telefone: (87) 3784-0922 / 0923 - Email: vunica.saojoao@tjpe.jus.br

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOÃO/PE

EDITAL

N.º : 2025.0043.000015

PRAZO 05 (CINCO) DIAS

PAUTA DAS SESSÕES DA 1ª REUNIÃO DO JÚRI/2025

MARCUS VINICIUS MENEZES DE SOUZA

Juiz de Direito

ROMUALDO SIQUEIRA FRANÇA

Promotor de Justiça

O Excelentíssimo Senhor Dr. Marcus Vinicius Menezes de Souza, MM Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São João/PE, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 453 e 429 do CPP, e em virtude da Lei, *et coetera* ,

FAZ SABER a todos que virem o presente **EDITAL** , ou dele tiverem notícia (principalmente os advogados que ficam desde já intimados, *ex vi* do art. 370, §§ 1º e 2.º, CPP) que na 1 ª Reunião Periódica do Tribunal do Júri Popular/2025, com início previsto para os dias 14, 20 e 29 de maio de 2025, onde será (ão) apreciado (s) pelo Conselho de Sentença, integrante do Corpo de Jurados, além do (s) feito (s) que for (em) preparado (s) até o seu término, o (s) processo (s) abaixo relacionado (s):

Dia: 14 de maio de 2025 (quarta-feira) (01.ª Sessão)

Horário: 09:00 horas

Proc.: 0000105-20.2023.8.17.3300

Réu: ARILAN CAETANO DA SILVA

Adv.: ELEN NAYARA SIQUEIRA ALENCAR – OAB/PE 52.549

Vítima : LUIZ CARLOS FERREIRA MARTINS

Tipo: Art. 121, § 2º, I e IV do CP.

Dia: 20 de maio de 2025 (terça-feira) (02.ª Sessão)

Horário: 09:00 horas

Proc. 0000119-38.2022.8.17.3300

Réu: JOSE CARLOS DA SILVA

Adv.: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

Vítima: José Nelson Alves da Silva Júnior e José Roberto Bernardo Gonçalo Júnior

Tipo: art. 121, §2º, inciso IV do Código Penal c/c art. 14, II do Código Penal .

Dia: 29 de maio de 2025 (quinta-feira) (03.ª Sessão)

Horário: 09:00 horas

Proc. 0000245-16.2018.8.17.1300

Réu: JEFERSON AVELINO FERREIRA DA SILVA

Adv.: ELEN NAYARA SIQUEIRA ALENCAR – OAB/PE 52.549

Vítima: ROSEMBERG DE PAULA BARROS

Tipo: Art. 121, § 2º, II do CP.

Dia: 2025 (quinta-feira) (04.ª Sessão)

Horário: 09:00 horas

Proc. VAGA, nos termos do Art. 429, § 2º do CPP

Réu:

Adv.: Dr.

Vítima:

Tipo: Art.

E, em cumprimento da Lei e para que não se alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para ser publicado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, cuja cópia, além de ser afixada no átrio do Fórum, será alvo de certidão no processo. Dado e passado nesta cidade de São João/PE, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril de 2025. Eu, _____ Tiago Zumba da Silva, Técnico Judiciário, expedi e submeti a conferência.

Marcus Vinicius Menezes de Souza
Juiz de Direito

Timbaúba - 1ª Vara

PAUTA DO JÚRI - 1ª REUNIÃO/2025

(REPUBLICADA POR HAVER ALTERAÇÃO

O Dr. **José Gilberto de Sousa,** Juiz de Direito desta Primeira Vara e Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca de Timbaúba, em virtude da Lei, etc.

Faz saber, a todos que a presente PAUTA virem, dela conhecimento tiverem e a quem interessar possa, que por este Juízo foi preparada A PAUTA DA PRIMEIRA (1ª) REUNIÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DO TRIBUNAL DO JÚRI DESTA COMARCA DO ANO DE 2025, sendo DESIGNADOS dias e horas nos processos que se encontram prontos para julgamento, a saber:

Data: 06/05/2025 – (TERÇA-FEIRA) alterada do dia 05 para o dia 06

Processo Nº: 0000118-52.2020.8.17.1480 - RÉ SOLTA

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusada: Luana Thais da Silva Rodrigues

Defensora Pública : PE028621 - Izabelle Candido Carneiro

Vítima: Ana Beatriz Minervino da Silva

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 06/05/2025

Data: 07/05/2025 (QUARTA-FEIRA)

Processo Nº: 0000812-89.2023.8.17.4980 - RÉU PRESO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: VINÍCIUS CARLOS DA SILVA

Defensora Pública : PE028621 - Izabelle Candido Carneiro

Vítima: Ana Beatriz Alexandre da Silva Marinho

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 07/05/2025.

Data: 08/05/2025 (QUINTA-FEIRA)

Processo Nº: 0000077-19.2014.8.17.0600 - RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado : **EZEQUIEL DE ALMEIDA DA SILVA**

Advogado : PE186664 – Paulo Augusto da Cruz Lins

Vítima: Ricardo Nunes de Oliveira

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 08/05/2025.

Data: 12/05/2025 – (SEGUNDA –FEIRA)

Processo Nº: 0000177-52.2006.8.17.0600 - RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: JOSÉ SEVERINO DA SILVA FILHO

Advogado: SP436266 – Fábio Gomes da Costa

Vítima: Antônio Belo da Silva

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 12/05/2025.

Data: 13/05/2025 (TERÇA-FEIRA)

Processo Nº: 0000048-55.2008.8.17.1480 - RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: REGINALDO LOPES DA SILVA

Defensora Pública : PE028621 - Izabelle Candido Carneiro

Vítima: Tatiana de Andrade Siqueira

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 13/05/2025.

Data: 15/05/2025 (QUINTA-FEIRA)

Processo Nº: 0000519-18.2001.8.17.1480 – RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: VERIDIANO MARINHO DE PONTES

Defensora Pública : PE028621 - Izabelle Candido Carneiro

Vítima: Lupercínio Ferreira de Araújo

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 15/05/2025.

Data: 19/05/2025 (SEGUNDA-FEIRA)

Processo PJe Nº: 000525-65.2009.8.17.0600 - RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: GILIARD VIEIRA DA SILVA

Advogado: PB020694 – Adahylton Sérgio da Silva Dutra

Vítimas: Gaudêncio de Souza Galdino e Antônio Bezerra Pessoa

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 19/05/2025.

Data: 21/05/2025 (QUARTA-FEIRA)

Processo Nº: 0001048-12.2016.8.17.1480 - RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: GIVALDO PEREIRA DA SILVA

Defensora Pública: PE028621 - Izabelle Candido Carneiro

Vítima: Enoque Pereira Borba

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 21/05/2025.

Data: 22/05/2025 – (QUINTA-FEIRA)

Processo Nº: 0000745-76.2008.8.17.1480 – RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: GISOILTO PEDRO DA SILVA

Advogado: PE0028194 – Arthur Benvindo Pinto de Souza (CASA DA CIDADANIA)

Vítima: Severino de Sousa

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 22/05/2025.

Data: 27/05/2025 – (TERÇA –FEIRA)

Processo Nº: 0002137-74.2022.8.17.3480 – RÉU PRESO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: LUCIANO DA SILVA NASCIMENTO

Advogado: PB0020686 - Getúlio de Souza Júnior

Advogado: PE0028194 – Arthur Benvindo Pinto de Souza

Advogado: PE0014980 – Alceu Pinto de Souza

Acusado: LINDOBERTO GONÇALVES DA SILVA

Advogado: PE0028194 – Arthur Benvindo Pinto de Souza

Advogado: PE0057476 – Rodrigo Barbosa Gomes

Vítimas: Clebson Gomes da Silva e Cleiton Gomes da Silva

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 27/05/2025.

Data: 28/05/2025 – (QUARTA-FEIRA

Processo Nº: 0001174-62.2016.8.17.1480 – RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: LUIZ FELIPE DA SILVA FERREIRA

Advogada: PE0041838 – Mikaella Dayciane da Silva

Vítima: Josenir Belém da Silva

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 28/05/2025.

Data: 29/05/2025 (QUINTA-FEIRA)

Processo PJe Nº: 0001361-51.2008.8.17.1480 – RÉU SOLTO

Natureza da Ação: Ação Penal de Competência do Júri

Acusado: GENIVAL HENRIQUE DA SILVA

Defensora Pública : PE028621 - Izabelle Candido Carneiro

Vítimas: Antônio José da Silva e Luiz Antônio da Silva

Sessão de julgamento do Tribunal do Júri às 08:30 do dia 29/05/2025.

Por esta Pauta, ainda, ficam **INTIMADOS** os Drs. **ADVOGADOS** acima relacionados para **COMPARECEREM** nos dias e horários acima aprazados a fim de participar das Sessões da Primeira (1ª) Reunião do Tribunal do Júri desta Comarca, onde serão julgados seus respectivos constituintes. E, para que chegue ao conhecimento de todos mandou o Meritíssimo Juiz de Direito e Presidente do Tribunal do Júri, passar a presente ***PAUTA*** que será afixada no Átrio deste Fórum e publicada no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado. DADO e passado nesta cidade e Comarca de Timbaúba, do Estado de Pernambuco, **aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025)** . Eu _____ Izelda dos Santos Brito **,** Técnico Judiciário, digitei. Eu _____ Lúcia Farias do Nascimento Filha, Gerente de Unidade subscrevi.

José Gilberto de Sousa

Juiz de Direito/Presidente do Tribunal do Júri

Vitória de Santo Antão - 3ª Vara Cível

Terceira Vara Cível da Comarca Vitória Santo Antão

Juiz de Direito: Felipe José Dias Martins da Rosa e Silva (Titular)

Chefe de Secretaria: Anelise Carla de Lira Mendes Silva

Data: 24/04/2025

Pauta de Despachos Nº 00005/2025

Pela presente, ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores, intimados dos DESPACHOS proferidos, por este JUÍZO, nos processos abaixo relacionados:

Processo Nº: 0001440-49.2012.8.17.1590

Natureza da Ação: Procedimento ordinário

Autor: José Gomes da Silva

Advogado: PE022806 - Elisângela Amorim de Medeiros

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Advogado: PE029559 - MIRELLA F. R. DOS SANTOS

Advogado: PE031555 - ana lygia calabria da silva

Despacho:

Processo n° 0001440-49.2012.8.17.1590DESPACHOAtento aos termos da petição de fls. 157/158 e em consonância com o despacho de fls. 151, determino a expedição de alvará de transferência à Seguradora Líder o Consórcio do valor existente nestes autos, a ser consultado através do sistema SISCONDJ.Em seguida, retornem os autos ao arquivo.Cumpra-se. Vitória de Santo Antão, 24/04/2025.Felipe J. Dias Martins da Rosa e SilvaJuiz de Direito